



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

O ESPAÇO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
A Autogestão na Reprodução das Relações Sociais e os
Limites da Emancipação Social

TATIANE MARINA PINTO DE GODOY

Orientador: Prof. Dra. Silvana Maria Pintaudi

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de *Organização do Espaço* para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Rio Claro (SP)

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

G330.9 Godoy, Tatiane Marina Pinto de
G589e O Espaço da economia solidária: a autogestão na
reprodução das relações sociais e os limites da emancipação
social / Tatiane Marina Pinto de Godoy. - Rio Claro : [s.n.],
2009
235 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Silvana Maria Pintaudi
1. Geografia econômica. 2. Geografia humana. 2. Troca.
3. Estado. 4. Capitalismo. 5. Políticas públicas. I. Título.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Silvana Maria Pintaudi – IGCE/UNESP

Prof. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos – FFLCH/USP

Prof. Dra. Arlete Moysés Rodrigues – IFCH/UNICAMP

Prof. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira – IGCE/UNESP

Prof. Dr. Claudio Antonio de Mauro – UFU

Tatiane Marina Pinto de Godoy
Aluna

Rio Claro, 23 de novembro de 2009

Resultado: *Aprovada*

Para Gugu, sempre na minha memória.

Agradecimentos

Esta tese é o resultado de um trabalho coletivo. Por isso destaco cada uma das pessoas que participaram desta importante fase da minha vida acadêmica e pessoal. É incomensurável e inestimável o apoio, a compreensão, o carinho e a amizade dessas pessoas durante o processo de construção deste doutorado.

Agradeço imensamente minha orientadora, Silvana Maria Pintaudi, a quem devo toda minha formação acadêmica desde a iniciação científica. Com ela aprendi mais do que a fazer pesquisa. Aprendi a ter postura política diante das situações que se me eram apresentadas. Juntas dividimos um pouco de nossas vidas. Tive o privilégio de ser orientanda dela, oficialmente, durante 8 anos e, tenho certeza, o ciclo não se encerrou com o término desta tese.

A meus pais, José Armando e Sueli, presentes e dedicados, sempre confiantes em minhas escolhas, oferecendo-me todas as condições para a apresentação desta tese.

A Bruno. Com quem, não bastasse dividir a mesma família, divido agora a mesma profissão.

A Guilherme Pizzirani, presente em todos os momentos desta jornada, mesmo quando apenas a imagem de uma *web cam* me confortava e me acarinhava. Dentre tantas outras razões, agradeço-o por ser exatamente como é.

A Vó Bete que sempre expressa de forma muito intensa o seu amor incondicional por cada um dos netos.

A Fabiane Pizzirani, amiga, confidente, cúmplice. E também ao Djamel Sandid, amigo especial.

A Dona Cidinha e Seu Jaime, por quem tenho imenso carinho.

A Carlos Henrique Costa da Silva, Rico. Também não me esquecerei das nossas viagens à Manaus e Niterói e das nossas intermináveis discussões sobre a tese, que avançavam pela madrugada.

A Márcio Toledo, com quem divido as certezas e as incertezas da vida acadêmica.

Ao Centro de Estudos Ambientais, onde está situado o Observatório Territorial, especialmente em nome do prof. Dr. Roberto Naves.

A Magno de Lara Madeira Filho, colega do Observatório, cujas perguntas me fazem rever minhas próprias questões.

As professoras Dra. Ana Fani Alessandri Carlos e Dra. Amélia Luísa Damiani, que muito gentilmente me receberam para discutir este trabalho antes da partida a Coimbra.

Aos professores Dra. Arlete Moysés Rodrigues e ao Prof. Dr. Cláudio Antônio de Mauro, pelas importantes críticas e sugestões no exame geral de qualificação e por me estimularem, cada um à sua maneira, a, ser mais que uma pesquisadora, ter envolvimento com as questões sociais que analiso.

A Luci Helena Wendel Ferreira, por me oferecer a oportunidade, no final desse percurso, de pôr em prática os conhecimentos que esta tese contempla.

Ao professor Dr. Boaventura de Sousa Santos, pelo acolhimento no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Ao professor Dr. Luís Inácio Gaiger, da Unisinos, pela disponibilidade dos dados sobre o mapeamento e pela oficina oferecida no âmbito do Grupo ECOSOL-CES em Coimbra.

Aos funcionários do CES, particularmente os bibliotecários Acácio Machado e Maria José Carvalho; a assessora técnica Alexandra Pereira e Lassaete Paiva, secretária do professor Boaventura.

A todos os amigos conquistados durante minha estadia de 6 meses em Coimbra, com especial destaque para:

As companheiras da casa mais “gira” de Coimbra: Renata, Liz, Rita, Inês e, especialmente, Lurdes e Joana.

As irmãs Alexandra e Marta Andrade. Amizade inestimável, logo em minha chegada a Coimbra.

Francisca, Sônia e Weberson, por me ampararem nos primeiros dias, ainda no hotel.

A “Diretoria”: Vandeco e Rosana, Aline Mendonça, Heloisa Greco, Ana Rita Uhle e Rafael Haas; e aos itinerantes da “Diretoria”: Cristiano, Rosebel, Meire, Luciane, Luciana, Maria Lúcia, Nilzélia, João, Márcio, Elisa, Eduardo e Sérgio da Mealhada.

O Grupo ECOSOL_CES (Grupo de Estudos de Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais) coordenado pelo professor Dr. Pedro Hespanha e integrado por Aline Mendonça dos Santos, Vanderson Gonçalves Carneiro, Cristiano de França Lima, Igor Vinicius Lima Valentim, Abigail Alcântara Silva, Sandra Isabel Reis da Silva, José Luís Alves da Silva, Felipe Moraes e por mim. E também aos novos membros que enriquecem nossos debates virtuais: Carolina Leão, Julio Andrade, Luciane Lucas, Eduardo Faria, Daniela Miranda e Leonardo dos Anjos.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que me financiou desde a iniciação científica, permitindo que mais me empenhasse nas pesquisas e com oportunidade de estagiar em Coimbra.

Coimbra é uma lição

*Coimbra do Choupal
Ainda és capital
Do amor em Portugal,*

Ainda,

*Coimbra, onde uma vez,
Com lágrimas se fez
A história dessa Inês*

*Tão linda
Coimbra das canções,
Tão meiga que nos põe
Os nossos corações
A nu.*

*Coimbra dos doutores,
P'ra nós os teus cantores
A fonte dos amores
És tu.*

*Coimbra é uma lição
De sonho e tradição
O lente é uma canção
E a lua faculdade
O livro é uma mulher
Só passa quem souber
E aprende-se a dizer*

Saudade

(José Galhardo e Raul Ferrão)

"Eu não acredito em caridade. Eu acredito em solidariedade. Caridade é tão vertical: vai de cima para baixo. Solidariedade é horizontal: respeita a outra pessoa e aprende com o outro."
(Eduardo Galeano)

SUMÁRIO

Apresentação	II
ÍNDICE DA TESE	IV
LISTA DE MAPAS E FIGURAS	VI
LISTA DE TABELAS E QUADROS	VI
LISTA DE GRÁFICOS	VII
LISTA DE FOTOS	VIII
LISTA DE SIGLAS DOS PARTIDOS POLITICOS	VIII
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
Introdução	1
1ª Parte: primeiro momento	14
Capítulo 1.	15
Capítulo 2.	36
2ª Parte: segundo momento	85
Capítulo 3.	87
Capítulo 4.	112
3ª Parte: terceiro momento	139
Capítulo 5.	140
Capítulo 6	187
Considerações Finais	221
Bibliografia	228

A escolha de estudar os espaços da Economia Solidária em uma tese de doutorado surgiu antes mesmo que terminássemos nossa dissertação de mestrado. Talvez tenha surgido ainda durante a iniciação científica, quando nos deparamos com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, entre os agentes de uma rede de comercialização. No mestrado, entretanto, tínhamos um tempo e um recorte metodológico definidos. Pensamos que seria mais adequado terminar a dissertação com a análise e interpretação do objeto de estudo, definido no projeto, e dar prosseguimento à linha de pesquisa em um trabalho acadêmico mais aprofundado. Era necessário tempo para amadurecimento teórico.

Terminamos a dissertação e a defendemos perante uma banca examinadora. Naquele momento a idéia de dar prosseguimento com o estudo da Economia Solidária ganhou mais força. A dissertação não contemplava muitas questões que queríamos investigar. A disponibilidade de informações sobre a Economia Solidária aumentou consideravelmente nesses últimos anos, à medida que muitos estudiosos se debruçam sobre o tema e que o governo brasileiro realiza o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários. Surge então a questão da originalidade. Há muitos trabalhos que tratam da Economia Solidária, do cooperativismo, das redes sociais, etc. Mas, na Geografia, o tema tem, ainda, um longo caminho a ser percorrido. Esta tese é a tentativa de dar os primeiros passos em direção ao entendimento da Economia Solidária na sua perspectiva mais material, na sua dimensão espacial.

O percurso foi enormemente beneficiado pela dedicação de uma mesma orientadora. (Discordo daqueles que afirmam a necessidade de mudar de orientador durante a trajetória de sua formação acadêmica para ter acesso a outras perspectivas científicas, outras teorias, outras bibliografias). Se o conhecimento e a produção científica são uma construção, é preciso que os alicerces estejam bem estruturados, nada havendo que impeça um mesmo orientador de abrir ao seu orientando novos horizontes, novas perspectivas, sem deixar de ser o seu porto seguro, o lugar onde o aluno se abrigue quando o caminho novo o amedrontar.

Minha formação acadêmica e a tese que apresento neste volume são o resultado de uma orientação dedicada e presente em todos os seus momentos, mesmo quando um oceano nos distanciava.

Mas essa distância também permitiu a construção de laços importantes. Minha rede de relações se ampliou, assim como se ampliou a minha apropriação pelo objeto de estudo escolhido. O acolhimento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra me propiciou uma vivência acadêmica intensa e multidisciplinar. O estágio de doutoramento terminou oficialmente seis meses depois da minha chegada à Coimbra, mas o Grupo de Estudos de Economia Solidária que se construiu no Colégio de São Jerônimo superou as fronteiras de Portugal e da passagem itinerante de seus membros.

É também grande a contribuição resultante das discussões do ECOSOL-CES, das aulas do Professor Boaventura, dos encontros nos corredores do CES, das reuniões do grupo “Contra o desperdício da experiência” e das conversas menos formais (fosse à mesa de um café, de um almoço ou jantar na casa dos amigos) trouxeram para esta tese.

Por tudo isto, e muito mais, o que apresentaremos nas páginas seguintes é produto de trocas solidárias, isto é, baseadas na troca de saberes, de experiências, de emoções, de angústias e de alegrias.

ÍNDICE DA TESE

Introdução	1
Primeiro momento – complexidade horizontal	14
Capítulo 1. Questões para o estudo da Economia Solidária na Geografia	15
1.1. O pensamento acadêmico sobre a Economia Solidária	16
1.3. Espaço e tempo na produção do conhecimento sobre a Economia Solidária	28
Capítulo 2. O lugar da Economia Solidária no Estado brasileiro	36
2.1. As políticas públicas para a Economia Solidária no Brasil	37
2.2. Os empreendimentos econômicos solidários	56
Segundo momento – complexidade vertical	85
Capítulo 3. A produção do espaço pelo trabalho	86
3.1. O papel do trabalho no mundo atual e seus aspectos históricos	90
3.2. Crise de emprego e crise de urbanização: ou ajuste estrutural do capitalismo?	99
Capítulo 4. As ações do Estado na produção do território brasileiro	112
4.1. A ação planificadora do Estado	115
4.2. A intervenção dos órgãos internacionais	131
Terceiro momento – o projeto	139
Capítulo 5. O espaço da troca na Economia Solidária	140
5.1. O valor da troca na Economia Solidária	143
5.2. O espaço da comercialização solidária no Brasil	161
Capítulo 6. A construção de novos espaços de produção	187
6.1. A autogestão e a emancipação social	195

6.2. O lugar do Estado na Economia Solidária	206
Considerações finais	221
Bibliografia	228

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Figura 1. A Itália e suas regiões: destaque para Emília Romagna, Toscana, Úmbria e Marche.	18
Figura 2. Regiões autônomas da Espanha com destaque para o País Basco	22
Figura 3. O campo da Economia Solidária no Brasil	31
Figura 4. Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil 2007	63
Figura 5. Produção e serviços do EES por municípios - agropecuária, extrativismo e pesca	77
Figura 6. Produção e serviços do EES por municípios - artefatos artesanais	78
Figura 7. Produção e serviços dos EES por municípios - alimentos e bebidas	79
Figura 8. Serviços dos EES por municípios - coleta e reciclagem de materiais	81
Mapa 1. Regiões geoeconômicas do Brasil (1967)	125

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Dotação Orçamentária para o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”	41
Tabela 2. Dotação Inicial – LOA 2009	43
Tabela 3. Empreendimentos econômicos solidários nos estados brasileiros	62
Quadro 1. Natureza das associações e das cooperativas no Brasil	65
Tabela 5. Estimativa da população economicamente ativa (PEA) e taxa de desemprego - regiões metropolitanas e Distrito Federal 2003-2006 (por 1.000 pessoas)	109
Tabela 6. Economia Solidária na estrutura dos governos estaduais	207
Tabela 7. Partidos governantes das UF e as ações para a Economia Solidária	212

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Atividades realizadas pelas entidades de apoio e fomento	45
Gráfico 2. Natureza das entidades de apoio e fomento	46
Gráfico 3. Distribuição das entidades de apoio e fomento à Economia Solidária e dos empreendimentos econômicos solidários nas regiões em %	47
Gráfico 4. Número de empreendimentos econômicos solidários no Brasil por ano de início	58
Gráfico 5. Número de empreendimentos econômicos solidários por ano de início nas regiões	59
Gráfico 6. Distribuição dos EES por regiões brasileiras	60
Gráfico 7. Estrutura de organização no Brasil	68
Gráfico 8. Estrutura de organização na região Norte	68
Gráfico 9. Estrutura de organização na região Nordeste	69
Gráfico 10. Estrutura de organização na região Centro-Oeste	69
Gráfico 11. Estrutura de organização na região Sul	70
Gráfico 12. Estrutura de organização na região Sudeste	70
Gráfico 13. Área de atuação dos EES no Brasil	72
Gráfico 14. Área de atuação dos EES na região Nordeste	73
Gráfico 15. Área de atuação dos EES na região Norte	73
Gráfico 16. Área de atuação dos EES na região Centro-Oeste	74
Gráfico 17. Área de atuação dos EES na região Sudeste	75
Gráfico 18. Área de atuação dos EES na região Sul	75
Gráfico 19. Motivos para criação dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil em %	83

Gráfico 20. Número de empreendimentos econômicos solidários por ano de início nas áreas de atuação	162
Gráfico 21. Distribuição regional dos empreendimentos econômicos solidários urbanos	163
Gráfico 22. Produção dos empreendimentos econômicos solidários urbanos	175
Gráfico 23. Destinação principal dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários urbanos	176
Gráfico 24. Principais tipos de comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários urbanos	176
Gráfico 25. Destinação principal da venda ou troca dos empreendimentos econômicos solidários urbanos	179
Gráfico 26. Principais espaços de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários urbanos	179
Gráfico 27. Principais dificuldades na comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários urbanos	183

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Produtos Justa Trama	151
Foto 2. Moeda social: Amazônida	159
Foto 3. Feira realizada no território da Economia Solidária durante o 9º Fórum Social Mundial, Belém/2009	182

LISTA DE SIGLAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
DEM	Democratas
PPS	Partido Popular Socialista

RESUMO

No capitalismo a reprodução das relações sociais se assenta numa forma de organização do trabalho, de distribuição dos meios de produção e de apropriação da mais-valia que extrapolou o espaço da produção e atingiu todos os níveis da vida social. Como produto de uma sociedade desigualmente constituída em função do lugar que cada grupo ocupa na reprodução do modo de produção capitalista, as desigualdades socioespaciais manifestam-se concretamente nas diferenças regionais, na fragmentação do espaço urbano e na concentração territorial da riqueza. A Economia Solidária, orientada pelo princípio da autogestão, oferece resposta às teses que põem fim ao trabalho e à história e se projeta como um modo de produção assentado na distribuição da riqueza socialmente produzida. Cabe investigar qual o espaço ocupado pela Economia Solidária e o que ela virtualmente produz. Esta tese busca entender as condições de emergência das práticas de Economia Solidária e a possibilidade de construção de novos espaços democráticos assentados numa economia autogestionária nas esferas da produção, da distribuição, da troca e do consumo.

Palavras-Chave:

Economia Solidária – Espaço – Troca – Estado – Reprodução

ABSTRACT

The reproduction of the social relations in capitalism is based on a specific kind of work organization, distribution of means of production and appropriation of gains that have gone beyond the scope of production and have an effect on all the levels of society. As a product of an unequal society - because of the position that each group holds in the reproduction of the capitalist mode of production - the spatial inequalities concretely become visible in the regional differences, in the fragmentation of the urban space and in the territorial concentration of wealth. The Solidarity Economy, guided by the self-management principle, is an answer to thesis that claims the end of work and the end of history and it became known as a mode of production settled in the distribution of the socially produced wealth. It is up to us to investigate what is the place that the Solidarity Economy occupies and what it virtually produces. This thesis investigates the conditions for the emergence of Solidarity Economy practices and the possibility to build new democratic spaces based on a self-managed economy in the production, distribution, exchange and consumption spheres.

Key-words:

Solidarity Economy - Space - Exchange - State - Reproduction

INTRODUÇÃO

Esta tese objetiva a compreensão do espaço da Economia Solidária no Brasil, mais propriamente da maneira como se configuram e se estruturam suas formas econômicas constituídas por cooperativas, associações e grupos informais, bem como a concretude das relações sociais entre seus diversos atores: trabalhadores, movimentos sociais, governo e organizações não-governamentais. Propõe-se, então, o estudo de um conjunto de atividades econômicas pautadas por uma forma de organização do trabalho centrada na autogestão, através de uma análise geográfica que contemple a delimitação dos espaços produzidos por relações sociais estabelecidas por uma necessidade premente de reprodução do trabalho como base material da vida social.

Especificamente, analisaremos o espaço da troca da Economia Solidária como uma das esferas imprescindíveis de reprodução da atividade econômica e dos sujeitos envolvidos nas suas práticas socioespaciais. Assim, a análise estará centrada nos empreendimentos urbanos, já que há uma infinidade de atividades urbanas e rurais e que, portanto, requerem um cuidado metodológico para se evitar a generalização, a superficialidade do entendimento.

Estudar espaços que se pautam pelas formas da democracia participativa, seja ela política ou econômica, é um desafio num mundo onde o capitalismo avança a passos largos, cooptando experiências potencialmente embrionárias de uma nova forma de reprodução social. É um desafio metodológico analisar, interpretar e construir um pensamento baseado em práticas que são invisibilizadas pela hegemonia do modo de produção capitalista. A teoria crítica nas ciências sociais, de um modo geral, e na Geografia, particularmente, tem produzido um conhecimento revelador dos estratagemas capitalistas para a execução do projeto da globalização. Mas como saber se as experiências relacionadas às alternativas a essa globalização hegemônica estão reproduzindo anseios que se diferenciam da busca pelo acesso ao consumo dirigido?

Faz-se necessário pôr em evidência as experiências populares que estão emergindo onde o capitalismo fez mais vítimas do que favorecidos pelo seu sistema

de apropriação privada da riqueza construída coletivamente. Parece-nos evidente neste momento que é nos lugares economicamente menos privilegiados que estão as possibilidades mais concretas de estabelecimento de formas de viver baseadas numa organização da vida social pautada pela apropriação coletiva da riqueza produzida e pela escolha coletiva do destino histórico de suas comunidades.

Mas para que o conhecimento dê conta de revelar toda essa potencialidade é preciso estabelecer meios legítimos de cognição das experiências. A teoria crítica tem de buscar, incessantemente, a superação dos dogmas científicos, estabelecer uma interlocução com o conhecimento popular e formular novos conceitos que traduzam não apenas o que está aparente na paisagem social. Ela deve, também, ser capaz de revelar o que existe e ainda não é visto. Não é possível interpretar as experiências contra-hegemônicas com conceitos, categorias e paradigmas hegemônicos, porque eles sempre darão às experiências o caráter de alternativa inferior ao capitalismo, invisibilizando a construção de outro modo de produzir e de viver.

Esta tese, neste sentido, apresenta-se como uma tentativa de contribuir para o entendimento da Economia Solidária do ponto de vista do espaço social. Os avanços aqui pretendidos são mais modestos que a ansiedade manifestada acima, mas procuramos oferecer uma análise dos dados a que tivemos acesso a das observações realizadas no período da pesquisa, amparada por uma leitura da extensa bibliografia apresentada a seguir.

1. Fundamentos e contribuições teóricas para a realização da pesquisa

A seleção de autores e textos, cuja vertente teórica não se aparta de uma vertente político-ideológica, deu suporte à realização deste trabalho.

Todos somos sujeitos políticos e todos temos ideologias, ainda que muitos pesquisadores, que se pretendem acima das divisões de esquerda e direita, tenham a ingênua convicção de que produzem um conhecimento puramente científico. Nesse sentido escolhemos a vertente crítica que se apóia no materialismo histórico-dialético.

Do pensamento geográfico, mais propriamente da Geografia Crítica Radical, buscamos a compreensão da produção do espaço na sua complexidade. Distinguidas as devidas intencionalidades na produção do espaço de cada lugar, há um comando geral que direciona a produção e a reprodução do espaço segundo os objetivos da acumulação ampliada do capital. O atendimento das demandas do capital distingue os lugares segundo suas possibilidades de reprodução das condições da acumulação ampliada e configura o que hoje se entende pelas diferenciações socioespaciais.

Carlos (2007) enfatiza que a diferenciação espacial é um tema central na Geografia, como constatado em vasta bibliografia. Ao agregar o termo “sócio”, explicita-se uma concepção de espaço que vai além do entendimento da simples localização dos fenômenos, avançando para o entendimento de que o espaço é produto de relações sociais. Assim, para a autora

(...) a ‘diferenciação sócio-espacial’ introduz uma ‘qualidade’ ao tema da diferenciação, obrigando-nos a realizar o deslocamento da análise em direção à compreensão do processo espacial, em sua determinação social (CARLOS, 2007 p. 45).

O entendimento do espaço como esfera materializada da vida social advém da teoria da produção e reprodução social do espaço. Carlos (1996) aponta que a espacialidade é uma vertente analítica, a partir da qual se pode ler o conjunto da sociedade. A diferenciação de classes sociais está manifestada na fragmentação do espaço, na diferenciação dos lugares, na contraposição entre lugares ricos e pobres, que apresentam estruturas diferenciadas para a reprodução social.

A noção de “desenvolvimento geográfico desigual” presente nas obras de Harvey, Soja e Smith, oferece elementos para a compreensão do papel da divisão espacial do trabalho enquanto processo definidor da diferenciação socioespacial e da articulação dos lugares ao espaço mundial.

O subsídio teórico e metodológico da teoria da produção/reprodução está na concepção materialista da história, conforme teoria marxista. O entendimento da divisão de classes sociais e das relações sociais de produção estabelecidas entre classe dominante e classe dominada fundamenta a tese do espaço enquanto dimensão material da vida social, revelando as contradições na forma das desigualdades espaciais.

O pensamento de Marx, apoiado no contexto do século XIX, ganha prolongamento na obra do sociólogo francês Henri Lefèbvre. A importância do pensamento lefebvriano na Geografia está na releitura marxista situada numa crítica do tempo e do espaço, especialmente na segunda metade do século XX. Lefèbvre retoma a crítica à economia política de Marx, na proposta de uma crítica à economia política do espaço, que resgata a historicidade das relações sociais de produção para o entendimento das práticas socioespaciais inscritas no espaço, e que se impõem como condição de reprodução dessas mesmas relações sociais.

A contribuição da Geografia Crítica Radical, apoiada no marxismo, ampliada pelo retorno à dialética e pelo aprofundamento da análise das implicações do espaço e do tempo para a compreensão do mundo de Lefèbvre e a proposta de um materialismo histórico-geográfico como procedimento analítico permite uma leitura da Economia Solidária através das práticas socioespaciais que lhe dão forma e conteúdo. Assim, é possível estabelecer conexões espaço-temporais de emergência dessa forma de organização do trabalho, caracterizado por um conjunto de atividades econômicas geridas por trabalhadores, com as metamorfoses da acumulação capitalista e de redefinição de espaços econômicos.

A renovação da teoria crítica proposta por Boaventura de Sousa Santos abriu um caminho para entendimento da diversidade das experiências diferentes das práticas capitalistas e constituintes de outro mundo possível, alicerçado na democracia participativa política e econômica. Nesta tese buscamos entender em que consiste a emancipação social e as bases materiais que lhe dão sustentação. Para isso, B. S. Santos¹ propõe um escopo metodológico que privilegia o diálogo com o “senso comum”, tão rechaçado pelos rigorosos critérios científicos e que faz emergir uma realidade ativamente produzida como não-existente. Com a Sociologia das Ausências, B. S. Santos (2007, p. 28-29) propõe um procedimento transgressivo para tentar mostrar o que é colocado como alternativas não-credíveis, descartáveis e invisíveis na realidade hegemônica do mundo e que produzem a contradição do presente manifestada na diminuição da riqueza do que existe.

¹ Para facilitar a leitura e distinguir adequadamente os autores, optamos por citar Boaventura de Sousa Santos como B. S. SANTOS e Milton Santos como M. SANTOS.

Toda a contribuição apresentada nesta introdução não significa a junção desconexa das diferentes propostas de entendimento do objeto desta tese. O que pretendemos é compreender o espaço da Economia Solidária da maneira mais condizente possível com a sua realidade, manifestada através dos dados e informações coletadas e com as virtualidades de uma experiência econômica e social, que se mostra embrionária de um modo de produção baseado na reprodução do trabalho e da sociedade, mas que ainda não mostra com clareza a sua resistência à cooptação pelo capitalismo.

Para a compreensão do espaço da Economia Solidária recorreremos a um extenso referencial bibliográfico capaz de indicar caminhos teóricos e metodológicos apropriados para construção de uma leitura crítica que, ao mesmo tempo, seja uma contribuição ao debate da construção das bases da emancipação social.

2. Justificativa da pesquisa

É necessária uma ampla discussão teórica e ideológica para debater a contradição da inserção da Economia Solidária no contexto do modo de produção hegemônico como é o do capitalismo. O debate acerca da Economia Solidária afirma o caráter alternativo de novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica e, dada a ruptura que essas experiências introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. Este debate mostra que estamos diante da germinação de uma nova “forma social de produção”, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista.

A contribuição da Geografia ao estudo da Economia Solidária vai muito além do entendimento da lógica de localização de seus empreendimentos. Na perspectiva da Geografia crítica tratamos de analisar a reprodução do espaço através das relações sociais solidárias de produção, sob a égide do capitalismo. No Brasil, embora já sejam inúmeros os empreendimentos solidários, cabe questionar se a

sujeição à reprodução capitalista não limita a autodeterminação² da Economia Solidária.

A análise da Economia Solidária através das teorias e métodos da Geografia pode ir além do estudo do padrão de localização de suas formas, da distribuição e da organização de suas atividades nas diferentes escalas. Para o desvendamento das contradições presentes nos espaços que comportam modos de produção, que em primeira análise se mostram diferentes, como o da acumulação capitalista e o da reprodução solidária, partimos da premissa³ que o espaço é produto das relações sociais estabelecidas entre os homens, através do trabalho, e condição de reprodução destas relações sociais.

Massey (2007, p. 30) destaca a respeito do espaço proposições que consideramos como idéias centrais para o desenvolvimento desta tese. A primeira proposição reconhece o espaço como o produto de inter-relações. A segunda proposição compreende o espaço como “esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem”, assim, o espaço é a “esfera da coexistência da heterogeneidade”. Se na primeira premissa o espaço é um produto de inter-relações, e existe uma multiplicidade de relações, na segunda, o espaço baseia-se na existência da multiplicidade. Massey afirma que, sem espaço, não há multiplicidade e, sem multiplicidade, não há espaço. Na terceira proposição o espaço é reconhecido como sempre em construção, nunca fechado ou acabado, por ser, justamente, produto de relações em constante movimento.

Todas as considerações de Massey trazem uma contribuição importante para a maneira de proceder desta nossa investigação. Mas destacamos um trecho importante da premissa elaborada por Pintaudi (1984) que, embora esteja embutida nas considerações de Massey, não foi devidamente esclarecida. O espaço, além de produto, é condição de reprodução das relações sociais. No espaço estão inscritas as condições para que uma ação humana se realize. Embora possa parecer um resgate da corrente determinista, e essa não é a nossa intenção, porque não é essa

² A autodeterminação é parte de duas grandes idéias propostas por Boaventura de Sousa Santos para repolitizar o político. Em aula proferida no dia 16 de junho de 2008 no programa de doutoramento “Pós-Colonialismo e Cidadania Global” da Faculdade de Economia/Universidade de Coimbra, o professor propõe a autodeterminação para substituir o conceito de desenvolvimento, pondo “um acento tônico na transformação pessoal e coletiva através da autonomia”. A segunda idéia é a do “direito à organização”.

³ De acordo com Pintaudi (1984)

nossa forma de análise, o que queremos é explorar as possibilidades que as relações sociais baseadas nos princípios da Economia Solidária⁴ têm de se reproduzir no espaço, produzido a partir de relações sociais mediadas pelo capitalismo.

Nosso esforço vai, então em direção a uma análise que dê conta do desvendamento das relações sociais produtoras do espaço geográfico e de sua condição para reprodução social, objetivo que se justifica pela necessidade de uma nova forma de viver, que comporte outra organização social da vida coletiva.

A escolha da Economia Solidária como tema de estudo revelou a possibilidade de contribuir para o conhecimento e, talvez para o aprimoramento de uma forma de produção social que agrega pessoas e solidariedades, e não apenas mais-valia ao capital. A análise da Economia Solidária no âmbito da Geografia assegura a possibilidade de estudar as políticas públicas do Estado através de duas categorias: o território e o lugar, vinculados à mundialidade.

Veremos nesta tese que a Economia Solidária agrega uma infinidade de atividades econômicas desenvolvidas, em sua maioria, na área rural, como mostram os dados apresentados no primeiro capítulo. Mas, há, também, um crescimento exponencial delas nas regiões mais urbanizadas do país nesta última década. Por isso, após uma caracterização geral da situação da Economia Solidária no Brasil, optamos pelos espaços da troca dos empreendimentos, particularmente dos localizados nas cidades.

A cidade, produto mais complexo do trabalho humano, é a materialização, em um mesmo espaço, de diversas territorialidades. Sua divisão social é mais visível. No mesmo espaço urbano estão presentes ricos, pobres, patrões, empregados e todas as nuances existentes entre os extremos. A cidade é um campo de forças conflitantes quase imperceptíveis ao primeiro olhar, mas que, ao olhar informado se manifesta na divisão centro/periferia.

A implosão-explosão do urbano, metáfora lefebvriana⁵ emprestada da física nuclear, ou seja, a enorme concentração de pessoas, de atividades, de riquezas e de objetos projetou fragmentos múltiplos e disjuntos como são as periferias e os

⁴ Estes princípios estarão explicados no 1º capítulo.

⁵ Presente na obra "A Revolução Urbana", 2002.

subúrbios, levando ao que hoje se chama de fase crítica. A problemática urbana carrega consigo a crise na/cidade, na sua forma mais aparente manifestada nas diferentes territorialidades; e a crise humana decorrente da negação da reprodutibilidade das relações sociais, com o cerceamento do acesso ao trabalho e, conseqüentemente, impedindo o acesso às outras esferas da vida, como o direito à moradia, ao consumo e ao lazer, por exemplo. As duas crises são indissociáveis: a humana leva à crise da cidade, que, por sua vez, é condição da negação humana.

As trocas são parte integrante da economia. P. George (1976, p. 267) afirma que os modos e as relações de produção, assim como as necessidades de ordem técnica, exigem formas particulares de comércio. Serão analisadas as trocas comerciais dos empreendimentos solidários, já que não há produção sem consumo, tanto quanto sem a distribuição e a troca, como nos assegura Marx (2008). Os empreendimentos de produção solidária necessitam da troca tanto quanto os empreendimentos de produção capitalista, pelo simples fato de que a produção precisa ser consumida para que possa ser novamente produzida. Cabe, aqui, analisar de que maneira esta relação econômica se dá na Economia Solidária, já que a discussão sobre a produção envolve um grau determinado de desenvolvimento social. Retomando Marx (1976, p. 110), mais uma vez, pode-se dizer que todas as épocas da produção têm certas características ou determinações comuns. Nesta tese tentar-se-á identificar quais as particularidades da produção solidária, bem como sua distribuição, troca e consumo, em relação à produção capitalista.

3. As expectativas da pesquisa.

A proposta aqui é elaborar uma tese que analise criticamente a situação da Economia Solidária no Brasil, enquanto um conjunto de atividades econômicas autogestionárias, através das políticas públicas. O objetivo é o debate teórico do sentido das relações sociais no bojo do que se afirma como um modo de produção

distinto do capitalismo⁶ e, simultaneamente, nele inserido enquanto modo de produção hegemônico. Entre os objetivos gerais destacamos:

- Contribuir, por meio de uma teoria que considera o espaço como produto e condição de reprodução das relações sociais, para o entendimento da Economia Solidária como uma forma de organização do trabalho;
- Resgatar em bibliografia, o debate sobre as questões relativas ao trabalho, força de trabalho, divisão social e territorial do trabalho e precarização das relações trabalhistas para analisar o papel da atividade humana no mundo, atualmente, para a reprodução social;
- Debater, dentro da perspectiva da economia política, enquanto ciência social que estuda as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nos diferentes estágios de desenvolvimento da sociedade humana, o que implica e o que envolve a mudança do modo de produção capitalista para outro que conceba formas de reprodução social baseadas em princípios não-capitalistas;
- Analisar o debate sobre a autogestão e a emancipação social, nas propostas de Henri Lefèbvre e Boaventura de Sousa Santos;
- Analisar as ações do Estado brasileiro para a Economia Solidária a partir da criação do programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, pelo governo federal, em 2003.

4. Hipóteses da pesquisa

Esta tese analisa as políticas públicas para a Economia Solidária no Brasil e a possibilidade da autogestão como emancipação para os trabalhadores, pois é através do trabalho que se produz o espaço geográfico, ou seja, o espaço das relações sociais. Assim, relações sociais de produção capitalista produzem espaços diferenciados segundo o grau de desenvolvimento econômico. Tem-se, assim, um desenvolvimento geográfico desigual, produto de relações sociais desiguais. Tendo

⁶ Essa é a consideração de Paul Singer em suas obras que tratam da Economia Solidária. Este debate estará contemplado nesta tese.

por base essas premissas, perguntamos: quais as possibilidades de reprodução da Economia Solidária nos lugares em que a reprodução capitalista é hegemônica?

Observamos, desde a iniciação científica, mestrado e, neste momento, do doutorado, que diversas instâncias governamentais juntamente, com organizações não-governamentais e movimentos sociais têm tentado estabelecer diálogos para implementar e fortalecer empreendimentos associativos e cooperativos, principalmente naquelas atividades que produzem pouco valor agregado quando realizadas de forma autônoma e isoladas.

Os empreendimentos da Economia Solidária têm como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital; entretanto, eles estão inseridos em espaços econômicos regidos pelo princípio da propriedade individual, aplicado ao capital. As questões desta pesquisa são:

- Se, ao produzir a sua vida, uma sociedade produz, concomitantemente, o espaço da vida, quais as lógicas que orientam a convivência e (re) produção de relações sociais solidárias em espaços que, enquanto condição de emergência de relações solidárias, são produzidos por relações sociais capitalistas?
- Quais as possibilidades desses espaços para a emancipação social?
- Qual a possibilidade de a Economia Solidária produzir um espaço democrático, produto de relações sociais solidárias, comportando uma outra organização social coletiva?
- Seria nos espaços menos desenvolvidos do ponto de vista da acumulação ampliada do capital, que as virtualidades mais concretas de surgimento de novas formas de reprodução da vida e de organização da vida social baseadas nos princípios da autogestão, da reciprocidade e da solidariedade estariam presentes?

Nosso objetivo é analisar como, em um espaço produzido pelas relações sociais de produção capitalistas e que, portanto, comporta a desigualdade social e a fragmentação espacial, podem conviver relações sociais solidárias, que têm como

fundamento a redução dessas desigualdades. Buscamos responder até que ponto a desigualdade e a fragmentação podem ser superadas pelas relações sociais solidárias e se, efetivamente, está se produzindo um espaço econômico solidário.

Iniciamos a pesquisa a partir da hipótese que “*se o capitalismo se metamorfoseia para continuar hegemônico, não seria a Economia Solidária uma dessas metamorfoses?*”, já que os empreendimentos econômicos solidários dependem da troca capitalista para reproduzir a sua existência. Também cabe considerar que são as ações do Estado que financiam sua reprodução, sendo que a emancipação dos trabalhadores não vai além da esfera da sobrevivência. A análise, por meio da categoria produção/reprodução das relações sociais, permite estudar uma forma em gestação. Podem as relações solidárias de produção produzir diferentes espaços econômicos solidários e emancipatórios? Consideramos que essa forma em gestação não está garantida pelas políticas públicas e pretendemos, dessa forma, analisar as contradições existentes na inserção de empreendimentos de Economia Solidária no modo de produção capitalista.

Para estabelecer o quadro hipotético desta pesquisa procuramos centrar-nos na tríade: Produção – Troca – Reprodução. A suposição inicial é que a produção, enquanto conceito identificado consigo mesmo, se contradiz com a troca enquanto alienação em si mesma, e se concilia na reprodução enquanto síntese indissociável entre produção e troca. Assim, não basta produzir, é necessária a troca para que a produção se realize. Veremos, na tese, que a comercialização é um dos obstáculos para a Economia Solidária e é preciso investigar como a troca se realiza nessa economia.

5. Métodos da pesquisa

O emprego de um método de análise está estreitamente ligado às concepções teóricas da pesquisa. O objeto de estudo desta tese são os espaços da Economia Solidária, ou, mais propriamente, a transformação desses espaços através de relações sociais solidárias. Em um primeiro momento podemos dizer que a Economia Solidária se constitui uma atividade econômica e em uma forma de organização do trabalho que envolve a produção, a distribuição, a troca e o consumo. Cabe, portanto, uma análise da produção e dos modos de apropriação de

um espaço que comporta a complexa convivência entre relações sociais capitalistas e relações sociais solidárias.

Sabe-se que a contradição é imanente à realidade e, mais além, ao que existe e ainda não é visível. Para além de uma descrição, buscamos, através da dialética uma reflexão acerca da tese de que é somente através da troca que a produção se realiza e se transforma em reprodução.

Para a análise foi utilizado o procedimento proposto por Henri Lefèbvre (1978, p. 61-76), denominado método progressivo-regressivo. A realização da pesquisa se divide em três momentos:

Descritivo – momento para observação do objeto de estudo. Aqui, com o apoio do método estatístico quantificam-se os dados obtidos através das técnicas de observação sistemática e das entrevistas não dirigidas, bem como dos dados estatísticos obtidos de fontes secundárias. Nesse momento descreve-se o que Lefèbvre chama de complexidade horizontal.

...a complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. (LEFÈBVRE In MARTINS, 1996 p. 21).

Analítico-Regressivo: momento em que “mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais” (MARTINS, 1996 p. 21). Com o apoio do método histórico faz-se a análise do processo indutor do surgimento da Economia Solidária através da realidade escrita. Assim, será necessária a pesquisa bibliográfica pertinente ao assunto, bem como a busca por leis, documentos e informações nas entrevistas realizadas. Portanto, a análise da realidade escrita se dará pela consideração das contradições e das possibilidades.

Histórico-Genético: momento do processo final da pesquisa. De acordo com Lefèbvre (1978), após a “observação da realidade atual”, da análise do processo de implantação e desenvolvimento dos empreendimentos solidários “caberá nesta terceira etapa um estudo das modificações ocorridas na estrutura em questão, uma

vez datada na etapa anterior”. “Será feita uma classificação genética das formações e estruturas, no marco do processo de conjunto” (LEFÈBVRE, 1978).

Pretende-se, com esta análise, não apenas demonstrar a realidade atual dos empreendimentos autogestionários, mas apresentar um enfoque genético que possibilite regressar ao atual, considerando as interações das estruturas antigas com as estruturas recentes; e descrever, analisar e explicar o crescimento de tais empreendimentos e sua relação com o espaço em que estão inseridos.

Esta tese visa contribuir para o entendimento das condições de produção e reprodução de novos espaços econômicos, possibilidade posta pela Geografia Crítica através da categoria produção/reprodução das relações sociais, que nos permite analisar não apenas o que está posto como materialidade social, mas o que está por vir, porque é nas condições atuais, no espaço do presente, que são oferecidas as possibilidades das ações futuras.

Esse procedimento de análise norteou esta pesquisa, mas não necessariamente se apresenta dessa forma na redação da tese. Embora os capítulos tenham sido agrupados em 3 momentos que se orientam, primeiramente, pela complexidade horizontal, com explicitação da realidade como ela se manifesta e da teoria geral que encaminha a pesquisa; em seguida faz-se uma análise regressiva, para especificar as diferentes temporalidades existentes, por meio da complexidade vertical; e, finalizando, há o reencontro com o presente que elucida os desencontros de temporalidades e espacialidades nas práticas sociais da Economia Solidária, em meio ao modo de produção capitalista. Cada um dos momentos não se prende rigidamente à datação definida pelo método. O fio condutor de cada um não exclui, quando necessário, a exposição de elementos que não se encaixam temporalmente naquele recorte metodológico.

PRIMEIRO MOMENTO

A proposta deste primeiro momento é a da contextualização da Economia Solidária em sua complexidade horizontal. Trata-se de uma exposição da situação atual de uma forma de organização do trabalho que tem diversas denominações pelo mundo: humano-economia, economia do trabalho solidário, economia da prosperidade, economia da comunhão, socioeconomia solidária etc.. Alguns autores também incluem a economia popular, mas vale esclarecer que nem todas as atividades econômicas populares são de natureza solidária, ou seja, que se pautam pela autogestão, através de associações, cooperativas ou demais grupos ainda não formalizados. Com relação às diversas denominações, B. S. Santos (2002) caracteriza os empreendimentos associativos e cooperativos dentro dos chamados “Sistemas Alternativos de Produção”.

No primeiro capítulo construiremos uma metodologia de estudos da Economia Solidária através, da análise geográfica. Não pretendemos esgotar as possibilidades nesta tese, mas apresentar alguns dos caminhos de análise da Economia Solidária através da Geografia Crítica Radical.

O segundo capítulo versará sobre o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, realizado pela Secretária Nacional de Economia Solidária, situada no Ministério do Trabalho e Emprego. Para além da localização geográfica da Economia Solidária no território brasileiro, mostraremos a posição que ela ocupa nas políticas públicas e no orçamento geral da União. Também será exposto o papel de órgãos, instituições e organizações de apoio no Brasil.

O esforço, neste primeiro momento, é o da descrição do visível na Economia Solidária, com apresentação inicial dos significados e suas formas de abordagem, seguida da forma como ela está sendo implementada no Brasil.

As informações disponibilizadas neste primeiro momento possibilitam conhecer a situação atual e, a partir dela debater teoricamente as condições de reprodução da Economia Solidária, cuja análise, no âmbito da Geografia, possibilita o entendimento da produção de novos espaços econômicos.

Questões para o estudo da Economia Solidária através da Geografia.

A Economia Solidária constitui-se atualmente um campo potencial para os estudos que se baseiam na análise das formas e experiências expressas como alternativas ao capitalismo.

Para além de uma análise descritiva da realidade, cabe buscar as questões que indicam as contradições encontradas através de uma análise crítica das condições reprodução da Economia Solidária. Neste primeiro capítulo exporemos algumas considerações a respeito da Economia Solidária, como ela pode ser estudada pela perspectiva do espaço social. Relembremos, como já foi exposto na introdução desta tese, que nossa preocupação, num plano mais amplo, é com a maneira como se produz e se reproduz o espaço da Economia Solidária, e como ele se configura e se estrutura. Esta é a primeira grande questão. Outras, mais específicas, serão tratadas em detalhe no decorrer desta tese.

1.1. O pensamento acadêmico sobre a Economia Solidária

Os exemplos de solidariedade econômica que têm impulsionado novas formas de geração de trabalho e renda são acompanhados pelos cientistas sociais de diversas especialidades e de diversas partes do mundo. Muitas vezes descritivos, os estudos apresentados relatam os avanços de comunidades que se uniram para produzir e trocar produtos e serviços como alternativa à falta de emprego formal. Cabe investigar se a produção solidária está sendo acompanhada efetivamente por uma análise crítica, já que o pensamento crítico vai além do existente como esfera de análise, porque o real não é apenas o que existe. Mas, como se pode analisar o processo autogestionário em voga? Sem dúvida é necessário recorrer ao estudo das formas de Economia Solidária em atividade nos mais diversos contextos sociais, econômicos e culturais. É necessário, também, analisar o envolvimento político no fortalecimento da Economia Solidária. A análise política deve tratar tanto do Estado como dos movimentos sociais e ideológicos que fizeram reemergir o cooperativismo e o associativismo como forma de reprodução e, mais além, como forma de viver que implica novas relações sociais.

O debate acadêmico sobre a Economia Solidária acompanha o ritmo crescente da formação dos grupos identificados pelo trabalho coletivo. Brasil e Portugal são, no momento, dois pólos importantes de estudos sobre o tema. No Brasil, o crescimento numérico dos empreendimentos econômicos solidários⁷, acompanhado pelo levantamento sistematizado pela SENAES/MTE têm despertado o interesse de diversos pesquisadores no conhecimento mais aprofundado dos vários aspectos da Economia Solidária. O estudioso mais reconhecido no Brasil é, atualmente, o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Israel Singer, cuja obra é referência para estudos no Brasil e no exterior.

Outro estudioso reconhecido pela causa da emancipação social, nas formas da democracia política e econômica é o sociólogo português e professor catedrático da Universidade de Coimbra Boaventura de Sousa Santos. Formulador do conceito de “Sociologia das Emergências”, B. S. Santos defende a aproximação entre a ciência e o senso comum, o que implica reconhecer e valorizar as experiências humanas e afirma que movimentos sociais fortes são a essência da democracia

⁷ Esta é a maneira como as formas de Economia Solidária são designadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal brasileiro.

participativa, tanto política quanto econômica. Nessa aproximação entre as práticas humanas e as ciências sociais, B. S. Santos, em colaboração com outros investigadores, construiu uma obra que analisa teoricamente diversas manifestações sociais que lutam pelo acesso às decisões dos governos e pela autogestão econômica. Dessas obras tem emergido um pensamento crítico sobre a natureza emancipatória da Economia Solidária.

Assim como intelectuais de renome, existem centros de investigação e referência em Economia Solidária. São grupos de trabalho que saem a campo pesquisando os diferentes aspectos da caracterização e das potencialidades dos empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de analisar e interpretar essa realidade.

Cabe ao debate acadêmico explicitar conceitos que dêem conta de desvendar o processo de emergência de formas de organização do trabalho (incluindo a produção, distribuição, troca e consumo), que aparentam diferenças com as formas tradicionais capitalistas. Verificamos que existem diversas denominações para a prática autogestionária: Economia Social, Economia Popular e Terceiro Setor, também considerados, por alguns investigadores, sinônimos de Economia Solidária. De acordo com Nunes (2002 p. 59) o conceito de Economia Solidária surgiu na França, nos anos 1990, dentro de uma discussão maior acerca das transformações econômicas do final do século XX, quando, ao crescimento econômico vertiginoso não correspondeu um aumento generalizado do bem-estar dos homens e mulheres, mas, ao contrário, um aumento do desemprego e da exclusão social.

É preciso que se esclareçam as diferentes definições para que se construa um pensamento crítico em relação à Economia Solidária. De acordo com França (apud NUNES, 2002, p. 60) o conceito de Terceiro Setor surge no contexto anglo-saxão, cuja idéia central é a da filantropia, particularmente nos EUA, com uma ação redistributiva das organizações sem fins lucrativos, paralela à ação estatal nesse campo. Já a Economia Social é formulada em um contexto europeu, em que o Estado-Providência é a base do enfrentamento dos problemas sociais, desenvolve-se aí uma economia com fins sociais, baseada em grandes fundações, associações e cooperativas, que atuam, hoje, como “apêndice do Estado”. A economia popular é

oriunda do contexto latino-americano, sendo muito próxima da economia informal e se constituindo como “formas de sobrevivência da população mais pobre”.

É importante frisar as características que diferenciam a Economia Solidária da Economia Social. Para isso podemos tomar como exemplo as cooperativas sociais da Itália como expoentes do modelo de Economia Social desenvolvido na Europa. Tomado como paradigma do desenvolvimento local, a Terceira Itália é constituída por regiões do centro-norte do país que, até a década de 1950, estava atrasada dentro do contexto economicista, se comparada ao modelo de desenvolvimento vigente.

Figura 1.
A Itália e suas regiões:
destaque para Emília Romagna, Toscana, Úmbria e Marche



Adaptada do *site web* Portal da Itália. Disponível em: <<http://portaldaitalia.com.br>>

Por meio da implantação de pequenas e médias empresas em redes cooperativas, essas regiões iniciaram uma série de ações empresariais privadas, que desenvolveram uma base industrial a partir de condições socioeconômicas locais. As ações resultaram na formação de distritos industriais compostos, na sua grande maioria, por pequenas e médias empresas. Estudiosos afirmam que o

crescimento econômico desse modelo de desenvolvimento local foi propiciado pelo processo cooperativo na ampliação qualitativa e quantitativa da atividade empresarial e da ação participativa da comunidade local pública e privada como um dos principais elementos alavancadores.

Com a consolidação no mercado interno dos distritos italianos, novos mercados foram buscados internacionalmente. Contraditoriamente, concorrência e cooperação na redução dos custos das transações comerciais entre as empresas para o alcance de objetivos não restritos à obtenção de lucro imediato foram a base para a ação.

Mas não foi somente a ação privada que propiciou o sucesso desse modelo cooperativo. Políticas públicas também tiveram papel fundamental para a manutenção em rede das pequenas e médias empresas. A proximidade espacial de empreendedores e a participação da comunidade com disposição para adaptar-se às variações do mercado foram o fator primordial. Outra característica dessas pequenas e médias empresas é a absorção da tecnologia que propiciou novas formas de gestão, com maior capacidade produtiva. O trabalho coletivo, através da cooperação em redes, permitiu superar as deficiências particulares de cada empresa.

O desenvolvimento tecnológico da década de 1970 também foi benéfico ao sistema de pequenas e médias empresas italianas, na medida em que novos nichos de mercado eram deixados pelas grandes empresas que se reestruturavam. A especialização produtiva aliada à inovação tecnológica e à melhoria do nível educacional propiciou o desenvolvimento econômico local ampliado.

O processo de desenvolvimento local na Terceira Itália, surgido após a Segunda Guerra Mundial e nas décadas de 1960/70, foi além dos aspectos econômicos para ganhar uma abrangência sócio-técnica. Para Farah Júnior (2001, p. 16) as mudanças na região dependeram, além da esfera econômica, de um esforço para desenvolver a capacidade social, cultural e política da comunidade de aplicar produtivamente esforços conjuntos em busca da eficiência coletiva, capaz de alavancar a qualidade de vida, de trabalho e das atividades produtivas dessas regiões. Foram buscadas de novas formas de representação política e participação social, de organização da produção e de relações capital – trabalho.

Juntos, empresas privadas e públicas, institutos de pesquisa e de tecnologia, instituições financeiras, órgãos e empresas de apoio dessa região da Itália passaram a construir a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento não apenas produtivo, mas também tecnológico e social.

Ao lado desse modelo de pequenas e médias empresas organizadas nos distritos industriais, na década de 1970 começou a implantação das cooperativas sociais, amparadas legalmente em 1991, com intervenção do Estado ainda mais incisiva. As cooperativas sociais na Itália são de dois tipos:

- Tipo A: constituídas por sócios trabalhadores (com formação predominante nas áreas psico-sociais e pedagógicas) nos serviços sociais, que são função do Estado, como creches, centros educacionais diurnos, casas de repouso para idosos, atividades em presídios, centros de reabilitação para jovens e adultos com deficiências. Aqui o Estado transfere os recursos às entidades locais, que os repassam às cooperativas sociais, por meio de contrato e convênios, sem necessidade de licitação pública.
- Tipo B: desenvolvem atividades de produção de bens e serviços, visando à inserção ocupacional de pessoas desfavorecidas (pelo menos 30% das vagas). Elas não pagam contribuições sociais sobre os desfavorecidos que empregam e podem celebrar convênios com entidades públicas sem a exigência de licitação pública. Esse tipo de cooperativa atua em um campo no qual nenhuma outra organização, pública ou privada, atua e propõe métodos inovadores de inclusão dos desfavorecidos, combinando objetivos econômicos e sociais.

Em 1991, eram 2000 cooperativas sociais. Em 10 anos elas quadruplicaram e, em 2006, representavam, na Itália, 4% do movimento cooperativista em número de empreendimentos e 10% em número de associados.

Essas cooperativas sociais deram respostas às várias demandas da sociedade italiana. Em 1970 houve uma universalização do acesso aos serviços públicos de educação, saúde, inclusive com o fechamento dos manicômios, por reconhecimento dos direitos dos doentes mentais. Por outro lado, as transformações sociais produziram novos tipos de exclusão e marginalização social: os “sem-casa”,

os dependentes químicos, os imigrantes, os encarcerados e os desempregados. Nesse período, ainda, as conquistas civis ampliaram o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Muitos jovens graduados em busca de oportunidades de trabalho e não mais atraídos pela segurança de emprego passaram a desempenhar as atividades ligadas às formas sociais emergentes. Abriu-se um mercado de trabalho que atendia às demandas sociais de serviços públicos e com novos postos de trabalho para os jovens com formação educacional de nível superior, aptos a prestação desses serviços.

Tudo isto foi propiciado pela adequação da legislação italiana, comparada atualmente à melhor lei de cooperativas sociais. Cabe indagar se o processo italiano pode servir de modelo para outros contextos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Outro exemplo europeu destacado é o complexo cooperativo Mondragón, localizado na região do País Basco, Espanha. Constituído por cooperativas de trabalho associado, Mondragón é atualmente um dos principais grupos empresariais da Espanha. Em um contexto de pobreza de uma região devastada pela Guerra Civil Espanhola (1936-1939), reprimida pela ditadura de Franco e com alta emigração de sua força de trabalho para a França e outras regiões da Espanha, o complexo cooperativo Mondragón originou-se com as aulas de sociologia ministradas pelo sacerdote José Arrizmendiarieta a jovens que fundariam as cooperativas alicerçadas nos princípios cristãos de solidariedade aliado ao conhecimento técnico.

A história de Mondragón é dividida em três etapas: a primeira, que vai de 1955 a 1970, com o surgimento das primeiras cooperativas e instituições de suporte; a segunda, entre as décadas de 1970 a 1990, quando as cooperativas se agrupam por proximidade geográfica; e a terceira, a partir dos anos 1990, com a formação da Corporação e a reorganização setorial voltada para mercado/produto.

Figura 2.
Comunidades autônomas da Espanha com destaque para o País Basco



Adaptada de CARVALHO, M. S. de Disponível no *site web* da Revista Franco-Brasileira de Geografia em: <http://confins.revues.org/docannexe/image/1792/img-3-small480.png>

Deve-se destacar a criação de cooperativas para dar suporte tecnológico e organizacional às demais, tornando-as tecnologicamente independentes. Além disso, algumas cooperativas criaram internamente seus próprios departamentos de pesquisa e desenvolvimento. Nos anos 1990 já havia 109 cooperativas, que, juntas, faturavam 303.363 milhões de pesetas e, com as exportações, que representavam 16%, eram gerados 23.130 postos de trabalho. O percentual de trabalhadores não sócios estava em torno dos 20% (ARREGUI, 2002, ORMAECHEA, 2003, apud AZEVEDO, 2007, p. 6).

Em 1990 iniciou-se um processo de evolução organizacional que transformou o grupo de cooperativas Mondragón em uma Corporação: *Mondragón Corporación Cooperativa-MCC*. A partir de 1991 grandes alterações estruturais ocorreram. Foram criadas divisões setoriais e dentro das divisões os agrupamentos. Os êxitos alcançados pelo grupo são grandes, tanto em número de cooperativas como em

postos de trabalho gerados. O volume de vendas alcançado e o desenvolvimento tecnológico justificam o *status* de oitavo grupo empresarial da Espanha.

A história de Mondragón é alicerçada no investimento em conhecimento técnico e no desenvolvimento de tecnologias de produção, gestão e informação. Desde sua formação, em 1956, teve como pilares o cooperativismo, a educação e a inovação tecnológica. A MCC reúne 104 cooperativas e está estruturada em três grupos: financeiro, industrial e de distribuição, além de contar com onze centros de pesquisa e desenvolvimento, uma universidade (com três faculdades) e um centro de formação cooperativa e empresarial. Em 2004 teve um faturamento de 10,459 bilhões de euros e estava composta por 70.884 trabalhadores. A “Corporação Cooperativa Mondragón” extrapolou os limites do País Basco e da Espanha. Ela se tornou tão grande que cabe questionar a atualidade do caráter solidário que lhe deu origem.

A Economia Solidária tem algumas afinidades com essas idéias, mas, apresenta, sobretudo, particularidades que a afirmam como conceito e prática. Ela tem herança histórica comum com a economia social europeia, com ênfase especial sobre o aspecto democrático da organização do trabalho, em que predomina o estatuto associativista e, em alguns casos, o cooperativista. As iniciativas de Economia Solidária articulam a dimensão econômica, social e política em uma ação coletiva, em experiências que potencializam transformações sociais mais amplas.

No Brasil a terminologia “Economia Solidária” foi adotada pelo governo federal brasileiro para a proposição de políticas públicas. A Economia Solidária congrega os grupos que exercem atividades econômicas de forma coletiva. São formas cooperativas, associações e grupos informais, além de outras formas como as sociedades mercantis. Essas organizações devem se caracterizar pela coletividade (organizações suprafamiliares, singulares e complexas) e pela participação (os sócios são trabalhadores que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como repartição dos resultados). O pilares da Economia Solidária se assentam em 4 características complementares entre si:

- **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens,

partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades;

- Autogestão: exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses;
- Atividade econômica: agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo;
- Solidariedade: preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores e consumidores.

Outras denominações procuram designar práticas econômicas de cunho associativo e solidário. Existe atualmente uma variedade de termos e expressões para indicar a mesma busca de uma reconceitualização da economia a partir de outros paradigmas o que, de acordo com Arruda, (In: CATTANI, 2003 p. 232), são por exemplo a centralidade do trabalho, o conhecimento e criatividade em vez do capital; a cooperação como modo privilegiado da relação socioeconômica, em vez da competição; o planejamento participativo do desenvolvimento, em vez do espontaneísmo dos interesses corporativos; a solidariedade consciente como valor central, em vez do egoísmo utilitário; a sociedade trabalhadora como sujeito principal do seu próprio desenvolvimento, em vez do protagonismo do Estado ou do capital.

Arruda⁸ é referenciado como o instituidor do termo “Socioeconomia Solidária” e que segundo sua própria designação presente na obra *A outra economia* (CATTANI, 2003) trata-se de um termo equivalente a Economia Solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia.

⁸ Marcos Arruda é pesquisador, economista e educador.

E é a busca por essa verdadeira economia, cujo sentido original no grego, gestão, o cuidado com a casa e, por conseqüência o cuidado com os que nela habitam, ao termo se agregam conceitos como *economia da proximidade*, *humanoeconomia*, *economia do trabalho*, *economia do trabalho emancipado*, *colaboração solidária* e ainda *economia social*, a *Socioeconomia Solidária* e a *Economia Solidária*, segundo Arruda, (In: CATTANI, 2003, p. 234).

No Brasil os termos mais freqüentes são, além da Economia Solidária e da Socioeconomia Solidária, a Economia do Trabalho, difundida por Coraggio⁹, para quem só pode ser cabalmente compreendida quando em contraponto com a economia do capital, pois é, como outras propostas, uma possibilidade a ser desenvolvida a partir de contradições no seio do sistema capitalista que se encontra, hoje, em uma transição incerta a outro sistema mundo, conforme a teoria de Immanuel Wallerstein (CORAGGIO, In: CATTANI, 2003, p. 88). Destaca-se, também, a Economia Popular, tratada por Tiriba¹⁰ e entendida como o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais (ICAZA & TIRIBA, In: CATTANI, 2003, p. 101). Mas a Economia Popular pode se constituir de ações familiares, o que não indica uma ação coletiva suprafamiliar, como exige a Economia Solidária.

Para efeitos desta tese, o termo utilizado em todo o texto será o de Economia Solidária. Vale, entretanto, salientar a maneira como ele é entendido pelo seu principal difusor no Brasil, o professor Paul Singer, para quem o conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, entre outros, que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão, e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, In: CATTANI, 2003, p. 116). Uma discussão importante em torno das contribuições de Singer se faz mediante seu entendimento da Economia Solidária como um outro modo de produção. Essa afirmação aparece em Singer (2002, p. 10), quando ele contrapõe o modo de produção capitalista, cujos princípios são o direito de

⁹ José Luis Coraggio é economista argentino, membro da RILLES - Red Latinoamericana de Investigadores en Economía Social y Solidaria.

¹⁰ Lia Tiriba é educadora e doutora em Ciência Política e Sociologia.

propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual, ao modo de produção da Economia Solidária, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Essa mesma expressão da Economia Solidária como um modo de produção e distribuição está presente em Singer & Souza (2003):

A *Economia Solidária* surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho). A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. *Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos.* (SINGER, In: SINGER & SOUZA, 2003 p. 13).

A definição de Singer tem feito emergir debates entre os estudiosos da Economia Solidária. Gaiger (2003) aprofunda o debate ao considerar os pressupostos de Marx para a consideração de um outro modo de produção. Para esse autor o advento de um novo modo de produção representa a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem, assim como a instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, com características que se tornariam historicamente predominantes. Não é nosso objetivo, neste primeiro momento da tese, expor os fundamentos marxistas para o entendimento do que implica a mudança para um novo modo de produção, diferente do capitalista, mas identificarmos os entendimentos sobre o que se tem tomado como Economia Solidária. Assim, se para Singer (2002 e 2003) a Economia Solidária consiste num modo de produção e distribuição, para Gaiger (2003) a Economia Solidária é uma forma social solidária de produção.

No presente, a Economia Solidária não permite, ainda, que seja concebida como um outro modo de produção. Mas, como virtualidade, ela pode ser concebida nesse sentido. Só através de uma utopia concreta, como nos coloca Lefèbvre (2008, p. 98) fundamentada no “movimento de uma realidade, cujas possibilidades ela descobre”, podemos conceber a Economia Solidária como um modo de produção, hoje, virtual, no futuro, real. “Dialeticamente, o possível é uma categoria da realidade, desde que sejam consideradas as *tendências* do real, ao invés de mantê-lo no mesmo lugar”.

Ainda é prematuro afirmar que a Economia Solidária tenha uma virtualidade revolucionária e concreta (termos usados por Lefèbvre em *Espaço e Política* para designar o utopismo socialista de Engels) que a coloque como possibilidade de um outro modo de produção. Embora não seja o objetivo principal, esta tese tem como busca meta, também, esclarecer dessa contradição.

No nosso entendimento a Economia Solidária tem duas dimensões:

- Enquanto conceito, ela significa um conjunto de ações de caráter econômico, social, político e cultural, definidoras de uma outra forma de apropriação do valor produzido pelo trabalho;
- Enquanto prática econômica ela se materializa nas formas das cooperativas, das associações, dos grupos informais que estabelecem relações sociais baseadas nos princípios de solidariedade econômica, social e política, desenvolvendo uma democracia participativa, pelo menos no que diz respeito à gestão do espaço da produção, troca, distribuição e consumo.

Assim, a Economia Solidária só pode consistir nas ações legítimas de uma busca pela emancipação do trabalho em relação ao capital, baseadas no trabalho coletivo, na autogestão, na democracia participativa e na educação política dos trabalhadores para uma efetiva emancipação social, que vá além da esfera da sobrevivência. De modo mais detalhado, neste primeiro momento, entendemos que a Economia Solidária consiste em uma forma de produção, distribuição e consumo, de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, comercialização e consumo de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução da vida. Essa forma de produção envolve a dimensão social, econômica, política, cultural e espacial e, no discurso de seus defensores, as experiências de Economia Solidária projetam-se no espaço onde estão inseridas, com a perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática, reafirmando a emergência de atores sociais com a emancipação dos trabalhadores como sujeitos históricos.

1.2. Espaço e tempo na produção do conhecimento sobre a Economia Solidária

A Economia Solidária está na interface de diversas ciências. Como já referido anteriormente, os estudos sobre essa temática, empreendidos no Brasil e em outros países, estendem-se sobre diversas perspectivas metodológicas. Temos análises verticais de seus diversos aspectos, com emergência de uma investigação de cunho crítico das práticas e das relações sociais estabelecidas nesse imenso plano que envolve a Economia Solidária.

Na perspectiva adotada por nossa linha de investigação, a da Geografia Crítica, apoiamo-nos no pensamento complexo, mais propriamente na lógica dialética para entender a realidade escolhida para análise. Morin (1990) parte da idéia de que é necessário por em ordem as nossas idéias. A simplificação e a mutilação do conhecimento tiram elementos importantes para o entendimento de um determinado fenômeno, que não deve ser entendido na sua totalidade, porque isso é impossível. Ao compreender a complexidade somos capazes de tomar conhecimento das obscuridades, ainda que não possamos compreendê-las em toda sua intensidade. A dificuldade do pensamento complexo é que ele deve enfrentar a confusão, a solidariedade dos fenômenos, a bruma, a incerteza e a contradição.

O pensamento complexo é exatamente a lógica dialética, ou seja, uma maneira de abordar e considerar os fatos da natureza. Prado Jr. (1968) coloca que a dialética olha a natureza não como uma acumulação acidental de objetos, de fenômenos destacados, isolados e independentes uns com os outros, mas como um todo unido, coerente, onde os objetos, os fenômenos são ligados organicamente entre si, dependem uns dos outros e se condicionam reciprocamente. Para Prado Jr. (1968) a natureza é a realidade objeto do pensamento e do conhecimento humanos. Ela é múltipla e variável, mas o pensamento e conhecimento humanos não podem fixar-se unicamente nesta multiplicidade e variabilidade para entender a natureza e conduzir a ação do homem. Assim, para que se possa entendê-la é preciso identificar certas feições, tanto no tempo quanto no espaço, fixar certas uniformidades e permanências.

A busca da Geografia Crítica pela superação de uma pretensa neutralidade científica a colocou próxima dos movimentos sociais de conquista e ampliação dos

direitos civis e sociais, e mais especificamente, no cerne do entendimento da luta pelo acesso à terra e à moradia e ao combate à pobreza. Num plano mais amplo, a sua proposta de diminuição das disparidades socioeconômicas e das diferenças regionais a insere na discussão das diferentes esferas da reprodução social.

Uma das esferas da reprodução social mais presentes nas reivindicações populares no presente é a do trabalho. Trataremos, com mais ênfase, no capítulo 3, do papel fundamental do trabalho na reprodução social e na produção do espaço.

Numa análise mais imediata é possível constatar a urgência das questões que afetam a ação do homem na sua atividade laboral. Índices de desemprego, relações precárias ou escravizadas de trabalho, subemprego e emprego informal são alguns dos temas de destaque em tempos de crises econômicas mais freqüentes para o ajuste das diretrizes do capital.

Se a reprodução social é comprometida pelas restrições impostas pela adequação às novas regras do capital, o espaço social, enquanto dimensão mais material da realidade social, manifesta concretamente as condições para a vida coletiva.

Para Pierre George (1969, p. 13) a originalidade da Geografia está no estudo do ajustamento do plano horizontal dos dados examinados pelas outras ciências humanas em planos verticais. Para esse autor a Geografia ultrapassa o âmbito das demais ciências humanas, inclusive a sociologia, definindo-se como pesquisa de todas as correlações e causalidades relativas à situação atual e às virtualidades dessas coletividades. No caso específico de nosso objeto de estudo, a Economia Solidária, muito da bibliografia advém da sociologia e a ela devemos grande parte do entendimento que se tem construído sobre as relações sociais que se estabelecem na Economia Solidária. Entretanto, tais estudos ainda não mostram um panorama geral das condições de realização plena da Economia Solidária, isto porque, apesar de fornecerem conceitos importantes de representação de muitos aspectos da Economia Solidária, os estudos que se tem realizado estão focados naquilo que Pierre George afirma como plano vertical, e isso se dá pela própria natureza empírica da sociologia e das demais ciências humanas.

Na Geografia Crítica os estudos sobre o desenvolvimento geográfico desigual avançaram metodologicamente a ponto de demonstrarem que, enquanto tivermos

desigualdades sociais, desigual distribuição da riqueza e políticas públicas que privilegiem apenas algumas parcelas da humanidade, teremos, conseqüentemente, parcelas do espaço diferenciadas pela presença e ausência de objetos e estruturas que caracterizam o grau de desenvolvimento econômico e social. Essa Geografia diferencial está presente não apenas na cartografia dos espaços mundiais, mas também é interna aos territórios nacionais, com as disparidades regionais e intra-urbanas. Assim, sabemos que nem todo o território de um país elencado entre as grandes economias do mundo está plenamente articulado às redes internacionais do capital, bem como em países periféricos, ou semi-periféricos, as elites hegemônicas, confinadas em espaços apartados da pobreza que as rodeiam, estabelecem maiores relações com o exterior através dos fluxos de informação.

Estudar o espaço da Economia Solidária não significa descrição locacional de suas ações e de suas atividades. Se o espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho, como concebemos na Geografia Crítica, como podemos analisar, interpretar e explicar as relações de trabalho que vem se estabelecendo, em paralelo, no Brasil e outras partes do mundo, como uma forma *a priori*, que se antepõe ao modo de produção capitalista? Quais as condições existentes para a realização de um outro modo de produção? É possível concebermos um espaço produzido através de relações sociais solidárias?

Nossa inquietude vai em direção à possibilidade de estarmos diante de uma produção não capitalista do espaço, baseada em redes solidárias que possam reverter as desigualdades sócioespaciais. Essa constatação, entretanto, depende da averiguação da realidade e das virtualidades através de métodos de investigação.

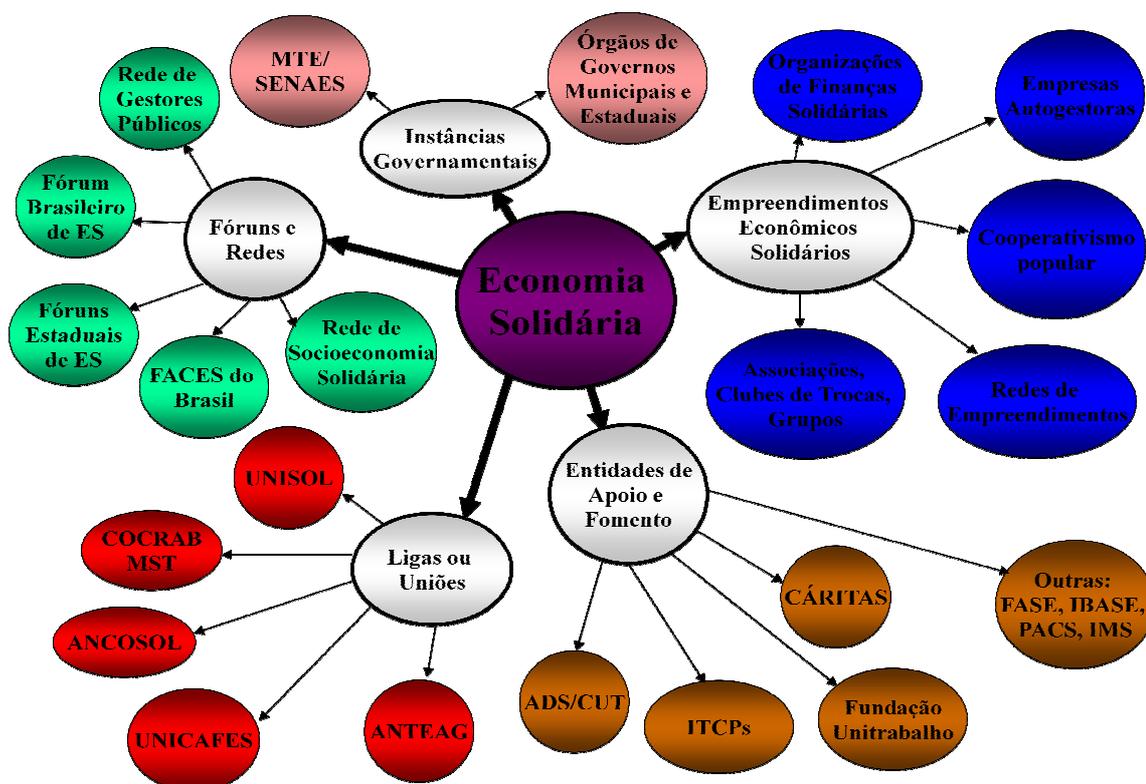
Todo estudo geográfico tem um recorte espacial. Nesse sentido as categorias geográficas se prestam a delimitar a análise de determinada realidade. O estudo espacial da Economia Solidária não se furta a essa condição. Pode-se tanto partir de um estudo de caso de uma realidade local como de proposta de análise conjuntural no âmbito do espaço mundial.

Para M. Santos (1985, p. 49) é básico o conceito de que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. Para a nossa compreensão da produção do espaço as categorias forma, processo, função e estrutura tornam-se fundamentais, já que, para estudar o

espaço, há que se apreender a sua relação com a sociedade. Entender que tipo de sociedade se está constituindo a partir de relações de produção baseadas em princípios da democracia, da reciprocidade, da participação e da solidariedade é um dos pressupostos para entender a produção de espaços diferenciados, baseados em formas diversas de organização da vida coletiva.

Mais além, é preciso identificar se esses espaços são realmente diferenciados, ou se apenas abrigam as formas dos empreendimentos econômicos solidários, sem, entretanto, ter como função as relações sociais solidárias num processo de um modo de produção diferenciado do capitalismo e que esteja numa estrutura de redes que conectem empreendimentos, organizações e demais formas e sujeitos da Economia Solidária. Apresentamos a seguir o campo da Economia Solidária no Brasil, organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal em 2005.

Figura 3.
O campo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Atlas da Economia Solidária, MTE (2005)

A figura 3 mostra através, de uma rede articulada de empreendimentos, instâncias governamentais, entidades de apoio e fomento, fóruns e redes, ligas e uniões, que a Economia Solidária no Brasil, atualmente, vai além da dimensão

econômica, base de sua ação. Para além dos empreendimentos existe um movimento social próprio da Economia Solidária, mas não desvinculado de outros movimentos que reivindicam o atendimento de outras demandas da população. A Economia Solidária aparece particularmente ligada aos movimentos de luta pela terra, entre outros, o que a mostra não apenas como uma alternativa às formas contratuais de trabalho, mas como uma nova dimensão de questionamento e reivindicação por novas bases de estruturação da sociedade, assentadas em pressupostos de participação popular nas esferas política e econômica.

Enquanto prática econômica e ação política, entendida para além da ação do Estado e dos governos, mas também como prática política dos cidadãos, a Economia Solidária é passível de ser estudada na sua dimensão material, na sua concretude espacial, seja através das suas formas ou através das redes que se constroem, ligando uma série de novos elementos que criam as condições de reprodução dessa outra economia designada por Cattani (2003), se ela pode assim ser chamada.

Entender a Economia Solidária é um esforço intelectual intenso, pois mesmo os estudiosos mais renomados ainda estão construindo bases teóricas para explicar essa realidade, ainda que em parte. Por se tratar de uma sistematização de idéias ainda recentes, datada da década de 1990, como vimos anteriormente, e apesar de sabermos que estas práticas já estão presentes nas experiências de algumas comunidades há muito mais tempo, embora sem essa denominação ou mesmo sem um pensamento estruturado a respeito, todo o conhecimento acumulado até o momento ainda não dá conta de afirmar categoricamente se essa é ou não uma outra economia, diferente daquela preconizada pela acumulação ampliada do capital.

Sabe-se que as relações sociais de produção envolvidas na Economia Solidária pretendem-se diferenciadas daquelas praticadas no contexto capitalista. Portanto, o entendimento do espaço, enquanto produto e condição de reprodução das relações sociais leva a questionar a possibilidade de uma outra organização da vida coletiva assentada num espaço diferenciado daquele produzido pelas relações sociais de produção capitalista. Para além das relações sociais de produção, é

preciso entender se a Economia Solidária também se estende para as relações sociais mais amplas, fora da esfera restrita da produção.

A figura 3, mostrada anteriormente, leva, neste primeiro momento o julgamento de que novas relações sociais estão se estabelecendo para além da esfera da produção, já que não só existem empreendimentos econômicos solidários organizados, mas todo um campo articulado de organizações, instituições e movimentos sociais. Aliás, a Economia Solidária congrega diversos movimentos sociais, já que as esferas do trabalho e da economia estão alinhadas a todas as demandas sociais.

Os instrumentos que o pensamento geográfico-marxista põe à nossa disposição permitem o reconhecimento de uma realidade já posta através de uma observação teoricamente orientada da paisagem, bem como a compreensão das práticas sociais que dão forma e conteúdo a esta realidade observável. Aliado ao pensamento lefebvriano esta análise se amplia para as possibilidades de reprodução espacial como produto da reprodução social num movimento simultâneo, constante e indissociável.

Harvey (2004, p. 30) retoma uma linha de argumentação baseada na concepção de dialética concretizada, à qual ele denomina de “materialismo histórico-geográfico”. O autor levanta uma das principais linhas divisórias de nossa época, ao retomar essa abordagem, que é a difícil questão entre “particularidade” e “universalidade” na construção do conhecimento.

Analisar profundamente a Economia Solidária nos submete a esse dilema metodológico. Alguns trabalhos geográficos a respeito da Economia Solidária situam-se no debate do desenvolvimento local, através da análise de estudos de caso, localizados e focalizados. Mas, até o momento, não se tem um estudo amplo, mas igualmente profundo, de como está posta e de como se encaminham as práticas sociais que dão corpo à Economia Solidária. Esta é inclusive uma demanda de outras ciências, que se caracterizam pelos estudos verticais, e também dos agentes fomentadores, como os gestores públicos, os órgãos de financiamentos e, até mesmo, dos movimentos sociais e dos trabalhadores dos empreendimentos.

Cada elemento traz consigo uma infinidade de possibilidades a serem exploradas para a compreensão do que constitui, hoje, a Economia Solidária. A

Geografia, para além das análises locacionais, pode oferecer bases ao entendimento da ação desses elementos articulados na figura 3. Abre-se um novo tema de pesquisa na Geografia, que a aproxima dos movimentos sociais, que oferece interpretação de práticas sociais transformadoras do modelo de apropriação da natureza, que pode conduzir à proposição de políticas públicas e que tem o diferencial de construir um pensamento integrado das dimensões econômica, social, política e cultural, materializadas no espaço.

Entre as contribuições que se apresentam para prover bases teóricas às práticas da Economia Solidária, as categorias espaço e tempo articuladas numa abordagem defendida por geógrafos críticos, através do materialismo histórico-geográfico como método de investigação da realidade social, apresenta não apenas um retrato explicado do momento atual, como possibilita a construção de um projeto para uma nova vivência social.

É sempre curiosa a maneira como reagem os colegas de outras ciências quando apresentamos nosso tema de estudo. Pela própria história do pensamento geográfico não é fácil convencer que a renovação crítica pela qual passou a ciência geográfica a partir da década de 1970 a remeteu a um materialismo histórico profundamente espacializado, como coloca Soja (1993, p. 58).

Entender a forma como se produz e reproduz a Economia Solidária implica estabelecer seus intrincados elos com o capitalismo. E, nesse caminho, o pensamento geográfico tem muito a contribuir. Soja (1993, p. 58) expõe a defesa de Harvey na proposição de seu método de investigação: “A geografia histórica do capitalismo tem que ser objeto de nossa teorização, e o materialismo histórico-geográfico, o método de investigação”. Esse método consiste numa reformulação radical da teoria social crítica e, sobretudo, na maneira como se interpreta e conceitua as relações fundamentais entre o espaço, o tempo e o ser social.

Expomos na introdução desta tese a contribuição teórica a respeito das desigualdades sócioespaciais como produto e condição das desigualdades sociais imanentes ao modo de produção capitalista. Essa argumentação teórica fundamenta-se na teoria segundo a qual o espaço não é reflexo ou palco da sociedade, mas constitui-se da sociedade, materializa as diferenciações sociais e as lutas de classe e condiciona a reprodução das relações sociais.

O conhecimento das relações constituintes da produção espacial, alicerçadas no modo de produção capitalista hegemonicamente em vigor, são pressupostos teóricos para formulação de um conhecimento das condições em que se produzem e reproduzem as relações sociais na Economia Solidária.

O materialismo histórico-geográfico como método dialético articulador do espaço e do tempo é proposto por Harvey (2004, p. 251), como o projeto de construção do futuro por meio de transformações tangíveis das matérias-primas que temos à disposição, em nossa atual condição.

Assim, é importante reconhecer a realidade que nos cerca e compreender o processo histórico que a produziu. Por isso, em muitos momentos esta tese detém-se em uma descrição teoricamente informada da realidade. Essa é uma tentativa de organizar o pensamento sobre a temática da Economia Solidária, que ainda está por se estabelecer teórica e metodologicamente nas ciências sociais. A partir desse reconhecimento almejamos construir algumas propostas que se norteiem pela produção de espaços que comportem relações sociais concretamente portadoras dos princípios da Economia Solidária.

Esta tese não pretende contemplar a infinidade de temas e subtemas da Economia Solidária na Geografia. Ela se propõe a oferecer um entendimento mais amplo, mas não superficial, das condições de realização da Economia Solidária no Brasil e, mais propriamente, das condições de comercialização solidária no espaço urbano brasileiro.

O lugar da Economia Solidária no Estado brasileiro

Mais do que mostrar a localização da Economia Solidária no Brasil, visamos a esclarecer qual o seu lugar nas políticas públicas e nos projetos e programas dos governos. Este segundo capítulo ainda corresponde ao primeiro momento da pesquisa, que objetiva expor o estado atual do entendimento sobre o tema e suas principais questões.

As políticas públicas expressam a maneira como governo e Estado¹¹ concebem a Economia Solidária e propõem sua execução na esfera pública. Assim, se constatará que há um entendimento dessa economia, não como alternativa ao capitalismo, mas como capitalismo alternativo. Isso implica desenhar os limites da democracia econômica.

¹¹ Cabe aqui uma diferenciação ainda elementar que pressupõe o governo como o comando temporário do Estado. Um debate aprofundado estará presente no capítulo 6 desta tese.

2.1. As políticas públicas para a Economia Solidária no Brasil

O enfrentamento da precarização do trabalho e das dificuldades de acesso ao emprego tem motivado a formulação de políticas públicas voltadas para a geração de trabalho, através de programas que incluem formas autogestionárias de produção, distribuição, troca e consumo. Municípios, estados e federação têm implantado sistemas de capacitação, apoio e fomento a grupos de trabalhadores que buscam, coletivamente, inserir-se no mercado de trabalho, através de produção, comercialização e prestação de serviços. Mas tem-se observado que os trabalhadores necessitam, primordialmente, de apoio do Estado para iniciar e manter suas práticas de Economia Solidária.

São muitos os casos em que a iniciativa de formação de cooperativas e associações parte das políticas de governo e não dos trabalhadores. Mas não se pode deixar de considerar os casos em que os próprios trabalhadores assumem o comando de empresas em processo de falência, ou entendem que a atividade realizada de forma coletiva oferece maiores possibilidades de manutenção do trabalho e de sua reprodução. As condições de pobreza e os poucos anos de estudo formal da grande massa de desempregados levam esses indivíduos a desempenhar atividades informais ou temporárias para a sua reprodução cotidiana. As dificuldades do acesso ao emprego pleno com seguridade social tornam a vida dos trabalhadores uma busca incessante pela sobrevivência, dia a dia, sem possibilidades de planejar o futuro, de pensar a longo prazo e sem a visão da coletividade. Então, o Estado, que antes era apenas responsável pela regulamentação e fiscalização das questões trabalhistas, exercendo também o papel de facilitador na geração de trabalho e renda ao exercer a função de intermediador de mão-de-obra, de qualificação e requalificação profissional, orientação trabalhista e atendimento ao trabalhador pelo Sistema Público de Emprego, passou a buscar novas respostas no âmbito da Economia Solidária.

A iniciativa de formulação e aplicação de políticas públicas para a Economia Solidária tem raízes nas administrações municipais. É na escala dos municípios que os efeitos do desemprego e da precarização do trabalho são sentidos com maior intensidade. No município, mais propriamente na cidade, estão materializadas as desigualdades sociais, através da fragmentação do espaço e da diferenciação dos

lugares. À medida que a reprodução social é dificultada pela falta de emprego, o espaço social reproduz a dificuldade de acesso à moradia, aos serviços de saúde, educação e segurança. Em uma análise crítica o direito à cidade¹², muito mais amplo que o acesso a moradia e serviços públicos, é negado quando o homem tem restringida a sua possibilidade de se reproduzir.

Governos municipais, em geral de tendência progressista¹³, têm formulado sistemáticas de formação e apoio a grupos de trabalhadores especializados em diversas atividades. Esse processo envolve a identificação dos diversos agentes e dos diferentes interesses que permeiam o debate da geração de trabalho e renda na agenda pública e a sua regulamentação como política pública.

A descentralização das políticas públicas sociais é produto dos movimentos sociais que, na década de 1980, lutaram pelo fim do regime autoritário e pela redemocratização da sociedade. A luta pela democracia política através da participação popular nas decisões do Estado está no mesmo plano da luta pela democracia econômica, passando pelo reconhecimento da força do mercado informal para a sobrevivência de milhões de pessoas, pela necessidade da inversão da concentração da renda e pelo apoio às mais diversas manifestações da economia popular.

Na análise dos dados preliminares do levantamento realizado pela Secretária Nacional de Economia Solidária ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, verifica-se que os números de empreendimentos econômicos solidários¹⁴ crescem a cada pesquisa, mas, o que não se verifica ainda, é um programa sistemático de apoio a Economia Solidária nos estados da federação. No estado de São Paulo, por exemplo, contam-se 813 empreendimentos, presentes em 174 municípios, representando 3,71% do número de EES do Brasil em 2007. Mas, o governo estadual ainda não tem uma política dedicada à Economia Solidária. O que existe

¹² O direito à cidade está contemplado na Agenda Habitat II (II Conferência sobre assentamentos humanos da ONU, 1996) e expressa na Carta Mundial do Direito à Cidade, apresentada no 3º Fórum Mundial Social em 2003, onde o direito coletivo é almejado para usufruto da riqueza produzida. A Prof. Dra. Arlete Moysés Rodrigues debate esse tema no artigo "A cidade como direito", apresentado em ocasião do IX Colóquio Internacional de Geocrítica.

¹³ Denominamos de progressistas as lideranças políticas "mais radicais em defesa do social". Cabe ainda uma melhor conceituação, visto que no discurso partidário vigente a defesa do social independe da sigla ou ideologia fundante do partido.

¹⁴ Termo adotado pela SENAES/MTE para o levantamento e mapeamento da Economia Solidária no Brasil.

atualmente é um projeto de lei apresentado por uma Frente Parlamentar Pró-Economia Solidária, instalada na Assembléia Estadual de São Paulo.

Municípios do interior do estado de São Paulo, que já contam com um efetivo número de empreendimentos, começam a sistematizar políticas públicas de apoio à Economia Solidária, como é o caso de São Carlos, atualmente com um levantamento de 24 empreendimentos econômicos solidários e com ações de apoio e fomento desenvolvidas por sua Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, em parceria com Universidade Federal de São Carlos, através da Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP.

Mas é necessário que se ratifiquem programas de Economia Solidária, tanto nos municípios quanto nos estados. Experiências estudadas mostram que os projetos realizados por governos municipais e não regulamentados por lei acabam ou se transformam a ponto de perder suas características originais com a mudança das gestões. Esse é o caso que analisamos na dissertação de mestrado, que versou sobre uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Rio Claro/SP¹⁵. A mudança de governo, em 1º de janeiro de 2005, não pôs fim à coleta seletiva realizada na cidade através da COOPERVIVA, mas descaracterizou o projeto e não deu continuidade ao plano de expansão e fortalecimento da cooperativa. As políticas públicas devem ser constituídas de programas regulares e sistematizados, com base legal e institucional, embora se saiba que mesmo legalmente constituídas muitas políticas públicas não são postas em prática.

O território, enquanto expressão geográfica da regulação política, permite apreender a divisão do trabalho estabelecida através do Estado. São as ações do Estado que produzem a hierarquia dos lugares contidos no seu território, através da implantação de infra-estruturas que definem as suas capacidades técnicas e humanas de desenvolvimento. O Brasil tem uma divisão territorial do trabalho reconhecida pela desigualdade de oportunidades entre as suas grandes regiões. Se a região Sudeste é reconhecida pela concentração industrial e financeira, a região Nordeste tem como característica mais aparente uma agricultura pouco mecanizada e dependente das condições naturais.

¹⁵ Para maiores detalhes consultar a dissertação de mestrado intitulada “O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis: usos e contradições”. Disponível nas referências bibliográficas.

O mapeamento da Economia Solidária no Brasil tem indicado uma nova territorialidade. A região Nordeste destaca-se pelo crescimento do número de empreendimentos solidários, concentrando, atualmente, 44% das unidades de produção, comercialização, consumo e crédito solidário, seguida pela região Sul (17%), região Sudeste (14%), região Norte (13%) e região Centro-Oeste (12%). A tradição cooperativista do Sul se evidencia em números apenas no estado do Rio Grande do Sul, responsável por 10,9% dos empreendimentos no Brasil e por 63% dos empreendimentos da região Sul. Mas a região Nordeste é a única a concentrar 4 estados com mais de 1.000 empreendimentos econômicos solidários cada.

Para Kapron (2002, p. 51) cabe às prefeituras e aos governos regionais (estaduais, no caso brasileiro) e nacionais ter uma atitude propositiva quanto à articulação de uma política para a Economia Solidária, porque ela vai muito além das políticas compensatórias. Deve-se ultrapassar a ideia de atendimento aos “excluídos do mercado”, porque a política para a Economia Solidária deve ser constituída ativamente como indutora de desenvolvimento.

(...) a política pública pode colocar o Estado como indutor da constituição de serviços que permitam a capacitação, a qualificação, a informação, a formação, a educação dos trabalhadores e da sociedade, a pesquisa e a inovação (KAPRON, 2002 p. 51).

Um desenvolvimento desconcentrador e não centrado no capital, constituindo uma nova territorialidade da divisão do trabalho, onde o Estado promova infraestrutura e tecnologias, não apenas para o atendimento das necessidades do capital, mas para os ganhos na escala da produção local e solidária, deve inverter a lógica da apropriação privada do conhecimento produzido nas universidades públicas. A tecnologia, tão importante para a realização da economia, não deve somente servir de forma privada para a reprodução do capital, mas ser concebida como bem público, voltada para o conjunto da população, inclusive para a produção solidária.

Outra questão importante que remete ao empenho de governo para a realização de um programa refere-se ao orçamento destinado à execução das políticas públicas. A análise da destinação dos recursos pode ser feita através da

consulta ao Orçamento Geral da União e, mais especificamente, através da Lei Orçamentária Anual (LOA)¹⁶.

Em um acompanhamento da dotação orçamentária anual para o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, vemos que, no ano de implantação da SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego não existe destinação de recursos, já que o Orçamento Geral da União é feito no ano anterior ao repasse das verbas. Nos anos seguintes ficam assim discriminados os valores destinados ao programa:

Tabela 1.
Dotação Orçamentária para o programa
“Economia Solidária em Desenvolvimento”

	Dotação Inicial em R\$			Valor Pago em R\$		
	Total	MTE ¹⁷	MDS ¹⁸	Total	MTE	MDS
2003	0	0	0	0	0	0
2004	58.396.656	29.110.458	29.286.298	21.501.905	16.389.844	5.112.060
2005	57.398.007	13.220.400	44.177.606	21.785.563	8.923.714	12.861.848
2006	33.533.174	12.870.644	20.666.530	13.333.630	13.333.630	0
2007	61.501.000	33.956.000	27.545.000	17.175.524	17.175.524	0
2008	90.083.000	49.023.000	41.060.000	23.895.981	13.485.987	10.409.994
2009	85.569.560	34.684.560	50.885.000	113.538	113.538	0

Fonte: Senado Federal – Orçamento da União (2003 a 2009). Disponível em:
http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Execucao:EDFS

O Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, sediado no Ministério do Trabalho e Emprego, mas também com ações do Ministério do Desenvolvimento Social, começou a ser implementado em 2004, seis meses após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Também foi a partir desse

¹⁶ A LOA é uma das três leis em sentido formal (lei ordinária), que compõem o sistema orçamentário brasileiro. É a lei orçamentária propriamente dita, com vigência de um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos. Retirado do Glossário do Orçamento da União, presente no site web do Senado Federal: http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/Glossario

¹⁷ Ministério do Trabalho e Emprego.

¹⁸ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Entre os anos de 2003 era o Ministério da Assistência Social.

ano que o programa passou a contar com orçamento próprio, a partir da sua inclusão no Plano Pluri-Anual (PPA) do Governo Federal 2004-2007.

As ações e as prioridades elencadas são definidas em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com as resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2006 e com o Conselho Nacional de Economia Solidária. De acordo com a SENAES (2009), além da intensa interlocução com a sociedade civil, a política nacional de Economia Solidária também se caracteriza por apostar na transversalidade e na intersetorialidade, buscando articular-se às demais políticas de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do Governo Federal e de outros entes federativos.

Na proposta do Plano Pluri-Anual (PPA) 2008-2011, buscou-se ampliar o escopo do programa, delimitando suas várias linhas de ação de modo mais definido e mais estruturado, com destaque para:

- a organização da comercialização dos produtos e serviços da Economia Solidária;
- a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação;
- o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários;
- e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a Economia Solidária, garantindo o direito ao trabalho associado.

Das políticas elencadas no PPA 2004-2007 constavam a estruturação de uma política pública voltada à Economia Solidária com:

- o estímulo à institucionalização de políticas nas três esferas;
- a formação de formadores/as e gestores públicos;
- a construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a Economia Solidária como eixo, a partir da atuação de uma rede de agentes de desenvolvimento solidário espalhados pelo Brasil;
- o mapeamento da Economia Solidária.

As políticas do PPA 2004-2007 ainda estão no escopo das ações da SENAES, principalmente com o novo mapeamento da Economia Solidária, que se inicia neste ano, 2009, para ampliar e atualizar a base do Sistema de Informações em Economia Solidária.

Mas, a análise que podemos fazer da tabela 2 mostra que a destinação dos recursos para a execução dessas políticas não corresponde às dotações iniciais. Analisar o peso da Economia Solidária para o Estado brasileiro demanda, entre tantas outras verificações, avaliar o seu peso no Orçamento Geral da União, que, neste ano (2009) foi estimado em 1,5 trilhão de reais. Isto significaria que, dentro da proposta de dotação inicial, o orçamento do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento significa 0,0057% do Orçamento Geral da União em 2009.

Tabela 2.
Dotação Inicial – LOA 2009

	Orçamento Geral da União	MTE	MDS
Dotação Inicial	1.500.000.000.000	42.032.368.629	32.698.851.385
Programa ES em Desenvolvimento	85.569.560	34.684.560	50.885.000
Porcentagem correspondente	0,0057%	0,08%	0,16%

Fonte: Senado Federal – Orçamento da União (2003 a 2009). Disponível em: http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Execucao:EDFS

A tabela 2 mostra representatividade do programa Economia Solidária em Desenvolvimento dentro das dotações iniciais da LOA 2009 dentro dos ministérios que administram as ações. Com um orçamento menor que o MTE a dotação inicial do programa é maior no MDS, tanto em porcentagem quanto em números absolutos. Entretanto, como mostra a tabela 2, nem sempre são pagos os valores determinados na dotação inicial para o MDS.

A análise desses números deve levar em consideração a distribuição do orçamento público enquanto instrumento pelo qual o governo estima as receitas e

fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais.

Uma consideração importante deve ser levantada na questão do repasse dos valores para a execução do programa. De acordo com Singer¹⁹, as áreas sociais do governo federal funcionam através de ONGs. Mas, com o enrijecimento crescente dos controles de convênios que regem as parcerias entre o Estado brasileiro e as organizações não-governamentais, e, devido a uma onda de denúncias contra algumas ONGs, o repasse não mais foi feito. Como aconteceu com o programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Grande parte das ações é implementada através dessas organizações, já que o próprio Estado não dispõe de recursos humanos para a atuação em todas as áreas. E, de acordo com Singer (2008), as organizações são fundamentais para a transformação social, já que o novo e o experimental são feito por elas. O corpo burocrático do Estado não é capaz de introduzir inovações pela própria estrutura a que pertence.

2.1.1. A atuação de órgãos, instituições e ONGs

O crescimento dos números da Economia Solidária no Brasil também é acompanhado pelo surgimento de entidades de apoio e fomento aos empreendimentos através de instâncias governamentais, organizações não-governamentais, universidades, movimento sindical, sistema S²⁰ e outros, o que contabiliza 22.876 tipos de fornecedores de apoio no Brasil em 2007.

Especificamente no que se refere às organizações não-governamentais no Brasil, Singer (2008) atenta para o crescimento delas, registrado pelos números do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) das Fasfil (fundações e associações sem fins lucrativos). Em 1996 havia 107.332 ONGs, em 2002 havia 275.895 e, em 2005, foram contabilizadas pelo último censo 338.162 ONGs.

¹⁹ Em artigo do Jornal Folha de São Paulo, publicado no dia 08 de outubro de 2008 sob o título “A crise das ONG’s e das políticas sociais”.

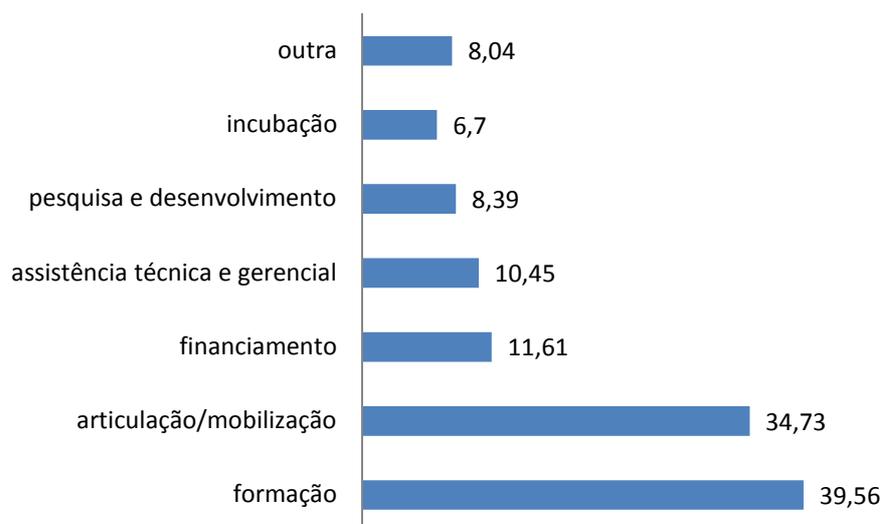
²⁰ O sistema S é constituído por um conjunto de entidades de interesse de categorias profissionais: SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SESI (Serviço Social da Indústria), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria), SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), SEST (Serviço Social do Transporte), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), entre outras.

Segundo estimativas, se o ritmo de crescimento do último triênio meramente se manteve, o número de ONGs deveria andar por volta de 416 mil em 2008.

É na década de 1990 que 41% dessas fundações surgem, num contexto de fortalecimento da democracia e da participação da sociedade civil na vida nacional. E, de acordo com a pesquisa do IBGE, a maioria destas entidades é voltada para a promoção do desenvolvimento e da defesa dos direitos e interesses dos cidadãos e dedicadas à educação popular, à prevenção das causas da mortalidade infantil e subnutrição, à organização dos trabalhadores excluídos em associações autogestionárias, entre outras causas.

Na Economia Solidária as entidades fornecedoras de apoio organizam e desenvolvem ações de capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica-organizativa e acompanhamento.

Gráfico 1.
Atividades realizadas pelas entidades de apoio e fomento (EAF)



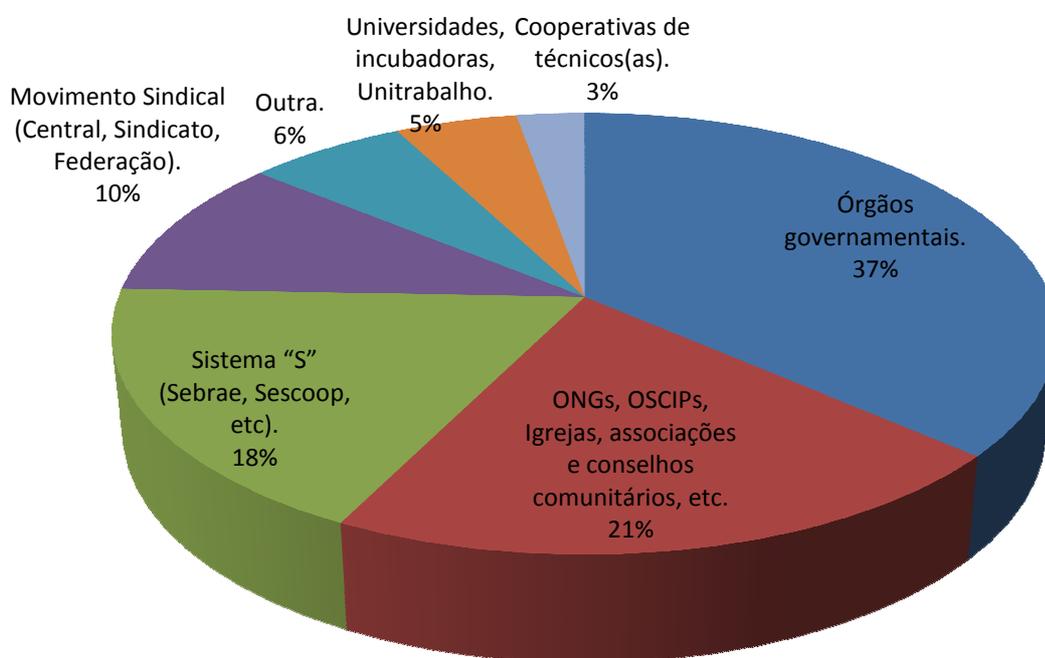
Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2005.

A área de formação de empreendimentos econômicos solidários é o destaque da atuação das EAFs, seguida da articulação e mobilização. Em número muito menor, observam-se a pesquisa e o desenvolvimento com atuação das EAFs, importantes para o sucesso dos empreendimentos. Sem pesquisa de mercado e desenvolvimento de tecnologias sociais os empreendimentos têm chances menores de concorrerem com empresas tradicionais. Veremos em detalhe, no capítulo 5 desta tese, as dificuldades dos empreendimentos econômicos solidários,

particularmente no que se refere à troca. Se o fomento e o apoio à formação de empreendimentos constam atualmente do maior número de ações em prol da Economia Solidária, é preciso identificar as questões que afetam a reprodução dessa forma de economia, já elencados nos dados do levantamento realizado pela SENAES.

Ao desmembrarmos as entidades de apoio e fomento pela sua natureza jurídica, vemos que os órgãos governamentais ainda ocupam o maior número.

Gráfico 2.
Natureza das entidades de apoio e fomento



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Estão elencadas 5.097 organizações não-governamentais no SIES, 2007. Segundo palavras do Secretário da SENAES/MTE, Paul Singer, em artigo do *Jornal Folha de São Paulo* (02/10/2008) e também no II Congresso de ITCP's da USP, em dezembro de 2008, a participação das ONGs é imprescindível para o andamento das ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Embora existam ONGs fraudulentas criadas para desvio de recursos públicos destinados às políticas

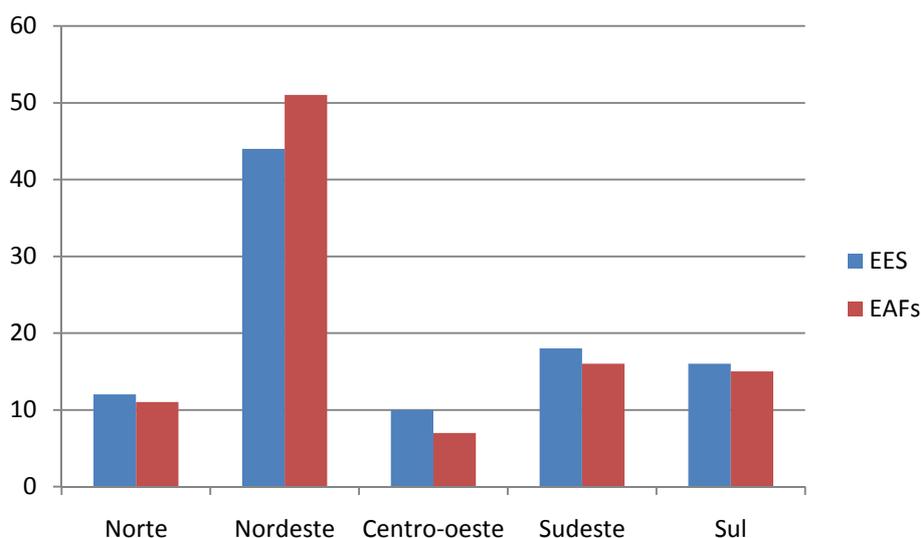
sociais, muitas outras surgiram de comunidades pobres e que prestam serviços relevantes.

Cabe uma investigação quanto à ação efetiva das ONGs, principalmente por parte das fundações privadas. Em outras pesquisas já verificamos a prática fraudulenta de empresas que terceirizam seus serviços através da formação de cooperativas, ou demais formas de trabalho não-assalariado, que flexibilizam encargos trabalhistas e não constituem empreendimentos, cuja premissa seja a autogestão. A propagada responsabilidade social das empresas serve, muitas vezes, a interesses próprios, inclusive para deduções de tributos.

Dessas entidades de apoio e fomentos levantadas pelo SIES, 43,5% afirmam não possuírem qualquer vínculo com outras organizações sociais e políticas. Das demais, 24% têm vínculos com instituições religiosas, 11,7%, com o movimento sindical, 7,8%, com instituição de ensino e pesquisa, 7,8%, com outros tipos de organizações e 5,3% com instituições governamentais.

Outra informação a ser destacada é fruto do levantamento do SIES (2005). Quando os responsáveis pelos empreendimentos econômicos solidários foram questionados sobre as entidades que lhe fornecem apoio, 41% tiveram como resposta: os órgãos governamentais.

Gráfico 3.
Distribuição, em %, das entidades de apoio e fomento à Economia Solidária e dos empreendimentos econômicos solidários nas regiões brasileiras



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A observação do gráfico 3 demonstra que o número de entidades de apoio e fomento é superior ao de empreendimentos econômicos solidários nas regiões Nordeste e Sudeste. De acordo com o SIES, 37% das EAFs têm abrangência municipal e 20%, intermunicipal. Apenas 10% das EAFs levantadas até 2005 têm abrangência nacional, 28% são de esfera estadual e 5%, interestadual.

Há uma predominância de organizações não governamentais com natureza jurídica de associação. Em seguida aparecem as fundações privadas e as OSCIPs (Organizações da sociedade civil de interesse público).

A grande questão parece ser que sem as ONGs, OSCIPs e demais entidades há um engessamento das ações nas áreas sociais do governo federal. O repasse dos valores constantes na dotação inicial da Lei Orçamentária Anual, de 2008, foi reduzida a menos de um terço, devido às restrições impostas na contratação das entidades, e que agora exigem procedimentos equivalentes aos da contratação das empresas de porte, com fins de lucro. Isso restringe a participação das ONGs autênticas, baseadas nos princípios da solidariedade e do combate à pobreza.

O movimento sindical brasileiro também vem tomando um novo entendimento para a superação da crise de emprego. Antes tinham a incumbência de proteger os direitos trabalhistas, hoje os sindicatos têm assumido a liderança no processo de autogestão de empresas falidas. As práticas tradicionais do sindicalismo dos anos 1980, a mobilização em torno das datas-base, dos reajustes salariais e das greves massivas por categoria foram sendo complementadas, muitas vezes substituídas por novos desafios, como o desemprego, a participação nos lucros, flexibilidade das normas reguladoras da relação capital e trabalho, reestruturação das empresas e dos setores, reforma do Estado, privatização, redução e flexibilidade da jornada de trabalho, abertura da economia, integração regional, questões de gênero, trabalho infantil, entre outras.

Os sindicatos construíram suas bases formulando políticas exclusivamente para o trabalhador com carteira assinada, tanto nas empresas privadas quanto no serviço público. Mas, diversas mudanças na prática sindical foram forçadas pelas transformações no mercado e na gestão da força de trabalho. A principal delas refere-se à ação mais propositiva do movimento sindical, principalmente na discussão de propostas de geração de emprego. Nesse sentido, cada vez mais o

sindicalismo tem se inserido na Economia Solidária, principalmente através do apoio aos trabalhadores na constituição de empresas autogestionárias após processos de falência de seus ex-empregadores, com a tomada da massa falida e com uma nova forma de administrar.

Mas esse novo rumo não se deu sem conflito. Inicialmente, muitos sindicalistas viam na formação de cooperativas de ex-assalariados um processo de terceirização da mão-de-obra e conseqüente flexibilização dos direitos trabalhistas conquistados depois de tantos anos de luta. Outro conflito, segundo Singer, (In: Santos, 2003, p. 124), surgiu de uma oposição ideológica à Economia Solidária, que reforçava que o trabalho assalariado era a base social dos sindicatos, ainda que só a classe operária assalariada tivesse a missão histórica de derrubar o capitalismo e instaurar o socialismo.

Nesse processo de debate sobre políticas de Economia Solidária nos sindicatos, alguns setores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reconhecida como a maior e mais combativa esfera de defesa dos trabalhadores, constituem a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) em 1999, cujos princípios orientadores são a gestão democrática e solidária do trabalho e da produção; a distribuição de renda; o desenvolvimento social e sustentável; a educação permanente dos trabalhadores; e o respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero.

Isto não significou o fim da resistência à Economia Solidária no sindicalismo nem mesmo dentro da própria CUT, criadora da ADS. Mas, suscitou um apoio cada vez maior de integrantes, haja vista a necessidade dos trabalhadores no aporte técnico e administrativo das novas empresas autogestionárias surgidas para suprir os postos de trabalho eliminados com o fechamento de empresas mal administradas ou, ainda, presas a um modelo de mercado entendido como obsoleto em um “mundo globalizado”. Não pretendemos, aqui, entrar nessa discussão.

Nesse mesmo movimento se inserem outros parceiros para o desenvolvimento do sindicalismo de criação de novas frentes de trabalho. Aliados à ADS estão diversas entidades como o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, DIEESE, Fundo de Amparo ao Trabalhador, Fundação Unitrabalho, FASE, Ministério do Desenvolvimento Agrário e instituições

internacionais como, Organização Intereclesiástica para a Cooperação e Desenvolvimento (Holanda), e a Fundação Rosa Luxemburgo, (Alemanha). Isso demonstra uma nova forma de agir dos sindicatos, apoiados em redes de cooperação, que extrapolam os limites de seus antigos campos de ação. Resta também identificar como se dá essa relação sindicato/governo que, por muitos anos travaram debates para a proteção de seus interesses.

A universidade, instituição criada pela sociedade, é lugar do livre pensamento, não atrelada às demandas de mercado, mas comprometido com o desenvolvimento humano nas suas diferentes esferas. Não podemos apartá-la das questões que estão tirando do homem a possibilidade de se reproduzir. Na ação concreta das universidades, naquilo que se chama de “extensão”, um dos três pilares que a constituem, ao lado do ensino e da pesquisa, vemos iniciativas que põem em prática os estudos desenvolvidos por pesquisadores.

O projeto de emancipação humana, debatido por muitos intelectuais, entre eles Boaventura de Sousa Santos, com a sua proposta da Universidade Popular dos Movimentos Sociais, sinaliza uma nova universidade, que carrega em si uma nova ética e uma nova cultura. A construção da teoria crítica inclui a auto-reflexão da universidade e de suas pesquisas. Nesse contexto, projetos acadêmicos comprometidos com o conhecimento da realidade dos trabalhadores têm se empenhado em adotar práticas que incluem a cooperação. As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares estão presentes, atualmente, nas universidades, demandando a explicitação de novos paradigmas e conceitos, a priorização de temáticas e de conteúdos não habituais nos currículos dos diversos cursos, a transposição da linguagem da academia para o setor popular, o desenvolvimento de metodologias e procedimentos pedagógicos específicos. Os benefícios não são apenas para os trabalhadores, eles são compartilhados porque trazem à universidade o saber popular, tão valioso quanto o científico.

Em uma ação mais efetiva e concreta, muitas universidades sediam incubadoras de empreendimentos de Economia Solidária que congregam professores, alunos, funcionários e comunidade local, na troca de saberes e construção de formas de geração de trabalho e renda.

O aumento do número de incubadoras fez surgir, em 1999, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, visando à transferência de conhecimentos e tecnologias sociais desenvolvidas pelas universidades no aporte às cooperativas. São 29 instituições presentes em 10 estados brasileiros:

- **Nordeste**

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Centro Federal Tecnológico da Bahia (CEFET / BA)

Universidade de Salvador (UNIFACS)

- **Sudeste**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ)

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Universidade de São Paulo (USP)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Universidade Federal de Lavras (UFLa)

Centro Federal Tecnológico do Rio de Janeiro (CEFET / RJ)

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Fundação Santo André (FSA)

Universidade Federal de Itajaú (UNIFEI)

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

- **Centro-Oeste**

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

- **Sul**

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Fundação Universidade do Rio Grande (FURG)

Centro Universitario La Salle (UNILASALLE)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Além de incubadoras de cooperativas, algumas universidades têm constituído grupos e núcleos de pesquisa em Economia Solidária, que estão produzindo análises sobre as ações empreendidas no Brasil por seus diversos agentes. São exemplos o ECOSOL – Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul; a UNITRABALHO, uma rede nacional que atualmente agrega 92 instituições de ensino superior, e o NESOL – Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo que, juntamente com a incubação de cooperativas, tem um programa de formação de professores e alunos aptos a trabalhar com a Economia Solidária. Muitos outros grupos estão surgindo e fornecendo estudos que aprimoram o campo da Economia Solidária.

2.1.2. O Conselho Nacional de Economia Solidária

Na tentativa de articular as entidades foi constituído, juntamente com a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, em um mesmo ato legal. Nesse momento surgiu também o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que congrega a grande maioria dos movimentos sociais, agência de fomento e de assessoria da Economia Solidária no Brasil, além de um número crescente de empreendimentos solidários.

O CNES foi concebido como órgão consultivo e propositivo de interlocução permanente entre a SENAES e os setores da sociedade civil e do Governo Federal. Tem como atribuições principais a proposição de diretrizes para as políticas de Economia Solidária dos Ministérios e Secretarias que o integram e o acompanhamento da execução dessas políticas. As funções de secretaria executiva do conselho são exercidas pela SENAES. Como ela está associada à maioria daquelas políticas, servirá de elo, sempre que for conveniente, entre o Conselho e os agentes do Governo Federal. O Conselho é composto por 56 entidades divididas

entre três setores: governo, empreendimentos econômicos solidários e entidades não-governamentais de fomento e assessoria à Economia Solidária, conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006, que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento. Cada entidade é representada por um membro titular e um suplente. Da relação das entidades representadas no CNES constam:

1. Governo:

- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária;
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário,
- MC – Ministério das Cidades;
- MMA – Ministério do Meio Ambiente;
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social;
- MF – Ministério da Fazenda;
- Secretaria Geral da Presidência da República;
- Secretaria de Aquicultura e Pesca;
- SEPPIR – Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- MIN – Ministério da Integração Nacional;
- MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia;
- MEC – Ministério da Educação;
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- CEF – Caixa Econômica Federal;
- BB – Banco do Brasil;
- FONSET - Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho;
- Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária

Totalizando 19 entidades: 13 ministérios, 3 bancos federais, 2 redes de administradores estaduais e municipais e a SENAES.

2. Empreendimentos de Economia Solidária:

- Associação Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária ANCOSOL;
- Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão ANTEAG;
- Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária CONCRAB;

- União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária UNISOL;
- União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária UNICAFES;

E mais 15 representantes de empreendimentos econômicos, indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, totalizando 20 entidades.

3. Outras organizações da Sociedade Civil e Serviços Sociais:

- Articulação do Semi-Árido ASA;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE;
- Grupo de Trabalho da Amazônia GTA;
- Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC;
- Rede Cerrado;
- Rede Economia e Feminismo
- Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho UNITRABALHO;
- Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis MNCR;
- Rede Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas CONAQ;
- Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares ITCP's;
- Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária RBES;
- Cáritas Brasileira;
- Fórum de Comércio Ético e Solidário do Brasil FACES;
- Associação Brasileira de Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito e Crédito Popular Solidário e Entidades Similares - ABCRED;
- Pastoral Social da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros CNBB;
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

Totalizando dezessete entidades não-governamentais de fomento e assessoria à Economia Solidária.

O Conselho Nacional de Economia Solidária é composto por 3 instâncias:

1. Plenário: Instância máxima de decisão do Conselho Nacional de Economia Solidária, composto pelos 56 representantes das entidades que integram o CNES.

2. Comitê Permanente do CNES: Instância responsável por CNES, de preparar as pautas das reuniões, juntamente com a Secretaria do CNES e auxiliar o Presidente nos encaminhamentos das proposições aprovadas em plenário.
3. Comitês Temáticos: Instâncias responsáveis por estudar, debater, elaborar propostas e oferecer subsídios, recomendações e pareceres, de forma crítica e analítica, sobre temas específicos relacionados às políticas públicas para a Economia Solidária. São cinco Comitês Temáticos:
 - Comercialização, Redes e Cadeias de Produção e Consumo
 - Crédito e Finanças Solidárias
 - Formação e Assistência Técnica
 - Institucionalidade da Política Nacional
 - Marco Jurídico

A Secretaria Executiva do CNES é a instância que tem por finalidade o apoio técnico-administrativo ao CNES, ao Comitê Permanente e aos Comitês Temáticos, fornecendo condições necessárias ao cumprimento de seus objetivos.

Do acesso que tivemos às ações do Conselho, verificamos que estão abertas para consulta pública 4 atas de reuniões ordinárias, realizadas a cada trimestre, entre os anos 2006 e 2007, em Brasília. Destaca-se da IV reunião ordinária o encaminhamento do Conselho Nacional de Economia Solidária, que recomenda, à Presidência da República, a tomada de providências em duas frentes:

1. Faz-se necessário que a Presidência da República crie imediatamente um GT Interministerial com participação de representações da Sociedade Civil Organizada, Órgãos de Fiscalização e Controle como: (CGU, TCU e MP) e Poder Executivo com o objetivo de construir uma proposta normativa de regulamentação do acesso a recursos públicos por entidades civis sem fins lucrativos.
2. Com relação à atual situação de quase congelamento e estagnação de celebração de convênios para a execução de políticas públicas, em especial políticas na área social e de exercício da cidadania, torna-se urgente uma ação objetiva por parte do governo federal no sentido de retomar o encaminhamento dos processos que regulamentam as suas parcerias com a sociedade civil, sob pena de comprometer de forma irreparável as políticas que beneficiam significativa parcela da população brasileira. É muito importante o governo afirmar publicamente e objetivamente a importância do fortalecimento da sociedade civil para o desenvolvimento social brasileiro, contra o discurso de criminalização dos movimentos sociais, organizações não governamentais e demais entidades da

sociedade civil organizada; (retirado da ata da IV Reunião Ordinária do CNES dos dias 23 e 24 de outubro de 2007).

A preocupação presente na ata se justificou pela diminuição das ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no ano de 2008, conforme dados da execução orçamentária da LOA e da própria fala do secretário nacional de Economia Solidária, Paul Singer, durante o II Congresso de ITCPs da USP, realizado em dezembro de 2008, quando alertou para a necessidade dos convênios com organizações não-governamentais para a efetiva realização dos objetivos do programa.

2.2. Os empreendimentos econômicos solidários

A Economia Solidária toma forma como unidades de produção, troca, consumo e crédito. Para a SENAES/MTE²¹ os **Empreendimentos Econômicos Solidários** são organizações:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

²¹ De acordo com o site web: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp. Acessado em 21 de março de 2009.

- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Para sistematizar as experiências fundamentadas nos moldes definidos pelas SENAES/MTE e possibilitar a formulação de políticas públicas, vem se realizando, desde 2005, o mapeamento da Economia Solidária no Brasil, através do SIES – Sistema de Informações de Economia Solidária, composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

O levantamento, iniciado em 2005, identificou 21.859 empreendimentos econômicos solidários até 2007, superando a expectativa de que houvesse em torno de 20 mil em todo o país. Constatou-se que houve um crescimento da Economia Solidária desde a década de 1980, mas com o principal incremento a partir da década de 1990.

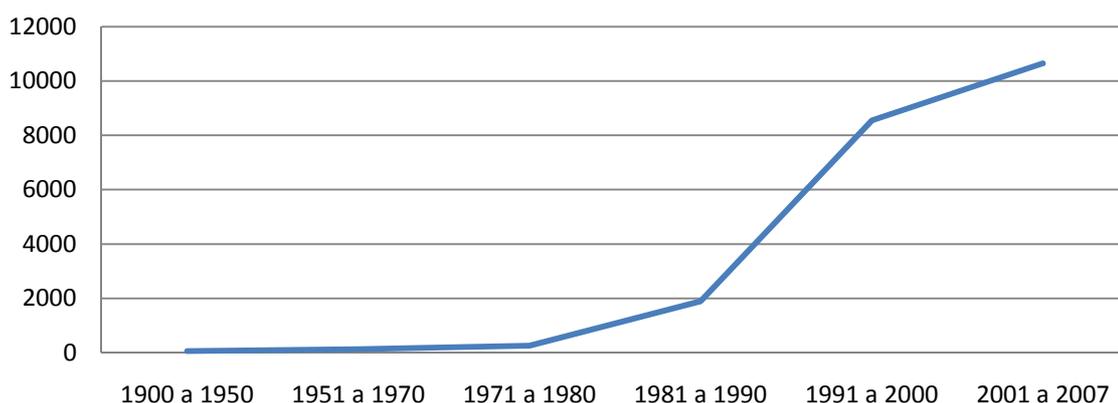
O “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”, elaborado pelo Governo Federal, através da SENAES/TEM, visa a articulação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, o combate à pobreza e a inclusão social. Aproveitando as bases e redes já existentes, de prefeituras municipais e governos estaduais, o programa busca, através da Rede Nacional de Gestores Públicos de Políticas de Fomento à Economia Solidária, construir a integração das políticas de diversas esferas, com vistas a sua consolidação.

A pesquisa elaborada pelo SIES delimita 4 formas de organização dos empreendimentos solidários: cooperativas, associações, grupos informais e outros (sociedades mercantis, etc.). Nessa perspectiva as organizações se caracterizam pela coletividade (organizações suprafamiliares, singulares e complexas) e pela participação (os sócios são trabalhadores que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados).

Os dados divulgados pelo SIES têm revelado que, nestes últimos anos, o Brasil possui o maior número de empreendimentos econômicos que primam pela

gestão compartilhada de sua história. Dados apresentados no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005) mostram que, até a década de 1970, o aumento do número de empreendimentos econômicos solidários era baixo. O gráfico a seguir mostra que, a partir de meados de 1970, o número de EES tem um incremento e que, a partir de 1985, seu crescimento é intenso, triplicando até meados de 1990. Outro dado a ser considerado é que se até a década de 1990 o tipo de empreendimento de Economia Solidária em maior número era representado pelas associações, a partir de então ganham destaque os grupos informais. Há uma redução da expansão das associações e uma relativa estabilidade na expansão de novas cooperativas.

Gráfico 4.
Número de empreendimentos econômicos solidários no Brasil por ano de início



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

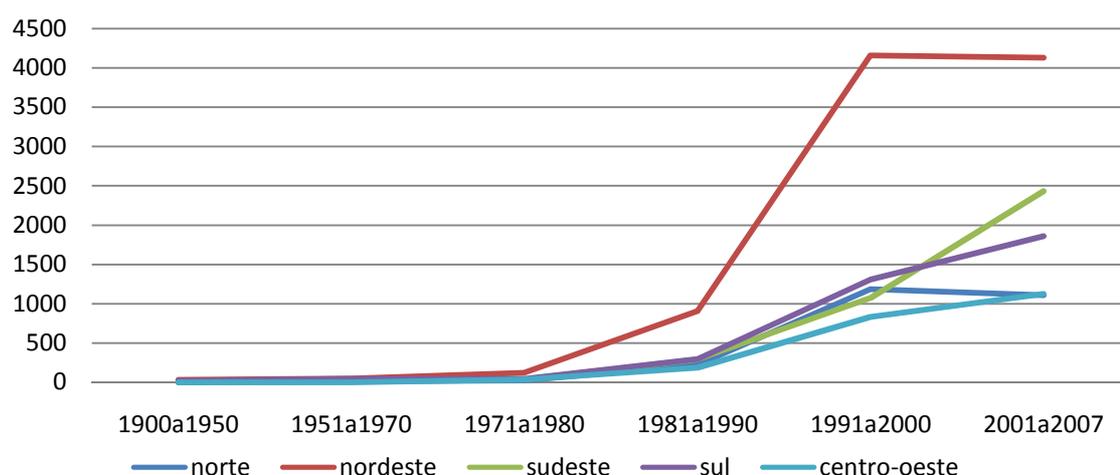
Assim como no modelo tradicional de relação capitalista de trabalho, em que houve aumento da informalidade e da precarização das relações de trabalho, também aumenta a informalidade nos empreendimentos da Economia Solidária que surgem para suprir as necessidades dos trabalhadores de encontrarem alternativas de geração de renda, mas sem condições de formalizarem seus empreendimentos, que implicam custos de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), entre outros registros dos estatutos jurídicos em cartório e demais documentos.

Em uma análise da história política e econômica mundial, Hobsbawm (2007, p. 258) mostra que, na década de 1970, chega ao fim o que ele denomina “Era de

Ouro” do capitalismo, quando o preço do barril de petróleo saudita, que abastecia as grandes economias, custava menos de dois dólares, durante todo o período de 1950 a 1973, e tornando “ridiculamente” barata [palavras do autor] a energia. Em 1973 o cartel dos países produtores de petróleo decidiu cobrar do mercado internacional o que ele podia pagar. Assim, se em 1970 o preço do petróleo era de U\$ 2,53 o barril, em 1973 o preço quadruplicou e, depois, triplicou novamente, no final da década de 1970, chegando a U\$ 41 o barril, em 1980. Mais do que os países com a economia de mercado mais desenvolvida, que de fato se desestabilizaram, a ironia da história, segundo Hobsbawn (2007, p. 458), foi que quem mais se abalou com a crise pós-Era do Ouro da economia capitalista global foram os países do chamado “socialismo real” da Europa e os países do Terceiro Mundo.

O Brasil sente, de forma ainda mais intensa, os efeitos da reestruturação econômica mundial na década de 1990, quando as políticas de livre mercado produzem um regime de concorrência, em que o corte de custos atinge, principalmente, os trabalhadores que perderam o emprego pela automatização da indústria e dos serviços. Estas são algumas das evidências recentes do crescimento da Economia Solidária no Brasil.

Gráfico 5.
Número de empreendimentos econômicos solidários por ano de início nas regiões



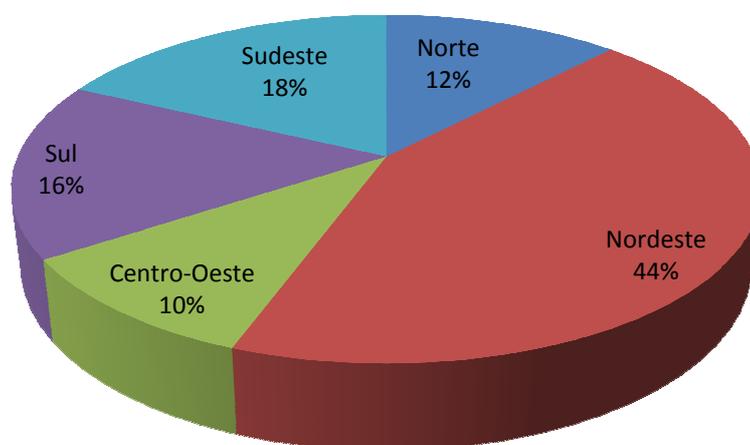
Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

No gráfico 5 vemos que a criação de empreendimentos econômicos solidários têm uma tendência de crescimento a partir de meados da década de 1970, em todas as regiões, seguindo o padrão nacional verificado no gráfico 4. Mas o crescimento mais intenso é observado na região Nordeste do país, que apresenta, inclusive, uma linha ascendente mais acentuada que a do Brasil, na comparação entre os dois gráficos. Vê-se, também, que a partir dos anos 2000, a criação de novos empreendimentos se estabiliza nas regiões Nordeste e Norte e continua acelerada nas demais regiões, mais significativamente no Sudeste.

A extensão territorial do Brasil, sua divisão regional e seu modelo federativo, permite diversas leituras da Economia Solidária e da distribuição de seus empreendimentos.

Na distribuição total do número de empreendimentos levantados pelo SIES (2007) entre as regiões brasileiras cabe um destaque ao Nordeste, que sozinho, apresenta quase 10.000 empreendimentos econômicos solidários, ou seja, nessa região se concentram 44% dos 21.859 empreendimentos de todo o país. As demais regiões, isoladamente, apresentam em torno de 2.200 a 3.900 empreendimentos dessa natureza e com um padrão de crescimento positivo, mas não tão acentuado quanto a região Nordeste.

Gráfico 6.
Distribuição dos EES por regiões brasileiras



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A região Sudeste vem agregando empreendimentos à sua somatória total. Podemos observar isso no acompanhamento da divulgação dos dados pelo SIES. Em 2005 a região tinha 14% dos empreendimentos. O incremento se deu, principalmente, por conta dos estados de Minas Gerais, que passou de 521 EES (2005) para 1236 EES (2007), com um aumento relativo de 137%, e Rio de Janeiro, que passou de 723 EES (2005) para 1343 EES (2007), com um aumento relativo de 85%. Já o estado de São Paulo subiu de 641 EES (2005), para 813 EES (2007), significando um aumento relativo de 26%. Por fim, o estado do Espírito Santo subiu de 259 EES (2005) para 520 ESS (2007), com aumento relativo de 100,27%. O menor crescimento constatado no levantamento entre 2005 e de 2007 foi no estado de São Paulo. Vale ressaltar que os dados referentes a esse período não significam apenas a criação de novos EES, mas o levantamento daqueles que ainda não haviam sido identificados no período anterior.

Apenas 52% dos 5.564 municípios brasileiros foram pesquisados pelo SIES. Em muitos dos 27 estados a pesquisa contempla quase a totalidade dos empreendimentos existentes, mas, nos estados com o maior número de municípios, a pesquisa ainda está por se completar na segunda fase do mapeamento, que deverá se iniciar no segundo semestre de 2009.

Na tabela a seguir é possível identificar a participação de cada estado no montante de empreendimentos levantados. Assim, vemos que se o Nordeste é a região que apresenta a maior concentração de EES, entre os estados tem destaque o Rio Grande do Sul, que, sozinho, concentra quase 10% das atividades em todo o país. Ao verificarmos a criação de EES por estados, no período de 1900 a 2007, constatamos que o Rio Grande do Sul tem um histórico de atividades desse tipo, particularmente no que diz respeito às cooperativas agrícolas.

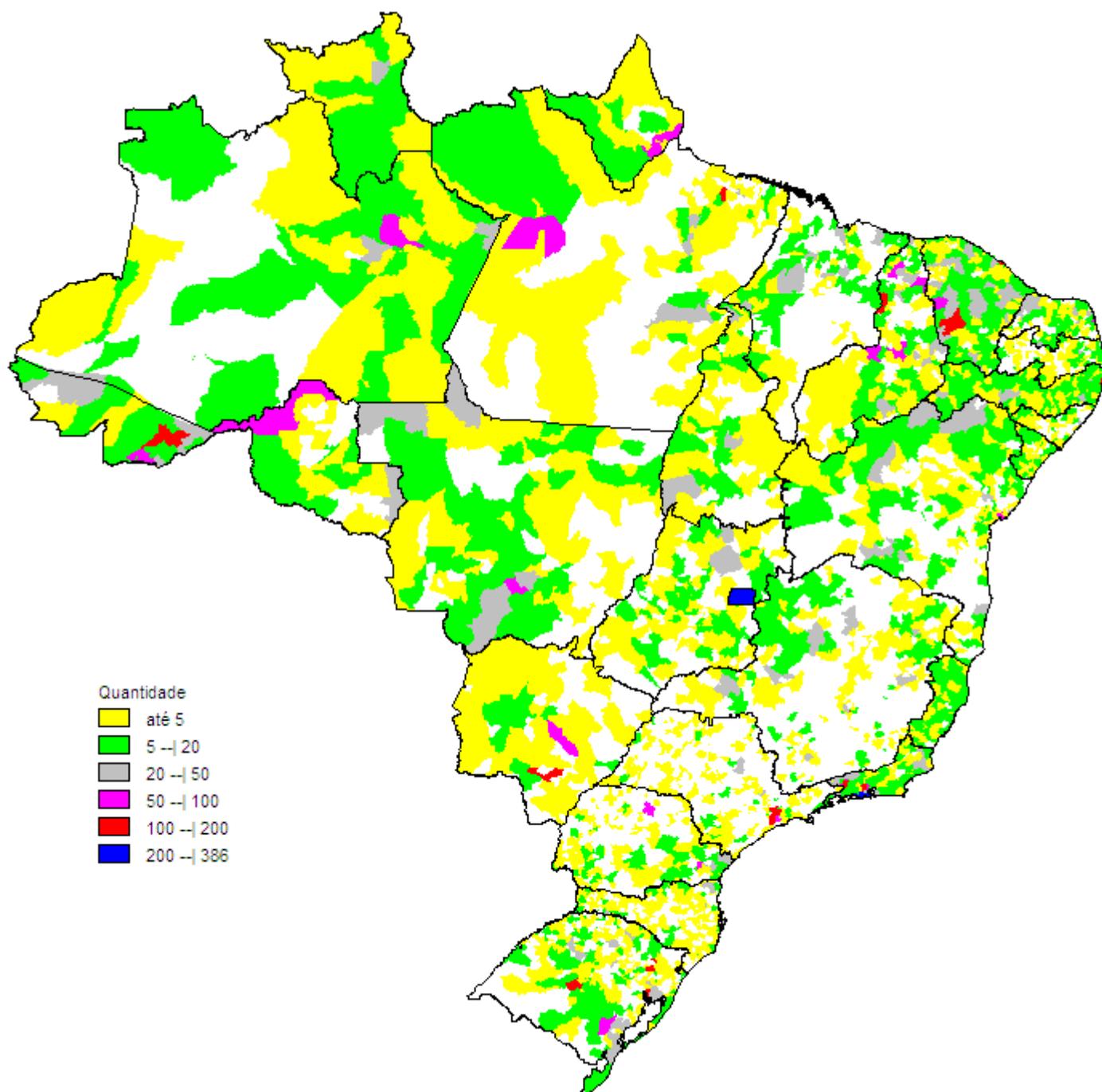
Tabela 3.
Empreendimentos Econômicos Solidários nos Estados Brasileiros

UF	No. EES	% EES	No. de Municípios com EES	% do total de Municípios
RO	293	1,34%	40	75%
AC	543	2,48%	21	91%
AM	461	2,10%	44	94%
RR	126	0,57%	15	88%
PA	574	2,62%	86	59%
AP	157	0,71%	14	81%
TO	502	2,29%	92	65%
NORTE	2656	12,15%	312	68%
MA	793	3,62%	86	38%
PI	1472	6,7%	158	70%
CE	1854	8,48%	173	93%
RN	817	3,73%	106	63%
PB	670	3,06%	129	57%
PE	1526	6,98%	185	98%
AL	284	1,29%	59	57%
SE	471	2,15%	68	89%
BA	1611	7,36%	210	50%
NORDESTE	9498	43,45%	1174	65%
MG	1236	5,65%	199	23%
ES	520	2,37%	75	95%
RJ	1343	6,14%	87	93%
SP	813	3,71%	174	27%
SUDESTE	3912	17,9%	535	31%
PR	808	3,69%	143	35%
SC	690	3,15%	175	59%
RS	2085	9,53%	303	60%
SUL	3583	16,39%	621	52%
MS	340	1,55%	42	53%
MT	747	3,41%	95	67%
GO	737	3,37%	139	55%
DF	386	1,76%	16	88%
CENTRO-OESTE	2210	10,11%	292	60%
TOTAL	21859	100%	2934	52%

Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Para entender a presença dos EES no Brasil também podemos tomar como base os municípios. Na figura 4 é possível ver os municípios que possuem EES. Vale ressaltar que a extensão territorial de cada município é muito variada, o que pode criar uma ilusão de maior cobertura dos EES na região Norte.

Figura 4.
Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil 2007



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil – SENAES/MTE, 2007.

Ao compararmos, por exemplo, o município de Altamira/PA com 161mil km² e Santo André/SP com 14 km², veremos que o primeiro tem 1 EES e o outro 29 EES. Mas, ainda assim, podemos notar que no Nordeste as áreas em branco são

expressivamente menores que nas outras regiões. É preciso destacar, entretanto, que essa figura está organizada a partir da pesquisa em 52% dos municípios brasileiros. O próximo levantamento que se inicia em 2009 pode revelar uma alteração na presença dos EES e na sua distribuição por regiões, estados e municípios. A região Sudeste é a que aparece com mais municípios em branco, mas a pesquisa do SIES só levantou 31% deles. Se observarmos com atenção o estado do Espírito Santo, no mapa 1, completamente coberto, e nos remetermos para a tabela 4, veremos que 95% de seus municípios já foram pesquisados. Na mesma região Sudeste, Minas Gerais tem apenas 23% dos seus municípios pesquisados.

Essas observações não invalidam a representatividade do mapa 1. Nessas constatações preliminares sobre a dimensão da Economia Solidária no Brasil é possível salientar que os números levantados até 2007 superaram as estimativas iniciais. A nova etapa da pesquisa do SIES pode ampliar a significância dos empreendimentos na economia brasileira e dar uma nova importância para as necessidades de políticas públicas que assegurem a efetivação desta forma de organização do trabalho e que possam, efetivamente, constituir um espaço diferenciado através de uma outra organização da vida coletiva. Mas essas são apenas especulações.

Para entender a presença dos empreendimentos no Brasil é também importante analisar a forma como se organizam. Todas as organizações devem primar pela autogestão, ou seja, pelas práticas participativas em todo o processo de trabalho e definição das ações. Para o Ministério do Trabalho e Emprego os empreendimentos podem ser classificados em cooperativas, associações, grupos informais e outras formas. As cooperativas e as associações são as formas legalizadas e apresentam seguintes características, de acordo com o SEBRAE:

**Quadro 1.
Natureza das associações e das cooperativas no Brasil**

CRITÉRIO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Conceito	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Legalização	Aprovação do estatuto em assembléia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS e no Ministério do trabalho.	Aprovação do estatuto em assembléia geral pelos associados. Eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial. CNPJ na Receita Federal. Inscrição Estadual. Registro no INSS e no Ministério do trabalho. Alvará na prefeitura.
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de vinte pessoas físicas
Legislação	Constituição (art. 5o., XVII a XXI, e art. 174, par. 2o.). Código Civil	Lei 5.764/71. Constituição (art. 5o. XVII a XXI e art. 174, par 2o.) Código civil.
Patrimônio / Capital	Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência do mesmo dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Representação	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. É representada por federações e confederações.	Pode representar os associados em ações coletivas do seu interesse. Pode constituir federações e confederações para a sua representação.
Forma de Gestão	Nas decisões em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.	Nas decisões em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.
Abrangência / Área de Ação	Área de atuação limita-se aos seus objetivos, podendo ter abrangência nacional.	Área de atuação limita-se aos seus objetivos e possibilidade de reuniões, podendo ter abrangência nacional.

Operações	A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realizá-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse
Responsabilidades	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela associação. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa, a não ser no limite de suas quotas-partes e a não ser também nos casos em que decidem que a sua responsabilidade é ilimitada. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.
Remuneração	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembléia, além do reembolso de suas despesas.
Contabilidade	Escrituração contábil simplificada.	A escrituração contábil mais complexa em função do volume de negócios e em função da necessidade de ter contabilidades separadas para as operações com os sócios e com não-sócios.
Tributação	Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de imposto de renda.	Não paga Imposto de Renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.
Fiscalização	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual, pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual (nas operações de comércio), pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.
Dissolução	Definida em assembléia geral ou mediante intervenção judicial, realizada pelo Ministério Público.	Definida em assembléia geral e, neste caso ocorre a dissolução. No caso de intervenção judicial, ocorre a liquidação, não podendo ser proposta a falência.
Resultados Financeiros	As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembléia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado. Destinam-se 10% para o fundo de reserva e 5% para o Fundo Educacional (FATES)

Organização: Veiga & Rech (2002).

A diferença essencial entre as cooperativas e as associações está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações com finalidade de promover assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado. Para o SEBRAE essa diferença de natureza estabelece também o tipo de vínculo e o resultado que os associados recebem de suas organizações. Destaca-se também que, se a questão é atividade econômica, o modelo mais adequado é a cooperativa.

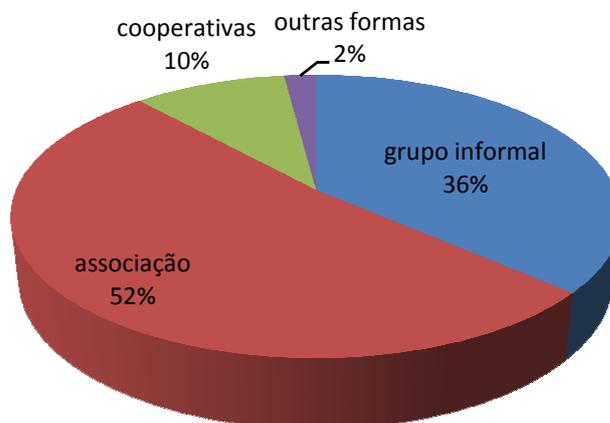
A desvantagem da associação em relação à cooperativa é que ela engessa o capital e o patrimônio. Por outro lado, o gerenciamento da associação é mais simples e o custo do registro é menor, o que compensa para os grupos que querem se organizar, mesmo para comercializar seus produtos.

Os grupos informais não possuem reconhecimento legal. Podem constituir, num primeiro momento, o caminho inicial para a formalização, seja através de cooperativas ou de associações, já que agregam um número de trabalhadores predispostos a trabalhar de forma coletiva. Os dados do SIES ainda não caracterizam a potencialidade de formalização desses grupos. Mas, o fato de não terem registro legal os exclui do acesso ao crédito bancários e dificultam a realização de investimentos.

Entre as outras formas agregadas num único rótulo de identificação no tratamento das informações coletadas pelo SIES estão: sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada; sociedade mercantil em nome coletivo; sociedade mercantil de capital e indústrias; outras não especificadas.

No Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associações, seguidas por grupos informais, cooperativas e outras formas de organização. Cada região apresenta uma distribuição diferenciada. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste acompanham o perfil nacional. Já as regiões Sul e Sudeste apresentam uma participação diferenciada, como se observará nos gráficos.

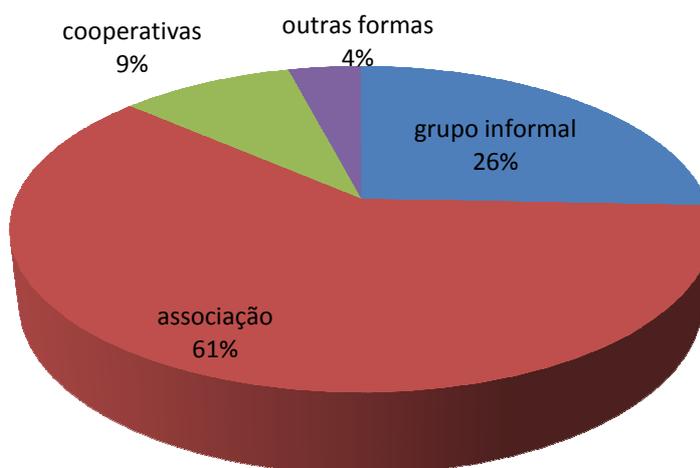
Gráfico 7.
Estrutura de organização no Brasil



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A presença maior das associações no contexto nacional deve-se ao número das associações de produtores rurais. Veremos, adiante, que no contexto nacional a área de atuação dos empreendimentos é predominantemente rural.

Gráfico 8.
Estrutura de organização na região Norte



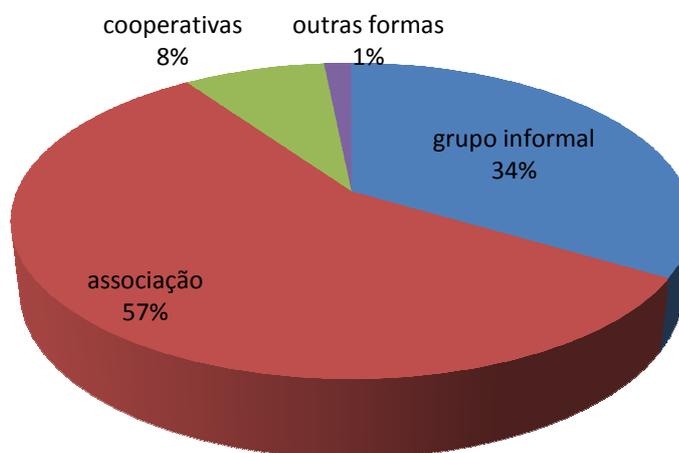
Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Gráfico 9.
Estrutura de organização na região Nordeste



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Gráfico 10.
Estrutura de organização na região Centro-Oeste

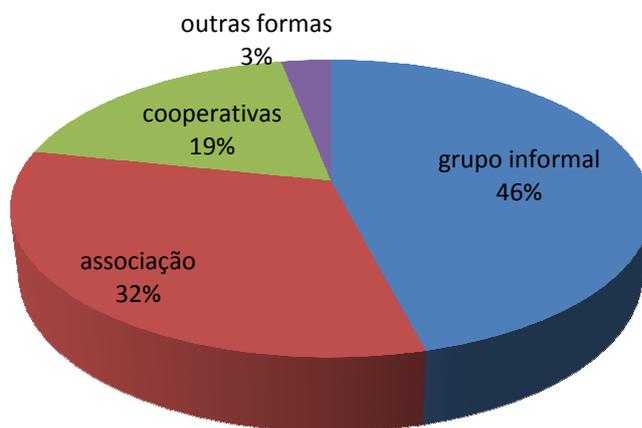


Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A presença das associações é mais incisiva nas regiões Nordeste e Norte, com respectivamente 65% e 61% das formas de organização.

As regiões Sul e Sudeste têm em comum o fato de que isoladamente o grupo informal é numericamente maior que as outras formas de organização.

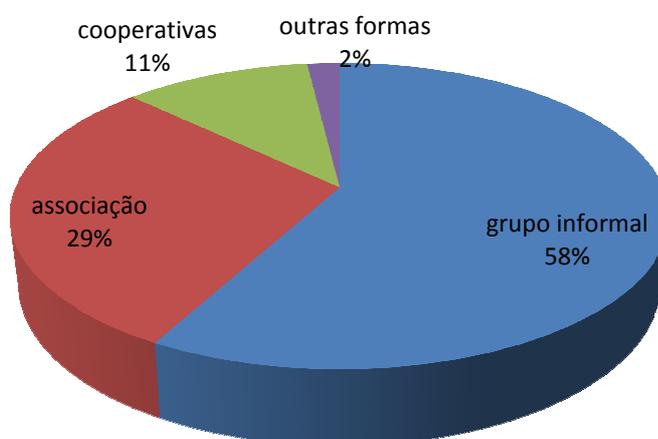
Gráfico 11.
Estrutura de organização na região Sul



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Mas o grande diferencial está no fato de que, na região Sudeste, a maioria dos empreendimentos está em situação informal. Ainda que isoladamente, o Sul também apresenta, percentualmente, mais grupos informais. Na soma das cooperativas e das associações pelo menos 51% dos empreendimentos são registrados e legalizados.

Gráfico 12.
Estrutura de organização na região Sudeste



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

No Sudeste apenas 40% dos empreendimentos estão legalizados. A interpretação do fato demanda a análise de outras variáveis. Podemos levantar algumas hipóteses. O Sudeste é a região mais urbanizada do país. Sua estrutura produtiva é mais complexa e, por muitos anos, recebeu de outras regiões um fluxo migratório que buscava emprego. Se a abertura dos mercados e a flexibilização das relações de trabalho atingiram todos os lugares, a intensidade do impacto pode ter sido maior onde havia uma estrutura alicerçada em condições de reprodução do capital definidas em um momento anterior.

As relações formais de emprego sempre estiveram mais presentes na região Centro-Sul do país do que nas demais. Portanto, a adequação às novas diretrizes do capital, que passa a demandar menos mão-de-obra em virtude dos novos sistemas de informação, dentre outras razões, já não garante as condições de reprodução para o trabalhador.

Nas regiões onde o capitalismo não aplicou a sua maior força²², as pessoas que ali vivem acabaram por criar outras formas de se reproduzir. Por isso o Nordeste menos industrializado, assim como o Norte e o Centro-Oeste, mas mais povoado que essas duas regiões, estrutura a sua reprodução através das atividades associativas, principalmente rurais.

O Sudeste, industrializado, precisa rearranjar sua organização do trabalho quando já não há mais uma grande demanda por operários. Assim, muitos trabalhadores se associam, mas ainda não formalmente, porque demanda custos. Se voltarmos ao gráfico, 5 veremos que, a linha de criação de novos empreendimentos se estabiliza na horizontal na região Nordeste, mas segue ascendente na região Sudeste nos anos 2000.

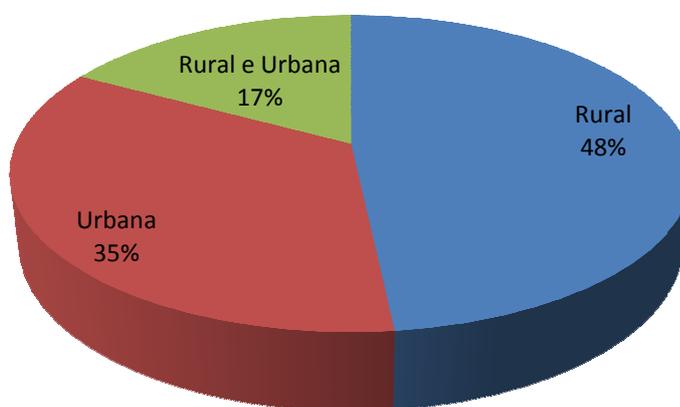
A estrutura de organização dos empreendimentos revela muito dos contextos em que eles estão inseridos. Vimos, anteriormente, que, entre as 4 formas de organização, a que juridicamente assegura maiores direitos ao trabalhador são as cooperativas. Em todos os gráficos, do nacional ao das regiões, as cooperativas estão em maior número, apenas se comparadas com as “outras formas”. No

²² Mas é preciso dizer que não se trata de regiões esquecidas ou abandonadas pelo capitalismo. Ao contrário, o capitalismo está presente nas relações sociais e materializadas no espaço geográfico diferencial que produz. Se existem áreas ricas e pobres é porque há um desigual desenvolvimento geográfico, produto de relações sociais de produção desiguais.

Nordeste, região com maior presença dos empreendimentos, as cooperativas estão abaixo das estimativas nacionais e das demais regiões. Legalmente mais flexíveis, as associações formalizam os empreendimentos, mas não garantem a mesma segurança das cooperativas.

Os dados sobre a estrutura de organização revelaram a predominância das associações no contexto nacional e, particularmente, das associações de produtores rurais e atividades afins. A análise da área de atuação das atividades mostra que há também no contexto nacional uma correspondência entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Todas apresentam o mesmo padrão de predominância de empreendimentos na área rural. O levantamento do SIES considerou 3 áreas de atuação: empreendimentos com atividades exclusivamente rurais, exclusivamente urbanas, empreendimentos mistos, com atividades realizadas parte na zona rural e parte na área urbana.

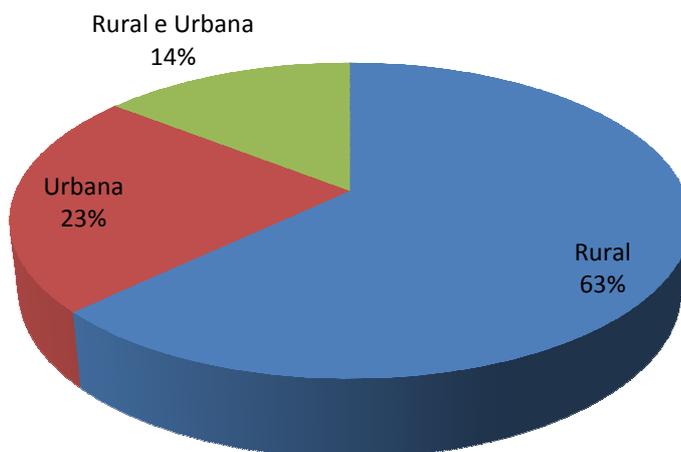
Gráfico 13.
Área de atuação dos EES no Brasil



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Em uma verificação detalhada vemos que o segmento econômico mais citado entre os empreendimentos é o da produção agropecuária, extrativista e de pesca, que, no contexto nacional, são representados por 8.593 EES, ou seja, 39% de todos os empreendimentos no Brasil.

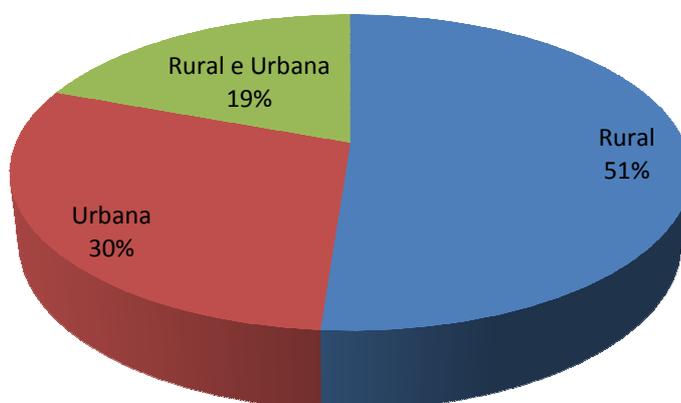
Gráfico 14.
Área de atuação dos EES na região Nordeste



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A região Nordeste, onde estão concentrados os EES, é a com mais atividades rurais na Economia Solidária. Na verificação dos segmentos econômicos estão concentrados 5.118 empreendimentos de produção agropecuária, de extrativismo e de pesca, ou seja, 59% das atividades desse segmento no Brasil. Este é o maior segmento econômico encontrado também nas regiões Norte e Centro-Oeste.

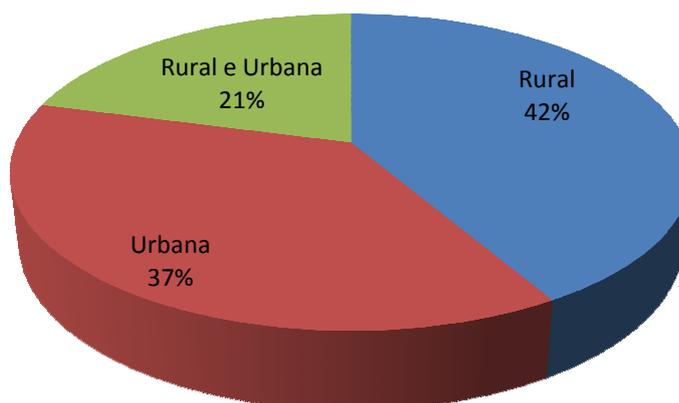
Gráfico 15.
Área de atuação dos EES na região Norte



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A região Norte, com 1.110 EES do segmento que congrega a produção agropecuária e pesca, tem destaque no estado do Acre, particularmente na capital, Rio Branco, e em Brasília, com a produção de lavouras temporárias.

Gráfico 16.
Área de atuação dos EES na região Centro-Oeste

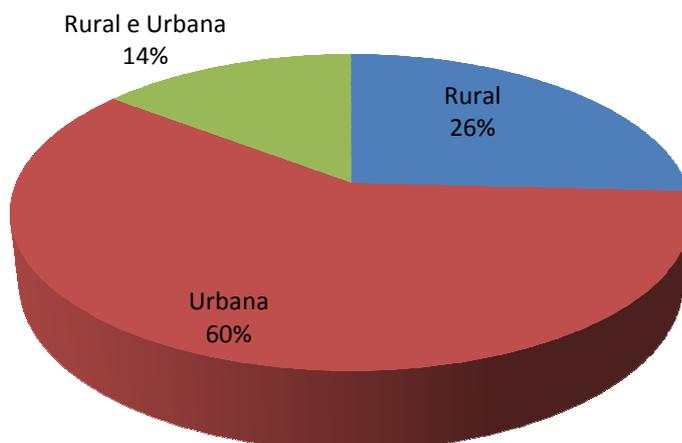


Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A região Centro-Oeste é a que apresenta maior equilíbrio das áreas de atuação, com uma predominância rural relativamente pequena em relação à urbana. Ainda assim, são as atividades relacionadas a produção mista entre lavoura e pecuária as mais citadas no levantamento.

Quando analisamos o chamado Centro-Sul do país em comparação com o padrão nacional, vemos que novamente as diferenças se apresentam com mais força. Nas áreas mais urbanizadas do país aparecem com maior peso a produção de artefatos artesanais e a produção e serviço de bebidas. Vale lembrar que é também no Centro-Sul que se concentram os empreendimentos informais. Assim, é nas áreas mais urbanizadas do país que cresce o número de empreendimentos na década de 2000 e que ainda não são reconhecidos legalmente por não possuírem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

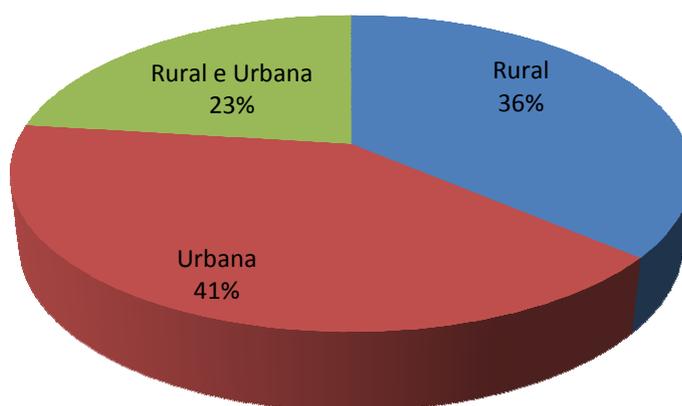
Gráfico 17.
Área de atuação dos EES na região Sudeste



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

As proporções entre as atuações na área rural, urbana e mista são mais bem distribuídas na região Sul. Embora haja predomínio das atividades urbanas, os segmentos rurais também são importantes.

Gráfico 18.
Área de atuação dos EES na região Sul



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Podemos afirmar que os espaços econômicos solidários no Brasil são predominantemente urbanos na região Sudeste e rurais nas regiões Nordeste e Norte.

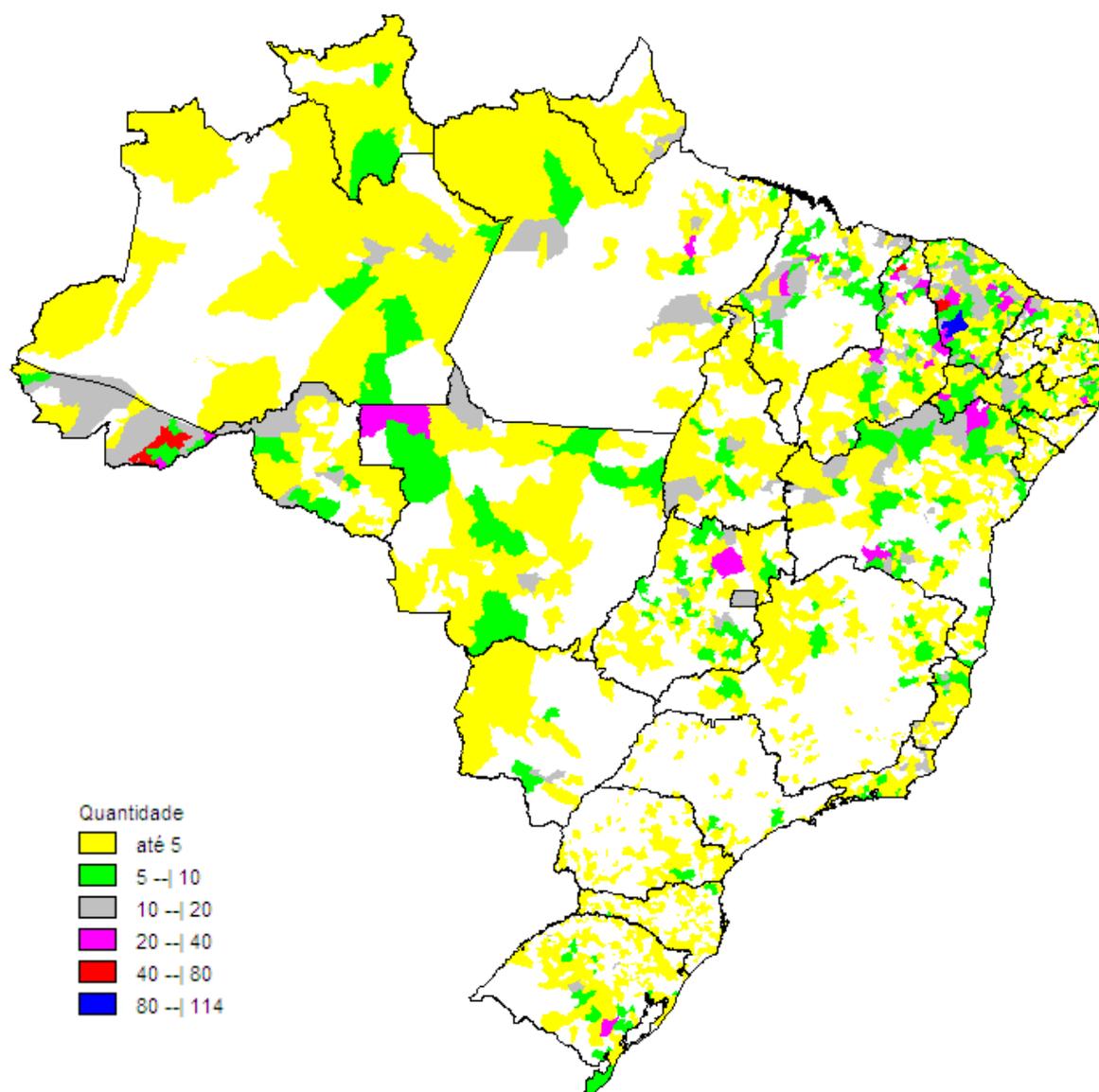
Em parte já apresentamos algumas evidências dessa afirmação. Cabe, então, investigar as causas de características tão marcantes e tão distintas, em um mesmo território nacional. A análise será apresentada no seguimento desta tese. Mas podemos, ainda neste primeiro momento, verificar algumas possíveis causas através das atividades desenvolvidas pelos EES no Brasil.

Há uma extensa variedade e uma expressiva quantidade de produtos e serviços desenvolvidos pelos empreendimentos econômicos solidários. A distribuição geográfica também é bastante diversa, com maior ou menor concentração territorial.

No agrupamento das atividades por tipo, os produtos mais citados são aqueles relacionados às atividades agropecuária, extrativista e de pesca (39,31%), produção artesanal (16,89%) e produção e serviços de alimentos e bebidas (16,65%).

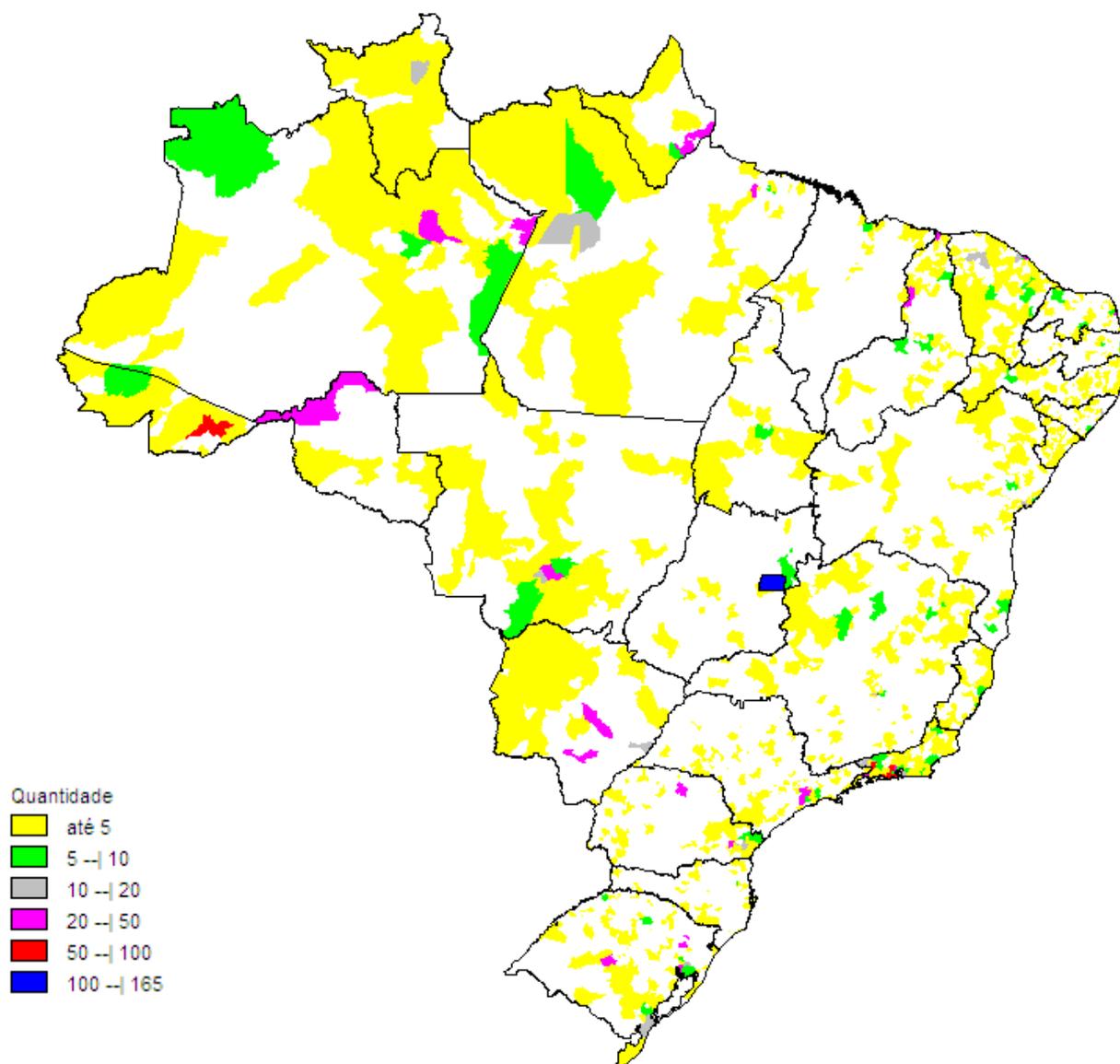
As figuras a seguir, retiradas do Atlas da Economia Solidária (SENAES/MTE 2007), mostram a distribuição territorial das atividades desenvolvidas pelos empreendimentos econômicos solidários, agrupadas nos 3 tipos destacados acima.

Figura 5.
Produção e serviços do EES por municípios
Agropecuária, extrativismo e pesca



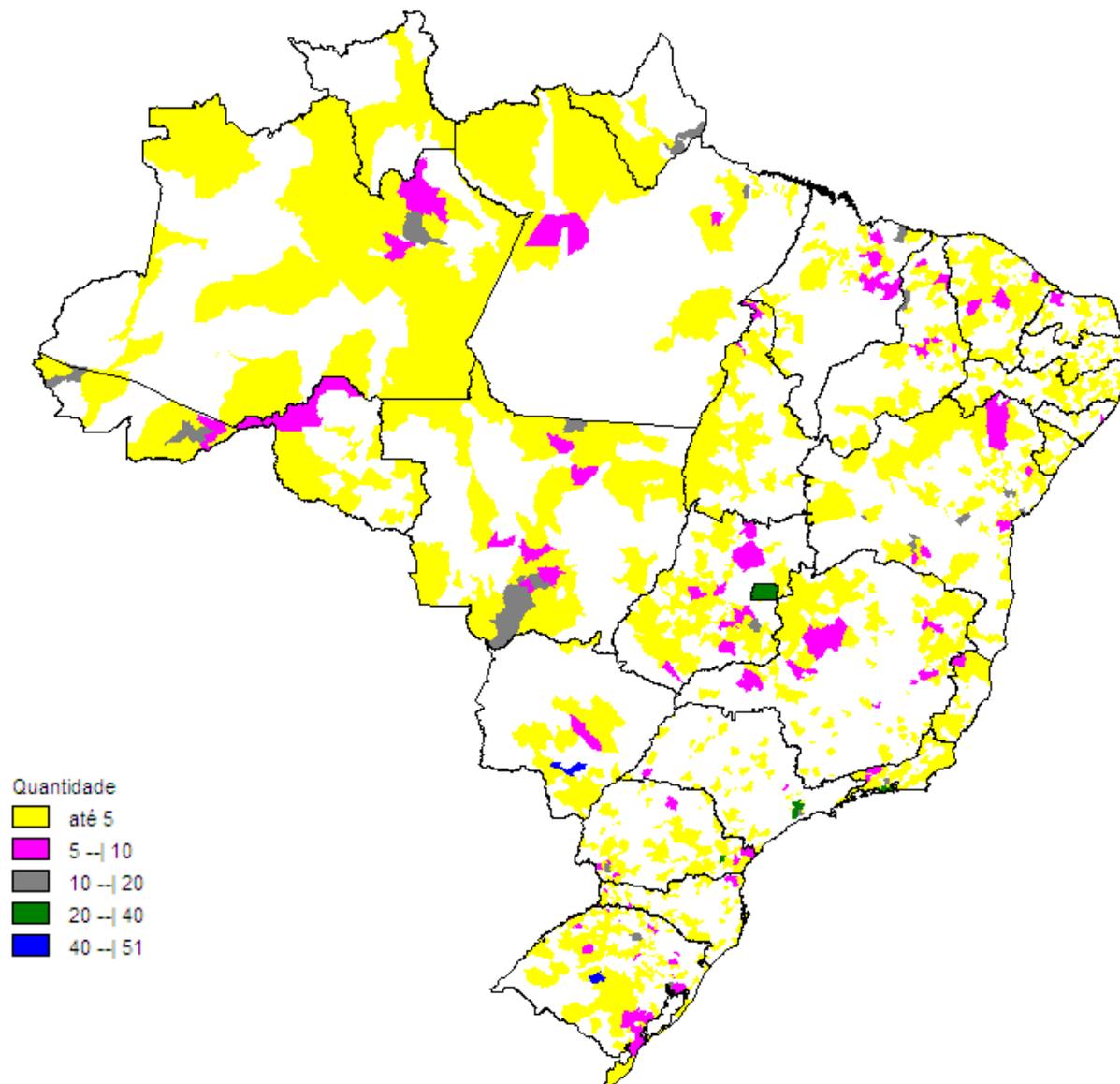
Retirado de: Atlas da Economia Solidária - SENAES/MTE, 2007.

Figura 6.
Produção e serviços do EES por municípios
Artefatos artesanais



Retirado de: Atlas da Economia Solidária - SENAES/MTE, 2007.

Figura 7.
Produção e serviços dos EES por municípios
Alimentos e bebidas



Retirado de: Atlas da Economia Solidária - SENAES/MTE, 2007.

Entre os três tipos de atividades espacializadas nas figuras, a que se apresenta com maior intensidade é relativa à agropecuária, ao extrativismo e à pesca, expressa na figura 5. Ela está presente em todo o território nacional, mas é mais patente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na região Sudeste essa atividade está concentrada nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e na região Sul, a concentração está no estado do Rio Grande do Sul.

Na figura 6 é possível visualizar a produção e os serviços de artefatos artesanais. Esse segmento era o terceiro mais citado na pesquisa realizada em 2005. Nos dados apresentados pelo levantamento de 2007 a produção artesanal aparece em segundo lugar.

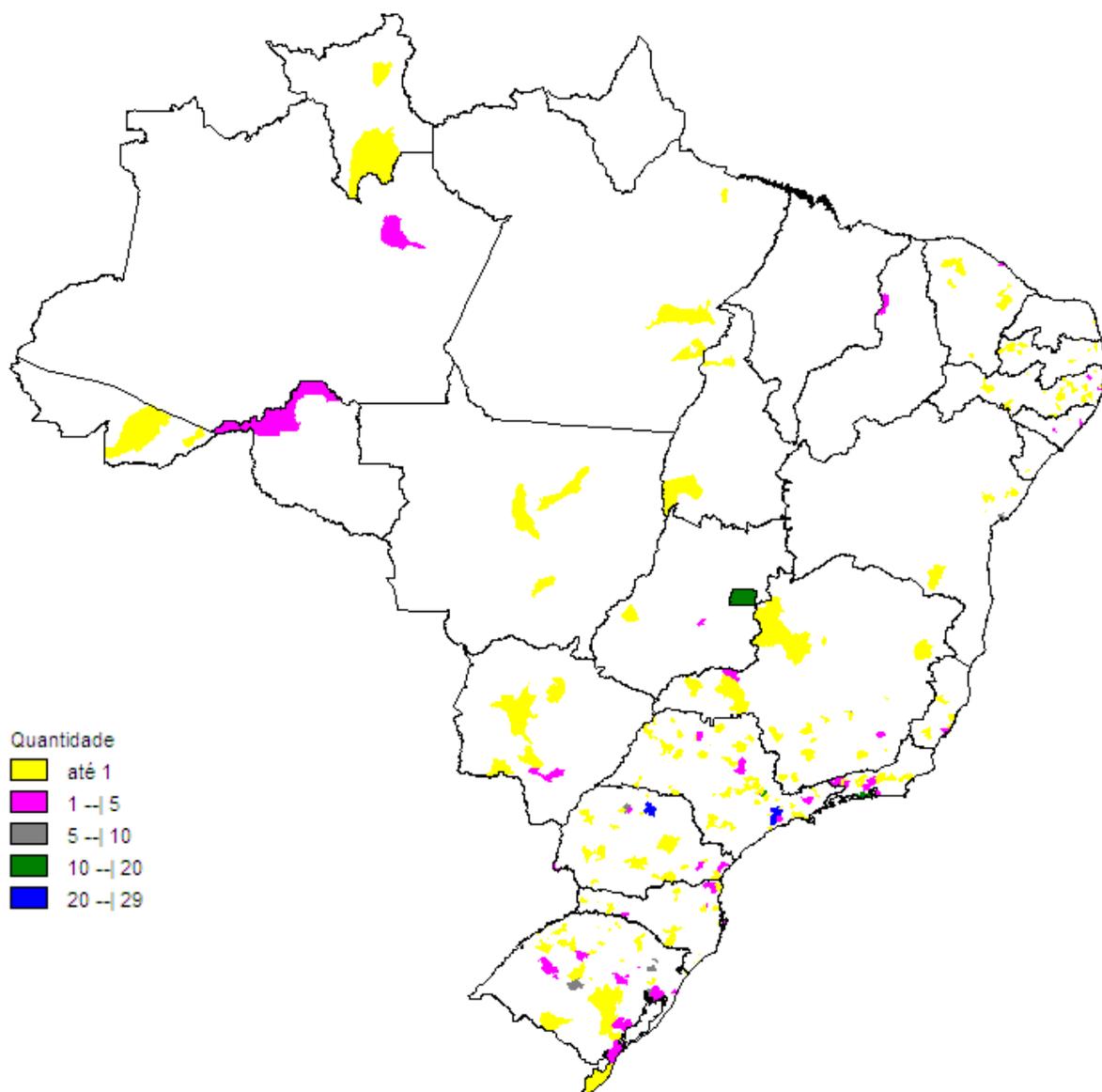
Na figura 7 está expressa a distribuição espacial da produção de alimentos e bebidas. Nota-se que os lugares que concentram a produção localizam-se no Norte.

A comparação das 3 figuras evidencia semelhanças nas suas localizações. Com maior ou menor número de empreendimentos, o fato é que há uma repetição das manchas que representam a presença de empreendimentos.

Uma análise mais aprofundada das atividades pode sugerir que a matéria-prima e os insumos para a produção artesanal e de alimentos e bebidas são provenientes da produção agropecuária, do extrativismo e da pesca desses mesmos lugares. Com isto insinua-se uma estreita relação entre essas atividades que, em rede, fortalecem a presença e a concentração dos empreendimentos nas áreas destacadas nas 3 figuras.

Afim de demonstrar o forte vínculo entre os empreendimentos e o espaço em que estão inseridos, tomamos, também, como exemplo o caso dos empreendimentos de serviços de coleta e reciclagem de materiais. A figura 8 espacializa a distribuição dos empreendimentos no Brasil.

Figura 8.
Serviços dos EES por municípios
Coleta e reciclagem de materiais



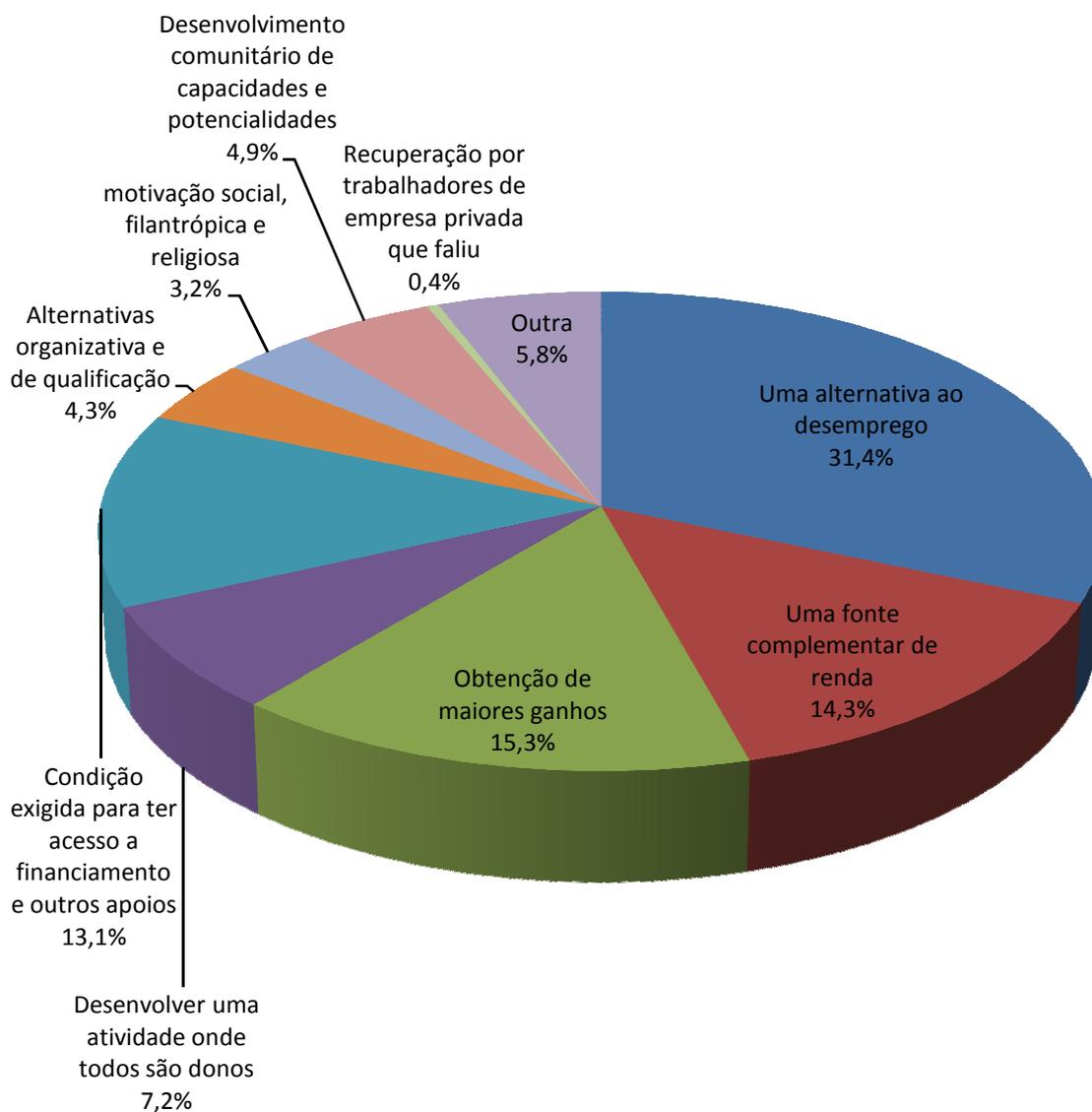
Retirado de: Atlas da Economia Solidária - SENAES/MTE, 2007.

Embora os empreendimentos de coleta e reciclagem de materiais representem apenas 2,3% do total de atividades da Economia Solidária no Brasil, seu exemplo ilustra bem com uma prática essencialmente urbana, que depende dos restos do consumo para se reproduzir, como já demonstrado em nossa dissertação

de mestrado (GODOY, 2005), está concentrada nas áreas que mais oferecem condições de sua realização. A figura 8, assim como os anteriores, ratifica a estreita relação entre os empreendimentos e as condições oferecidas pelo espaço para a sua reprodução. É nas áreas urbanizadas, onde a produção, distribuição, troca e consumo se realizam de forma mais acelerada, que os empreendimentos de coleta e reciclagem encontram a matéria-prima para prática das atividades.

Para fechar este primeiro momento de uma exposição geral da atual situação da Economia Solidária no Brasil, apresentamos as razões para a criação dos empreendimentos, segundo os entrevistados pelo SIES. Na pesquisa foram elencados 10 motivos e cada empreendimento pôde destacar até 3, em ordem de importância. No contexto nacional, os dados mostram, com destaque, a alternativa ao desemprego (31,4%) como motivos para a criação dos EES no computo geral, considerando-se a soma das 3 ordens. Outros 3 motivos aparecem com o mesmo grau de importância nessa metodologia: obtenção de maiores ganhos (15,3%), uma fonte complementar de renda (14,3%) e condição exigida para acesso a financiamento e apoio (13,1%) indicam que as razões pelas quais se criaram os empreendimentos não se caracterizam por apenas 1 demanda, mas por um conjunto de condições. Se fosse possível tipificar os motivos de criação, diríamos que os empreendimentos surgem, em primeiro lugar, de uma necessidade premente de enfrentar a precarização das relações de trabalho, mas as razões identificadas com os princípios ideológicos da Economia Solidária também se fazem presente, já que, considerando o desenvolvimento de uma atividade em que todos são donos, o desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidade e a alternativa organizativa e de qualificação significam 16,4% das razões somadas.

Gráfico 19.
Motivos para criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil em %



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Na análise regional destacamos que o motivo “alternativa ao desemprego” é o mais citado nas regiões Sudeste (58%) e Nordeste (47%). Já na região Sul aparecem como os motivos mais citados a “obtenção de maiores ganhos”, (48%) e “fonte complementar de renda”, (45%). Nas regiões Norte e Centro-Oeste o principal motivo citado é o de complementação de renda, com 46% e 53%, respectivamente.

Os empreendimentos econômicos solidários têm mais de 1.687.000 associados e mais 25 mil trabalhadores agregados que, embora não sejam sócios, têm algum vínculo com os EES. Desse contingente, 38% são participantes de EES no Nordeste, 32% no Sul, 12% no Norte, 10,5% no Sudeste e 7,5% no Centro-Oeste. Dessa forma, se em número de empreendimentos a região Norte aparece em 4º lugar, à frente apenas da região Centro-Oeste, o que significa em números relativos e absolutos, que a região Norte supera a Sudeste, com maior concentração de participantes nos empreendimentos na região Norte.

Procuramos expor, até aqui, a situação atual da Economia Solidária no Brasil, com apresentação das questões em debate entre os que analisam e interpretam o conjunto de atividades econômicas, mas também as políticas, sociais e espaciais.

SEGUNDO MOMENTO

Contemplaremos, neste segundo momento, uma análise regressiva que agregue as bases teóricas de entendimento do processo histórico do mundo do trabalho e da produção do espaço ao entendimento de uma possível nova economia política do espaço, posta em causa pela Economia Solidária.

A discussão do trabalho na Geografia é importante para o entendimento da produção e reprodução do espaço geográfico, e assim, buscamos, neste segundo momento, uma compreensão histórico-geográfica do papel do trabalho nas relações sociais e, conseqüentemente, nas relações espaciais. O trabalho é fundamental na nossa sociedade, já que ele é uma forma de inserção do homem na vida social. Para entendimento do espaço, o trabalho, enquanto atividade humana, revela o processo de produção social do espaço porque, ao produzir sua vida, a sociedade produz o espaço. A reprodução das relações sociais se realiza na forma de relações espaciais, sendo o espaço a dimensão material da realidade social. Nesse sentido, se a sociedade é desigual o espaço também o é, já que concentra riquezas e fragmenta as relações sociais.

A busca de um sentido da história pode indicar alguns caminhos de entendimento do que o presente realiza e que futuro nos espera. Situar o trabalho no tempo e no espaço é situar as condições de reprodução do homem e, mais além, desvendar a produção do mundo em que vivemos hoje.

Se queremos entender o espaço em que vivemos, temos de partir da maneira como ele é produzido e reproduzido; temos de partir do entendimento do trabalho mediado pelas relações de poder, comandadas pelo Estado e pelo mercado.

Assim, neste segundo momento serão tratadas, também, as ações do Estado na produção do território, através de algumas políticas públicas responsáveis pelas diferenciações sócioespaciais. É preciso destacar, ainda, as intervenções internacionais na condução das políticas públicas. Assim, nossa intenção é debater a mão do Estado e do poder econômico para entender as forças atuantes sobre a produção no/do território brasileiro.

A produção do espaço pelo trabalho

Se a produção material é base da vida em sociedade, o trabalho nunca deixará de ser a condição de reprodução da vida social, sendo a produção de bens materiais essencial para vida do homem social.

No debate proposto nesta tese a categoria trabalho tem dupla importância. Em primeiro lugar, porque concebemos o espaço como produto social do trabalho realizado pelo homem na sua atividade de apropriação e adaptação da natureza para satisfação de suas necessidades, já que o trabalho é uma condição imanente à existência humana. Em segundo lugar, a discussão da Economia Solidária implica um debate sobre o trabalho na contemporaneidade. Mas, esse entendimento demanda uma regressão histórica do que o trabalho, enquanto categoria abstrata, significa na reprodução das relações sociais.

O trabalho concreto e o trabalho abstrato são duas categorias marxistas para expressar as propriedades de valor de uso e de valor de troca da mercadoria na sociedade capitalista. Assim, qualquer ato de trabalho é uma atividade produtiva de

um determinado tipo, com um objetivo específico. O trabalho concreto ou o trabalho útil tem como produto um valor de uso, que é condição da existência humana, independentemente da forma de sociedade, porque se trata de uma necessidade que permeia a relação entre o homem e a natureza. Mas, além do dispêndio de força física, o trabalho cria valor, medido em unidades de tempo, que pode ser interpretado como um coeficiente de trabalho incorporado. As mercadorias só têm valores na medida em que expressam a mesma substância, ou seja, o trabalho humano. O trabalho concreto que produz a mercadoria torna-se social apenas por meio da troca de mercadorias e equaliza o trabalho como abstrato.

A centralidade da categoria trabalho expressa-se, portanto, na nossa argumentação, porque traz, no seu bojo, a compreensão da emergência das formas de Economia Solidária mostrada nos dados apresentados no primeiro momento desta tese. O trabalho é central na reprodução social, ainda que uma leitura dos dados e análises de especialistas em mercado de trabalho, que apostam na redução da importância do trabalho na reprodução do modo de produção capitalista, possa colocar em questão o futuro da sociedade que vive do trabalho.

Mas o trabalho também é central na nossa perspectiva epistemológica. Na teoria geográfica que nos dá sustentação, em que o espaço, como produto e condição de reprodução das relações sociais, é o objeto de estudo, o trabalho na sua relação mediadora entre homem e natureza produz as condições de existência humana materializadas no espaço social. No modo de produção capitalista o espaço é uma mercadoria estratégica na reprodução das relações sociais. Na Economia Solidária o espaço exerce importância fundamental na reprodução dos empreendimentos econômicos solidários e dos atores envolvidos.

Espaço e tempo, ambos propriedades da matéria, atribuem características à produção da Economia Solidária que, ao mesmo tempo em que expressam valores diferenciados do produto da economia capitalista em razão do tempo socialmente necessário à sua produção, colocam, no mesmo espaço, mercadorias produzidas por formas diferenciadas. O valor da mercadoria produzida na Economia Solidária será debatido no terceiro momento desta tese.

Para subsidiar o entendimento das questões colocadas no primeiro momento da tese e apontar, e na medida do possível elucidar, as contradições que estarão

presentes no terceiro momento, a categoria trabalho (neste capítulo, seguido do debate sobre o Estado no capítulo seguinte) será debatida através da centralidade que expressou nos diferentes momentos da história.

O pensamento intelectual do significado do trabalho só adquiriu relevância na era industrial, através da racionalidade moderna. Até o momento o trabalho era considerado um mal necessário e, por isso, relegado à categoria de fenômeno secundário. A reflexão crítica surgiu no Ocidente, com o advento da Revolução Industrial e com diferentes conotações nas diferentes sociedades e épocas históricas, baseando-se no que ele efetivamente representa para a manutenção dessas sociedades.

A importância do trabalho torna-se maior na sociedade que o concebe como relação mediadora do aumento da riqueza de uma parte dela. Trabalhar, então, é uma condição, não só de reprodução da vida, mas de inclusão na sociedade de consumo. A contradição que se apresenta é que, se o trabalho tem hoje o seu maior nível histórico de produtividade, de uso das faculdades da inteligência e de desafios no plano da complexidade tecnológica e organizativa, o acesso a ele sob a forma contratual nunca esteve tão segmentado.

Os debates sobre o significado do trabalho têm assumido posturas que negam a sua centralidade na vida social. Para muitos intelectuais influentes, especialmente os adeptos dos princípios neoliberais, o trabalho perdeu na sociedade contemporânea, significado na constituição da identidade e da potencialidade política dos indivíduos e das classes. Para Cattani (2003, p. 12) no discurso desses formadores de opinião, qualquer outra dimensão cultural ou política parece mais importante que o exercício profissional vinculado à esfera da produção e dos serviços. Assim, a categoria trabalho não é mais relevante para compreender o capitalismo suplantado pela “sociedade da informação” ou “do conhecimento”. Ainda de acordo com Cattani (2003, p. 12), para outros teóricos com registro político diametralmente oposto aos neoliberais, o empoderamento da sociedade civil através dos novos movimentos sociais, das organizações não-governamentais, da participação cidadã em amplas esferas da vida política, também tirava do trabalho qualquer valia.

Teóricos adeptos de uma renovação radical da crítica da sociedade, como o grupo Krisis²³, manifestam-se contra o trabalho, na medida em que ele não se opõe ao capital, mas, ao contrário, é uma atividade específica do capitalismo, que se encontra no centro de um sistema que se auto-reproduz até ao infinito e transforma os homens no “recurso humano” da sua auto-reprodução ilimitada²⁴. Esta colocação leva ao confronto com a idéia de que o trabalho é uma atividade imanente ao homem e imprescindível para a sua própria reprodução, seja qual for o regime político, econômico e social.

Mas, se é através da força de trabalho e de seu pagamento que os indivíduos se reproduzem e à sua família, como uma categoria tão importante pode perder importância no entendimento das relações sociais? A quem interessa o discurso do fim do trabalho? A sociedade capitalista é incapaz de se reproduzir ou de se manter sem a mediação do trabalho realizado através da força humana; daí a centralidade do trabalho na formação social vigente. A tese da centralidade do trabalho, ao mesmo tempo que postula uma posição central para o trabalho na sociedade e em seu dinamismo social, é crítica em relação a sociedade do trabalho vigente e negativa em relação à tendência evolutiva da mesma, dominada pelo processo de acumulação capitalista que aliena os homens do próprio processo de reprodução material da vida.

O dilema que se nos apresenta reside no fato de que quem não trabalha não come, como bem alerta o grupo Krisis em seu manifesto contra o trabalho. E numa sociedade onde a força de trabalho tornou-se supérflua com a revolução microeletrônica, a contradição está em que essa mesma sociedade continua organizada em torno do trabalho. Quem não consegue vender a sua força de trabalho torna-se supérfluo para o sistema de reprodução do capital.

O desemprego é a afirmação da centralidade do trabalho pela sua face mais negativa, pela carência das formas de emprego contratual. Ao mesmo tempo que o desemprego expressa a abundância de força de trabalho num mundo cada vez

²³ O grupo Krisis organizou-se para publicar, em 1986, a revista teórica em língua alemã, que reuniu *Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria*, cuja redação era integrada por Robert Kurz, Ernest Lohoff, Norbert Schandl e Hans Von Bosse. Além dos mais de 26 volumes da revista, o grupo também publicou livros e artigos em diversas revistas da Europa e América Latina, participa e organiza seminários e debates em torno da crítica do fetiche do trabalho e da ilusão política, do totalitarismo da economia, do patriarcado produtor de mercadorias e do espetáculo pós-moderno. Estas informações foram retiradas do livro abaixo referenciado.

²⁴ KRISIS. Manifesto contra o trabalho. Lisboa: Antígona, 2003.

mais informatizado, que racionaliza o uso da força humana para a produção, ele afirma a centralidade do trabalho na reprodução social, quando a busca pela venda da força de trabalho submete o homem à precarização e à flexibilização das relações de trabalho até mesmo a formas degradantes. A tese do fim do trabalho, advinda da ideologia neoliberal, expressa o objetivo de desestruturar o direito ao trabalho e a luta por condições asseguradas de trabalho. Por outro lado, o debate que o grupo Krisis propõe, por sua conduta política não se alinha com o discurso neoliberal. É preciso superar as aparências das mudanças sociais para entendermos os dialéticos sentidos que o capital e a sociedade conferem ao trabalho.

O trabalho como categoria central na vida do homem tem também centralidade no entendimento da produção do espaço, enquanto prática socioespacial. Para isso realizaremos um procedimento metodológico relativo à lei geral da acumulação capitalista proposta por Karl Marx em “O Capital” (primeira edição de 1890). Em uma de suas passagens mais célebres, Marx afirma que à acumulação da miséria corresponde a acumulação da riqueza. A acumulação pressupõe uma repartição desigual da riqueza produzida socialmente.

Na medida em que temos desigualdades sociais, com acumulação de riqueza e sua conseqüente distribuição desigual, temos um desenvolvimento geográfico desigual como materialização de um desenvolvimento social desigual. Uma das formas de análise dessa realidade se dá através da divisão territorial do trabalho, expressa mais comumente na divisão internacional do trabalho, que se constitui por países e regiões com diferentes graus de desenvolvimento, segundo as regras do modo de produção capitalista. Mas essa divisão territorial do trabalho expressa-se com igual importância no espaço de um mesmo país. Debateremos, então, no capítulo seguinte as desigualdades regionais brasileiras com o objetivo de entender o apoio e o fomento que o governo brasileiro dá às políticas de Economia Solidária.

3.1. O papel do trabalho no mundo atual e seus aspectos históricos

Como o mundo contemporâneo compreende a centralidade do trabalho? A representação do trabalho enquanto modelo geral de toda a atividade humana se caracteriza por uma integração entre o ser natural e o ser social. Para a doutrina marxista a capacidade de realização do trabalho é a essência do homem e, nesse

sentido, o entendimento sobre o trabalho pode revelar o próprio trabalhador, constituindo-se um meio de sociabilidade e de transformação do mundo.

Se o trabalho é imprescindível na reprodução do homem e de suas relações sociais, e a compreensão do significado dele ajuda a compreender a sociedade, apresenta-se-nos o problema da carência das formas contratuais de trabalho.

Vivemos uma crise da sociedade salarial, ancorada nas formas contratuais de trabalho, mas é a atividade humana organizada pelas estruturas de produção e reprodução da riqueza social que continua impulsionando o processo de acumulação através da extração da mais-valia da força de trabalho.

Engels (1979, p. 215), coloca o trabalho como condição básica primeira para toda a existência humana, afirmação que permite dizer que o trabalho criou o próprio homem, ou, como o autor refere em seu texto, a humanização do macaco pelo trabalho, através do qual o homem produz sua condição material de vida, que, por sua vez, diversifica e complexifica a sua relação com o espaço.

As mudanças no mundo do trabalho e, particularmente, das relações do mesmo quando a demanda por força operária é reduzida, colocou em questão a necessidade inevitável do trabalho vivo no processo produtivo. No plano teórico o questionamento da centralidade da categoria trabalho no mundo de hoje está presente, tanto na obra de pensadores neoliberais, quanto nos de esquerda. Para os neoliberais parte-se do pressuposto de que o conhecimento e a informação podem suprir as necessidades humanas. A materialidade perde importância no debate teórico dando lugar às teorias da informação e da fluidez. Tudo isso alimentado pelo domínio do capitalismo financeiro dos últimos 30 anos. Ocultado por uma premissa do mercado, o Estado é descaracterizado de suas funções enquanto regulador econômico e social.

No neoliberalismo, na mesma medida em que o Estado é desacreditado de suas funções quando transfere para o mercado o domínio de atividades estratégicas, o trabalho é despojado de sua centralidade na produção material. No plano teórico a realidade é reduzida ao que interessa ao capitalismo na sua nova forma de reprodução. Historicamente, as idéias atribuídas às noções de trabalho sempre estiveram intrinsecamente ligadas aos pressupostos hegemônicos.

Dentre os pensadores de esquerda contemporâneos Antunes, (2005, p. 159) elenca alguns dos que tratam das formulações mais expressivas sobre o entendimento do trabalho, como Méda e a “desaparição do trabalho”; Habermas e a “esfera comunicacional”, em substituição a esfera do trabalho; Offe e a “perda da centralidade da categoria trabalho”; Rifkin e o “fim do trabalho” e Kurz, com a versão mais crítica do “fim do trabalho”.

O pioneirismo da discussão sobre o fim do trabalho está nas teses desenvolvidas por Gorz e por Offe no início da década de 1980. Ambos os autores buscaram interpretar as mudanças da sociedade europeia argumentando que o trabalho estava perdendo a centralidade, já que as sociedades industriais estariam produzindo crescentes quantidades de riqueza com cada vez menos quantidade de trabalho. Na década de 1990 os estudos de Rifkin, Méda e Beck ampliaram a discussão sobre o fim do trabalho, quando afirmavam que as novas tecnologias permitem e provocam redução da quantidade de trabalho necessário ao processo produtivo. De Toni (in: CATTANI & HOLZMANN, 2006, p. 128) destaca a defesa desses autores para a criação de novas formas de trabalho, capazes de absorver os indivíduos deslocados e de preencher o tempo livre dos ocupados, constituindo-se em novos centros de ação e de identidade políticas.

Para a verificação da teses que se colocam sobre o fim do trabalho, Antunes (2005) observa o mundo real e se pergunta se, de fato, o mundo produtivo não carece mais do trabalho vivo. O autor não concorda com as teses que desconsideram o processo de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, afirmando que,

Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizados, dos *trabalhadores hifenizados* de que falou Huw Beynon, que se encontram em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços (ANTUNES, 2005, p. 160).

A revolução informacional transforma, não apenas o trabalho, mas, acima de tudo, a sua concepção. Na medida em que novas formas de produzir modificam as relações de trabalho e o espaço dele ao substituir pessoas por máquinas e computadores, a cognição sobre o trabalho desprestigia seu papel enquanto processo produtor da riqueza do mundo. O trabalho se banaliza, mas não

desaparece, porque é ele que produz a materialidade da reprodução social. Assim, ele se transforma.

O capital não pode eliminar o trabalho vivo da produção, seja ela material ou imaterial. Mesmo o saber científico, colocado como principal força produtiva em substituição ao valor-trabalho, segundo a tese de Habermas (apud Antunes, 2005, p. 160), não pode prescindir do trabalho vivo e ser dotado de autonomia.

As máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte de seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar *uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada*, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico (Antunes, 2005, p. 161).

É preciso analisar a história do trabalho e de seu entendimento teórico. E mais, é preciso uma nova conceituação que vá além de uma visão economicista do trabalho. O que interessa, ao retomar a discussão do trabalho nesta tese é a sua dimensão enquanto prática socioespacial. M. Santos (2006, p. 129) compara a diversificação da natureza no mundo natural com divisão do trabalho no mundo histórico. No mundo natural as trocas de energia entre os seus elementos conferem um movimento perpétuo pelo qual a identidade deste mundo se renova enquanto se modificam os seus aspectos. A um modo de diversificação sucede um outro. É assim que a natureza se faz outra, enquanto mudam os seus aspectos e ela própria muda como um todo (M. SANTOS, 2006, p. 130).

M. Santos (2006) retoma Kant em sua Cosmologia quando reitera que “a criação jamais termina, jamais se completa. Uma vez iniciada, não pára. Está sempre ocupada, produzindo novos objetos, novos cenários, novos mundos. O trabalho a que preside corresponde ao tempo que sobre ela se estende”. Nesse sentido, para Kant a História é um progresso infindo.

A relação espaço-tempo é indissociável de qualquer estudo que se faça na Geografia, e, sobretudo para o entendimento da produção e reprodução do espaço

onde se materializam as relações sociais. A comparação de tempos diversos torna-se intrinsecamente impossível sem os objetos. Para Whitehead, apud M. Santos (2006, p.130), é o processo de interação, num mesmo movimento de objetos e eventos que cria e recria o espaço e o tempo. Assim, os diversos momentos da diversificação da natureza criam os padrões específicos que, inclusive, a definem.

No mundo histórico, a divisão do trabalho movida pela produção atribui a cada movimento um novo conteúdo e aos lugares uma nova função. O mundo humano se renova e se diversifica. Reencontra a sua identidade e a sua unidade enquanto os seus aspectos se tornam outros. A partir da primeira organização social, nas comunidades primitivas, surge um novo fator na diversificação da natureza, com a atribuição de valor às coisas e acréscimo de um dado social ao processo de mudança. Em um primeiro momento o homem é um criador ainda subordinado. Segundo M. Santos (2006, p.130) com as invenções técnicas o poder de intervenção se amplia e o homem adquire autonomia relativa, concomitantemente à diversificação da natureza socialmente construída.

Com o capitalismo a diversificação fica mais complexa, e levando a escala global a operar mediante as forças sociais. Se antes o “social” estava nos interstícios, atualmente é o “natural” que se aloja nos interstícios do social. E, com o advento da industrialização, a tendência se acentua ainda mais quando o homem passa a dispor de técnicas que interferem em todas as fases da produção. Hoje, para M. Santos (2006, p. 131) é a informação o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional.

3.1.1. A divisão territorial do trabalho

O entendimento da produção do espaço e de como ele se torna condição de reprodução das relações sociais tem como importante vertente analítica a divisão territorial do trabalho enquanto produto da divisão social dele. O espaço, produto do trabalho, manifesta concretamente as relações sociais estabelecidas no bojo do modo de produção capitalista. A diferenciação espacial, ou mais propriamente a diferenciação socioespacial, cujo tema é central na Geografia, remete à dimensão real da produção espacial enquanto prática social.

A noção de “desenvolvimento geográfico desigual” presente nas obras de Harvey, Soja e Smith, como centro explicativo das diferenciações sócioespaciais,

esclarece a existência de uma sociedade de classe que diferencia seus membros a partir do lugar que ocupam, tanto na produção, quanto na distribuição da riqueza gerada, segundo a análise desses autores feita por Carlos (2007, p. 47) para embasar a sua hipótese de que, para além de um elemento, a desigualdade é imanente à produção espacial.

Segundo o pensamento marxista no processo de divisão social do trabalho está a origem da propriedade e da diferenciação da sociedade em classes. O desenvolvimento da troca também está intimamente ligado ao aparecimento da propriedade privada e da divisão social do trabalho.

A possibilidade de apropriação do excedente de trabalho e de seu produto, propiciado pelo crescimento das forças produtivas e da intensificação da divisão social do trabalho, revelou que já não era mais vantajoso matar pessoas aprisionadas em combates, mas obrigá-las a trabalhar e transformá-las em escravos. As economias que empregavam escravos enriqueciam rapidamente, o que acarretou o constate incremento da desigualdade. Os aristocratas passaram também as escravizar os seus parentes e compatriotas empobrecidos e endividados. Surgiu assim, a primeira divisão da sociedade em classes – a divisão em senhores de escravos e escravos.

Novas relações de produção tomaram lugar com a decomposição do regime comunitário primitivo. A propriedade social foi substituída pela propriedade privada, o trabalho coletivo cedeu lugar ao trabalho individual e o regime gentilício se transformou na sociedade de classes, que deu início à luta de classes.

A divisão de classes produz a materialidade da divisão espacial do trabalho. A tarefa social de cada indivíduo condiz com seu lugar no espaço. A posição social também é a posição material na dimensão social. No espaço urbano, caracterizado pela divisão centro-periferia, o lugar ocupado pelas diferentes classes sociais decodifica as relações existentes na produção da cidade. É na escala do lugar, enquanto dimensão prático-sensível das relações sociais, que mais claramente se manifesta a posição ocupada por cada classe social. Mas, no espaço nacional e no espaço mundial, através das regionalizações das áreas de interesse do capital, também estão evidentes as diferenciações espaciais como produto das trocas desiguais e combinadas do sistema capitalista de produção.

O Estado surge historicamente como meio de controle político. Smith (1988, p. 79) afirma que é função do Estado administrar a sociedade de classes, conforme os interesses da classe dominante.

Harvey (2005, p 84) retoma um paradoxo colocado por Marx em *O Capital*: como um sistema de troca de mercadorias com base na liberdade e igualdade pode dar origem a um resultado caracterizado pela “desigualdade e falta de liberdade”? A explicação está contida no caráter da divisão de classe nas relações capitalistas de produção, resultante de um longo processo histórico, em que a força de trabalho se divorciou do controle dos meios de produção, e, assim, tornou-se uma conserva da classe capitalista (HARVEY, 2005 p. 84).

Ao Estado capitalista moderno cabe regular as relações de produção e acumulação, garantindo o direito de propriedade privada sobre as mercadorias em troca. Também é seu papel remover as barreiras em favor da mobilidade do capital. Para a teoria marxista o Estado capitalista se torna “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses” (HARVEY, 2005 p. 84).

Como debateremos mais aprofundadamente adiante, o Estado capitalista, enquanto instrumento de dominação de classe é que possibilita a reprodução do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico. Para Marx, como o trabalho é antagônico ao capital, e o Estado burguês, o veículo da violência coletiva da classe burguesa para opressão pelo trabalho, somente através da destruição desse Estado se pode alcançar uma sociedade sem classes.

Entretanto, cabe não ignorarmos que para o grupo Krisis (2003), capital e trabalho não são antagônicos. O trabalho é condição para a reprodução do capitalismo, é uma atividade específica do capitalismo, que transforma o homem no recurso humano da auto-reprodução ilimitada. Essa visão nos coloca diante de outro problema: como dissolver a diferenciação de classes sociais e, conseqüentemente, produzir um espaço que comporte uma nova relação social baseada não apenas na igualdade e na liberdade da troca, mas com mecanismos de justa distribuição de condições de reprodução da vida, senão através do trabalho enquanto dimensão da sociabilidade humana? Manifestar-se contra o trabalho, ainda que por justificadas razões, implica a negação da dimensão da luta.

Harvey (2001, p. 78) afirma que, para Marx, o reino da liberdade começa onde acaba o reino da necessidade, e apenas através da luta política e pessoal pode-se obter o domínio sobre nossa existência social e física e produzir nossa liberdade.

A transformação da natureza através do trabalho é um fato. A produção do espaço através da divisão das tarefas é também inegável. Assim, é preciso, então, desvendar o conteúdo das atividades humanas como reveladoras das condições materiais de reprodução social.

Nos primórdios da civilização o homem trabalhou para produzir o que necessitava para o consumo, fosse alimentação, vestuário ou moradia. Isso já implica intervenção na natureza e produção de um espaço social.

A industrialização, notadamente no contexto europeu dos séculos XVIII e XIX, introduz uma nova relação social de produção baseada no trabalho formal, com definição de tarefas e de remuneração. A cidade, dentro da lógica da industrialização, é fragmentada entre os espaços da moradia, do trabalho, da circulação e do lazer. No século XX, a instituição do contrato de trabalho regulamenta direitos e deveres de patrões e empregados, as classes trabalhadoras, com classificação de cargos, funções, atribuições e salários.

A partir de 1980, numa nova fase do mercado “sem barreiras”²⁵ denominadamente neoliberal, o processo de terceirização transfere paulatinamente para empresas externas as tarefas consideradas de apoio ao processo produtivo. A mão-de-obra passa, então, a ser transferida para as chamadas empresas de consultoria ou empresas prestadoras de serviços, que contratam os trabalhadores por um período temporário. Aqui os termos da precarização do trabalho são sentidos com maior intensidade.

Nessa mesma lógica cresce o número de cooperativas de trabalho, que nada mais são do que empresas terceirizadas prestadoras de serviço, onde o contrato de trabalho é substituído por um “empreendedorismo” que não cobre o acesso aos direitos de seguridade social, garantidos pelo Estado, para aqueles com carteira de trabalho assinada.

²⁵ Fase em que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial pregam a atuação mínima do Estado.

Aos que não tem acesso ao emprego formal, resta a execução de atividades sem qualquer tipo de documentação ou de registro. Sem direitos e garantias, a venda informal da força de trabalho é a via de inserção no mercado para aqueles que não respondem às “exigências” das empresas convencionais, que se utilizam, cada vez mais, dos avanços da tecnologia.

Historicamente a divisão social do trabalho tem sido comandada pelo modo de produção hegemônico e o papel do conhecimento sempre foi central para o avanço das técnicas de produção. O grande diferencial da atualidade é que a informação, em si, entra no processo produtivo, como o motor da divisão internacional do trabalho.

A leitura do mundo de hoje passa pelo entendimento do processo de globalização da cultura, da economia, dos valores, do conhecimento, das idéias. Mas o espaço não se coloca em abstrato, o espaço planetário se reorganiza em função da nova DIT em função de estratégias mundiais, que como afirma Lefebvre²⁶ resulta da superposição de níveis diferentes econômicos e estratégicos onde tudo converge para o problema do espaço, ele é a primeira via para se chegar ao mundial (CARLOS, 1996 p. 33).

As transformações no mundo do trabalho não estão apartadas do cotidiano. Como bem retrata Lefebvre (1973, p. 8), para Marx não há uma coincidência entre a reprodução das relações de produção e a reprodução dos meios de produção (força de trabalho, maquinaria), nem com a da reprodução alargada (crescimento da produção).

Está fora de dúvida que, para Marx, a reprodução dos meios de produção e a continuidade da produção material vão a par com a reprodução das relações sociais, tal e qual como a própria vida vai a par com a repetição dos gestos e dos atos cotidianos (LEFÈBVRE, 1973 p. 8).

Lugar da reprodução das relações de produção, o espaço social como materialidade da dinâmica social é, simultaneamente, ocasião e instrumento da planificação e da lógica de crescimento, que a prática do capitalismo implica e contém; é a lógica economicista, um saber, uma ideologia da coesão e das contradições em escala global. Para Lefebvre (1973 p. 17), na análise do espaço social as coerências (as estratégias e as táticas) entram em conflito e há

²⁶ Henri Lefebvre, **Les temps des méprises**. Paris: Stock , 1975, p. 217. Citado por Carlos (1996 p. 33).

contradições específicas que se manifestam, tais como aquelas entre os centros e as periferias.

A divisão social do trabalho que se opera no espaço da produção extrapola esse espaço delimitado, atingindo todas as esferas da vida social, implicando na reprodução das relações sociais em toda sua amplitude. Implica, então, na relação entre os homens no espaço público e no privado, no espaço da rua, no da fábrica e no da casa. Na mesma medida, a precarização das condições de trabalho reproduz a precarização das condições de vida.

3.2. Crise de emprego e crise de urbanização, ou ajuste estrutural do capitalismo?

Vivemos um momento em que uma nova crise financeira conduz as preocupações mundiais. A mais recente, iniciada em setembro de 2008 nos Estados Unidos, tem origem na quebra do mercado imobiliário, que se utilizava do *sub-prime*, um crédito hipotecário de risco, destinado a tomadores de empréstimo que representam maior risco de inadimplência.

Durante o 9º Fórum Social Mundial, realizado em Belém, David Harvey fez uma análise sobre a crise do *sub-prime* para defender seu posicionamento sobre o direito à cidade enquanto luta contra o capital. Para Harvey o direito à cidade significa o direito de “criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas (...). O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente”.

Entender o significado das crises se faz necessário diante do ajuste que elas impõem na esfera do trabalho. Tão logo eclodem, vemos que os pobres são os mais atingidos. Os programas de demissão voluntária nas empresas, os novos regimes de trabalho e o aumento nos índices de desemprego são os efeitos mais evidentes da precarização das relações de trabalho.

Harvey, em sua explanação, na Tenda da Reforma Urbana²⁷ durante o Fórum Social Mundial de 2009, lembrou que, desde 1970, ocorreram 378 crises financeiras no mundo (não foi feita referência à fonte destes cálculos). Entre 1945 e 1970 foram

²⁷ A Tenda da Reforma Urbana foi promovida pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana Brasil

56 crises financeiras, muitas delas decorrentes da urbanização com especulação sobre a habitação e o desenvolvimento da propriedade privada. No entendimento de Harvey a crise das hipotecas *sub-prime* nos Estados Unidos trata-se, na verdade, de uma crise urbana.

Mais além, em entrevista ao *Le Monde Diplomatique* (publicada em março de 2009), Harvey conjectura que as crises do capitalismo decorrem, na verdade de ajustes estruturais. O capitalismo, enquanto sistema que sempre produz excedentes, é impelido, por forças competitivas, a reinvestir parte de seu capital em novos desenvolvimentos. A taxa de 3% de crescimento anual, desde 1750, resultou em, aproximadamente, 50 trilhões de dólares da economia global em circulação atualmente. Isso demanda saídas rentáveis para o excedente de capital.

O que antes era reinvestido na produção, gerando emprego, passou, a partir de 1970, a ser investido em ações, compra de ativos, direito de propriedade (inclusive intelectual, como destaca Harvey) e propriedade imobiliária. O aumento da demanda por ativos fez crescer o valor deles, assim como fez subir o preço da propriedade imobiliária, o custo de vida na cidade, afastando o trabalhador para locais cada vez mais distantes do centro. Os ricos cada vez mais exercem seu domínio sobre toda a cidade como forma de investir o excedente de capital.

O investimento em propriedades imobiliárias com a expansão das cidades só se poderia realizar com a existência de uma demanda por casas. Mas os trabalhadores que significavam um alvo ideal porque não possuíam rendimentos suficientes para a compra de imóveis, já que, desde 1970, as políticas do neoliberalismo implicavam redução salarial. Devido à especulação, o preço dos imóveis inflacionava (ao contrário do salário dos trabalhadores), e as instituições financeiras passaram a oferecer crédito para quem não constava, anteriormente, do rol dos tomadores de empréstimos com garantia de saldar as dívidas. A concessão crédito de risco (*sub-prime*) valorizou os imóveis e abriu aos mutuários a possibilidade de financiamento da diferença da valorização do imóvel. Assim, um imóvel financiado com valor de 200 mil dólares, passou a valer 300 mil, com possibilidade de tomada de empréstimo de 100 mil dólares para gastos em consumo. A garantia era o mesmo imóvel.

Com o aumento das taxas de juros de curto prazo muitos desses tomadores de empréstimo se tornaram inadimplentes. Na tentativa de saldar, ao menos em parte, as dívidas, muitos mutuários tentaram se desfazer das casas, ocasionando queda no preço de todos os imóveis.

Muitos trabalhadores tinham dívidas que superavam o valor dos imóveis e condições de quitar o empréstimo. A devolução das propriedades para as instituições de crédito, que ficaram com os imóveis com valor aviltado e sem recursos para honrar o pagamento dos títulos emitidos, arrastou para a falência não apenas as instituições hipotecárias, mas também muitos bancos, o que provocou a queda das Bolsas de Valores (BVs) em todo o mundo.

A falta de liquidez bancária (falta de dinheiro disponível para saque imediato pelos correntistas) demandou intervenção dos bancos centrais para evitar a quebra em cadeia de bancos em todo o mundo.

A crise iniciada no mercado imobiliário do EUA atingiu a todos os demais países integrados ao sistema econômico regulado pelo mercado financeiro, que subsidiou a concessão de crédito não devolvido pelos tomadores de empréstimo, através do *sub prime*. A oferta de crédito reduzida e a vinculação de grandes corporações, que aglomeram empresas de produção industrial e mercado especulativo, resultaram, diretamente na limitação do mercado de trabalho formal, que estava em crescimento no período imediatamente anterior à crise.

Na economia real, a produção foi atingida pela crise, já que países como o Brasil precisam de fontes externas de financiamento para exportar. Inevitavelmente, mais uma vez o trabalhador arca com os prejuízos das empresas que remanejam os custos para manter as suas margens de lucro. Assim, a oferta de emprego entra em queda e o trabalhador, que vive exclusivamente da sua força, necessita encontrar formas de remuneração que não impliquem, fundamentalmente, relações contratuais de trabalho.

Alguns debatedores do tema da Economia Solidária questionavam a continuidade do seu crescimento acelerado no momento de prosperidade que o capitalismo vivenciava antes da crise econômica mundial, em 2008. A dúvida dos estudiosos centrava-se na opção do trabalhador entre a seguridade social proporcionada pelo contrato formal de emprego ou a associação com outros

trabalhadores para criação de empreendimentos econômicos solidários, num período em que a oferta de emprego estava em relativa expansão na conjuntura do capitalismo.

O debate foi interrompido pela demissão em massa de muito trabalhadores de empresas que, até o momento da manifestação mundial da crise, estavam solidamente estabelecidas. No Brasil, especialmente, setores produtivos como o automobilístico, por exemplo, dispensaram milhares de trabalhadores sob a justificativa de contenção de custos em razão da crise. Entretanto, há que se questionar até que ponto a crise econômica de 2008 foi uma razão real de demissão em massa, ou parte de uma justificativa para redução de postos de trabalho num modelo cada vez mais alicerçado na tecnologia e informatização dos meios de produção.

A forma regular do trabalho através de contrato social é o emprego, que caracteriza um acordo entre empregador-empregado mediante pagamento de um salário pela força de trabalho vendida pelo trabalhador. Essa é a primeira diferença que se faz entre trabalho e emprego.

Na sociedade caracterizada pela regulação social, o emprego significa um fator de cidadania, já que, através dele, o trabalhador tem reconhecida pelo Estado a venda da sua força de trabalho e pode aceder aos direitos de seguridade social. Esta, entretanto, é uma cidadania subordinada ao marco regulatório do Estado.

Consideramos pertinente retomar, neste momento, uma análise sobre a diferenciação entre trabalho e emprego da nossa pesquisa anterior²⁸ quando questionávamos sobre o real problema que afetava a nossa sociedade. É o fim do trabalho ou é o fim do emprego? Mediante uma explanação que visa à emancipação das formas contratuais do trabalho, Singer (1999) retrata o emprego como uma relação de trabalho a ser ultrapassada pela demanda de um novo modo de produção, tal qual ele considera a Economia Solidária. Para Singer (1999, p. 12) é necessário explicitar e examinar criticamente uma série de pressupostos que o discurso corrente subentende. Necessitar de uma ocupação não implica,

²⁸ GODOY, T.M.P. de. **O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis – usos e contradições**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

necessariamente, ter um emprego, que é um conceito que implica assalariamento, em que o trabalhador vende mão-de-obra e fica sujeito às demandas do mercado.

Os novos postos de trabalho, surgidos em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem ao ocupante, em sua maioria, as compensações usuais que as leis e contratos coletivos garantiam anteriormente. A precarização do trabalho também toma forma nas relações informais ou incompletas de emprego, tais como a subcontratação de serviços terceirizados.

Como o período em que se é demitido e recolocado no mercado de trabalho formal tem se tornado longo, ou ainda quando esse estado de desemprego se torna permanente (desemprego no sentido de emprego assalariado), o trabalhador precisa buscar outros meios de obter rendimentos necessários à sobrevivência. Os trabalhadores informais e os subempregados, prestadores de serviços autônomos entre outros trabalhadores, submetidos a regimes de trabalho não contratuais, passam a crescer nas estatísticas sobre o mercado de trabalho. Como a maioria dessas pessoas têm baixa escolaridade acabam por realizar atividades de pouco valor agregado. São muitas vezes contratados por curto período de tempo, como os bóias-frias, os faxineiros, sob regime de terceirização, e tantos outros que vivem de prestar serviços esporádicos. Há, ainda, aqueles que, independentemente, montam pequenos comércios ambulantes nas ruas e vendem os mais variados produtos ou serviços.

Singer (1999) atribui a um período recente da história a deterioração das relações de trabalho, que, para nós, inicia no momento em que as formas capitalistas de produção, visando sempre a maximização do lucro, passam a comandar a reprodução das relações sociais. Como afirma Lefèbvre (1973, p. 109-110), a sociedade capitalista é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. Assim as relações sociais não se produzem e se reproduzem apenas no espaço da fábrica, mas também na vida cotidiana, na família e na cidade. “Reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é despendida no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores...” (LEFÈBVRE, 1973, p. 110). Por

isso as consequências desse modo de produção não aparecem apenas no nível das forças produtivas.

As análises das implicações do crescimento econômico em escala mundial não tratam do lento apodrecimento das relações sociais, como também são mal compreendidos, nas condições atuais, os papéis desempenhados pelo conhecimento, pela cultura e pela cidade. Para Lefèbvre (1973, p. 111), esses são lugares mais da dissolução que da transformação, como evidencia a análise do fenômeno urbano e das suas contradições internas, porque hoje ele é, simultaneamente, o lugar da reprodução das antigas relações sociais, da sua decomposição e da formação de novas relações sociais e das suas contradições.

É no lugar, na escala mais próxima da vivência humana, que se realiza o cotidiano, que a crise de reprodução das relações sociais se manifesta na sua forma concreta, através da fragmentação da cidade. Não que a cidade como um todo seja o lugar de apropriação pelos seus habitantes, ao contrário, a cidade fragmentada torna-se cada vez menos passível de apropriação, visto que sua compartimentação em funções distintas não possibilita a vivência dela como um todo.

Essa compartimentação em funções é produto de uma lógica racional que separa os diferentes momentos do cotidiano. Nisso a cidade se divide em zonas residenciais, comerciais, industriais. Mais do que isso, a cidade é dividida em zonas que se classificam pelo padrão de suas construções e pelo acesso a elas. À terra é agregado um valor imobiliário, que define quem pode habitá-la ou dela se apropriar. Harvey demonstra isso em sua explanação no Fórum Social Mundial de 2009, quando retrata as condições do direito à cidade em Nova York:

Em Nova York, eu acho muito difícil viver em Manhattan, e vejam que eu sou um professor universitário razoavelmente bem pago. A massa da população que de fato trabalha na cidade não tem condições de viver na cidade porque o preço dos imóveis subiu exageradamente. Em outras palavras, o direito das pessoas à cidade foi subtraído. Às vezes ele é subtraído por meio de ações do Mercado, às vezes por meio de ações do governo, que expulsa as pessoas de onde elas vivem, às vezes ele é subtraído por meios ilegais, violentos, ateando-se fogo a um prédio. Houve um período em que parte de Nova York sofreu incêndio após incêndio (Transcrição e tradução de Fernando Alves Gomes divulgada pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana através de correio eletrônico).

Aqui, mais uma vez, está presente a divisão social do trabalho materializado na divisão territorial do trabalho. A divisão centro-periferia²⁹ é também uma divisão de classes sociais. Quem pode habitar o centro? E por centro entende-se não apenas o centro histórico das cidades, mas também aqueles lugares privilegiados pela implantação de infra-estruturas de acesso, que agregam à terra um valor que nem todos podem pagar.

O urbano tem uma dimensão instrumental enquanto lugar da reprodução das relações sociais de produção. De acordo com Carlos (1996, p. 33) esse espaço organiza-se em função da divisão do trabalho na escala planetária, assentada em estratégias mundiais, resultante da superposição de diferentes níveis, tanto econômicos quanto políticos. Produz-se, assim espacialmente, uma morfologia estratificada e hierarquizada enquanto imbricação de espaços dominados/dominantes como consequência da divisão de classes.

A análise espacial, hoje, deve considerar as tendências presentes no processo de reprodução social que tem levado a uma nova distribuição das atividades, mudando, assim, estruturas urbanas regionais e nacionais, como afirma Carlos (1996, p. 33). Nesse processo produzem-se novas configurações intraurbanas, através de uma segregação espacial que separa as diferentes classes sociais dentro de um mesmo espaço da cidade, acirrando a concorrência entre os lugares, numa “guerra fiscal” que busca a atração de novas empresas do capital mundial, com vistas à solução da criação de postos de trabalho.

O Estado tem um papel fundamental ao definir políticas de subvenção e de criação de infra-estrutura capaz de produzir espaços que comportem uma nova divisão do trabalho, através da incorporação de novas tecnologias e investimento no sistema de educação, em centros de pesquisa e em redes de comunicação. A produção de tecnopolos, por exemplo, propicia a diferenciação dos lugares na

²⁹ A divisão entre “centro, periferia e semi-periferia” advém da teoria do sistema mundial elaborada por Immanuel Wallerstein em função da divisão do trabalho entre as regiões. A noção de terceiro mundo foi recusada por Wallerstein ao argumentar que apenas existe um mundo articulado por um complexo sistema de trocas econômicas, caracterizado pela dicotomia entre capital e trabalho e a acumulação de capital entre agentes em concorrência. Nessa teoria, por centro entende-se a área de grande desenvolvimento tecnológico; por periferia, a área que fornece matérias-primas, produtos agrícolas e força de trabalho barata para o centro; e por semi-periferia, a região de desenvolvimento intermédio, que funciona como um centro para a periferia e uma periferia para o centro. A escola ligada a Boaventura de Sousa Santos baseou a caracterização da sociedade portuguesa diretamente na teoria do sistema mundial de Immanuel Wallerstein.

disputa pela capacidade de concentrar infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do processo de acumulação do capital.

Nessa diferenciação dos lugares, produto da especialização e da divisão social e espacial do trabalho, parcelas particulares participam de modo diferenciado da reprodução do sistema. Assim como cada lugar exerce sua função na divisão territorial do trabalho, exercendo o papel de protagonista ou de coadjuvante na reprodução ampliada do capital, cada sujeito exerce também sua função, estando ligado, formalmente ou não, ao mercado de trabalho. E aqui merece destaque essa distinção, pois, independentemente do reconhecimento social do trabalhador pelo Estado, todos os sujeitos estão implicados na reprodução do capital, seja o trabalhador de carteira assinada ou o ambulante (ou qualquer outra categoria associada ao mercado “informal”), cada um tem sua função para a reprodução social e para a reprodução ampliada do capital.

A crise do emprego e a crise da urbanização são a mesma crise indissociável e mais ampla, a crise de reprodução das relações sociais que submete todos à luta diária pela sobrevivência. A cidade manifesta, de forma material, a contradição da sociedade capitalista. É na morfologia socioespacial da cidade que se evidenciam as relações sociais, através da diferenciação dos lugares de moradia: são bairros para o operariado e para a classe média: loteamentos irregulares na forma de habitações precárias, conjuntos habitacionais nos limites do perímetro urbano, cidades satélites para o proletariado; bairros nobres e condomínios murados para a classe média alta. Ainda se observa a deterioração dos centros históricos, agora retomados pelo capital, através dos processos de renovação urbana com o título de “revitalização”, mas que, na verdade, tratam de uma revalorização desses espaços, que expulsam para as periferias a população que atualmente dá vida ao centro. A especulação imobiliária a que é submetida a cidade transforma-a em fragmentos espaciais produtos de uma lógica capitalista e de políticas do Estado.

As cidades constituem-se o produto mais complexo do trabalho humano. Atualmente, as áreas urbanas concentram a metade da população mundial, ou seja, cerca de 3,3 bilhões de pessoas, como afirma a estimativa do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) no relatório da Situação da População Mundial divulgado em 2007. Até 2030 esse número deverá chegar a quase 5 bilhões de

peças, correspondendo a cerca de 60% da população mundial. Esse intenso crescimento atingirá, principalmente, os países mais pobres da África e da Ásia, onde a população urbana deverá duplicar. Na América Latina e no Caribe a população residente nas áreas urbanas passará de 400 para 600 milhões.

O crescimento, como se vem constatando, é acompanhado pelo aumento da pobreza nas cidades. De acordo com o relatório da ONU muitos dos novos habitantes serão pobres. A formulação de políticas públicas, segundo o relatório, deve focar a questão do acesso à terra.

Oferecer aos pobres lotes com infra-estrutura básica ajudará a atender necessidades atuais e futuras. Com a posse segura, ruas de acesso, abastecimento de água, saneamento, energia e coleta de lixo, as pessoas construirão suas próprias casas. Um endereço pode ser o primeiro passo para sair da pobreza”, afirma, no documento, Thoraya Obaid.³⁰

O relatório, destaca ainda, que o crescimento urbano resulta em cerca de 60% do aumento vegetativo – a diferença entre nascimentos e mortes - e não da migração, ou seja, as cidades vêm crescendo de dentro para fora. Em resposta a esse fenômeno, o relatório propõe que os governos evitem a política de deter a migração para as cidades e passem a adotar políticas que ofereçam e ampliem os serviços sociais com investimento nas mulheres.

No Brasil o nível de urbanização é ainda mais avançado, já que mais de 80% da população vive nas áreas urbanas. Também é nessas áreas que se concentra a população economicamente ativa e, por conseqüência, é onde os efeitos das mudanças no mundo do trabalho são sentidos com maior intensidade. Maricato³¹ (2000) afirma que a expansão implicou um gigantesco movimento de construção urbana, necessário para o assentamento residencial dessa população, bem como para a satisfação de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água etc. Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi

³⁰ Extraído de: Agência Brasil – Em 2008, metade da população mundial estará vivendo nas áreas urbanas, diz relatório da ONU, publicado em 27 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/06/27/materia.2007-06-27.3709223479/view>. Acesso em 03 de março de 2008.

³¹ MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, 14(4), 2000.

ocupado e foram geradas condições para viver nesse espaço. Hoje quase 138 milhões de habitantes moram em cidades.

O crescimento econômico pelo qual o Brasil passou entre 1940 e 1980, através de um projeto desenvolvimentista, criou uma nova classe média urbana. Mas os direitos sociais e civis básicos foram estendidos a toda classe trabalhadora, como a legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento. A recessão a partir de 1980, somada às taxas de crescimento demográfico que superaram as do crescimento do PIB, causou um impacto que ampliou a desigualdade social. Para Maricato (2000) a concentração da pobreza nas décadas de 1980 e 1990 se dá no espaço urbano.

Historicamente o crescimento urbano sempre se deu com o ajustamento econômico-social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira. As cidades passaram a ganhar uma nova dimensão e, como resultado, iniciou-se o problema da habitação. A força de trabalho transformada em mercadoria impele o mercado à reprodução do trabalhador

Mas isso não se deu no começo do século XX, como não acontece até o seu final. Como previu Joaquim Nabuco, o peso do escravismo estaria presente, na sociedade brasileira, muito após sua abolição. Não só grande parte dos trabalhadores atua hoje fora do mercado formal, como, mesmo aquela regularmente empregada na moderna indústria fordista, apela para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas (MARICATO, 2000, p. 23).

O modo de vida urbano é indissociável do modelo de industrialização e de desenvolvimento. Em um mesmo espaço urbano convivem os bens de uso mais modernos e as construções urbanas mais precárias. Maricato (2000) afirma que essa “tragédia urbana” não é produto das chamadas décadas perdidas de 1980 e 1990, mas de cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra, em 1850, e com a emergência do trabalho livre, em 1888.

Esse modelo de desenvolvimento econômico concentrou a urbanização brasileira. As cidades cresceram de modo exponencial, a ponto de constituírem as

grandes conurbações que concentram, hoje, 30% da população brasileira em nove metrópoles. A capacidade produtiva para oferecer emprego à população não foi suficientemente desenvolvida, porque não interessava ao regime de produção. Podemos dizer que a capacidade produtiva, cada vez mais ampliada, não demandou toda a mão de obra disponível.

Apresentamos, a seguir, numa tentativa de compreensão da realidade das metrópoles brasileiras, dados apresentados pelo DIEESE (2007) sobre o mercado de trabalho.

Tabela 5.
Estimativa da população economicamente ativa (PEA) e taxa de desemprego
regiões metropolitanas e Distrito Federal 2003-2006 (por 1.000 pessoas)

Regiões Metropolitanas												
Categoria	São Paulo				Porto Alegre				Belo Horizonte			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
PEA	9.770	9.941	10.038	10.075	1.771	1.807	1.835	1.855	2.285	2.359	2.391	2.476
Ocupados	7.826	8.082	8.342	8.483	1.475	1.520	1.569	1.590	1.828	1.904	1.992	2.134
Desempregados	1.944	1.859	1.696	1.592	297	287	266	265	457	455	399	342
Taxa de desemprego (%)	19,9	18,7	16,9	15,8	16,7	15,9	14,5	14,3	20,0	19,3	19,0	18,8

Categoria	Salvador				Recife				Distrito Federal			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
PEA	1.671	1.696	1.717	1.749	1.539	1.550	1.536	1.593	1.126	1.163	1.203	1.245
Ocupados	1.203	1.261	1.298	1.336	1.182	1.192	1.193	1.254	869	920	975	1.011
Desempregados	468	431	419	413	357	358	343	339	257	243	228	234
Taxa de desemprego (%)	28,0	25,5	24,4	23,6	23,2	23,1	22,3	21,3	22,9	20,9	19,0	18,8

Fonte: Anuário dos Trabalhadores (DIEESE, 2007)

O crescimento demográfico das metrópoles, mesmo após 1980, continua proporcionalmente superior ao crescimento do país, embora com um ritmo menor do que antes dessa década. Entretanto, a periferia das metrópoles cresce mais do que seus núcleos centrais, o que implica um aumento relativo das regiões pobres. Maricato (2000) mostra que de 1991 a 1996 os núcleos centrais das metrópoles cresceram 3,1% enquanto os municípios periféricos cresceram 14,7%. Das metrópoles relacionadas na tabela 5, as periferias que mais se expandiram foram as de Belo Horizonte (20,9%), Salvador (18,1%) e São Paulo (16,3%), segundo dados do IPEA, apud Maricato (2000).

As condições de acesso a um trabalho remunerado com direitos sociais garantidos tornam-se mais difíceis nas áreas mais pobres. E o aumento das periferias das grandes metrópoles traz consigo o problema que se agrava. Nas metrópoles o processo de reorganização das estruturas produtivas ocorre de forma mais intensa devido à complexidade de sua estrutura socioeconômica.

A tabela 5 mostra que nas metrópoles localizadas fora das regiões de concentração industrial e financeira que existem as taxas mais altas de desemprego. Embora tenha havido, de maneira geral, um decréscimo da taxa em todas as regiões metropolitanas, Salvador e Recife ainda permanecem com taxas de desemprego acima dos 20% no período tomado para a análise entre os anos 2003 a 2006. Retomando a discussão de que emprego e trabalho se diferenciam em função do contrato social estabelecido entre empregador e empregado, resultando em uma relação formal de trabalho, podemos notar que no Nordeste brasileiro as relações contratuais de trabalho são relativamente menos presentes que na região denominada Centro-Sul, caracterizada por um desenvolvimento econômico e social, detentor da concentração de riquezas do país.

Isso leva a pensar nos expressivos números apresentados no capítulo anterior sobre o crescimento e a concentração de empreendimentos econômicos solidários no Nordeste brasileiro. A indagação que se impõe refere-se à necessidade de criar novas formas de trabalho como as que induziu o Nordeste, após séculos de pobreza e relegado à região de baixa produtividade e valor econômico a encontrar na Economia Solidária a possibilidade de emergência social por meio do trabalho coletivo.

Veremos, a seguir, como algumas ações dirigidas pelo Estado brasileiro propuseram projetos desenvolvimentistas para a região Nordeste com o objetivo de diminuir as desigualdades entre as regiões geoeconômicas.

As ações do Estado na produção do território brasileiro

No modo de produção capitalista o espaço, ao mesmo tempo que é um produto social, também é condição de controle, de dominação e de poder, que reproduz uma hierarquia dos lugares, centrada no processo de acumulação do capital. O Estado capitalista produz o espaço regulador e ordenador, exercendo o controle do ponto de vista organizacional, administrativo, jurídico, fiscal e político.

Uma das atribuições do Estado é a organização e o controle social, desde seu surgimento histórico, no modo de produção escravista. O aparecimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes provocaram a necessidade do Estado escravista para desenvolvimento e consolidação das relações de produção daquela sociedade .

O Estado feudal, que sucedeu o escravista, foi substituído com o desenvolvimento do capitalismo, pelo Estado burguês, em consequência da revolução burguesa. Nesse estágio a propriedade privada sobre os meios de produção, como base do regime capitalista, é declarada sagrada e inviolável pelo Estado burguês.

O desenvolvimento capitalista e o Estado sempre estiveram intimamente ligados. No capitalismo pré-monopolista, assentado na produção mercantil, o Estado burguês, além de garantir a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção, assegurava a exploração dos trabalhadores e reprimia a sua luta contra o regime capitalista.

Para Carnoy (2007, p. 9) o papel do Estado nas sociedades capitalistas, embora significativo, era, em geral, relativamente limitado, quando Ricardo, Marx, Weber, Durkheim e Marshall o discutiram no século XIX como um elemento importante, mas não como elemento central de suas análises sociais. Isso se deveu, em parte, ao “poderoso” Estado mercantilista, que antecedeu a Revolução Industrial e, resultante do dinamismo do capitalismo privado até a década de 1930. Nesse período “o setor de produção privada, e não o Estado, era a fonte dessa energia e o setor privado da economia era o centro da mudança social” (CARNOY, 2007, p. 10).

O estágio do capitalismo financeiro globalizado em que hoje nos encontramos levou muitos pensadores neoliberais a afirmar que o capital prescindia do Estado para se reproduzir. Após implementação das políticas keynesianas e o desenvolvimento do Estado-Providência nos países centrais do capitalismo, a partir dos anos de 1930, o Estado passou a ter uma forte ação regulatória na economia e nas demais esferas da vida política e social. Mesmo assegurando a proteção social de suas populações, é necessário que se diga que as bases do capitalismo continuavam bem alicerçadas na propriedade privada dos meios de produção nesses países.

Com a crise de 1973 deflagrada pela subida no preço do barril de petróleo e a conseqüente desestabilização da base energética do sistema capitalista, o debate sobre o peso da intervenção estatal na economia ganhou força e a Inglaterra e os Estados Unidos romperam com o modelo keynesiano por entender que, naquele momento, ele não mais se prestava aos interesses econômicos. O Chile, país que na década de 1970 não figurava entre as economias centrais do capitalismo, tornou-se o laboratório das experiências neoliberais, graças à derrubada do regime socialista de Salvador Allende por um golpe militar.

Nas décadas de 1980 e 1990 a doutrina neoliberal tornou-se a receita de desenvolvimento econômico liderada por Inglaterra e Estados Unidos e imposta

pelos organismos financeiros internacionais para concessão de créditos aos países que a eles recorriam. O discurso hegemônico passou a ser a atuação mínima do Estado na economia, no mercado de trabalho, com flexibilização das leis econômicas e trabalhistas, adesão à livre circulação de capitais e desestatização de empresas, inclusive dos bancos.

Esse discurso arrefeceu no ano de 2008. Harvey (2005, p. 92) diz que o movimento na direção do *laisser-faire* sempre foi mais ideológico do que real. E, vimos o capital especulativo e sem fronteiras recorrer ao Estado para não arrastar consigo as economias de todo o mundo. Nos Estados Unidos e na Europa bancos e seguradoras foram estatizados, ou seja, tornaram-se controlados pelo mesmo Estado rechaçado pela doutrina econômica do livre mercado.

Entender o percurso do Estado através da história e das teorias políticas parece inevitável para analisar as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico, implementadas pelos governos brasileiros nas últimas décadas, e mais especificamente, as que tratam da Economia Solidária.

Para Harvey (2005, p. 92), mesmo que as funções do Estado tenham mudado com o crescimento e o amadurecimento do capitalismo, a noção de que esse modo de produção tenha alguma vez funcionado sem o envolvimento estreito e forte do Estado é um engano que merece ser corrigido.

Através de ações planejadas o Estado distribui as infra-estruturas pelo território como base material para a reprodução social. Essa ação planejada demanda princípios e objetivos. O que o debate sobre o planejamento estatal oculta muitas vezes são os interesses implicados nesse instrumento dito “racional” de organização socioespacial, apresentado como técnico, mas de cunho eminentemente político e parcial.

Smith (1988, p. 78), ao descrever o processo de divisão da sociedade em classes, esclarece que o Estado surge, historicamente, como meio de controle político e que é função do Estado administrar a sociedade de classe, conforme os interesses da classe dominante, fazendo-o através de armas militares, jurídicas, ideológicas e econômicas.

Harvey (2005, p.79) mostra que não é correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou central para o funcionamento da sociedade capitalista. Em

suas palavras: “ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia” (HARVEY, 2005 p. 79).

O propósito da explanação sobre o papel e a ação do Estado na produção território brasileiro é o de possibilitar bases de entendimento para as políticas públicas que vêm sendo implementadas pelo governo brasileiro para a consolidação da Economia Solidária como “um modo de produção alternativo ao capitalismo³²”.

4.1 . A ação planificadora do Estado

Toda a ação pressupõe um pensar. O planejamento de Estado não se desvencilha dessa premissa, ainda que pensadores e formadores de opinião de tendência liberal queiram nos fazer entender que a sua ação seja neutra. Toda forma de governo revela uma ideologia na sua condução política.

O entendimento do papel e da função do Estado pressupõe a elaboração de um pensamento político que, de alguma forma, tentamos orientar através da seguinte questão: como fazer viver em conjunto sujeitos inclinados aos conflitos?

Na Antiguidade Platão já discutia os limites e as possibilidades de uma sociedade justa e ideal. Em Aristóteles emerge a discussão do bem comum e do homem político: cidadão habitante da pólis, que discute e cria as regras de convivência da sociedade, tendo espaço de atuação na esfera pública, no átrio, no senado, em oposição à esfera privada dos indivíduos. Mas vale salientar que nem todo habitante da cidade era cidadão: mulheres e escravos não desempenhavam os mesmos direitos políticos dos homens livres.

A reflexão política enquanto ordem teve como ponto de partida um conjunto de procedimentos capazes de mobilizar a força necessária para obrigar aqueles que não respeitassem os procedimentos previstos pelas instituições políticas e às decisões que delas derivassem. O poder monopolizou o recurso da violência em proveito da força pública legítima.

³² Segundo a apresentação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento na página web do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: http://www.mtb.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp. Acesso em 06 de junho de 2008.

De acordo com Farago (2007, p. 6) o poder, sem o qual nenhuma sociedade pode subsistir, desempenha uma tripla função: encarrega-se da coesão interna do grupo humano em questão, organiza a sua defesa perante potências estrangeiras e instaura a justiça e a paz civil. Quando o poder requer uma força capaz de o exercer, a sua finalidade é dar ordem, segurança e justiça ao conjunto da sociedade que ele governa. Para Wolff (in NOVAES, 2007 p. 61), é preciso que haja o poder (um chefe, um cacique, um patriarca, um rei ou ainda um governo, uma polícia, leis, proibições, castigos, em suma, uma instância política) para que a sobrevivência da comunidade esteja concomitantemente assegurada contra ela mesmo e contra as ameaças externas.

Entender o presente, o Estado Capitalista Moderno, demanda entender o paradoxo constitutivo da política:

Os homens não podem viver sozinhos, mas relutam a viver juntos. Vivem em comunidades políticas por necessidade, portanto, mas não podem fazê-lo sem serem forçados, isto é: justamente pela política. É como se a natureza obrigasse os homens a viver contra a natureza deles. E essa dupla natureza partida é, justamente, a política. A natureza dos homens é tal que eles não conseguem viver por si mesmos sem comunidade, e no entanto não conseguem viver deles mesmos nessa comunidade. São sociáveis por essência, mas é preciso forçá-los a entrar em sociedade e se acomodarem uns aos outros. (WOLFF in NOVAES, 2007, p. 62)

Uma noção cardinal da soberania, segundo Farago (2007, p. 6), elaborada progressivamente pela filosofia Ocidental, permite estruturar o edifício conceitual do objeto político. Com essa idéia foi possível reunir no pensamento sobre o Estado moderno as funções legislativa, executiva e judicial do poder, ou apreender a relação fundamental que, simultaneamente, une e separa o comando dos governantes e a obediência dos governados.

O poder, como meio de organizar a vida coletiva dos homens, não se erigiu como fim em si só. O político tem, inevitavelmente, uma dimensão ética ou, ao menos, permanece sob a jurisdição de uma instância superior ao seu domínio.

Uma das origens do conceito de Estado é atribuída às Cidades-Estado, que se desenvolveram na Antiguidade. Originada das palavras gregas *politéia* e *oikonomika*, onde *politéia* provém de *polis*, como organização social, *oikonomika* composta de outras duas palavras *oikos*, como casa e economia doméstica e,

nomus, como lei. Aqui já se verá uma primeira expressão da economia política, mais tarde retomada por Marx, como “estudo das leis que regem a economia das organizações sociais” (TEIXEIRA, 2000 p. 90). No pensamento político de Platão, mais propriamente em *A República*, um diálogo retrata o que seria a origem da cidade (Estado):

- Ora – disse eu – uma cidade tem a sua origem, segundo creio, no fato de cada um de nós não ser auto-suficiente, mas sim necessitado de muita coisa. Ou pensas que uma cidade se funda por qualquer razão?

- Por nenhuma outra – respondeu.

- Assim, portanto, um homem toma outro para uma necessidade, e outro ainda para outra, e, como precisam de muita coisa, reúnem numa só habitação companheiros e ajudantes. A essa associação pusemos o nome de cidade. Não é assim?

- Absolutamente.

- Mas se uma pessoa participa numa sociedade com outra, se dá ou recebe algo, é na convicção de que isso é melhor para ela?

- Certamente.

A República de Platão é uma tentativa de definição da cidade justa e das suas condições de possibilidade: subordinação do egoísmo individual ao bem de todos, primado do interesse geral sobre o interesse particular, obediência de todos aos que conhecem o lugar do Homem nas estruturas imutáveis do Cosmos.

Para Platão a justiça e a lei constituem essências expressivas da ordem imanente ao Cosmos ao qual a cidade se deve submeter. Para Farago (2007, p.15) a experiência mostra, entretanto, que longe de exigir dos seus concidadãos o respeito à ordem racional das coisas, os homens políticos procuram adular os instintos desse “grande animal”, que é o povo.

Em Platão a política é a “arte real” que supõe que aquele que a exerce esteja de posse do princípio de ordem que rege o universo, que constitui precisamente a unidade do universo.

Ao tratar do poder e das formas de governo, Aristóteles substituiu o ideal político que, em Platão, encarnava pela regra objetiva da lei, da sua regularidade, da

sua generalidade e da sua imparcialidade. Para Aristóteles, segundo Farago (2007, p. 20) a “melhor constituição” designa uma norma suficientemente flexível para se adaptar às circunstâncias, excluindo aquilo que é contranatureza. Os vários sistemas políticos diferenciaram-se segundo as condições. Assim, o governo exercido por um só indivíduo em benefício de todos é a realeza ou a monarquia. Na sua versão perversa, é a tirania. O governo exercido por um pequeno número que coincide com os melhores, constitui a aristocracia e, em degenerescência, a oligarquia. Ao governo do grande número, no interesse geral, Aristóteles chama de República, ou *politie*, como sinónimo de Estado ou de constituição; e, na sua forma degenerada, demagogia.

O critério da saúde de um governo é o serviço do interesse geral. Na sua perversão é o primado do interesse particular dos governantes e que acaba por dificultar a própria finalidade da cidade, qual seja, o “viver bem” em conjunto.

Em Aristóteles a política é pensada em termos “do melhor” como condição de possibilidade de realização dos homens, já que, se é certo que o Bem absoluto não pode existir no nível da mudança, pode-se, no entanto, por meio da sua prática, orientar o devir dos homens, permitindo-se que vivam de acordo com aquilo para que nasceram. Como coloca Farago (2007, p. 21), Aristóteles foi o primeiro a reconhecer que a prática tinha a sua racionalidade própria: a articulação de razões que dispõem, mas sem obrigar necessariamente e cujo fim não é o racional (*logikón*), mas o razoável (*eulogón*).

A discussão da política e do poder no pensamento filosófico é a base para o entendimento das condições de realização da vida social no tempo presente. Embora as idéias de Platão e Aristóteles não se tenham realizado na plenitude, elas ainda são um ponto de referência para os pensadores do Estado na sua configuração atual.

O marco histórico para a transformação radical das relações sociais que constituiriam o Estado capitalista moderno está no advento do capitalismo e da Revolução Industrial, e que fez ferver as idéias políticas.

A Revolução Industrial amplia a concentração de riquezas, o que acaba por desencadear os conflitos sociais. Adquirem força novas concepções políticas que defendem formas para solucionar os violentos antagonismos sociais.

O liberalismo de Adam Smith³³ defende a liberdade do indivíduo como um princípio absoluto. Parte do pressuposto que o livre funcionamento do mercado e da concorrência serão capazes de resolver todos os problemas com que a sociedade se depara. O pior dos males, segundo os liberais, será a emergência de Estados fortes que limitem a livre iniciativa dos indivíduos. O socialismo, nas suas expressões marxistas, defende que a única forma de superar as contradições sociais é acabar com a propriedade privada, criando uma nova sociedade assente em outros princípios políticos e econômicos. Os anarquistas, colocam o acento não na propriedade, mas no poder. É nele que reside a desigualdade entre os homens e a fonte de todos os conflitos sociais.

De Marx emerge o pensamento político aliado ao pensamento econômico, naquilo que ele denominou de “crítica da economia política” e estabeleceu um novo método de pesquisa, tendo como objeto as leis do movimento da sociedade capitalista, ou, mais precisamente, a dinâmica contraditória do capital, cuja essência é dada pelos processos de acumulação, distribuição e inovação, e daquilo que o funda e explica – a concorrência. Como com o capitalismo, pela primeira vez na história da humanidade, “o poder social torna-se o poder privado de particulares” (MARX, 1867 p. 147 apud TEIXEIRA, 2000, p. 107) não pode haver economia política sem a constituição do Estado capitalista.

Nessa “nova” Economia Política está assim presente, organicamente, um espaço especificamente político porque fundado em relações de poder e de propriedade nas quais se definem as contradições capitalistas (TEIXEIRA, 2000 p. 107).

Harvey (2005), a partir das análises dos textos de Marx e Engels, afirma que o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade e assume uma existência “independente” para garantir o interesse comum, o que o torna lugar de um “poder alienígena” por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos.

A noção de Estado em Marx deriva da sua análise a respeito das classes. De acordo com Hall e Ikenberry (1990, p.21), Marx mostrava que os direitos de cidadania política postos em relevo pelos revolucionários franceses não eram, em si mesmos suficientes para garantir a liberdade humana generalizada. O que

³³ Em: A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

importava, mais do que o direito universal ao voto, era a desigualdade estabelecida entre aqueles que possuíam os meios de produção e aqueles que, sem esses meios, eram forçados a trabalhar para os primeiros. Assim, para Marx & Engels (2004) o Estado nunca é uma força neutral representante do interesse geral; ao contrário, encarna os interesses da classe dominante; as leis que produz servem, correspondentemente, aos interesses de alguns, mais do que os de todos.

Harvey (2005, p. 80) aponta, em Marx, que o uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: “a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos” (MARX e ENGELS, 1970 p. 106 APUD HARVEY, 2005 P. 80-81). Essa contradição se resolve pelo emprego de estratégias.

A vontade de domínio e as instituições pelas quais essa vontade se manifesta deve parecer independente e autônoma em seu funcionamento. Daí que os aparelhos do Estado precisam se apresentar como órgãos da sociedade, situados acima da sociedade. São representantes de um poder que os aparta da sociedade, obtêm prestígio por meio de decretos especiais, que os investem de santidade e inviolabilidade peculiares (HARVEY, 2005 p. 81). Lefèbvre, ao tratar da noção marxista de Estado³⁴, faz uma distinção entre “homens de Estado e homens do Estado”. Os homens do Estado são os especialistas que “conhecem admiravelmente ao Estado, seja na sua prática, seja no que trata das suas engrenagens que o constituem, como na teoria”. Todo homem político, até nova ordem, é um homem de Estado, que atua politicamente, seja dentro do marco de um determinado Estado, seja para modificar esse marco institucional. Mas necessariamente, um homem de Estado não é um homem do Estado, isso porque, para Lefèbvre, existem duas espécies de políticos: o primeiro (homem de Estado) é o que aceita o Estado existente como um dado central da realidade, como um dado central das ciências sociais; o segundo, (homem do Estado), questiona as instituições existentes e parte de um estudo científico da realidade, da vida e da prática social para colocar o problema do Estado. Para Lefèbvre não há um pensamento socialista (marxista) que não ponha uma problemática de Estado. Assim, só pode haver homem do Estado, enquanto homem político que conhece o manejo das forças sociais, conhece a

³⁴ LEFÈBVRE, H. **Os marxistas e a noção de Estado**. CEPE Edições: Buenos Aires, 1972.

dinâmica das forças sociais dentro do marco do Estado existente e se propõe a utilizá-las para modificá-lo.

Acreditamos, desta forma, que presenciamos, com a primeira estratégia levantada por Harvey (2005, p. 81), a existência de homens do Estado envergados de uma autoridade que outros membros da sociedade não têm.

A outra estratégia baseia-se na conexão entre ideologia e Estado, onde os interesses de uma classe são transformados num interesse geral ilusório, já que a classe dirigente pode universalizar suas idéias como dominantes. Mais do que através das relações sociais de produção, a classe dirigente domina todas as outras relações sociais. Ela “domina também como pensadora, como produtora de idéias, e regula a produção e distribuição de idéias de sua época, suas idéias são as idéias dominantes da época” (MARX e ENGELS, 1970 p. 65 APUD, HARVEY, 2005 p. 81).

Do estabelecimento das primeiras formas coletivas de vida à formação de um Estado capitalista moderno, a história do poder aparece como um movimento que parte da necessidade de instituir uma autoridade que, paradoxalmente, preserve a liberdade dos homens que vivem em sociedade. O pensamento político dedica-se à procura de uma conciliação entre autoridade e liberdade.

Tentamos esboçar até aqui um caminho de compreensão dos rumos que tomam a forma mais desenvolvida de coletividade, o Estado, ao se constituir como instrumento privilegiado de ação de uma classe.

4.1.1. Território nacional enquanto produto da divisão interna do trabalho

Vimos que o agir demanda um pensar. A produção do território brasileiro não se fez sem uma intencionalidade. Como produto do trabalho, o espaço materializa as condições de reprodução social. No Brasil, sob a égide do modo de produção hegemônico, a produção do espaço não está apartada das condições impostas pelo capital. O território brasileiro, como espaço onde, em princípio, está delimitada a sua soberania, é produto de uma repartição assimétrica do trabalho em decorrência da expansão capitalista.

O entendimento das condições materiais de produção e reprodução social passa pelo entendimento da divisão do trabalho na sua forma geográfica, através da

divisão espacial do trabalho, como caminho de reflexão sobre as possibilidades que emergem da configuração de uma economia centrada na reprodução do trabalho, como a Economia Solidária é qualificada por seus defensores.

Apresentamos no primeiro capítulo, uma espacialização da Economia Solidária no Brasil e tentaremos, aqui, confrontá-la com a divisão do trabalho que caracterizou a diferenciação dos espaços no interior de um mesmo território nacional. Compreender o mundo do trabalho passa, necessariamente, pela compreensão de seu espaço-tempo caracterizado pela divisão territorial. Essa divisão territorial do trabalho no Brasil assumiu as formas de algumas regionalizações que, para além de critérios administrativos, possibilitaram a elaboração de planos de desenvolvimento.

Os critérios de regionalização de um território dependem sempre dos interesses implicados na integração de diversas áreas em um mesmo espaço contínuo. M. Santos (2006, p. 246) retoma o debate que anula a região em virtude da expansão do capital hegemônico em todo o planeta e que teria eliminado as diferenciações regionais. Assim como o debate do apagamento do espaço, combatido por todos aqueles que vêem nele a dimensão mais material da realidade social, M. Santos também expressa sua contrariedade:

...em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome³⁵.

Da história econômica brasileira pode-se constituir o processo de divisão territorial do trabalho. A definição das estruturas produtivas e dos papéis diferenciados de cada região no interior da economia nacional repercutiu sobre o desenvolvimento econômico e as condições de vida nas distintas regiões.

As disparidades regionais são explicadas por Oliveira (1977, p.65) como condição da expansão do sistema capitalista no Brasil. Os ciclos econômicos

³⁵ Santos, em nota de rodapé, cita que “Embora seja difícil estabelecer com precisão o significado da palavra região, é certo que, seja qual for a sua definição, ela está intimamente ligada às formas de produção que vigoram em determinado momento histórico” (M.A. Faggin Pereira Leite, 1994, p. 14 apud SANTOS, 2006, p. 246).

sucessivos determinados pela mudança da composição orgânica do capital correspondem ao movimento de concentração e centralização do capital. Quando a expansão do sistema capitalista tem como *locus* a região Centro-Sul, ou mais especificamente o estado de São Paulo, o ciclo “toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das regiões”.

Não há estagnação das economias regionais no entender de Oliveira, para quem existe a nova forma de crescimento do capital e a estagnação, quando existe, é uma fase do ciclo.

Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras “regiões” para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação nacional das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema, são em si mesma tantas outras formas do movimento de concentração; e a exportação de capitais das “regiões” em estagnação são a forma do movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias “regionais”, mas essa destruição não é senão uma das formas de expansão do sistema em escala nacional (OLIVEIRA, 1977, p. 66).

No plano estatístico e cartográfico várias regionalizações foram propostas para que se projetasse o rumos do desenvolvimento do país. Em 1938 o território brasileiro tem a primeira divisão regional com o objetivo de uma integração econômica do espaço brasileiro. A Revolução de 1930, conhecida como revolução burguesa, conforme Oliveira (1977, p. 63), inaugura um novo período da história brasileira de centralização do poder político em torno do governo federal. Era preciso conhecer o território e a população para traçar os rumos do desenvolvimento brasileiro.

Priorizando as características locacionais em detrimento das características físicas, sociais, econômicas e históricas, essa divisão foi refeita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1941 com uma nova regionalização que objetivava facilitar a coleta de dados e a formulação de estatísticas. Baseado no conceito de região natural essa nova divisão delimitou cinco grandes regiões – Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste – tendo como critério a uniformidade dos elementos da natureza.

Em 1945 uma nova divisão regional manteve as cinco grandes regiões anteriores, mas acrescentou critérios hierárquicos de grandes regiões, sub-regiões e zonas fisiográficas, incluindo também os novos territórios federais de Fernando de Noronha, criado em 1942, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu, criados em 1943.

Em 1969, após o conhecimento mais detalhado sobre o território nacional e as transformações decorridas do desenvolvimento industrial e urbano, o IBGE estabeleceu uma nova divisão regional tendo como conceito-base as regiões homogêneas, definidas pela combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos. A região Leste foi abolida e os estados da Bahia e do Sergipe passaram a integrar a região Nordeste. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo passaram a integrar a região Sudeste. A divisão regional continuou considerando como linhas divisórias os limites estaduais. Essa ainda é a divisão oficial, que sofreu apenas uma modificação: o desmembramento do estado de Goiás, dando origem ao Estado de Tocantins, pertencente à região Norte.

Em uma tentativa de agregar espaços que compartilham características histórico-econômicas e espaciais, alguns estudos regionalizaram o território brasileiro de modo a redefinir as fronteiras econômicas internas do país, que não necessariamente correspondam às linhas delimitadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Uma das propostas nesse sentido surgiu na década de 1960. Ainda que não implementada oficialmente, a divisão em regiões geoeconômicas corresponde a uma divisão interna do trabalho em 3 grandes complexos, definidos em 1967 pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger. Com base nas características histórico-econômicas do Brasil, os três complexos regionais se dividia em Região Econômica Centro-Sul, Região Econômica Nordeste e Região Econômica Amazônica. Para ilustração encontra-se, a seguir, um mapa dessa proposta e a divisão estadual estabelecida pelo IBGE.

Mapa 1.
Regiões Geoeconômicas do Brasil (1967)



Considerando o processo histórico de formação do território brasileiro, em especial a industrialização, associado aos aspectos naturais, a divisão em complexos regionais não respeita o limite entre os estados. O norte de Minas Gerais encontra-se no Nordeste, enquanto o restante do território mineiro encontra-se no Centro-Sul. O leste do Maranhão encontra-se no Nordeste, enquanto o oeste encontra-se na Amazônia. O sul de Tocantins e do Mato Grosso encontram-se no Centro-Sul, mas a maior parte desses estados pertence ao complexo da Amazônia.

Um dos problemas dessa regionalização para estudos mais aprofundados é o fato de as estatísticas econômicas e populacionais serem produzidas pelos estados.

O Nordeste foi, para o centro hegemônico da época, o pólo econômico mais rico da América portuguesa, com base na monocultura da cana de açúcar, usando trabalho escravo. Tornou-se, no século XX, uma região economicamente problemática, com forte excedente populacional. As migrações de nordestinos para outras regiões atestam essa situação de pobreza.

O Centro-Sul concentra a economia moderna, tanto no setor industrial como no agrícola, além da melhor estrutura de serviços. Nele se encontra também a capital política do país.

A Amazônia brasileira é o espaço de povoamento mais recente, ainda em estágio inicial de ocupação humana. A área está coberta por uma densa floresta, com clima equatorial, que dificulta o povoamento. Os movimentos migratórios na direção desse complexo regional partem tanto do Centro-Sul como do Nordeste, sendo hoje a região que recebe população.

Outros conceitos que procuram melhor definir a divisão territorial do trabalho dão conta de uma região concentrada, caracterizada pelo acréscimo, ao território, de ciência e tecnologia. Dentro da teoria formulada por M. Santos, a região concentrada, como a expressão mais intensa do meio técnico-científico-informacional, abrange, no Brasil, estados do Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e dois estados do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Goiás), tendo como pólo as metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Caracterizada por uma modernização generalizada e pela intensa circulação interna e com outras regiões e países, essas regiões correspondem a uma marcada divisão territorial do trabalho.

Assim como Oliveira (1977) coloca, ao tratar das condições de criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), que o histórico da natureza das relações regionais no Brasil sob a égide da expansão capitalista não deve ser entendido como as “causas remotas” da criação dessa superintendência, nós, aqui, apenas pretendemos retratar as bases do desenvolvimento desigual que, marcadamente, se observa no país.

Pensar, entretanto, numa política que proponha um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, e, mais ainda, para o Nordeste, como se nota com o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, faz-nos retomar, na história, outros programas destinados a promover soluções socioeconômicas para a região, como se constituiu a SUDENE enquanto entidade de fomento econômico desenvolvimentista.

A criação da SUDENE não estava inscrita desde a fundação das diversas regiões econômico-políticas no território nacional. Concebida por Celso Furtado, na década de 1950, enquanto estratégia de planejamento regional e de incentivo fiscal para resolver o problema da desigualdade entre as regiões, quando o debate sobre a idéia de desenvolvimento regional ainda estava no início, a SUDENE consistia numa intervenção estatal planejada, através da constituição de um novo órgão como elemento de planejamento e de administração dos recursos públicos, na busca de promover o desenvolvimento, financiando projetos que induziriam o crescimento econômico e corrigiriam a desigualdade.

Para Oliveira³⁶ (2001) o projeto inicial da SUDENE era intensamente reformista, mas se apresentou como revolucionário pelas condições sociais e políticas do Nordeste. Criada em 1959 pelo governo Kubitschek, quando tinha status de ministério, com presença direta na Presidência da República e nas instâncias em que se discutia a política econômica do país, a superintendência é reformulada em 1964, quando ocorreu o golpe militar. Os militares criaram o Ministério do Interior e subordinaram a SUDENE a ele. A outra perda, também notável, se deu no campo da concertação política. A SUDENE não era só um projeto econômico de desenvolvimento, mas político, de concertação federativa. Em 1964, os governadores passaram a ser tirados do bolso do colete dos militares, o que reabriu o flanco para os “caciquismos”.

A história da criação da SUDENE já traz em si o conflito de classes dentro do próprio Nordeste. Os representantes parlamentares do Nordeste fizeram oposição à criação do novo organismo, ao contrário dos representantes do Centro-Sul. Como expõe Cristóvan Buarque³⁷, logo no início, para aprová-la, a elite se apropriou da

³⁶ Em entrevista concedida ao jornal “Folha de São Paulo” em 07 de maio de 2001.

³⁷ No artigo Sudene e Senado publicado em “O Aprendiz”. Disponível em: http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/c_buarque/id070501.htm. Acesso em 30 de junho de 2008.

idéia. Depois de uma forte resistência à criação da SUDENE, os parlamentares obrigaram o governo a aceitar que recursos públicos ficassem nas mãos dos próprios contribuintes na forma de incentivos fiscais. No lugar de usar a arrecadação tributária para aplicá-la nos melhores projetos identificados pela SUDENE, o governo teve de se submeter à solução de fazer um sacrifício fiscal, passando parte de sua receita ao contribuinte, que escolheria o projeto que mais lhe interessasse.

A criação da SUDENE poderia representar a vida ou a morte de alguns grupos. Segundo Oliveira (1977, p. 102) desde a sua origem ela traz inscrita a marca da intervenção “planejada” no seu programa, numa tentativa de superação de conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul. Entretanto, após 1964 os empresários contribuintes, sem acreditar em empreendimentos no Nordeste, passaram a cobrar altas comissões para investir os recursos concedidos pela lei, sob a forma de incentivos fiscais. E no dizer de Buarque (2001), sem preocupação com o desenvolvimento regional, com a rentabilidade do próprio capital recebido e com o fim da desigualdade, eles se interessaram apenas em recuperar o imposto que pagariam. E muitos investidores locais, no Nordeste, sem qualquer preocupação com a região, viram, nos projetos, apenas uma forma de se apropriarem de recursos públicos.

Após décadas de objetivos e recursos desviados e um escândalo de corrupção tornado amplamente público em 1999, o governo de Fernando Henrique Cardoso extinguiu o órgão em 2001. Nesse mesmo ano, o governo federal criou a ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste), através da medida provisória nº. 2146-1, para substituir a SUDENE, com vinculação ao Ministério da Integração Nacional. Em 2003, o governo de Luis Inácio Lula da Silva anunciou a criação da nova SUDENE, dotada de poder de Estado. Mas foi em 3 de março de 2007, através da lei complementar nº.125, que a nova SUDENE foi criada como autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

Conforme seu site web oficial, vinculado ao Ministério da Integração Nacional³⁸, a missão institucional da SUDENE é a de "promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional". Tem competência para:

I - definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;

II - formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;

III - propor diretrizes para definir a regionalização da política industrial que considerem as potencialidades e especificidades de sua área de atuação;

IV - articular e propor programas e ações nos Ministérios setoriais para o desenvolvimento regional, com ênfase no caráter prioritário e estratégico, de natureza supra-estadual ou sub-regional;

V - articular as ações dos órgãos públicos e fomentar a cooperação das forças sociais representativas de sua área de atuação de forma a garantir o cumprimento dos objetivos e metas de que trata o inciso I do caput deste artigo;

VI - atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, visando a promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos §§ 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal;

VII - nos termos do inciso VI do caput deste artigo, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, assessorar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por ocasião da elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas para sua área de atuação;

VIII - apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica, políticas sociais e culturais e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;

IX - estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação, conforme definição do Conselho Deliberativo, em consonância com o § 2º do art. 43 da Constituição Federal e na forma da legislação vigente;

X - promover programas de assistência técnica e financeira internacional em sua área de atuação;

XI - propor, mediante resolução do Conselho Deliberativo, as prioridades e os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos

³⁸ SUDENE / Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/site/menu.php?idioma=ptbr&cod=202>. Acesso em: 30 de junho de 2008.

setoriais na sua área de atuação, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;

XII - promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental do semi-árido, por meio da adoção de políticas diferenciadas para a sub-região.

Dentre os papéis da nova SUDENE têm destaque as formas de empreendedorismo solidário como “apoiadora das iniciativas de desenvolvimento local e integradora de rede de instituições sub-regionais e locais - de forma a poder tratar adequadamente as diferenciações e desigualdades internas à Região e a valorizar iniciativas e processos de construção de desenvolvimento endógeno, fortemente centrado no apoio às manifestações e iniciativas locais de Economia Solidária e de cooperativismo”³⁹. É no âmbito do aproveitamento das experiências locais que os planos da SUDENE visam ao apoio e ao fomento aos projetos de Economia Solidária.

Ao retomar o histórico de uma das mais emblemáticas tentativas de solução para a disparidade entre as regiões brasileiras, questionamos até que ponto a imensa desigualdade social, concretamente manifestada através divisão territorial do trabalho, pode ser resolvida sem uma discussão profunda sobre conflito de classes sociais. Pode, dentro do modo de produção vigente, haver alguma possibilidade de emancipação social por via de projetos de desenvolvimento que reproduzem as características mantenedoras do capitalismo?

Uma análise da divisão territorial do trabalho, produto da divisão de classes sociais, mostra o espaço, como nos diz M. Santos (2006, p. 126), não como, apenas, um receptáculo da história, mas como condição de sua realização qualificada. Os conflitos de classes manifestados na diferenciação regional brasileira, e mesmo intra-regional no Nordeste expressam que a luta de classes inclui a dimensão do espaço e do tempo. Resta saber se essa dimensão está contemplada na proposição daquilo que Paul Singer denomina um novo modo de produção, ao qualificar a Economia Solidária. Essa discussão será retomada nos próximos capítulos.

³⁹ Conforme Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/noticia.asp?id=194>. Acesso em 30 de junho de 2008.

4.2. A intervenção dos órgãos internacionais

A autonomia do Estado nos rumos de seu desenvolvimento tem sido posta em xeque com as intervenções de instituições de desenvolvimento, ou organismos financeiros, como questiona Osmont (1995, p. 5). As instituições financeiras multilaterais, constituídas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização Mundial do Comércio (OMC) comandam o modelo de desenvolvimento dos países cujos projetos financiam.

Surgidas da conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, que definiu o sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional para a reestruturação do capitalismo após a Grande Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial, que neste momento ainda não acabara, as instituições financeiras multilaterais passaram a constituir um organismo para monitorar esse sistema. Terminada a guerra, os países centrais exigiam medidas para assegurar os pagamentos resultantes das relações financeiras e comerciais entre as nações. O estabelecimento de regras para a liquidação dos contratos assumidos pelos países tomadores de empréstimos deu origem a dois acordos e duas instituições. Dentre os acordos constava:

1. A efetivação do dólar norte-americano como moeda básica de referência para as transações econômicas internacionais e, em contrapartida, a garantia de que ela pudesse ser convertida em ouro;
2. Nenhum país poderia desvalorizar sua moeda unilateralmente, senão como resultado de acordos comuns.

Para regular o cumprimento desses compromissos criaram-se o FMI e o Banco Internacional para a Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD), que viria a ser o principal componente do Grupo Banco Mundial. A função do FMI era socorrer países em crise financeira, realizando empréstimos emergenciais ou, então, ajudá-los a manter o equilíbrio financeiro, para que tivessem condições de buscar fundos para sua reconstrução, uma vez que, certamente, estariam devastados e endividados após a II Guerra Mundial. Mas, para a efetivação dos empréstimos o FMI os condiciona à implementação de políticas de ajuste estrutural no país tomador, tais como:

1. Diminuição dos gastos públicos;
2. Redução da autonomia do país no que se refere às políticas de desenvolvimento econômico e social com incentivo às privatizações, à liberalização dos preços e à desregulamentação das relações de trabalho;
3. Maior apoio ao setor privado;
4. Subordinação das políticas públicas àquelas aceitas pelos investidores internacionais.

Para muitos críticos desse sistema tais regras, em vez de promover o “desenvolvimento”, agravam a miséria e a injustiça social nesses países. A democracia sobre a qual se alicerçam os organismos internacionais é aquela do liberalismo, restrita à representação. José Saramago⁴⁰ debate esse caráter da democracia em sua obra “Ensaio sobre a Lucidez”, afirmando que

(...) a democracia funciona apenas no plano institucional, na organização e derrubada de governos pelo voto. Na prática, quem manda são organismos como a Organização Mundial do Comércio e o FMI, que não são eleitos democraticamente, são instituições imperiais. Na falsa democracia mundial, o cidadão está à deriva, sem oportunidade de intervir politicamente e mudar o mundo. Atualmente somos seres impotentes diante de instituições democráticas das quais não conseguimos nem chegar perto (SARAMAGO, 2005).

De acordo com Deitos⁴¹ o ajuste estrutural se trata de um conjunto de condicionalidades econômicas, financeiras, políticas e ideológicas, exigidas, propostas e requeridas pelas agências financeiras multilaterais, produzidas e ancoradas nas proposições dos países centrais do capitalismo mundial: EUA, Itália, Alemanha, Inglaterra, Canadá, França e Japão. O ajustamento estrutural ganhou força sistêmica, principalmente a partir do início dos anos 1980, período em que se agravou o endividamento externo dos países, particularmente dos países periféricos e endividados. Desse modo, o receituário de reformas condicionadas pelas instituições multilaterais (agentes destacados do capitalismo), como o Banco Mundial/BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, o FMI - Fundo Monetário Internacional e o BID – Banco Interamericano de

⁴⁰ Em entrevista à Revista Época, edição 389 de 31 de março de 2005.

⁴¹ Deitos, R. **NAVEGANDO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA** – HISTEDBR. Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR. Disponível em: [HTTP://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html) Acesso em: 2 de junho de 2008.

Desenvolvimento, para que houvesse anuência para a formalização de empréstimos em qualquer área. Passaram a exigir um conjunto de reformas, como a estatal, educacional, trabalhista, previdenciária, fiscal etc.

As medidas do ajuste estrutural são:

1. Desregulamentação dos mercados - os países deixariam de estabelecer normas para regular as transações econômicas;
2. Abertura comercial e financeira - deveriam ser eliminadas as barreiras (proteções) que impediriam a entrada no país, de produtos e do capital de outros países;
3. Privatização do setor público de serviços – setores estratégicos do país como: energia, comunicações, água, educação, deveriam ser entregues a empresas privadas, em geral, com capital estrangeiro;
4. Reforma do Estado - o Estado deveria se reestruturar para diminuir o gasto público, para que o país pudesse pagar sua dívida externa;
5. Flexibilização do mercado de trabalho - a legislação trabalhista seria modificada através do estímulo ao contrato temporário com poucas garantias, do fim da estabilidade no emprego e da terceirização para a execução de serviços; o Estado deveria diminuir sua intervenção nos sindicatos;
6. Estabilização da moeda - a luta contra a inflação para atrair investimentos, passaria a ser prioridade.

Dentre as medidas de ajuste que condicionavam os empréstimos e acordos surgiram as que obrigam Estados e municípios a implantarem formas de gestão democrática. O incentivo à participação popular possibilitou uma melhor transparência das políticas públicas, além de contribuir para evitar a corrupção, o que garante o retorno dos empréstimos. Essa idéia se assenta no comedimento da eclosão social, no mascaramento dos conflitos de classe e na resignação. Não está fundamentada na participação popular efetiva em todos os planos do Estado, mas em pequenas parcelas dos orçamentos previamente definidos.

Nessa direção o Banco Mundial declara, em 1995, que as pessoas afetadas por intervenções para o desenvolvimento devem ser incluídas no processo de decisão. Em um levantamento realizado pelo Banco Mundial sobre 121 projetos de

fornecimento de água potável para zonas rurais de países da Ásia, África e da América Latina a conclusão foi que os projetos implementados, nos quais havia alguma forma de participação da comunidade obtiveram os maiores sucessos. A partir de 1996, o Banco Mundial passou a dar prioridade aos projetos de empréstimos que incorporam métodos participativos na sua elaboração e desenvolvimento. Teve destaque o orçamento participativo, como uma das melhores experiências de governo apresentada na conferência Habitat II, da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em julho de 1996, em Istambul, Turquia.

É preciso um olhar crítico quanto às iniciativas de incentivo às formas de gestão democrática preconizadas pelas instituições financeiras internacionais, a ponto de cooptarem formas de participação popular que ratificam políticas nem sempre advindas das demandas da população, mas que apenas atendem às exigências para a tomada de empréstimos.

Não se trata de desperdiçar as experiências, mas de analisá-las sob uma ótica não hegemônica. Para críticos mais radicais, como a Federação Anarquista Gaúcha⁴², o apoio de organismos como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento para o provimento de formas democráticas de gestão das cidades, trata-se de um disfarce neoliberal. Trata-se de uma contradição a participação desses organismos que, através de diretrizes de ajustes estruturais, acentuam as desigualdades, como diversos estudos já enfocaram, entre eles os de Chossudovsky⁴³.

Após mais de 60 anos, essas instituições contribuíram muito mais para agravar a situação de pobreza no mundo. O maior exemplo são os países africanos onde, há mais de 20 anos, o ajuste estrutural determina a política interna dos países. O mesmo ocorreu com os países Andinos. O ajuste estrutural, enquanto meta de longo prazo, passou por três gerações:

A primeira voltou-se para realizar reformas estruturais das economias menos avançadas - aquelas concebidas no primeiro Consenso de Washington - para favorecer o desenvolvimento econômico desses países. Estava centrada em dois aspectos fundamentais: redução da participação direta do Estado na atividade

⁴² ANARKISMO.NET. Conferencia Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades. Disponível em: http://www.anarkismo.net/newswire.php?story_id=7484. Acesso em: 4 de junho de 2008.

⁴³ CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza e a nova ordem mundial**. Editorial Caminho: Lisboa, 2003.

econômica e desregulamentação dos mercados internos e a liberalização dos externos. Mas os indicadores econômicos e sociais mostraram que a estratégia não logrou resultados, tendo garantido apenas o pagamento da dívida dos países.

A segunda teve início em 1980, estendendo seu âmbito de ação para políticas sociais focalizantes - concebidas para dar um rosto humano ao Consenso original - para atingir os mais pobres entre os pobres. Elas eram dirigidas especialmente a famílias e a grupos sociais em extrema pobreza e a grupos afetados diretamente pelos efeitos nocivos gerados a curto prazo pelas políticas de ajuste de primeira geração. Centradas nas pessoas, individualmente, as políticas sociais de ajuste estavam desvinculadas das relações que se estabelecem entre os condicionantes econômicos, políticos e sociais dessas mesmas políticas.

A terceira geração refere-se a políticas chamadas de “sustentáveis”, que ressaltam a concessão de serviços públicos a empresas privadas, principalmente serviços básicos como energia, água, transporte e a valorização comercial dos impactos ambientais positivos e negativos, resultantes de determinadas atividades econômicas. A terceira geração de ajuste resalta também a associação dessas políticas com a Reforma do Estado, entendida, não apenas como a redução do papel produtivo do setor público, mas como a reconfiguração dos papéis dos governos estaduais e locais frente ao Executivo e do poder judiciário frente à corrupção nos países onde as políticas de ajuste são aplicadas.

Entre as formas de gestão democráticas preconizadas pelas instituições de desenvolvimento internacional, as experiências de cooperação econômica dentro da perspectiva da Economia Solidária já constam do rol das programações promovidas pelo Banco Mundial e demais instituições. Veja-se, como exemplo, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento das Cidades, em Porto Alegre/RS, em fevereiro de 2008, que teve como promotores, além do Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Quatro temáticas estruturaram a conferência⁴⁴:

1. Direito à cidade (políticas locais sobre direitos e responsabilidades dos cidadãos);

⁴⁴ HABITAT PARA A HUMANIDADE – BRASIL. Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Cidades. Disponível em: <http://www.habitatbrasil.org.br/eventos/conferencia-mundial-sobre-desenvolvimento-em-cidades>. Acesso em: 4 de junho de 2008.

2. Governança e democracia em cidades (experiências inovadoras de gestão e participação democrática);
3. Desenvolvimento local em cidades (processos de investimentos em capital social para desenvolver ativos econômicos, ambientais, humanos, sociais e políticos);
4. e Sustentabilidade e cidade-rede (a emergência das redes sociais e a cidade sustentável do futuro).

O debate sobre a Economia Solidária envolveu representantes do governo brasileiro como o secretário nacional de Economia Solidária, Paul Singer, e o economista sênior e consultor do Banco Mundial para a Ásia e a América Latina (AL), Ming Zhang, que sugeriu que para as cidades crescerem economicamente, é preciso investir em Arranjos Produtivos Locais (APL), que levam à inovação, apontado por ele como o caminho para o “desenvolvimento sustentável das cidades”.

As APLS, ou Clusters, são estruturas que facilitam a criação de um ambiente único, competitivo. Mas é preciso conexão local, um dos maiores problemas, e que, por isso, merece foco. Para cuidar disso, pode-se instalar Instituições para a Colaboração (IPC), firmas locais que fazem um marketing conjunto, um tipo de incubadora que transita no espaço não preenchido entre governo, empresas e sociedade civil, desempenhando um papel de elo nesta cadeia entre o local e o regional, nacional ou multinacional. Estas são instituições para competitividade das cidades⁴⁵.

O que o consultor do Banco Mundial afirma não passa de uma alternativa capitalista para problemas capitalistas. É centrado na competitividade que propõe o fortalecimento da Economia Solidária.

Como mostra Said (2005), os bancos multilaterais, como co-promotores do modelo de desenvolvimento neoliberal, têm papel definidor na elaboração de políticas públicas, no financiamento de políticas e projetos setoriais e no aval que dão ao país tomador de empréstimos junto ao sistema financeiro internacional. Da mesma forma que o FMI, eles são hegemônicos pelo governo americano. Essas instituições impõem um modelo de desenvolvimento padrão, a ser aplicado em

⁴⁵ Entrevista concedida à Carbono Brasil – Economia Solidária é o melhor caminho para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.agsolve.com.br/noticia.php?cod=680>. Acesso em 4 de junho 2008.

qualquer país, que não tenha identificação com as diferentes necessidades das populações.

Em geral, países cuja maioria da população pobre e/ou de reduzida soberania aceitam que os bancos multilaterais interfiram na sua política interna, sem estabelecer limites ao seu endividamento externo, sem impedir que o orçamento nacional seja usado para pagamento da dívida externa e sem regular e fiscalizar a ação de seus representantes nas instâncias diretivas desses bancos. A interferência consentida chega ao nível do assessoramento técnico e político por parte desses bancos, seja na produção de análises sobre políticas, na aplicação de diagnósticos para medir a capacidade do país para ter acesso a empréstimo, seja na participação em espaços nacionais onde se discute políticas públicas, o que tem facilitado o direcionamento dos recursos orçamentários dos países (SAID, 2005).

A ação dos bancos multilaterais nos países em desenvolvimento e países pobres se dá de diferentes formas:

1. Através de seus documentos de estratégia para esses países. No caso do Banco Mundial, o “Documento de Estratégia de Assistência ao País” - CAS e no caso do BID, o “Documento de País” - CP;
2. Através da formulação de políticas, assessoramento técnico-político e participação em espaços de definição de políticas;
3. Através de empréstimos, o que significa pensar nesses bancos não apenas como emprestadores, mas como instituições que formulam e que obrigam a implementar a política.

A cada 3 anos BM e BID preparam, para cada país tomador de empréstimos, um documento de políticas. O CAS e o CP são fruto das negociações e consultas de técnicos desses bancos com o Ministério da Fazenda, do Planejamento e Banco Central. Eles são a base para o estabelecimento de prioridades para a aprovação de projetos para um país. Nesses documentos estão descritas as estratégias para os empréstimos que serão concedidos ao país, contendo também, os planos para os dois tipos de operações de empréstimos: reformas econômicas ou ajustes estruturais e projetos de investimento (agricultura, infra-estrutura, reforma agrária, meio ambiente, saúde, educação, entre outros). Os documentos trazem também uma análise das políticas dos bancos para o país, das políticas dos governos e da

conjuntura econômica e social de cada país. Apresentam, ainda, os limites de crédito e os projetos em discussão ou a serem aprovados. Nesse sentido, fatalmente, o conteúdo desses documentos terá implicações sobre o planejamento orçamentário do país, uma vez que a previsão do valor dos empréstimos solicitados pelos países já vem vinculado aos seus processos de execução orçamentária.

A interferência de organismos internacionais de crédito no direcionamento dos projetos nacionais segue a lógica do crescimento econômico como meta. A distribuição da renda é posta em debate mais como uma forma de anestesiarem os conflitos de classe e manter intacta a estrutura de dominação.

Em suma, cabe-nos, enquanto investigadores sociais comprometidos com uma análise que comporte as contradições do mundo em que vivemos, mostrar que o Estado capitalista moderno, surgido da necessidade de mediar os conflitos de classe, tem como função garantir condições de reprodução social de todos, seja através do provimento de infra-estruturas e de seguridade social, seja na mediação da relação capital-trabalho. O Estado é um agente da produção e da reprodução das relações sociais, concomitantemente, um agente de produção e reprodução do espaço, mais propriamente do território, enquanto espaço da regulação política. Ao regular, propicia a acumulação do capital e, materialmente, ao propiciar a acumulação do capital fixo, reproduz, no território, a desigualdade da distribuição da renda através da divisão interna do trabalho, e conseqüentemente do, desenvolvimento geográfico desigual.

Para atenuar as consequências desse desenvolvimento geográfico desigual, o governo brasileiro tem implementado políticas que objetivam suprir algumas deficiências provocadas pelo capitalismo aos segmentos sociais mais pobres. Assim, ele mantém uma organização econômico-social que atende aos interesses do capital.

O Estado capitalista é uma relação social contraditória. No seguimento desta tese tentaremos compreender como esse Estado convive com uma estrutura de reprodução do capital margeado por políticas sociais. Resta a dúvida em relação à Economia Solidária, se é caminho para uma nova forma de reprodução social ou apenas um campo emergencial de atenuação dos conflitos sociais no momento em que o capitalismo reestrutura sua reprodução.

TERCEIRO MOMENTO

Este terceiro momento busca sinalizar as virtualidades encontradas na análise da Economia Solidária. Concentrando-nos no contexto brasileiro, não apartado das implicações mundiais, queremos aqui identificar as possibilidades da Economia Solidária. Para além de uma análise crítica, pretendemos que esta tese possa subsidiar as políticas públicas que propiciem, não apenas o aumento do número de empreendimentos econômicos solidários, mas também a perspectiva emancipatória. Numa tentativa de atender ao que Lefèbvre (1978), em seu método regressivo-progressivo, propõe como o projeto na etapa final da análise, apresentaremos aqui uma contribuição para o entendimento das condições de produção e de reprodução de novos espaços econômicos que contemplem uma outra condição de reprodução da vida.

É necessário vigilância epistemológica constante para que o conhecimento a ser produzido sobre a Economia Solidária não a instrumentalize para a reprodução do capitalismo. Para isso este terceiro momento não apenas discute o conhecimento produzido sobre a Economia Solidária, mas a maneira pela qual esse conhecimento pode ser produzido.

Assim como nos dois momentos anteriores, apresentamos aqui dois capítulos. A volta ao presente tem, no quinto capítulo, uma discussão aprofundada sobre as condições da troca na Economia Solidária urbana no Brasil. Apresentamos dados e informações sobre a comercialização, mas também a teoria sobre o significado da mercadoria como objeto revelador do processo produtivo e da valorização da força de trabalho.

No sexto capítulo apresenta-se, com mais clareza, a tentativa de esboçar a virtualidade contida na Economia Solidária e a latência do projeto de uma outra forma de organização da vida coletiva, de modo que na produção material da existência humana esteja contemplada a Economia Solidária como uma das experiências sociais emergentes de democracia radical.

O espaço da troca na Economia Solidária

A Economia Solidária é identificada como um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente, por trabalhadores, sob a forma da autogestão. A ela é atribuída uma maneira diferente de produzir e trocar fundamentada na reciprocidade. A diversidade das práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, leva-nos a sugerir que a relações sociais estabelecidas para a promoção de outras formas de organização do trabalho também podem produzir espaços diferenciados que comportem uma nova organização social da vida coletiva.

Há uma íntima ligação entre a Economia Solidária e o resgate das lutas históricas dos trabalhadores em resistência às condições cada vez mais precárias de reprodução de sua força de trabalho. Na literatura sobre as origens da Economia Solidária estão sempre presentes os ideais do cooperativismo. Os princípios da Economia Solidária remontam ao século XIX, com a criação de aldeias cooperativas idealizadas pelo industrial socialista Robert Owen na Inglaterra e nos EUA, para que

os trabalhadores fossem proprietários e gerissem coletivamente os meios de produção. Essas primeiras formas democráticas de relações de produção, denominado de socialismo utópico, e baseado no sindicalismo, foram violentamente reprimidas. Mas os princípios cooperativistas do século XIX, de democracia, posse e gestão igualitária entre seus membros, foram seguidos por muitos empreendimentos no século XX.

A história do cooperativismo é mais longa que a da Economia Solidária. Os trabalhadores da Revolução Industrial, ainda no século XIX e já sofrendo as conseqüências da destituição de seus bens de produção para empregar apenas a sua mão-de-obra nas fábricas, iniciam o que se pode chamar de embrião do cooperativismo em Rochdale, Inglaterra. A Economia Solidária, que comporta o cooperativismo, assim como o associativismo e outras formas de trabalho coletivo que primam pela autogestão, é um conceito criado na década de 1990, em cujo bojo está a discussão das desigualdades sociais suscitadas pelo crescimento econômico que não proporcionou bem-estar a todos. Talvez, o que diferencie a Economia Solidária, emergente entre o fim do século XX e o presente momento do cooperativismo de cem anos antes, seja que as condições sociais pouco avançaram e, em alguns casos, até regrediram fazendo com que o trabalhador dependa muito mais da intervenção do Estado e de outras instituições para enxergar que o caminho a ser tomado deve considerar outras formas de trabalho, que não se restrinjam a relação patrão-empregado.

O desenvolvimento do cooperativismo está estreitamente ligado ao desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista. Observa-se, ainda, que são nos períodos de crise o número de empreendimentos cresce. Mas, como analisar a Economia Solidária em países que nunca tiveram períodos de prosperidade econômica e sempre conviveram com a pobreza de grande parte da população?

Nos países onde a carência social é produto de uma superexploração durante a época em que ainda eram colônias e simplesmente foram deixados à própria sorte com os processos de independência, o desenvolvimento do padrão capitalista não atinge toda a população, mas apenas aqueles que exercem algum tipo de dominação interna e que podem pagar pelos avanços técnicos importados.

Nos países chamados periféricos ou semiperiféricos vivem hoje 90% da população pobre do planeta. No leste da Ásia e no Pacífico concentram um terço da população pobre mundial. Na América Latina e no Caribe um quarto da população vive abaixo da linha de pobreza, ou seja, com menos de US\$ 1,00 ao dia. Na África subsaariana o número de pobres chegou a 291 milhões até 2004. Esses dados do PNUD (2004) afirmam, ainda, que onde houve crescimento econômico o padrão de vida não melhorou.

Desses países têm emergido experiências de Economia Solidária diferentes daquelas observadas na Europa. São cooperativas de catadores de lixo na Colômbia e na Índia; cooperativas agropecuárias, em Moçambique; cooperativas do Movimento Sem-Terra (MST), no Brasil, entre outras experiências que, aos poucos, são divulgadas como alternativas ao capitalismo.

No Brasil, apesar da origem vinculada às lutas operárias do início do século XX, até os anos 1970 a existência de cooperativas esteve mais restrita ao setor rural da economia. Os princípios autogestionários não se aplicavam, na maioria das vezes, ao cooperativismo rural, que encobria a subordinação e a relativização da seguridade trabalhista.

A partir da década de 1980, através de um processo de redemocratização do país, diversos setores da sociedade brasileira propuseram que a democracia não deveria ficar restrita ao mundo político institucional, mas necessitava se expandir em outras esferas da vida, particularmente no mundo do trabalho. Trabalhadores de diversas atividades iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, universidades e outras entidades passam a apoiar a formação de empreendimentos econômicos solidários. Desse movimento ressurgem formas de organizações cooperativas em diferentes setores de organização econômica, envolvendo diversos sujeitos sociais.

Assim, as experiências cooperativistas têm assumido um caráter diferenciado em diferentes contextos locais. Na Europa o cooperativismo é alicerçado na alta tecnologia e especialização de seus trabalhadores, que buscam maior competitividade no mercado mundial, como vimos no caso de Mondragón, no País Basco; ou, ainda, nas cooperativas sociais, fundamentalmente subsidiadas pelo Estado para prestar serviços públicos de interesse social. Esses exemplos

encontram-se no primeiro capítulo. Nos países “em desenvolvimento” ou pobres, a Economia Solidária surge de uma necessidade ainda mais premente - a de poder sobreviver e se reproduzir. Destes países surge a hipótese de uma nova forma de relacionamento baseada na solidariedade. Para as pessoas que nunca tiveram nada, e, portanto, nada têm a perder, a construção de uma saída econômica centrada na autogestão também pode fornecer as bases para a emancipação em outras esferas. Seria nestes lugares que a essência da Economia Solidária, articulando a dimensão econômica, social e política em uma ação coletiva possibilitará as transformações sociais mais amplas? Seriam estes os lugares da realização da utopia da emancipação?

Um dos vieses que pode explicar a possibilidade de constituição de uma forma diferenciada de organização da vida coletiva é a troca, isto é, a reprodução da Economia Solidária só pode realizar-se através da troca. Neste capítulo serão analisadas as questões que envolvem a comercialização na Economia Solidária a partir da hipótese de que a esfera da troca é tão importante para a Economia Solidária quanto para a economia tradicional capitalista, mas as suas virtualidades podem produzir um espaço diferenciado daquele produzido pelo capitalismo.

5.1. O valor da troca na Economia Solidária

O desenvolvimento da troca está intimamente ligado à divisão social do trabalho já no chamado regime comunitário primitivo. Não apenas como uma esfera estratégica de reprodução do capital, tal como é hoje, a troca constitui-se, mais além, como esfera estratégica de reprodução social.

Jacobs (1975) ilustra sua hipótese de que a troca não surge da produção do excedente, mas de uma necessidade de adquirir outros objetos não produzidos pelas comunidades isoladas, ao caracterizar Nova Obsidiana, cidade fictícia considerada como o centro de um amplo comércio de obsidiana, um resistente cristal negro de origem vulcânica, utilizado por caçadores na confecção de instrumentos cortantes. Na sua teoria baseada em descobertas arqueológicas, Jacobs (1975) inverte o entendimento de que a cidade é produzida a partir do campo.

Na fictícia Nova Obsidiana, inspirada na cidade datada de 7.000 a.C., de Çatal Hüyük, descoberta pelo arqueólogo britânico James Mellaart, nas ruínas de Anatólia (Turquia), a economia se desenvolveu a partir da articulação entre as populações que extraíam a obsidiana e as que a demandavam. A obsidiana era trocada por animais, grãos, couros e outros gêneros de abastecimento. Os pagamentos recebidos dos caçadores e viajantes em troca da obsidiana produziram o campo nas áreas vizinhas à cidade, com o emprego dos animais e das sementes. As atividades tradicionais passaram a combinar com novas atividades emergidas da relação do centro com sua região complementar em formação. A divisão do trabalho se tornou complexa, facilitada pelos termos da troca que possibilitou a diversidade na utilização das matérias-primas dela oriunda.

Gradualmente Nova Obsidiana produz quantidades cada vez maiores de comida e grão para seu próprio consumo, mas isto não se traduz de modo automático em excedentes desnecessários de alimentos importados. Em primeiro lugar, a prática eficaz de cultivar alimentos com novos métodos requer novos instrumentos e mais materiais industriais. A população de Nova Obsidiana cresce e igualmente aumenta o trabalho que há se de fazer na cidade (JACOBS, 1975, p. 37).

Com Nova Obsidiana Jacobs (1975) mostra que, desde as origens, a cidade pode ser um centro de produção e troca que produz o campo. Sua contribuição teórica está na negação de que a cidade tenha surgido de uma necessidade do campo de trocar o seu excedente. Também coloca em xeque que a troca se origina do excedente. A teoria de Jacobs permite entender que a troca surge de uma necessidade de adquirir objetos que não se tem. A teoria, apesar de contestar a visão dominante das origens da cidade, parece mais plausível e traz elementos importantes para a discussão da troca na Economia Solidária.

A análise econômica sempre enfocou a produção. A esfera da troca ou mais, propriamente, da circulação como a troca em sua totalidade, é teorizada em muito menor proporção. Contudo, é interessante que, para Braudel (1992), a esfera da circulação se mostra como a mais visível, de mais fácil observação porque “tudo nela é agitação e lhe assinala os movimentos” (BRAUDEL, 1992, p. 12).

Para quem se propõe a compreender o espaço enquanto dimensão material da realidade social, o texto de Marx sobre a “à contribuição à crítica da economia

política”⁴⁶ parece fundamental, porque a produção material, “como os indivíduos produzem em sociedade, a produção dos indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida” (MARX, 2008 p. 235).

O caráter ‘imanentemente’ social do homem é evidente para Marx. Para viver e sobreviver a sociedade deve produzir bens materiais; não pode deixar de produzir, assim como não pode deixar de consumir. A produção material constitui a base da vida social. Na produção dos bens materiais o homem luta contra a natureza em conjunto, em grupos, em sociedades. A produção, em qualquer condição, é social e o trabalho uma atividade do homem social. Nesse processo de produção os homens não se relacionam apenas com a natureza, porque, ao mesmo tempo, relacionam-se entre si. Intercâmbios de atividades são estabelecidos para a produção e constituem as relações de produção, em que estão incluídas as formas de propriedade sobre os meios de produção, a situação das classes e grupos sociais na produção, suas relações mútuas e as formas de distribuição dos produtos.

Todo modo de produção implica uma forma de propriedade, ou seja, “uma forma social historicamente determinada de apropriação, pelos homens, dos bens materiais e em particular dos meios de produção”. A propriedade dos meios de produção desempenha papel determinante nas relações de produção. Para isso, ao contrário do capitalismo, a Economia Solidária preconiza a propriedade coletiva dos meios de produção. De que forma isso tem implicação nas relações de produção e, mais além, na produção e reprodução do espaço? Essa é uma das questões fundamentais aqui propostas.

Na propriedade privada capitalista dos meios de produção, os operários são privados dos meios de produção e, por isso, obrigados a trabalhar para os capitalistas, que se apropriam do produto do seu trabalho. O que caracteriza o capitalismo são as contradições e a aguda luta de classes entre os operários e os capitalistas, bem como a concorrência entre os próprios capitalistas para a obtenção dos lucros mais elevados. Na propriedade social dos meios de produção a exploração do homem pelo homem é, em tese, liquidada. Os trabalhadores trabalham para si e para a sociedade.

⁴⁶ Utilizamos a tradução feita por Florestan Fernandes, publicada em sua segunda edição em 2008 do manuscrito publicado por Kautsky, na revista *Die Neue Zeit* (1903).

Se na produção a questão da propriedade parece resolvida, para este estudo o problemático é a distribuição e a troca. A propriedade social dos meios de produção na Economia Solidária elimina a exploração do homem pelo homem no “chão da fábrica”, nas relações de produção limitadas ao espaço propriamente restrito da produção material. Fora dos muros da produção está a contradição. Se dentro dos empreendimentos as relações sociais de produção podem ser caracterizadas pelo socialismo, fora de seus muros imperam são as relações sociais capitalistas de produção. Na distribuição e na troca o produto da Economia Solidária concorre frontalmente com o produto da economia capitalista.

Na teoria marxista a distribuição dos produtos do trabalho depende da distribuição dos meios de produção. “A organização da distribuição acha-se completamente determinada pela organização da produção” (MARX, 2008 p. 250). A afirmação é ainda mais categórica quando Marx diz:

Em todos os casos, o modo de produção, seja o do povo conquistador, seja do povo conquistado, seja o que procede da fusão de ambos, é decisivo para a nova distribuição que se estabelece. Embora esta surja como uma condição prévia para o novo período de produção, ela própria é um produto da produção, não somente da produção histórica em geral, mas também da produção histórica determinada (MARX, 2008 p.253).

É preciso analisar os termos da distribuição e da troca na Economia Solidária porque, apesar de os meios de produção constituírem propriedade social, observa-se que os produtos do trabalho têm distribuição determinada pelo mercado capitalista.

Na relação geral da produção com a distribuição, a troca e o consumo na Economia Solidária, os termos centrais são os que se nos apresentam de forma mais instigante. Talvez porque a distribuição e a troca estejam na particularidade, enquanto a produção seja a generalidade e o consumo, a individualidade, conforme as regras do silogismo expostas por Marx. Que particularidade é essa? Para Marx o encadeamento existe, mas é superficial. Daí a dificuldade em entendê-lo fora do que se estabelece como padrão, como hegemônico. Nesse encadeamento superficial a distribuição é determinada pela contingência social, que, pela própria acepção da palavra, é imprevisível, fortuita, escapa ao controle, uma eventualidade que não se conhece.

Uma regra da relação geral estabelecida por Marx parece indiscutível, mesmo na Economia Solidária: a produção também é imediatamente consumo. Para além da consideração que o próprio ato de produção também seja um ato de consumo, mas além, porque o consumo estimula a produção, porque cria a necessidade de uma nova produção. “Sem necessidade não existe produção. Mas o consumo reproduz a necessidade” (MARX, 2008 p. 246). A produção que não é consumida não se realiza. A finalidade do produto é o consumo. É no consumo que o produto se torna realmente produto. Os exemplos de Marx ilustram bem a questão: um vestido converte-se verdadeiramente em vestido quando é usado; uma casa desabitada não é em realidade uma verdadeira casa. Da mesma forma a produção artesanal da Economia Solidária só se objetiva quando é consumida. A reprodução da Economia Solidária tem o consumo não como ponto final, mas como ponto de partida, porque, no momento da aquisição e do uso do produto, estão sendo fomentadas as condições de realização da produção, a sua reprodução.

Não basta haver produção solidária, é preciso o consumo solidário, ambos intermediados pela troca enquanto esfera de circulação, que contém a troca determinada pelo indivíduo e a distribuição determinada pela sociedade.

5.1.1. A mercadoria na Economia Solidária: a revelação do valor do trabalho

Nas formações sociais onde existe a produção mercantil, a distribuição dos bens materiais realiza-se mediante a troca de mercadorias. A troca consiste numa das esferas estratégicas de reprodução da Economia Solidária e daqueles que nela exercem suas atividades, momento exato em que se materializa o valor da produção.

A mercadoria é o trabalho materializado num objeto que, para além do valor de uso, contém, necessariamente, valor de troca. Ela é produzida para a troca e não para consumo próprio do produtor. Essa afirmação, aparentemente simplista e banal, é o foco da argumentação a seguir. Temos observado que, na Economia Solidária, o grande problema é a comercialização. Assim, adiante serão apresentados elementos que o comprovam.

As políticas de apoio aos empreendimentos de Economia Solidária, tanto de órgãos governamentais quanto de ONGs e OSCIPs, promoveram, por muito tempo,

a formação e a produção. Grupos de geração de trabalho e renda nas mais diversas atividades, foram apoiados sistematicamente na aprendizagem de ofícios e na produção das diversas mercadorias. Entretanto, a troca das mercadorias ainda é um campo pouco explorado, sobretudo nos programas de geração de trabalho e renda, é fundamental que o produto se reverta em ganho econômico para que o trabalhador se reproduza. Do contrário constata-se o esvaziamento dos empreendimentos e a priorização, por parte do trabalhador, das atividades que garantam a sua reprodução, mesmo que de forma precária ou degradante.

É necessário um entendimento mais amplo e profundo do que a mercadoria materializa e revela na Economia Solidária. Para esse entendimento os conceitos de valor de uso e valor de troca expressos por Marx são fundamentais, mesmo que estejamos estudando uma economia que se pretende diversa da capitalista, mas contraditoriamente nela inserida.

Um duplo aspecto se manifesta na mercadoria. Primeiro com o valor de uso que constitui o seu conteúdo, objeto de uma necessidade social, base material com que se manifesta uma relação determinada: o valor de troca. Segundo, esse valor de troca manifesta uma relação quantitativa na qual os valores de uso são permutáveis.

Os valores de uso são, de modo imediato, meios de existência. Inversamente, esses meios de existência são produtos da vida social, resultado da força vital gasta pelo homem, de trabalho objetivado. Como materialização de trabalho social, todas as mercadorias são cristalizações da mesma unidade. Agora precisamos considerar o caráter determinado dessa unidade, isto é, do trabalho, que se manifesta no valor de troca (MARX, 2008, p. 51).

A determinação do valor de troca expressa no capitalismo estudado por Marx baseia-se numa análise quantitativa, ou seja, o tempo de trabalho concreto empregado na produção da mercadoria. Para que se possa estabelecer a proporcionalidade dos valores de troca considera-se o trabalho humano geral que é a abstração do “trabalho médio que cada indivíduo médio de uma sociedade dada pode realizar: um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro humano etc.” (MARX, 2008 p. 54). É o que se denomina de trabalho simples ou não qualificado.

Essa determinação quantitativa só pode ser considerada quando as condições de execução do trabalho são as mesmas na produção das diversas

mercadorias. Assim, o valor de troca de uma mercadoria não se manifesta em seu próprio valor de uso, mas na materialização do tempo de trabalho social geral. O trabalho que cria o valor de uso é a condição natural da existência humana na apropriação da natureza sob uma forma ou outra. É a condição, independente de todas as formas sociais, do intercâmbio da matéria entre o homem e a natureza. O trabalho que cria valor de troca, ao contrário, é uma forma especificamente social. O valor de troca se mede pela proporcionalidade de tempo de trabalho gasto na produção da mercadoria. A equivalência do valor de troca entre diferentes mercadorias pode se dar pela diferença no volume de cada mercadoria trocada.

A consideração do tempo de trabalho incorporado à mercadoria para definir o seu valor de troca em relação a outra mercadoria não é uma equação simples. O trabalho individual materializado possui um conteúdo particular que não é o do trabalho geral. Ele representa um tempo de trabalho aplicado a um fim útil, determinado, porque representa um valor de uso. A mercadoria só pode se converter em valor de uso se se realizar em valor de troca, assim como só pode se realizar em valor de troca sem que jamais cesse, em sua alienação, de ser valor de uso.

Há, para Marx (2008), um conjunto de postulados contraditórios na definição dos valores de troca das mercadorias. Para nós esse problema é ainda mais extenso devido à consideração da qualidade do trabalho empregado na produção de mercadorias na Economia Solidária. Mas, além da qualidade material da mercadoria na Economia Solidária, referimo-nos às condições de realização do trabalho, à maneira como é empregada a força de trabalho.

Se na explanação sobre a mercadoria Marx (2008 p. 69) afirma que estas não são permutáveis senão enquanto equivalentes e não são equivalentes senão enquanto representam quantidades iguais de tempo de trabalho materializado, perguntamos: **como fica a troca em condições diferentes de realização da força de trabalho?**

A Economia Solidária é uma forma de organização do trabalho que preconiza a reprodução do mesmo, e sendo-lhe inerente uma forma diferenciada do processo produtivo, que não explora a força de trabalho da mesma maneira como no capitalismo. Isso resulta num tempo diferenciado de produção da mercadoria e que

não corresponde ao tempo hegemônico geral da produção. Como permutar mercadorias que não materializam as mesmas condições de produção?

Na Economia Solidária a mercadoria materializa o trabalho realizado sob um tempo diferenciado. Não é o tempo da produção em grande escala, não é a produção automatizada, mas a produção realizada no tempo da destreza da mão humana. Isso confere a ela uma outra qualidade, não contemplada nas análises sobre a mercadoria. Consequentemente, implica custos diferenciados de produção e valor adicional de troca.

A mercadoria genuinamente produzida nos preceitos da Economia Solidária apresenta um preço superior àquele produzido em grande escala. Existe, evidentemente, uma variedade bastante diversa de mercadorias produzidas pelos empreendimentos econômicos solidários, desde o artesanato cultural até a produção de gêneros alimentícios ou outros bens industrializados porque a Economia Solidária não é feita apenas do trabalho manual. Mas, a consideração das condições mais justas nas relações de produção implica um fator de produção que resulta em custos adicionais. Esse é o fator das condições mais dignas de trabalho, da não precarização das relações de trabalho ou daquilo que a Organização Internacional do Trabalho (2006) preconiza como trabalho decente⁴⁷.

Ao lado da reprodução do trabalho a Economia Solidária também tem vínculos estreitos com o debate sobre as formas de apropriação da natureza. Muitos empreendimentos empregam, no seu processo produtivo, procedimentos que interferem de maneira menos agressiva na natureza, dentro do que é chamado desenvolvimento sustentável. Um exemplo é a cadeia produtiva da Justa Trama⁴⁸, que integra um conjunto de empreendimentos de Economia Solidária em torno da produção têxtil, a partir do algodão agroecológico (sem uso de agrotóxicos). O algodão produzido no Ceará através da agricultura familiar, articulada pela ADEC (Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá), é fiado em Nova Odessa (São Paulo) pela cooperativa Nova Esperança – Cones, transformado em tecido em Santo André (São Paulo) pela Textilcooper e confeccionado em roupas

⁴⁷ Segundo a OIT/ONU o **Trabalho Decente** é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/trab_decente_2.php. Acesso em 11 de abril de 2009.

⁴⁸ Para maiores informações consultar: <http://www.justatrama.com.br>. Acesso em 11 de maio de 2009.

em Itajaí (Santa Catarina) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul) pelas costureiras da Fio Nobre e Univens (Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos). Também são usadas na confecção das roupas da Justa Trama corantes naturais e sementes cultivados e beneficiados pela Cooperativa Açaí, na Amazônia.

Se existe uma grife na Economia Solidária no Brasil, a Justa Trama é, atualmente, uma marca reconhecida. Suas roupas de algodão cru materializam a idealização da Economia Solidária enquanto conceito e prática. Ela agrega o reconhecimento do trabalho e da sua cadeia produtiva à idéia de desenvolvimento sustentável, expressa na publicidade que faz.

Foto 1.
Produtos Justa Trama



Crédito: Justa Trama, 2009.

A foto 1 ilustra parte do que é produzido pela Justa Trama. As limitações da imagem não possibilitam uma observação mais cuidadosa, mas pudemos tocar as peças e vimos que elas são esteticamente correspondentes aos princípios que preconizam. São peças simples, de algodão cru, cuja modelagem não se insere na moda convencional. São mercadorias destinadas a um consumidor com informação sobre a diferença na produção.

A forma de apresentação da mercadoria assume, com o advento do dinheiro uma importância sem precedente. Haug (1997) analisa que a troca só faz sentido quando se realiza através de coisas qualitativamente diferentes. Outro elemento é a equivalência, como mostra Marx para a definição do valor de troca. Mas essa equivalência não é uma equação simples, porque cada mercadoria só pode

manifestar o seu valor enquanto valor de troca, em correspondência a outra mercadoria. O dinheiro surgiu como uma terceira mercadoria mediadora. Ele assumiu a função de expressar, de maneira mensurável e passível de comparação, atuando como material comum na linguagem de valor. Dessa maneira o dinheiro facilita, acelera e generaliza a troca (HAUG, 1997, p. 24).

A medida que as mercadorias não mais são trocadas entre si, mas por intermediação do dinheiro, o consumidor passa a ter maior poder de escolha. O dinheiro, como equivalente universal, permite que o valor de troca se desligue de cada necessidade particular. Se antes a troca só era possível na medida em que ambos os possuidores das mercadorias diversas tivessem interesse em trocá-las, com o dinheiro o valor de troca se emancipa perante cada corpo particular de mercadorias. O dinheiro concede a quem o possui um poder sobre todas as qualidades particulares, limitado apenas pela quantidade (HAUG, 1997 p. 24).

Para além do valor de uso das mercadorias, ganha importância a manifestação do valor de uso. Se o dinheiro confere maior liberdade de escolha, a mercadoria deve manifestar seu valor de uso por meio da estética. Haug (1997) denomina tecnocracia da sensualidade o domínio da estética exercido sobre as pessoas em virtude de sua fascinação pelas aparências artificiais tecnicamente produzidas.

No capitalismo a estética desempenha a função de produção ampliada da mais-valia. Ela confere à mercadoria uma qualidade adicional que exerce fascínio sobre o consumidor. A qualidade adicional é apenas a alteração da apresentação do produto, que pode bem servir para encobrir uma deterioração dele.

Se vivemos num mundo onde a estética da mercadoria tem tanta importância para sua realização, como a mercadoria da Economia Solidária pode se impor entre as mercadorias produzidas em massa?

O parâmetro de comparação para Economia Solidária é o socialismo vivenciado no pós-guerra. Essa comparação, entretanto, traz alguns problemas analíticos, já que se tratava de uma economia planificada, ou seja, de um socialismo de Estado. A Economia Solidária analisada neste momento trata de uma forma de organização do trabalho diferenciada do capitalismo, mas nele inserida. Ainda assim, é conveniente refletir sobre a análise que Haug (1997) faz da estética no socialismo.

Para isso ele toma como exemplo a República Democrática da Alemanha (RDA), onde a concorrência entre as mercadorias de primeira necessidade relacionada à estética não existe. A embalagem e a apresentação na produção socialista de mercadorias não têm a função que as determina no capitalismo. O que determina a concorrência no socialismo é a produtividade (cumprimento ao plano) e a qualidade (grupos de qualidade).

Essa economia de valor de uso implica dificuldades que demandam soluções socialistas. “É cada vez mais importante criar possibilidades para uma determinação das necessidades que precedem a produção, permitindo direcioná-la para as necessidades” (HAUG, 1997, p. 156). Assim a regra fundamental de que produção também é imediatamente consumo porque estimula a reprodução é inerente em qualquer modo de produção.

A estética da mercadoria na RDA era muito semelhante àquela do capitalismo monopolista dos anos de guerra. O invólucro mostrava critérios utilitários através de uma etiqueta que trazia apenas a designação técnica do conteúdo. Com a transmissão de propagandas de TV da Alemanha Ocidental, a classe trabalhadora do socialismo rejeitava a apresentação dos produtos que podiam consumir na RDA, porque os remetia ao período de guerra.

O filme *Adeus, Lênin!*, de Wolfgang Becker (Alemanha, 2003), ilustra exatamente as diferentes estéticas da mercadoria no socialismo da RDA e da pós-queda do muro de Berlim, com integração das duas Alemanhas e o fim do socialismo. Nessa transição a mercadoria capitalista invade a cidade e a transforma. O consumo se modifica e a mercadoria com a estética socialista, como o vidro de pepinos Spreewald e o café Rondo, que remetiam a uma memória afetiva da personagem, desaparecem das prateleiras, dando lugar à invasão dos produtos da antiga Alemanha Ocidental. Uma curiosa contradição é exemplificada no filme: o *Ostalgie* (nostalgia pelo Leste), uma saudade da vida cotidiana vivida na RDA, que hoje alimenta uma espécie de mercado de pulga, com objetos do tempo do socialismo. São aqueles mesmos objetos de estética tosca que materializavam um modo de vida muito diferente do que atualmente presenciam os alemães.

Analisar a estética da mercadoria não é demonstrar a diferença técnica na aparência das mercadorias produzidas no capitalismo, no socialismo ou na

Economia Solidária. Mas trata-se de demonstrar a função econômica que essa aparência exerce para a reprodução ampliada. Assim, a crítica da estética da mercadoria

(...) não se dirige contra o embelezamento de determinadas coisas, muito pelo contrário, mas mostra como uma função econômica autônoma do capitalismo irrompe com o poder de uma catástrofe natural pelo mundo sensível, varrendo tudo o que ela não se submete a ela, assimilando inteiramente, fortalecendo e dando primazia a determinados traços singulares que vêm ao seu encontro, a fim de consolidar os do capital (HAUG, 1997, p. 157).

A estética aliada à produtividade são desafios para a troca na Economia Solidária. A rentabilidade medida pela economia de tempo, com eliminação do trabalho manual, e a produção em massa de artigos padronizados são alguns elementos que caracterizam a concorrência entre as mercadorias da Economia Solidária e a da economia tradicional capitalista.

Um exemplo está no artesanato. A abertura da economia brasileira para o mercado internacional, na década de 1990, trouxe consequência direta para a produção artesanal. A entrada dos produtos asiáticos confeccionados em larga escala, em regime de trabalho precário e escravo, vendido principalmente nas lojas popularmente conhecidas como de 1,99 (em referência ao preço único das mercadorias), fez concorrência direta com o que era produzido artesanalmente. Ainda que o valor tenha inflacionado (R\$1,99 é atualmente apenas o nome popular dessas lojas), há uma variedade de mercadorias para o lar, que antes eram supridas pelos artesãos, por preços aquém do custo de produção artesanal, o que torna a concorrência muito desigual.

A questão é que, na Economia Solidária a mercadoria revela o real valor do trabalho humano. Mas isso implica um desembolso adicional por parte do consumidor, que nem sempre está disposto a pagar.

O consumo solidário mostra-se incondicionalmente atrelado a um posicionamento crítico do consumidor. A simples comparação de preços deixará na prateleira a mercadoria da Economia Solidária. Mas a revelação do processo produtivo implicado em cada mercadoria pode inverter o raciocínio do comprador. Na China a mão de obra empregada tem remuneração inferior à de outros países e sem direito a seguridade, porque o empregador está livre dos encargos sociais. A média

salarial chinesa é três vezes menor que a brasileira. Indubitavelmente esses são fatores que implicam a economia de mercado na qual a Economia Solidária está inserida.

5.1.2. As formas da troca: comercio justo e moeda social

A solidariedade restrita apenas à esfera da produção não é suficiente para o estabelecimento e reprodução da Economia Solidária. As formas econômicas distintas de troca é que podem implicar decisivamente a efetivação dessa economia.

Para isso algumas adaptações, ou, se podemos chamar de cooptações contra-hegemônicas, expressam formas de troca que externamente aparentam aquelas mesmas do capitalismo, mas cuja função é, em princípio, diversa. O comércio e a moeda, dois instrumentos de troca tradicionais da economia capitalista, ganharam adjetivos que os qualificam para também servirem à Economia Solidária.

O comércio justo, também conhecido como *fair trade*, preconiza a troca através de um valor que remunere adequadamente a força de trabalho despendida de forma não precarizada, exercida com liberdade, equidade, segurança e proteção social. Para Cotera e Ortiz (In HESPANHA et AL., 2009, p. 60) o comércio justo é um processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável, que busca beneficiar os produtores mais empobrecidos e possibilitar melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas, tanto para produtores quanto para consumidores.

A idéia de comércio justo surge da relação comercial internacional estabelecida entre países pobres e ricos para a comercialização de produtos agrícolas e artesanato, na década de 1960. Organizações não-governamentais desses países desenvolveram um enfoque alternativo ao comércio internacional tradicional, que promovia o reconhecimento do trabalho dos produtores dos chamados países do Sul, através do pagamento justo de seus produtos e sensibilizando os consumidores do norte sobre o conhecimento das relações de produção, diferentemente estabelecidas na economia tradicional capitalista e no que alguns anos depois seria denominada de Economia Solidária.

A aproximação entre produtores e consumidores constitui-se uma das principais estratégias para o comércio justo. A diminuição de intermediários não apenas diminui os custos da distribuição das mercadorias, como também possibilita

o reconhecimento direto pelo consumidor do processo produtivo. Essa proposta consiste na substituição da assistência pela promoção da solidariedade nas trocas econômicas com o slogan “*Trade, no aid* – comércio, não assistencialismo”, segundo Cotera & Ortiz (In: HESPANHA *et al.*, 2009 p. 61).

Do *Fair Trade* internacional o conceito de comércio justo estendeu-se para os mercados locais e constitui-se uma estratégia de promoção da produção local, que busca o reconhecimento para suas mercadorias, não só do valor de uso e valor de troca, mas da materialização da produção em condições dignas de reprodução da força de trabalho, bem como das vivências locais. Para isso é importante a consciência de um consumo solidário, que não se revele apenas como ato econômico, mas também ético e político, como afirma Mance (In HESPANHA *et al.*, 2009, p. 74). Para este autor o consumo é um exercício de poder que, tanto pode fomentar a exploração do trabalhador e a destruição progressiva do planeta, quanto pode realimentar a produção solidária.

Mas uma questão é ocultada do nosso ponto de vista. Para quem o consumo é um exercício de poder? Reposta: para quem pode escolher e dispõe de condições para fazê-lo. Vimos, anteriormente, que a mercadoria da Economia Solidária tem um fator de produção que tem um custo a mais. A justa remuneração do trabalhador implica um preço maior da mercadoria, que nem todos podem pagar, mesmo que tenham consciência do processo produtivo. Responsabilizar o consumidor por suas escolhas obscurece as relações sociais estabelecidas no modo de produção hegemônico. A massa trabalhadora convencional, de empresas capitalistas tradicionais, remunerados com os salários de exploração da mais-valia, tem condições de optar por mercadorias mais caras que, entretanto, significam a não-exploração do trabalhador?

O consumidor pode ser ético e responsável na medida em que suas condições de reprodução lhe permitam o exercício do consumo como um ato de poder. Aqui outra contradição se apresenta: poderá o trabalhador da Economia Solidária exercer o consumo como um ato de poder? Será o trabalhador da Economia Solidária, justamente remunerado por sua produção, sem deter-se o processo de reprodução ampliada do capital? Poderá ele adquirir mercadorias diferentes das que produz, advindas da Economia Solidária? A questão é que

grande parte dos trabalhadores da Economia Solidária inserem-se na classe social mais empobrecida. E, para os mais pobres o único exercício de escolha se restringe a consumir mais gêneros barateados pela exploração de outros trabalhadores, o que não significa que seja o suficiente para a sua reprodução e de sua família ou consumo de mercadorias mais caras, que representam a valorização do trabalho, mas que pode implicar restrição de acesso a outros gêneros essenciais.

A generalização de um consumo ético e solidário, para todos aqueles que dele queiram e possam participar, depende de uma discussão mais ampla sobre a distribuição social da riqueza e do estabelecimento de condições mínimas de reprodução social.

Isso não significa que o consumo ético e solidário não possa ser estimulado. Através dele pode-se também fazer redistribuição da riqueza social. Os mais ricos, que detém o poder de escolha para o consumo, exercem-no a favor das mercadorias da Economia Solidária produzidas pelos trabalhadores pobres, pagando de forma justa a força de trabalho empreendida e dando as condições de reprodução dos trabalhadores. Mas isso não pode ser feito como assistencialismo ou caridade. O reconhecimento da força motriz do capitalismo, a exploração da mais-valia, deve ser entendida como elemento central da concentração de riqueza, das desigualdades sociais e espaciais, que só podem ser revertidas com a justa remuneração da força de trabalho através de uma consciência coletiva de que a pobreza existe porque a riqueza está concentrada.

Remunerar justamente o trabalhador da Economia Solidária é uma forma legítima de redistribuição da renda, mas ainda não suficiente para reversão das desigualdades sócioespaciais. É preciso política pública, através de uma efetiva ação do Estado que apóie e subsidie a produção solidária, para que ela tenha reais condições de se estabelecer frente à economia de mercado.

Enquanto o Estado não garante uma política ampla de comércio para a Economia Solidária, os trabalhadores, militantes e pesquisadores dessa outra economia racionalizam estratégias para o comércio justo, que seguem alguns princípios elencados por Cotera & Ortiz (In HESPANHA, 2009, p. 63):

- A criação de novas formas de trocas econômicas, fundamentadas na solidariedade, que buscam o desenvolvimento sustentável e justo dos territórios e seus habitantes;
- A cooperação como base e condição das trocas, o que implica confiança, transparência na informação e relações justas e duradouras;
- A incorporação dos custos sociais e ambientais à sustentabilidade das trocas, que, supõem-se, são assumidos conscientemente pelos produtores e consumidores;
- A formulação de critérios e normas que permitam mais equidade nas transações comerciais entre os países do Norte e os países do Sul, modificando a tradicional divisão internacional do trabalho;
- O estabelecimento de uma relação mais direta e solidária entre produtores e consumidores, não só como mecanismo de barateamento do preço dos produtos, mas também como processo de socialização com vistas a construção de um mundo responsável e sustentável;
- A humanização do processo comercial; por isso o comércio justo integra-se a uma visão da economia centrada na pessoa, não se limitando às trocas mercantil e monetária.

Para o comércio justo, bem como para qualquer forma de comércio, o espaço de inserção desempenha papel primordial na estratégia de aproximação com o consumidor. O principal espaço de comercialização solidária são as feiras, como veremos com mais detalhe adiante. Mas a existência, na cidade, de um ponto fixo de comércio justo é uma reivindicação, principalmente de artesãos. As estratégias de localização são tão caras à Economia Solidária quanto à economia capitalista. A simples abertura de um ponto de comércio justo, sem estudo de mercado, não garante a comercialização das mercadorias.

Outra forma de troca emergente na Economia Solidária são as moedas sociais de circulação local, emitidas por bancos comunitários de desenvolvimento, que surgem como alternativa à troca direta de mercadorias. Entre a moeda social e a moeda nacional oficial não existe obrigatoriamente vínculo. Sua circulação é restrita aos grupos que participam da Economia Solidária local e tem como objetivo

redistribuir os recursos dentro da comunidade e diminuir a centralização do poder econômico, como ocorre na economia capitalista. À medida que aumentam as transações comerciais, aumenta, também, a quantidade de moeda social em circulação na comunidade. A moeda social estabelece uma relação diferenciada com o dinheiro. Ela serve para movimentar a economia local e não para ser acumulada.

Feiras de Economia Solidária têm usado a moeda social para a comercialização das mercadorias. Na foto 2, segue exemplo de cédulas de moeda social que circularam no território da Economia Solidária durante o 9º Fórum Social Mundial realizado em Belém (2009) e emitidas pelo Eco Banco do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, reconhecido pelo Banco Central Brasileiro.

Foto 2.
Moeda social: Amazônida



Crédito: GODOY, T.M.P. de (2009)

Das experiências que se destacam na emissão de moedas sociais está o Banco Palmas, criado em 1998 pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeira, favela com 30 mil habitantes localizada na periferia de Fortaleza/CE, com o objetivo de garantir microcrédito para a produção e o consumo local, com juros baixos, sem comprovação de renda ou fiador e sem exigência de consulta cadastral. Os vizinhos do tomador do empréstimo garantem a sua responsabilidade na devolução do empréstimo.

No primeiro empréstimo concedido pelo Banco Palmas o financiamento foi de uma organização não-governamental local, no valor de R\$ 2.000,00. Hoje o Banco Palmas tem uma carteira de R\$ 30.000,00.

A estratégia do banco consiste em identificar produtores e consumidores locais para a constituição de uma cadeia produtiva solidária, em que o dinheiro circulante é a moeda social, com lastro em reais (R\$). O papel moeda é produzido com componentes de segurança para evitar a falsificação. Para participar da circulação o produtor ou comerciante local adere ao cadastro do banco comunitário, que também permite a troca da moeda social por reais para a compra ou pagamento fora da comunidade. Para estimular o uso da moeda social são concedidos descontos promovidos pelos produtores e comerciantes.

A moeda social apresenta-se como um componente econômico alicerçado no gerenciamento coletivo da riqueza produzida pela comunidade. Ela tem ação pedagógica de promover o entendimento sobre o processo monetário e o estabelecimento de relações diferenciadas com o dinheiro. Também possibilita a criação de cadeias produtivas desde o cultivo da matéria-prima, passando pela produção manufatureira, pela distribuição e troca das mercadorias, até o consumo alicerçado no comércio justo com pagamento na forma de moeda social.

Assim como no comércio justo, a utilização da moeda social demanda o reconhecimento do processo produtivo e da capacidade de criar contextos de sociabilidade alicerçados na solidariedade e reciprocidade. O processo, entretanto, não se realiza em curto prazo de tempo, mesmo para aqueles diretamente inseridos na Economia Solidária. Desvincular a prosperidade social da acumulação de riqueza individual implica um processo pedagógico-político que se constrói a cada dia.

Ainda se confunde a Economia Solidária com o empreendedorismo individual, que pretendemos discutir no último capítulo. A discussão sobre a esfera da troca e de suas virtualidades na Economia Solidária deve se encaminhar para a promoção da coletividade, da ação conjunta da sociedade pela democracia participativa econômica. Na esfera da troca revela-se com toda a intensidade, o caráter social da economia. Nesse momento define-se a realização de uma efetiva Economia Solidária ou a cooptação da produção realizada de forma coletiva pela economia de

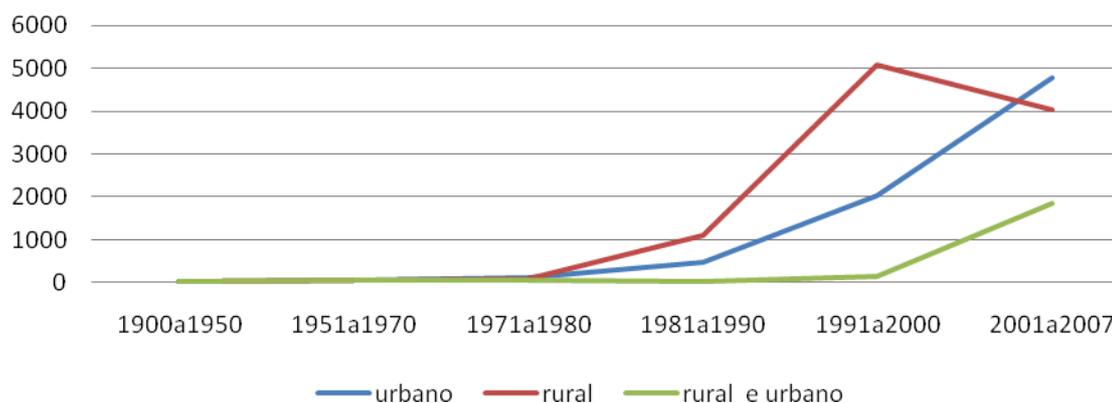
mercado, que determina a remuneração da força de trabalho e a distribuição das mercadorias, como convém à acumulação ampliada do capital.

A troca, ou mais propriamente a comercialização, apresenta-se, neste momento, na Economia Solidária, como o principal problema a ser enfrentado. O que veremos a seguir é uma contribuição para o entendimento do problema a partir da sua realidade material. A partir do espaço, enquanto produto social, é possível visualizar concretamente as questões que atingem a troca na Economia Solidária e relacionar com as estratégias locacionais desenvolvidas pelo capitalismo para o seu funcionamento. Não se trata de aderir às mesmas lógicas, mas entender em que medida o espaço é condição de reprodução da Economia Solidária.

5.2. O espaço da comercialização solidária no Brasil

O foco desta análise a propósito da troca na Economia Solidária recai sobre os empreendimentos urbanos. A escolha sustenta-se em duas razões principais: a relação entre a cidade e o artesanato, intrínseca como demonstra a história através da cidade medieval europeia, das corporações artesanais e das sociedades de comerciantes. Na Idade Média os artesãos urbanos já produziam artigos para a troca. Vale também lembrar Jacobs (1975), que aponta na cidade o lócus da produção mercantil que dá origem, ao campo em 7.000 a.C. em Anatólia. Na cidade medieval europeia a luta contra a exploração pelos senhores feudais originou as corporações artesanais, uma forma feudal de organização do artesanato composta por mestres, oficiais e aprendizes. Se na história a relação entre a produção artesanal e a cidade é inequívoca, hoje vemos que o crescimento dos empreendimentos de Economia Solidária está nas áreas urbanas. Observamos, no capítulo 2, a predominância dos empreendimentos rurais na análise geral da Economia Solidária. Mas se atentarmos para a criação de novos empreendimentos a partir do ano 2000, veremos que nas cidades as organizações de trabalhadores se multiplicam de forma superior aos da área rural.

Gráfico 20.
Número de empreendimentos econômicos solidários por ano de início nas áreas de atuação



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A criação de empreendimentos de Economia Solidária intensificou-se a partir da década de 1970 em todo o Brasil, principalmente os situados na área rural, caracterizados pelas associações de produtores rurais. Mas foi a partir da década de 1990 que os empreendimentos urbanos cresceram de forma mais intensa, tendo, nos anos 2000, superado os rurais na criação de novos empreendimentos.

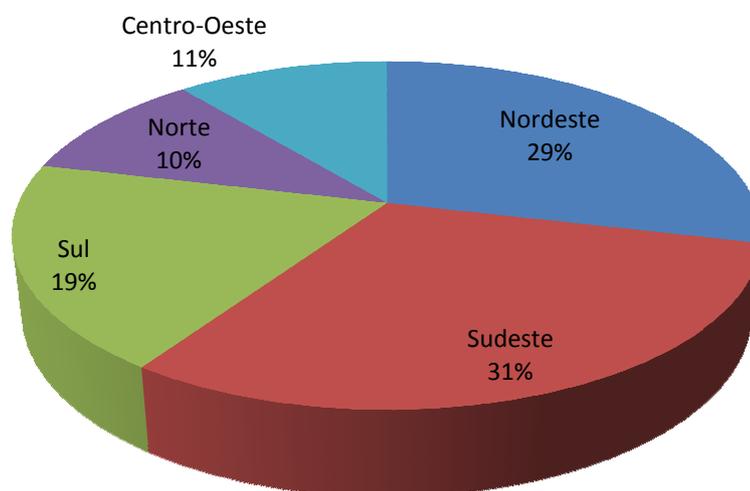
Existem, no Brasil, 7.536 empreendimentos econômicos solidários, com atuação exclusiva nas áreas urbanas, segundo dados do SIES (2007). Eles se caracterizam por 60% de grupos informais, 25% de associações, 7,6% de cooperativas e 1,6% de outras formas de organização. Isso demonstra forte informalidade entre os empreendimentos urbanos, mesmo quando 90% deles estão em pleno funcionamento e não em fase de implantação.

É importante caracterizar que 81% da população brasileira vivem nas áreas urbanas que demandam novas soluções para o enfrentamento dos processos de precarização das relações do trabalho e diminuição dos postos de emprego. Na cidade os efeitos da reestruturação produtiva são sentidos com toda a sua força. O desemprego e a precarização das relações de trabalho manifestam-se concomitantemente ao aumento da pobreza urbana, materializada nas condições precárias de moradia e de infraestrutura urbana.

Na distribuição regional desses empreendimentos nota-se presença maior nas áreas mais urbanizadas do país. No Sudeste e Nordeste estão concentrados

60% da população economicamente ativa, segundo o Anuário dos Trabalhadores (DIEESE, 2007).

Gráfico 21.
Distribuição regional dos empreendimentos econômicos solidários urbanos



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Relembramos que, nos dados gerais dos empreendimentos econômicos solidários o Nordeste concentra 44% das unidades, mas, quando se foca os empreendimentos urbanos, há um equilíbrio relativo na distribuição entre Nordeste e Sudeste.

É importante frisar que, tanto na análise dos empreendimentos de forma geral, quanto no recorte por regiões, ou por área de atuação o incremento do crescimento é significativo a partir de 1991. Todas as análises demonstram um crescimento exponencial do período de 1981-1990 para 1991-2000. Nesse período iniciou-se a reversão no número de criação dos empreendimentos rurais em relação aos urbanos, e que se consolidou a partir de 2000.

Há uma tendência, que ainda não se manifesta concretamente nos dados analisados, de franco crescimento dos empreendimentos urbanos, dando um novo caráter à Economia Solidária no Brasil. A característica rural verificada na análise geral propiciada pelo levantamento feito até o ano de 2007 pode ser diferenciada à medida que se ampliarem as pesquisas do mapeamento realizado do SIES pela SENAES/MTE neste ano de 2009. Outra consideração importante a ser feita é a

dificuldade de identificar os empreendimentos informais, que também se apresentam com crescimento acelerado nas áreas urbanas. Na medida em que se apurarem as informações oriundas do levantamento, poderemos ter um novo perfil da Economia Solidária que demandará políticas públicas ainda não implementadas pelo Estado.

Para explorar essa possibilidade nos deteremos no espaço de comercialização dos empreendimentos urbanos, que já demandam, neste momento, soluções para garantir sua consolidação e reprodução. O ponto crucial é justamente a troca, ou mais especificamente a venda, do que se produz. Nesse ponto o espaço se mostra como importante elemento de definição de estratégias. Seguiremos primeiro com uma compreensão dos estudos do espaço de comércio e de consumo realizado como uma das linhas de pesquisa da Geografia.

5.2.1. Geografia do comércio e do consumo

Estudar o espaço do comércio e do consumo insere-se numa das propostas para o entendimento sobre a cidade e o urbano. Na Geografia Crítica essa análise se alicerça nos pressupostos marxistas da relação geral da produção, distribuição, troca e consumo, como esferas articuladas que reproduzem o modo de produção capitalista.

A importância da cidade como lugar privilegiado de realização da troca não se constata apenas no capitalismo em seu dinamismo atual. Uma regressão histórica fornece elementos para a investigação da estreita relação entre o desenvolvimento das cidades e o aperfeiçoamento da troca.

Dos estudos de Le Goff (1998) sobre a cidade medieval podemos entender o papel das trocas na cidade e a importância do espaço da cidade para as trocas. Essa busca histórica pela atividade comercial no espaço da cidade tem como objetivo fundamentar nossa argumentação sobre o espaço como uma esfera estratégica para a troca em qualquer economia.

Na cidade medieval de Le Goff (1998) encontramos os elementos de entendimento para a função que a troca exerce no espaço urbano.

A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma

economia monetária. É também o cadinho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro (LE GOFF, 1998 p. 25).

Paris é o estudo de caso de Le Goff (1998) para determinar as funções essenciais de uma cidade desde a Idade Média aos dias atuais. Assim, ele destaca a troca, a informação, a vida cultural e o poder. Para o autor as funções da produção são apenas um momento da história das cidades, notadamente no século XIX com a Revolução Industrial e, que podem se desfazer, mas as funções essenciais da cidade permanecem.

A cidade passa por transformações profundas com o que se chama de desruralização⁴⁹ da cidade no século XIX e com a desindustrialização no século XX. No Brasil essa desindustrialização, que se faz sentir no final do século XX, é o nosso pressuposto de argumentação para o crescimento do número de empreendimentos econômicos solidários urbanos a partir do ano 2000. Tais transformações não modificam, entretanto, a essência da cidade, a função da troca.

A cidade é o lugar por excelência da troca e do exercício do trabalho. Se retomarmos o capítulo 3 desta tese, veremos que o trabalho era uma atividade menosprezada desde a Idade Antiga, quando executado pelos escravos. Na Idade Média o trabalho do camponês é identificado ao pecado original, à condenação do homem ao trabalho. Na cidade o trabalho é valorizado. Ele passa a ser ensinado e aprendido nas escolas de ofícios. A cidade materializa os resultados criativos e produtivos do trabalho. A demanda por bens que o campo já não supre, a manufatura, valoriza o trabalho e deprecia a ociosidade. Assim, como bem diz Le Goff (1998, p. 49), “o preguiçoso não tem lugar na cidade”. O cristianismo, que no momento anterior impingia ao trabalho a condenação pelo pecado original, coloca em igualdade a vida ativa e a vida contemplativa.

Se a cidade valoriza e estimula o trabalho, o que dele se produz precisa ser trocado. Na troca também está implicado o trabalho. O exercício da troca é assumido pelos comerciantes que figuram entre agentes por excelência da cidade e se tornam a parte mais rica da população urbana. No feudalismo a organização corporativa do artesanato tinha como correspondente a organização corporativa do

⁴⁹ Embora a desruralização tenha sido um fenômeno destacado na cidade do século XIX, para Le Goff (1998, p. 32) a atividade rural pode sempre ser retomada em caso de necessidade, o que implica não definir uma separação absoluta entre cidade e campo.

comércio. Nesse processo o crescimento das cidades e o desenvolvimento do comércio tornam mais aguda a separação entre campo e cidade.

As formas que a troca assume na cidade revelam estratégias de aproximação entre a mercadoria e o consumidor e tornam-se condição para reprodução do modo de produção, seja ele feudal ou capitalista em suas diversas fases, ou, ainda, para a Economia Solidária, como tentamos demonstrar nesta tese (ainda que ela não esteja definida, neste momento, como um modo de produção).

Pintaudi (1999) considera que a atividade comercial pertence à essência do urbano e o aprofundamento do seu estudo permite um melhor conhecimento do espaço e da vida da cidade e na cidade. Em sua argumentação a autora defende que o estudo das formas de comércio implica o estudo do espaço. Nesta perspectiva uma linha de investigação foi desenvolvida por Pintaudi⁵⁰ a partir do entendimento dos espaços de comércio e de consumo enquanto condição de reprodução das relações sociais de produção no capitalismo e que implica intrinsecamente, a reprodução do próprio modo de produção.

Para além da forma, Pintaudi (1999) considera que a análise do comércio, na perspectiva da Geografia crítica, implica também a análise da estrutura e da função, conforme a tríade associada de Lefèbvre (1983, p. 162, apud PINTAUDI, 1999, p. 145). A particularidade dessa linha de investigação se dá pela premissa de que “as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo ensejam relações sociais” (PINTAUDI, 1999 p. 145).

Portanto, não se trata da análise da forma comercial restrita em si, ou mesmo do lugar que ocupa na cidade, mas porque ocupa tal lugar e como esta localização implica a reprodução do espaço urbano e a reprodução social. As formas comerciais no capitalismo encerram um propósito: a reprodução ampliada do capital. A ocupação do lugar não ocorre por mero acaso, pois trata-se de uma condição para a realização da troca.

⁵⁰ Esta linha de pesquisa vem sendo desenvolvida por Pintaudi desde sua dissertação de mestrado, quando analisa o lugar do supermercado na metrópole paulista (1981); com prosseguimento em sua tese de doutorado, com o estudo do shopping center no estado de São Paulo (1989). Produziu uma série de artigos e capítulos de livro e coordena um grupo de estudo nesta temática.

O padrão territorial de implantação das formas de comércio se define e se redefine concomitantemente ao desenvolvimento do modo de produção, das relações sociais e do crescimento (“implosão” na metáfora lefebvriana) das cidades. Mas é importante distinguir em que condições se desenvolvem as formas comerciais. Pintaudi (2006a) alerta para a diferença entre o padrão locacional do comércio na cidade de São Paulo e daqueles encontrados nas cidades européias e norte-americanas, onde algumas formas comerciais surgiram.

As formas comerciais existentes hoje na cidade são, na aparência, oriundas daquelas mesmas que as originaram. Poderíamos, a princípio, destacar as feiras, os mercados públicos e as lojas. Essas formas já se apresentavam na cidade medieval analisada por Braudel (1992). O mercado (no seu sentido mais amplo) é, para Braudel (1992, p. 12), “o lugar predileto da oferta e da procura, do recurso a outrem, sem o que não haveria economia no sentido comum da palavra, mas apenas uma vida ‘encerrada’ (do inglês *embedded*) na auto-suficiência ou na não-economia”.

Destacar essas formas subsidia a análise do comércio na Economia Solidária onde se destaca a feira como principal espaço de troca. Praticada na Grécia Antiga, na China Clássica, no Egito Faraônico, na Babilônia, em Tenochtitlan (México) e na África Negra, a feira talvez seja a primeira forma de comércio regular estabelecido. Na cidade medieval ela tornou-se o centro da vida cidadina ou, mais propriamente, como coloca Braudel (1992, p. 16), “a feira é um centro natural da vida social”.

Das feiras originaram-se muitos dos mercados públicos que se perpetuaram, materializados nas construções que abrigavam as trocas cada vez mais ampliadas. Pintaudi (2006b), em seu estudo sobre os mercados públicos de Barcelona, Paris e São Paulo analisa que a produção desses espaços traz regularidade, tanto em razão da periodicidade, quanto da localização das trocas. A feira-livre ocupava ruas e praças da cidade e se colocava como obstáculo à circulação de pessoas e mercadorias. O mercado público normatiza o espaço e o horário de funcionamento da feira, bem como separa atividades conflitantes do ponto de vista sanitário.

É preciso destacar o que Pintaudi (2006b) atribui ao mercado:

O mercado é um lugar de troca, de circulação e a facilidade de acesso viário para o abastecimento, que mantém sua função viva, implica uma estratégia espacial. Quando essa tática deixa de

funcionar, torna-se impossível manter a função no lugar (PINTAUDI, 2006b, p. 93).

A localização do mercado no ponto de imbricação da circulação da cidade garante o abastecimento e o acesso a ele pelos consumidores, de forma fluvial ou viária. Assim, o mercado público é a forma comercial racionalmente implantada na cidade visando à dinamização da esfera da troca que implica uma estratégia locacional que, se por um lado normatiza as relações comerciais, por outro, insere mais agentes entre o produtor e o consumidor numa capacidade constante de resistir à fluidez do capitalismo.

Isto não significa que feira não tenha sua racionalidade locacional. A liberdade de se instalar nos diversos pontos da cidade coloca o produtor imediatamente em contato com o consumidor, interrompendo seu passo e podendo vender o que naquele exato momento o consumidor não compraria se não tivesse “topado” com a mercadoria exposta (diante de seus olhos).

Falar das feiras no momento atual demanda atualização da forma. Embora as feiras de Economia Solidária também apresentem algumas das características da feira tradicional, há que se destacar as grandes feiras que reúnem centenas e até mesmo milhares de produtores em grandes espaços de convenções. Hoje a feira tem uma outra temporalidade e dimensão, tanto na Economia Solidária como mostra a Feira Anual de Santa Maria/RS, que reúne produtores não apenas do Brasil, mas de outros países do Mercosul e até mesmo da América Latina, como as grandes feiras temáticas que não concernem à Economia Solidária e que têm como lugar, um espaço como o do Anhembi em São Paulo/SP.

Outra forma comercial histórica que permite analisar as possibilidades da troca na Economia Solidária é a loja, que, na nossa tese pode subsidiar a concepção dos pontos de comércio justo, já descritos anteriormente. No estudo de Braudel (1992) as lojas surgem como primeira concorrência às feiras e se constituem, também, como instrumento elementar da troca. Assim como o mercado público, seu funcionamento constante (em princípio) difere da descontinuidade da feira. As primeiras lojas reúnem características que as diferenciam ao mesmo tempo que as aproximam das estratégias das feiras e do mercado público. Assim como nas feiras, as primeiras lojas foram abertas pelos artesãos. Só mais tarde surgiriam os primeiros lojistas situados entre os produtores e os consumidores. Assim a venda

direta excluía o intermediário que estava presente no mercado público. Por outro lado, a loja funcionava com certa regularidade, tal qual o mercado público, mas diferentemente da feira.

O desenvolvimento das trocas especializa as formas de comércio, separa as esferas da produção no espaço das cidades e faz emergir a figura do capital comercial. Muitas outras formas de comércio se desdobraram a partir destas três aqui apresentadas, mas buscam, com o advento do capitalismo, essencialmente o mesmo objetivo: a reprodução ampliada do capital. Para isso desenvolvem-se os estudos de *marketing*, de logística, de produção de gostos e hábitos de consumo. O espaço, sempre importante na esfera da troca, adquire relevância ainda maior com a aceleração das trocas.

Todas essas formas implicam hoje um elemento adicional: no capitalismo o espaço é uma mercadoria. Portanto, qualquer que seja a forma de comércio assumida pela Economia Solidária, ela é condicionada por essa premissa, já que está inserida num modo de produção onde as trocas se generalizam, inclusive na realidade materializada, o espaço geográfico enquanto produto e condição de reprodução das relações sociais.

Na medida em que as trocas se aceleram e a sociedade se torna complexa o comércio adquire cada vez mais relevância na reprodução do capital. Buscar as possibilidades da troca na Economia Solidária significa entender como o comércio se desenvolve no capitalismo para desenvolver estratégias que permitam a realização da troca, do comércio justo, numa forma de economia que objetiva a reprodução social e que conflita diretamente com a reprodução ampliada do capital.

Pintaudi (1984 p. 38) afirma que todos os momentos da produção de uma sociedade tem expressões materializadas espacialmente e suas transformações são respostas às necessidades colocadas socialmente. Se nas sociedades capitalistas as necessidades dizem respeito à reprodução do capital, quais as necessidades sociais preconizadas pelas comunidades que se reproduzem através da Economia Solidária? Pode-se dizer que são aquelas que dizem respeito à reprodução social, à reprodução dos trabalhadores com vistas garantia de termos dignos de reprodução da vida. Mas a contradição está que não vivemos um modo solidário de produção. Por isso, as necessidades sociais das sociedades que

buscam sua reprodução social através da Economia Solidária estão em constante conflito com a lei máxima do capitalismo: o lucro.

A realização plena do lucro se dá através de algumas estratégias e nesse contexto, o capital comercial assume tarefa importante. Ainda que o processo de circulação não produza qualquer valor, como afirma Marx, e por isso não produza mais-valia, ele é fonte de lucro do comerciante capitalista, porque o lucro comercial já está contemplado na mais-valia total, criada na esfera da produção e transferida para o capitalista comerciante como pagamento pelo investimento que ele faz na esfera da circulação de mercadorias.

Assim, o lucro obtido com a transação comercial já está contabilizado na mais-valia total, criada pela esfera de produção, mas pode ser ampliado dependendo da velocidade da rotação do capital comercial, que segundo Pintaudi (1984, p. 42), é acelerada quando o capitalista comerciante trabalha em condições mais favoráveis que os demais comerciantes do seu ramo, e poderá vender mais barato que os concorrentes, sem que o lucro médio seja afetado, já que o número maior de rotações compensará os preços mais baixos.

Dentre as condições que favorecem a aceleração da rotação do capital comercial está a localização junto ao mercado. Essa é, para Pintaudi (1984), uma das chaves para entender o comércio na formação social capitalista.

Tal como o capitalista da indústria, o capitalista do comércio também tem por objetivo o lucro, aumentar o seu capital. E a venda de mercadorias para o capitalista comerciante é o veículo para transformar um capital X em um capital X aumentado. Assim sendo, o capitalista do comércio procurará, de acordo com suas possibilidades de investimento de capital, o melhor lugar de venda para a mercadoria que comercializa, pois sua melhor localização junto ao mercado consumidor lhe permitirá maior rotatividade do seu estoque de mercadorias e, conseqüentemente, maior lucro (PINTAUDI, 1984, p. 42-43).

Está posto que o lugar do comércio é um dos determinantes de obtenção do lucro. Entretanto, é preciso verificar como se dá o processo de implantação do comércio na cidade capitalista. No capitalismo o espaço tem valor de uso e valor de troca; portanto, é uma mercadoria. Seu consumo está atrelado à capacidade de pagamento da renda do solo pelo comerciante. De maneira geral, o acesso à terra

está mediado pelo valor de troca, que não é homogêneo em todos os lugares da cidade. Tal qual à mercadoria, ao espaço é atribuído um valor de troca em decorrência da produção social da qual é produto.

Harvey (1982) argumenta que a sociedade capitalista tem necessidade de criar uma paisagem física – uma massa de recursos físicos construídos pelo homem à sua própria imagem, apropriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do consumo. Mas essa construção não se faz sem contradições e tensões, e a apropriação dela revela a luta de classes. O homem precisa de espaço para viver, mas, assim como a terra é uma condição de vida, ela também é condição de produção para o capital. O texto de Harvey (1982) analisa as condições de acesso à terra pelo trabalhador, para que ele a habite. Mas, essa análise também serve para entendermos as condições de acesso aos lugares privilegiados do mercado para a força de trabalho da Economia Solidária, que precisa, tanto quanto os capitalistas, comercializar mercadorias.

A terra como condição de produção, mas também de vida, apropriada de forma privada, coloca o trabalho em posição antagônica à propriedade fundiária e à apropriação da renda. O poder monopolístico conferido pelos arranjos da propriedade privada gera, para além do poder de se apropriar da renda, o controle conferido aos proprietários de um “monopólio natural” no espaço, conforme Harvey (1982, p. 9). Ao poder monopolístico do espaço somam-se os efeitos das externalidades que vão conferir a ele atributos de centralidade. A questão que se impõe, portanto, refere-se ao modo como a Economia Solidária pode se inserir nos espaços comerciais de centralidade na cidade. Os preços de localização nessas centralidades são definidos pelo mercado imobiliário, regido pelo princípio do espaço enquanto mercadoria e, que, como tal, deve ser consumido mediante o processo de troca, orientado por uma economia de acumulação ampliada do capital.

Para o comércio a centralidade, produto de um conjunto de externalidades positivas tais como o acesso, a concentração de lojas do mesmo ramo, a freqüência da classe social potencialmente consumidora, é um dos determinantes de realização da troca. A localização numa área de centralidade definida por externalidades positivas para o comércio tem um preço que só o comerciante capitalista com condições de acelerar a rotatividade do capital pode pagar.

No capitalismo a tendência à concentração também está materializada no espaço. Além da concentração financeira, a concentração territorial é uma das condições de reprodução do capital, conforme análise de Pintaudi (2006a). O supermercado e o shopping center, estudados, respectivamente em sua dissertação de mestrado (1981) e tese de doutorado (1989) revelam a produção monopolística do espaço e que em ambos os casos, não dependeram de uma centralidade prévia.

Uma forma reinventada de comércio reveladora dessa concentração territorial situa-se, atualmente, na rua Augusta, em São Paulo. Trata-se do “shopping de minilojas”: um galpão alugado pelo comerciante que realoca pequenos espaços, mais propriamente caixas expositoras, para microempreendedores.

Primeiro, o empresário Gustavo Ferriolli escolheu um ponto comercial movimentado. Ele alugou e reformou um espaço. Depois dividiu e sublocou o lugar para dezenas de inquilinos com pequenos negócios. No espaço, com 120 metros quadrados, foram instaladas 130 minilojas. Cada loja nada mais é do que uma “caixa”: em cima vai uma placazinha com o nome, e dentro os produtos.

O negócio deu tão certo que em uma semana todas as minilojas foram alugadas. Já existem 80 interessados em fila de espera.

O empresário aproveitou o quanto pôde as paredes e fixou as lojas caixa de um lado ao outro, de cima a baixo. Além do espaço, Gustavo disponibiliza nota fiscal de venda, divulgação na internet e vendedores treinados. Quem aluga as minilojas só precisa vir ao local para repor mercadorias e receber o valor das vendas. O expositor acompanha as vendas de casa, com uma senha pela internet (PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS, 24/05/2009. Disponível em: <http://pegntv.globo.com/Pegn/0,6993,LIR335078-5027,00.html>).

Nesse shopping de minilojas são vendidas as mercadorias produzidas por artesãos e dispostas em caixas alugadas mensalmente, por valores que variam de R\$80,00 a R\$550,00, dependendo do tamanho da caixa. O artesão não fica na loja. Ele apenas abastece e decora sua caixa como lhe convier. Só permanecem no shopping os microempreendedores que têm lucro. É preciso faturar por mês pelo menos o dobro do custo do aluguel da caixa para continuar expondo. “Nesse modelo, quem decide pelos produtos da loja é quem está comprando. Isso dilui meu risco porque eu não preciso apostar num produto ou outro. Só ficam na loja mesmo os produtos que estão vendendo”, diz Gustavo Ferriolli em reportagem exibida pela PEGN.

Esse exemplo aponta para uma forma de concentração territorial do comércio que coopta a produção artesanal característica das feiras e do comércio ambulante. Tal concentração territorial é condição para a concentração financeira, já que apenas quem lucra permanece nas minilojas.

Cabe a empreendimentos de Economia Solidária, gestores públicos e entidades de apoio compreender que o espaço de comercialização, como se apresenta no capitalismo, é, não só produto e condição de reprodução do capital, mas também, de reprodução social.

Tanto quanto no capitalismo o espaço é condição de reprodução da Economia Solidária. Compreender as formas, a função e a estrutura de comercialização no capitalismo constitui uma estratégia para organizar a Economia Solidária, oferecendo condições para sua reprodução frente ao mercado. Nesse ponto surge a questão a respeito da inserção e, até mesmo, da cooptação da Economia Solidária pelo mercado capitalista. A estratégia nesse ponto também pode ser de cooptação: conhecer os mecanismos do capitalismo para cooptá-los em benefício da Economia Solidária. Esta estratégia é vantajosa na Economia Solidária, porque esta se favorece do princípio fundamentado na cooperação e na associação. O princípio que orienta essa forma de organização da economia carrega consigo a possibilidade de uma forma de organização da sociedade assentada na coletividade.

5.2.2. O comércio e o consumo solidário na cidade

A importância da comercialização na Economia Solidária vincula-se intimamente com a reprodução dos empreendimentos, mas a análise que fazemos, revela que o apoio e fomento aos trabalhadores centram-se na formação dos empreendimentos e na produção/prestação de serviços.

Segue-se aqui um panorama das questões pertinentes à troca e aos seus espaços, revelados pelos dados do SIES. A análise visa a identificar os espaços de comercialização da Economia Solidária como condição de realização da troca.

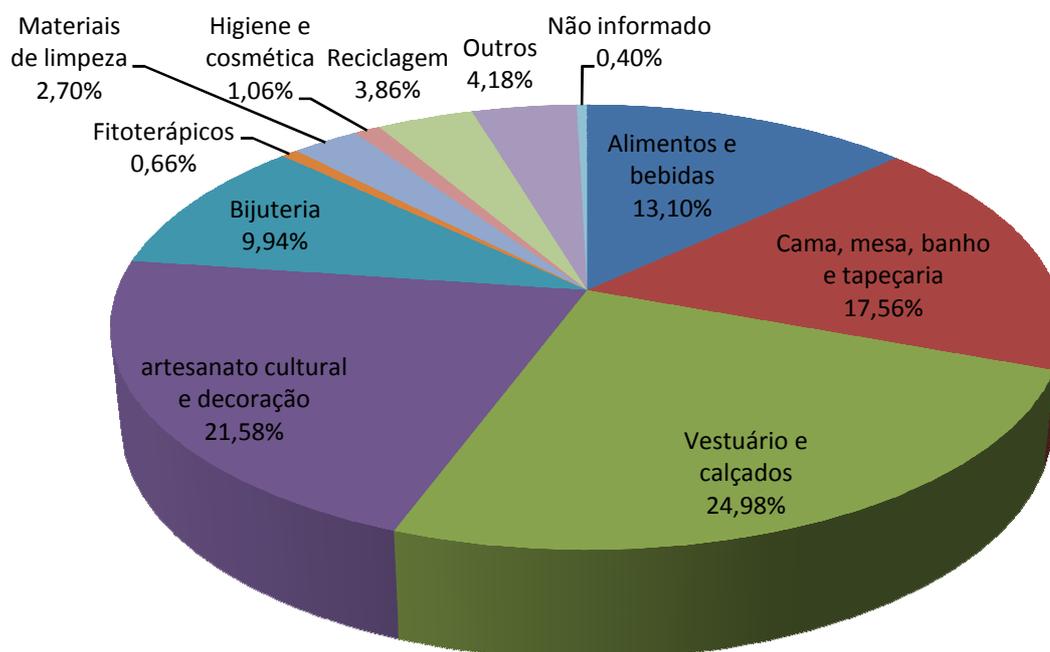
Por uma questão metodológica foram escolhidos para análise apenas os empreendimentos urbanos. Mas, mesmo entre eles, há uma diversidade de atividades econômicas, de produtos e serviços oferecidos. Assim, existem desde

atividades ligadas ao extrativismo e pesca, produção de alimentos e bebidas, produtos artesanais, têxteis e confecções; produção industrial diversa, incluindo fitoterápicos e produtos de higiene e limpeza, bem como coleta e reciclagem de materiais, prestação de serviços em geral, de transporte, segurança, educação e cultura, até serviços relativos a créditos e finanças.

Dessa forma foi necessário mais um recorte metodológico, mas que tivesse significância no contexto dos empreendimentos urbanos de economia solidária. Na análise dos microdados do SIES, fornecidos pelas SENAES, foi possível constatar que as atividades artesanais se destacam. Entre elas incluímos, não apenas o artesanato cultural, mas também a produção artesanal de alimentos, bebidas, confecção de cama, mesa e banho e tapeçaria, vestuário, bijuterias, fitoterápicos, materiais de limpeza, produtos de higiene e cosmética e reciclagem oriunda da coleta seletiva. Os empreendimentos compreendem as atividades constantes na Classificação Nacional de Atividades Econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CNAE/IBGE), e somam 5.263, entre os 7.536 empreendimentos econômicos solidários urbanos no Brasil, segundo o primeiro levantamento do SIES/SENAES, realizado entre 2005 e 2007. Nesses números não estão incluídos os empreendimentos de prestação de serviços, de crédito, de educação e cultura e aqueles caracterizados somente por comércio.

É importante ressaltar que, mesmo que os dados não signifiquem a totalidade dos empreendimentos em funcionamento no Brasil e que um novo levantamento que se inicia em 2009 deverá ampliar os números com os quais trabalhamos nesta tese, esse é o universo conhecido até o momento e ele nos permite apontar as tendências e possibilidades da Economia Solidária no Brasil e indicar quais as carências que demandam políticas públicas mais urgentes.

Gráfico 22.
Produção dos empreendimentos econômicos solidários urbano



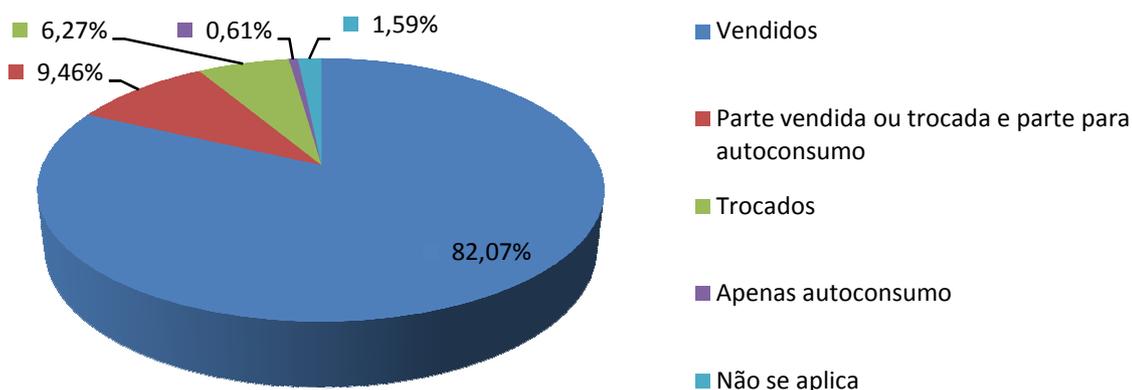
Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

O gráfico 22 representa o que produzem os empreendimentos urbanos. A porcentagem de cada fatia do gráfico representa o número de empreendimentos que se dedicam àquela atividade. Assim, visualizamos que 24,98% dos empreendimentos produzem vestuário e calçados e que, juntamente com o artesanato cultural e de decoração aliada à produção de confecção de artigos de cama, mesa, banho e tapeçaria, concentram 64,12% da produção solidária urbana no Brasil. Os dados referem-se apenas aos empreendimentos de transformação. Aqui não estão contabilizados os que apenas prestam serviço ou comercializam artigos produzidos por outros empreendimentos, seja da Economia Solidária ou de empresas capitalistas tradicionais. Consideramos importante que outros estudos foquem essas atividades, mas esta análise pautou-se, metodologicamente, apenas pelo recorte já justificado.

Por essa razão vale salientar que, no que se refere às atividades de reciclagem, apenas nos detivemos nos empreendimentos que transformam os materiais oriundos da coleta seletiva. Assim, estão representados no gráfico 22,

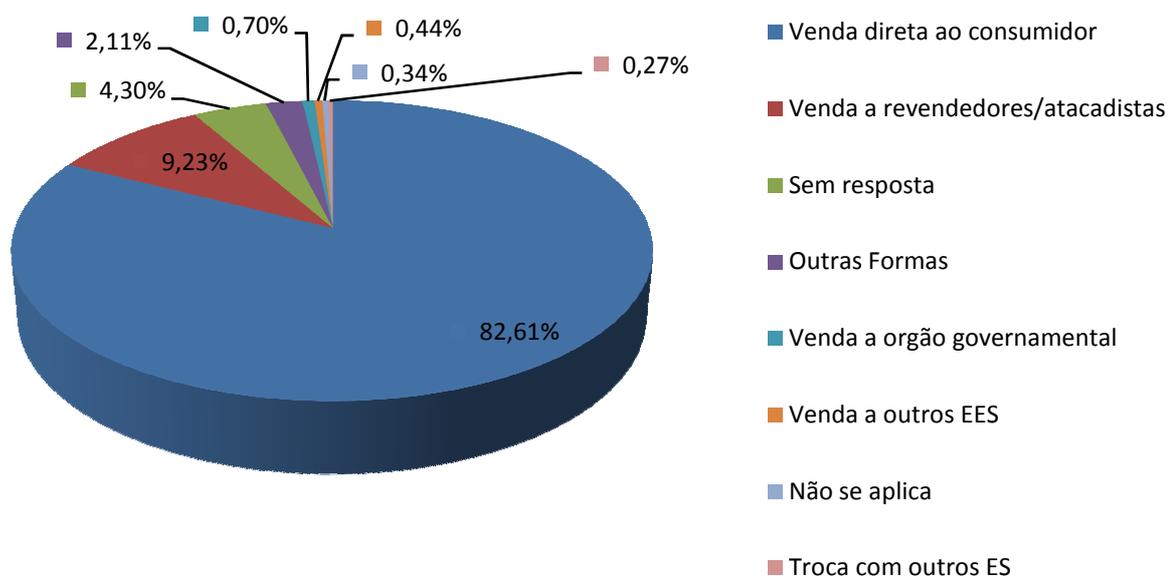
apenas 38% do total dos empreendimentos de coleta seletiva, porque os demais não realizam a atividade de transformação.

Gráfico 23.
Destinação principal dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários urbanos



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Gráfico 24.
Principais tipos de comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários urbanos



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Os empreendimentos econômicos solidários urbanos de produção no Brasil dedicam-se majoritariamente à venda como principal forma de destinação dos produtos. Isso lhes afirma a condição de empreendimentos de geração de renda, ou seja, prestam-se a produzir mercadorias que, vendidas, trarão retorno financeiro para os membros do empreendimento. **A troca simples ou o autoconsumo, que são duas modalidades tradicionais das formas de economia que diferem da capitalista, são praticamente residuais nos empreendimentos analisados.**

O gráfico 24 mostra a dimensão da proximidade entre a produção dos empreendimentos junto aos consumidores. A esfera da distribuição está sujeita à demanda direta do consumidor e à capacidade restrita do empreendimento de se projetar para além do seu espaço de produção.

Uma questão importante levantada por meio de entrevistas não dirigidas, junto aos empreendimentos revela a importância do local de exposição das mercadorias. A qualidade e o preço delas determinam os extratos sociais a que se destinam. Empreendimentos de artesanato expostos periodicamente em Shopping Center e feiras especiais não só vendem mais nesses espaços, como conseguem encomendas para fornecimento da produção. Nesses casos as lojas ou espaços próprios servem mais para referência do empreendimento do que um ponto de venda.

Vale ressaltar que apenas 30% desses empreendimentos têm sede própria: 47% dos empreendimentos aqui analisados estão em espaços cedidos ou emprestados, de modo que a centralidade não foi um fator determinante na localização, mas a disponibilidade de um espaço cedido ou emprestado pelo poder público, por ONGs e OSCIPs ou por entidades religiosas.

Chama a atenção a restrita articulação entre os empreendimentos, já que apenas 0,44% deles comercializam a produção entre si. A formação de redes tem sido uma das condições de fortalecimento da Economia Solidária apresentada por analistas. A atuação isolada dos empreendimentos não sustenta a Economia Solidária, mas apenas se insere em projetos de desenvolvimento local, que se não articulados a outros espaços, sujeitam-se à economia capitalista e aos seus ajustes estruturais. A formação de cadeias produtivas que integrem empreendimentos das áreas urbanas e rurais tem se mostrado qualitativamente benéficas para cada

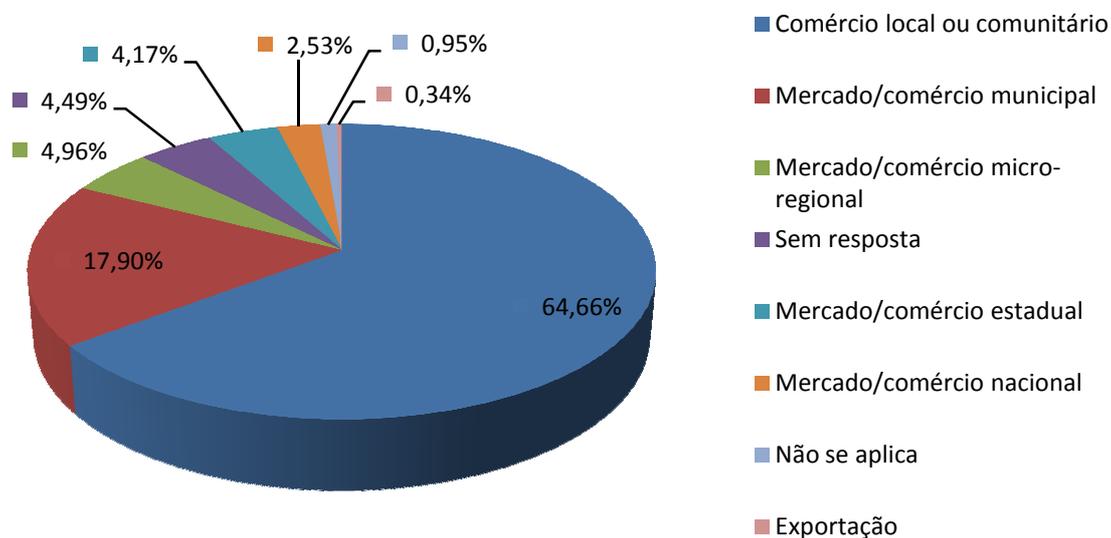
empreendimento participante e para a produção e comercialização de mercadorias genuinamente imbuídas de formas solidárias de organização do trabalho.

Os órgãos governamentais também têm pequena parcela de participação na aquisição da produção solidária. É preciso levar em consideração que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede a compra do que produzem os empreendimentos sem condições de participar das licitações. Algumas medidas provisórias têm sido editadas pelo governo federal para incluir os empreendimentos da Economia Solidária na participação dos editais de compras governamentais. Um exemplo é a MP 455/09, que garante a participação de 30% de produtos da agricultura familiar no abastecimento para a merenda escolar. Também já existe o Decreto Federal n.5.940/06, que determina a destinação do lixo reciclável das instituições da administração pública federal direta e indireta às cooperativas formadas exclusivamente por catadores de materiais recicláveis que tenham a atividade como única fonte de renda, que não tenham fins lucrativos, que tenham infra-estrutura para a realização da triagem e que apresentem o sistema de rateio entre os associados ou cooperados.

Um marco legal que estabeleça critérios para a compra de produtos da Economia Solidária está em construção em diferentes municípios brasileiros. Isso depende, entretanto, da vontade política dos gestores públicos articulados ao movimento social da Economia Solidária aos trabalhadores dos empreendimentos, e à obediência à legislação superior, estadual e federal.

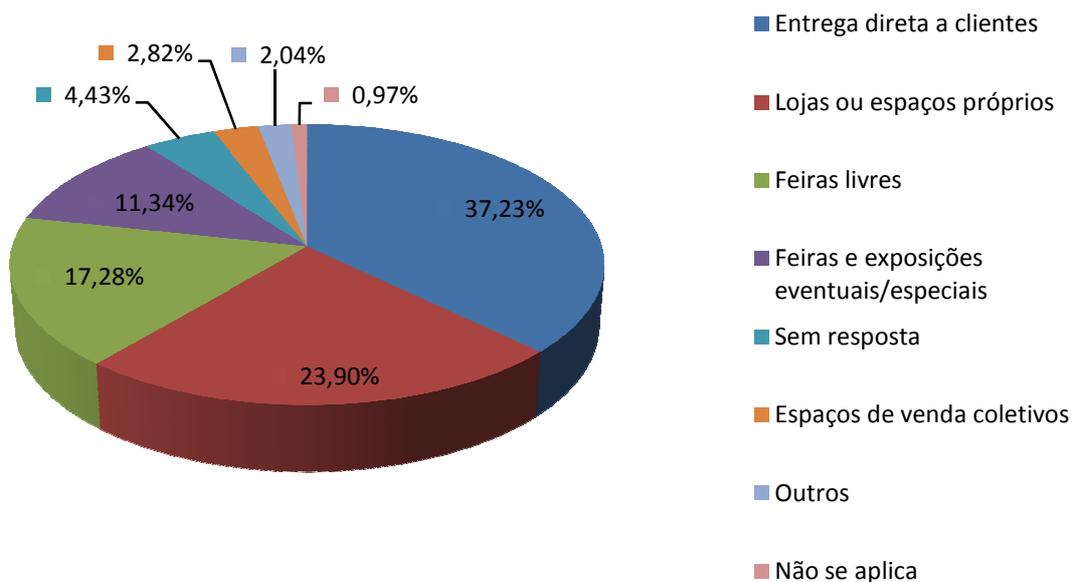
Mas também é preciso considerar que uma das premissas para participação dos editais de licitação de compras dos órgãos governamentais é a legalidade dos empreendimentos. Essa é a barreira para mais de 60% dos empreendimentos urbanos atualmente no Brasil. Esse impedimento não só se coloca para a venda aos órgãos governamentais, mas também para outros agentes que demandam nota fiscal. O registro legal dos empreendimentos é primordial para que não haja sujeição à superintendências e fundações, que cobram até 5% do valor da venda para emitir uma nota fiscal que formalize a atividade comercial. Essa é apenas uma das diversas questões que dificultam a consolidação dos empreendimentos que visam não apenas a oferecer oportunidade de trabalho, mas que não descartem o acesso a seguridade social e ofereçam condições dignas de reprodução social.

Gráfico 25.
Destinação principal da venda ou troca dos empreendimentos econômicos solidários urbanos



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Gráfico 26.
Principais espaços de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários urbanos



Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Nos gráficos 25 e 26 visualizamos as escalas e os espaços de comercialização. O comércio local ou comunitário é a principal instância de venda dos produtos e se vincula às características destacadas anteriormente, de proximidade direta com o consumidor final. Se por um lado a ausência da figura do atravessador confere aos produtores melhores condições de preço e ganho, proporcionando negociação direta com o consumidor, não se pode deixar de enfatizar os limites impostos na dependência exclusiva do mercado local.

Uma dificuldade para alcançar outros mercados está expressa na capacidade produtiva do empreendimento. As exigências do mercado capitalizado de compra em quantidade para barateamento dos custos contrastam com as condições dos empreendimentos de infra-estrutura, de capital de giro, mão-de-obra, entre outras. Neste ponto também entra uma questão crucial da produção da Economia Solidária que se orienta pela valorização do trabalho humano. Como produzir em quantidade sem aderir a um modelo de produção em massa, que descaracteriza a produção artesanal? Se a mercadoria da Economia Solidária pretende ser a revelação do trabalho humano, com preço justo, que valorize a criatividade, a expressão artística e a capacidade humana de arquitetar a vida, qual a capacidade de desdobrar essa riqueza materializada em larga escala?

Pode se observar que à medida que se ascende outras esferas, menos empreendimentos participam da comercialização. A mobilização em torno da formação de redes e de cadeias produtivas surge como potencialidade de efetivamente se construírem espaços de Economia Solidária que não comportem apenas a localização dos empreendimentos, mas uma articulação concreta da relação geral da produção, distribuição, troca e consumo da Economia Solidária.

Uma preocupação que se tem tornado inclusive motivo de vigilância permanente pelo ministério público refere-se à submissão de cooperativas a um único comprador, o que caracteriza a terceirização de mão-de-obra através formação de cooperatos, que flexibilizam e precarizam as relações trabalhistas. Muitas cooperativas de trabalho têm assinado termos de ajustamento de conduta que acarretam o fim de suas atividades. A lei de cooperativas no Brasil é datada de 1971, período em que a característica geral era das grandes cooperativas de

produtores rurais, que não mais se adaptam a realidade atual. Para isso uma nova lei⁵¹ que rege as cooperativas foi aprovada na Câmara Federal, mas aguarda votação no Senado e sanção presidencial se não houver nenhuma objeção a qualquer item dela. Caso contrário ela deverá novamente ser aprovada pelos deputados, pelos senadores e pela presidência da república. Essa, entretanto, é apenas uma lei que rege as cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho.

Essa consideração é importante em relação ao principal espaço de destinação dos produtos dos empreendimentos, mostrado no gráfico 26. A entrega direta ao consumidor não significa exclusivamente a atuação de forma ilegal de um empreendimento, mas é uma das características das cooperativas. Pode-se no entanto estar tratando de empreendimentos que se utilizam exclusivamente da internet para expor os produtos. Entretanto, a informação não se encontra nos dados disponibilizados pelo SIES (2007).

O espaço próprio é mencionado por 23,9% dos empreendimentos, mas a informação não está relacionada à centralidade dessas lojas. Como vimos anteriormente, os entrevistados dizem que o espaço próprio serve muito mais como um ponto de referência do empreendimento para o consumidor que já conheceu os produtos em outros espaços como feiras e exposições eventuais. Atualmente as feiras são um grande referencial da comercialização na Economia Solidária sejam as de grande porte, como as estaduais e regionais, ou, ainda, as locais, organizadas pelos municípios que possuem alguma política de apoio à Economia Solidária. Embora muitas vezes elas não contabilizem o maior volume de venda direta naquele momento, nesses espaços dá-se visibilidade ao que se produz e, aos meios para se chegar aos produtores que não dispõem de recursos de divulgação. Assim, mais do que um espaço de comercialização, as feiras são, para os produtores, um dos principais meios de divulgação de seus produtos. Dos 81% de empreendimentos econômicos solidários de produção que afirmaram divulgar produtos, 16% o fazem através cartazes, catálogos, folder e panfletos, que também são distribuídos nas feiras e exposições; 62%, por divulgação “boca a boca”, 10%, através de feiras e exposições; as rádios comunitárias respondem por 3,4%; jornais e revistas por 2,3%, rádios comerciais e educativas, por 1,9%; e mídia televisiva, por 0,74%. Outros

⁵¹ Projeto de Lei Federal N. 131, de 2008.

2,45% apontaram outras formas como carro de som, missa e cultos religiosos, internet, entre outros.

Foto 3.
Feira realizada no território da Economia Solidária durante o
9º Fórum Social Mundial, Belém/2009



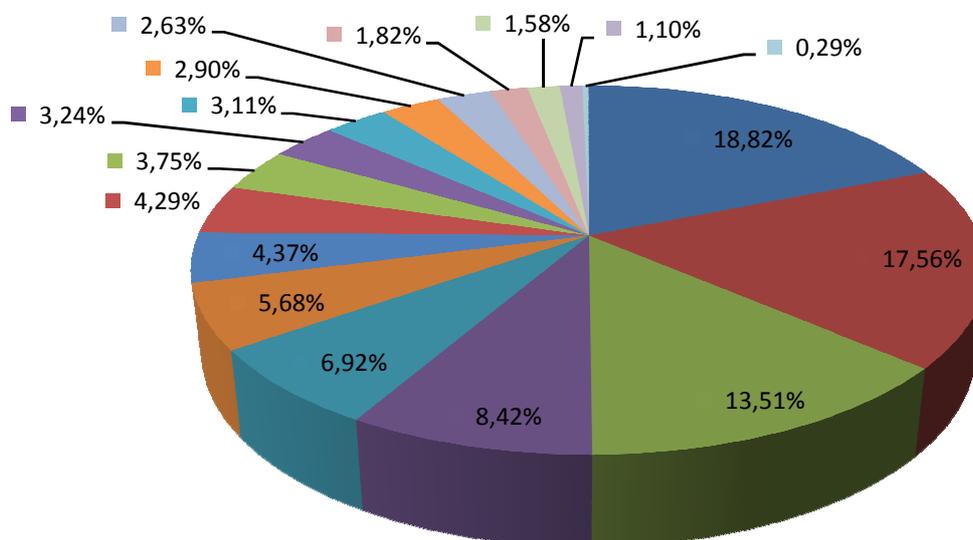
Crédito: GODOY, T.M.P de (2009)

A foto 3 mostra a movimentação das feiras de Economia Solidária. São lugares para gerar oportunidades de negócios que vão além dos espaços e do tempo de realização das feiras. Elas mobilizam visitantes e consumidores e são apostas dos fóruns estaduais e nacional de Economia Solidária no Brasil. Assim, o Fórum Paulista de Economia Solidária tem promovido feiras regionais e mais diversificadas. Em Campinas, há 5 anos, realizam-se feiras que agregam 92 municípios de sua região administrativa e outros municípios visitantes. Em 2008 a média de visitantes era de 2500 a 3000 pessoas por dia.

Santa Maria, no Rio Grande do Sul, organiza o maior evento de Economia Solidária da América Latina, que começou com uma feira de cooperativismo, em 1994. Neste ano de 2009 sedia a 8ª feira Nacional de Economia Solidária e a 5ª feira de Economia Solidária do Mercosul. Essa feira mobiliza empreendimentos de todo o

Brasil e é atualmente um dos principais espaços de visibilidade da Economia Solidária, aliado ao Fórum Social Mundial.

Gráfico 27.
Principais dificuldades na comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários urbanos



- 1. O EES tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes
- 2. Falta de capital de giro para as vendas a prazo
- 3. Estrutura de comercialização (local, espaços, equipamentos etc)
- 4. Sem resposta
- 4. Outra dificuldade
- 6. Falta de registro legal para a comercialização (nota fiscal)
- 7. Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
- 8. Os clientes exigem um prazo para o pagamento
- 9. Preço inadequado dos produtos (baixo, desvalorizados)
- 10. Agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios)
- 11. Ninguém do EES sabe como se faz uma venda
- 12. Transportes/estradas
- 13. O EES já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar
- 14. Ninguém do EES quer cuidar das vendas
- 15. Os preços praticados pelos EES são muito altos
- 16. Os compradores só compram em grande quantidade
- 17. Não se aplica

Fonte: SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A visibilidade que as experiências da Economia Solidária tem ganho contraditoriamente amplia as dificuldades de comercialização. Os problemas elencados no gráfico 27 expressam uma sucessão de restrições impostas aos empreendimentos e, a cada superação, ergue-se um novo obstáculo para a realização da troca.

A sequência de dificuldades exige um esforço de persistência e, até mesmo, de abnegação dos trabalhadores para colocarem-se no mercado e não deixarem o empreendimento encerrar as atividades. Isso evidencia-se na disposição de recursos financeiros dos próprios sócios em 57,5% dos empreendimentos para o início das atividades. Em 27,5% foram as doações que possibilitaram a criação dos empreendimentos e somente 7,6% iniciaram atividades através de empréstimos e financiamentos.

O retorno dos investimentos não está garantido para 66,57% dos empreendimentos aqui analisados. Quando a primeira dificuldade apontada no gráfico é superada, a da falta de clientes, o empreendimento não tem capital de giro para vender, conforme exigências do mercado: se há recurso no empreendimento, os trabalhadores precisam escolher entre aplicar na infra-estrutura de comercialização, que dá visibilidade às mercadorias, ou ter uma reserva para assegurar a manutenção do empreendimento, enquanto o cliente não efetua o pagamento da produção já entregue. Por ser um empreendimento que busca remunerar adequadamente cada trabalhador e que tem capacidade produtiva limitada, a regularidade do fornecimento das mercadorias também é limitada. A adequação dos preços ao comando do mercado não valoriza a força-de-trabalho empregada na produção da mercadoria porque compara àquela da produção em série e, quando o empreendimento estabelece o preço justo, somente um público diferenciado, mas restrito, se dispõe a pagá-lo. A isso tudo soma-se a condição informal de 67% dos empreendimentos, o que impede o fornecimento da nota fiscal, documento indispensável para qualquer cliente que compre em quantidade.

A divulgação dos produtos, a exposição das mercadorias podem criar uma demanda por produção que o empreendimento, por condições estruturais, não pode atender. A superação conjunta de todas as dificuldades citadas pelos empreendimentos depende de apoio do Estado. Nos momentos recentes de

rearranjo estrutural do capitalismo, ou de crise, como os chamam os formadores de opinião de massa, o Estado tem sido instado a investir em empresas capitalistas em processo de falência para a recuperação de um sistema financeiro que objetiva apenas a sua própria reprodução.

Um Estado que se propõe a intervir diretamente no salvamento de uma empresa para não desestruturar o sustentáculo em que se assenta a economia, também tem a responsabilidade de assegurar condições de reprodução social não garantidas pelas empresas financiadas pelo capital estatal. De maneira ainda muito incipiente os empreendimentos de economia solidária acessam financiamentos públicos. No caso dos empreendimentos urbanos de produção, apenas 3% teve crédito de banco público nos 12 meses anteriores à pesquisa do SIES/SENAES. Financiamentos de bancos privados são ainda mais escassos: 0,95%. Os bancos do povo, ou similares, financiaram 1,2%; as cooperativas de crédito, 0,32% e ONGs e OSCIPs, com fundo de crédito ou fundo rotativo, 2,64%. No momento da realização da pesquisa, 32% dos empreendimentos afirmaram necessitar de financiamento para custeio de capital de giro e investimento.

A ênfase dada neste capítulo à esfera da troca tem como objetivo, senão o de resolver, ao menos de expor as fragilidades que apresentam, neste momento, a Economia Solidária no Brasil. Reafirmamos que a comercialização é tão importante e fundamental na Economia Solidária quanto em qualquer outra forma de economia, e que é condição de reprodução dos empreendimentos e dos trabalhadores que a eles se associam.

Uma fase importante de fomento à formação de empreendimentos foi necessária para tornar visível uma forma de organização do trabalho que ofereça condições mais justas em meio ao cenário de escassez do emprego formal. Órgãos governamentais (na quase totalidade constituída por prefeituras municipais), ONGs, OSCIPs, universidades e incubadoras, sistema “S”, movimentos sindicais entre outras entidades de apoio e fomento, devem focalizar a comercialização como esfera condicionante de reprodução dos empreendimentos e, para tanto, a formação de redes e cadeias produtivas é o ponto de partida para aquilo que Boaventura de Sousa Santos denomina globalização contra-hegemônica. Na esfera da comercialização os empreendimentos de Economia Solidária se deparam

frontalmente com uma economia de mercado hegemônica, que define a capitalização de todos os aspectos da vida social. A Economia Solidária que se busca, não necessariamente a que se apresenta neste momento, é a da socialização de todos os aspectos da vida social. Essa redundância se faz necessária porque, no capitalismo, as relações sociais se mercantilizaram. A troca homogeneizou todas as esferas da vida, de forma que tudo tem valor de troca, tudo se transformou em mercadoria cifrada. Talvez a missão, ou a utopia, da Economia Solidária seja a de revelar que a mercadoria tem conteúdo social, tem vida pujante.

A construção de novos espaços de produção

O modo de produção organiza a vida produtiva dos sujeitos e, concomitantemente, organiza a vida social coletiva. Por meio dele estabelecem-se as relações sociais de produção, que não se restringem ao espaço produtivo, mas que se expandem para além de seus limites, isto é, para as relações sociais mais amplas.

Se o espaço é um produto social, ele também é, portanto, produto das relações sociais de produção, orientadas por uma forma determinada de economia, ou, mais amplamente, do modo de produção vigente. Tal modo de produção organiza a força de trabalho, determina a distribuição dos meios de produção e da riqueza produzida. Assim, ele produz o espaço que condicionará a reprodução das relações sociais que o movem. Trata-se de um movimento incessante. Essa concepção da produção e reprodução do espaço como condição da reprodução social advém do materialismo histórico de Marx como mostra a citação a seguir.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2007, p. 45).

Para além do materialismo histórico, os geógrafos adeptos da crítica radical assentam sua concepção teórica do espaço no materialismo dialético elaborado pelos pensadores que se seguiram a Marx e Engels. Segundo Bottomore⁵² (2001, p. 259), o materialismo dialético não reduz a idéia à matéria. “Sustenta, dialeticamente, que o material e o ideal são diferentes, na realidade opostos, mas existem dentro de uma unidade na qual o material é básico ou primordial”. Dessa forma, a teorização sobre o espaço não se restringe à descrição material dos objetos e ações que o constituem, mas trata também do desvendamento das contradições imbuídas nas relações sociais produtoras do espaço que materializa as condições de reprodução da sociedade.

Se o modo de produção caracteriza um estágio histórico de desenvolvimento, ele, por sua vez, também caracteriza uma forma de produção social do espaço, promovida pelas relações sociais que o constituem. Esse espaço social corresponde às condições sociais de produção da existência humana, o que permite cogitar sobre a possibilidade de produção diferenciada do espaço mediante sucessão de um modo de produção por outro.

O capitalismo não é o único modo de produção da história. O entendimento marxista sobre a categoria modo de produção constitui-se, de maneira geral, o elemento central de uma sistemática da história enquanto transformação de diferentes modos de produção. Cada período congrega características de produção e apropriação da natureza e da riqueza produzida, que constituem um modo de produção específico.

⁵² Editor responsável pelo Dicionário do Pensamento Marxista.

Os modos de produção que vigoraram até o presente momento de maneira hegemônica, ou seja até a fase atual do capitalismo financeiro, não conjecturado propriamente por Marx, mas pelos pensadores que o seguiram, sucederam-se por meio de revoluções. Esse é o entendimento denominado por Bottomore (2001, p. 267) como típico do marxismo economicista da Segunda Internacional, e que foi reafirmado por Stálin como a “interpretação correta da concepção materialista da história de Marx”. A citação a seguir sustenta essa concepção:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social (MARX, 2007 p. 45).

Definir o período em que vivemos como uma época de revolução social, tal qual o esquema de desenvolvimento da história esboçado por Marx e Engels, talvez seja, uma ousadia. Entretanto, não se pode negar que vivemos um período cujas lutas de classes se manifestam das formas mais variadas: movimentos sociais, as denominadas formas alternativas de produção e consumo, insurreições localizadas nas diversas partes do mundo, violência urbana, terrorismo global, não se pode deixar de considerá-los formas de contestação a uma ordem hegemônica global. Mas, para afirmar que um novo modo de produção está em vias de suceder o capitalismo são necessárias muitas outras teses para comprovar que a ordem de reprodução sociometabólica do capital está em colapso. A tese da reprodução sociometabólica do capital refere-se às engrenagens do sistema do capital para Mézaros (2002) assentadas no tripé capital, trabalho assalariado e Estado. Essas três dimensões formam o núcleo central do sistema de metabolismo social do capital, que só poderá ser superado com a destruição do tripé que sustenta o sistema. A tese de Mézaros afirma que o fim do capitalismo não significa o fim do capital, porque o capitalismo é uma das formas de realização do capital. Antes ou após o capitalismo o capital existe e persiste.

Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é, como veremos na Parte III, um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro

“mecanismo de mercado” (a ser alegremente abraçado pelo “socialismo de mercado”) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal por que esse sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a *mais* poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZAROS, 2002, p. 96).

Segundo Bottomore (2001, p. 270), entre os pensadores marxistas há um acordo geral no estado atual da teoria e da prática sobre o que se deve entender por capitalismo, por feudalismo e, talvez, por modo de produção antigo. Mas é inexistente um acordo sobre todos os outros modos de produção possíveis e, em particular, sobre a caracterização das formações sociais daquele que o editor do Dicionário do Pensamento Marxista denomina de mundo subdesenvolvido.

A proposição da Economia Solidária como um novo modo de produção, defendida por Paul Singer, coloca, segundo ele, em contraposição ao capitalismo os princípios básicos que a regem, como a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002 p. 10). Mas, se como ainda afirma Singer, a aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe trabalhadora, na qual todos são igualmente possuidores do capital através do trabalho cooperativo, associativo ou sociedade econômica, na esfera da troca, como analisamos no capítulo 5, as condições de igualdade na produção se confrontam com a dinâmica de mercado do capitalismo.

Nesse sentido, o entendimento sobre a necessidade de aniquilação concomitante do tripé, capital, trabalho assalariado e Estado, para superação do capitalismo para além do capital, como coloca Mézaros (2002), expõe a fragilidade de uma concepção de um modo de produção assentada apenas no fim do trabalho assalariado. A posse coletiva do capital produtivo também não qualifica um novo modo de produção se não houver posse coletiva do capital comercial, das estruturas de distribuição da mercadoria.

A partir do capital financeiro, do controle de concessão de créditos, estabelece-se outra esfera impositiva de hegemonia do modo de produção capitalista.

As restrições observadas na realidade não impedem que um novo modo de produção, denominado de Economia Solidária ou de socialismo, esteja em gestação. Todas as informações apresentadas sobre a Economia Solidária advêm de uma situação manifestada concretamente. Os empreendimentos econômicos solidários são constituídos por unidades de produção em maior número, mas também se apresentam unidades de comercialização e de financiamento. A questão que se coloca é o de incorporar às pesquisas o entendimento da relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo estabelecido por Marx na sua *Contribuição à crítica da economia política*.

Ainda no prefácio da “Contribuição”, Marx (2008, p. 46) afirma que, da mesma maneira como não se julga o indivíduo pela idéia que ele faz de si mesmo, também não se pode julgar uma época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É através das contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção que se pode explicar a consciência de época.

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 46).

Assim como no pensamento crítico, concebemos que o que existe vai além do que é manifestado na realidade. A Economia Solidária emerge no conhecimento através das correntes teóricas que estão construindo bases de contestação à rigidez científica imposta pelas ciências da natureza, amparadas pelo paradigma da modernidade. Nessa proposta está incluso o referencial teórico-metodológico de Boaventura de Sousa Santos.

Para esta busca de entendimento do significado da emancipação social, e das experiências de Economia Solidária que estudamos para ver se correspondiam à nossa expectativa, nós nos empenhamos para compreender a proposta

metodológica de B. S. Santos⁵³. Segundo a tese de B. S. Santos (2002 p. 16), não é mais possível conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante, já que todas elas estão condenadas a transformar-se em outras tantas estratégias regulatórias.

A discrepância entre a teoria e a prática social não implica simplesmente um novo conhecimento. Para B. S. Santos (2007 p. 20) é necessário um novo modo de produção de conhecimento que compreenda o mundo para além da compreensão Ocidental do mundo. A renovação da teoria crítica está no mesmo plano da reinvenção da emancipação social e, para isso, o primeiro desafio a ser enfrentado, de acordo com B. S. Santos (2007, p. 24), é o do desperdício das experiências sociais de que se constitui o mundo, em detrimento da racionalidade indolente e preguiçosa manifestada na razão metonímica (que contrai, diminui e subtrai o presente) e na razão proléptica (que expande o futuro infinitamente). Para isso o autor propõe a estratégia oposta, de expandir o presente e contrair o futuro: “Ampliar o presente para incluir nele muito mais experiências, e contrair o futuro para prepará-lo”.

Para combater a razão metonímica, B. S. Santos propõe a Sociologia das Ausências como método que prima por tornar visível o que é invisível nas lógicas de monoculturas da ciência moderna.

A sociologia das ausências é uma pesquisa que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis, objetos ausentes em presentes (SANTOS, 2005, p. 21)

A construção teórica e metodológica sobre a Economia Solidária envolve, assim, um duplo desafio. As ações práticas da Economia Solidária são desprestigiadas em virtude de seu carácter contestador das práticas capitalistas. Mas,

⁵³ Para isso, além das leituras de suas obras, nós convivemos durante seis meses, no espaço acadêmico do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde tivemos acesso a uma bibliografia mais ampla; participamos dos seminários, aulas e colóquios; conhecemos pesquisadores de outras realidades e partilhamos do debate sobre a renovação da teoria crítica nas ciências sociais para responder aos problemas não resolvidos pela ciência moderna.

esse entendimento de contestação ao modo de produção hegemônico não torna evidente a medida em que a Economia Solidária é uma alternativa superior ou subalterna ao capitalismo. Do pensamento em construção sobre a Economia Solidária apresenta-se o desafio de produzir uma forma de inteligibilidade legítima para interpretar às ações práticas da Economia Solidária que, ao mesmo tempo, se afirme enquanto teoria credível em meio a uma conjuntura científica que nega toda forma de produção do conhecimento que não se assente no rigor da ciência convencional.

A Economia Solidária caracteriza-se por aquilo que Santos (2005, p. 24) denomina de formas sociais de não-existência, produzidas pela epistemologia e pela racionalidade hegemônicas, ou seja, aquilo que é o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

É para tornar visíveis as experiências caracterizadas por essas formas de produção de inexistência que a Sociologia das Ausências, como método proposto por B. S. Santos, confronta com cinco ecologias as monoculturas tradicionais que se assentam nos pressupostos do saber e do rigor do saber, do tempo linear, da naturalização das diferenças, do universal e do global e dos critérios de produtividade e eficácia capitalista. Entre as cinco ecologias (dos saberes, das temporalidades, do reconhecimento, da transescala e das produtividades), que possibilitam que as experiências ausentes nas monoculturas tradicionais se tornem presentes na produção do conhecimento, destacamos a Ecologia dos Saberes, que nas diferentes formas de saber envolvidas em disputas epistemológicas cada vez mais amplas visando à maximização dos seus respectivos contributos para a construção de “outro mundo possível”, aquilo consiste que B. S. Santos (2005) denomina “igualdade de oportunidades”

Mas, além da contraposição à monocultura do saber do rigor científico feita pela Ecologia dos Saberes, outro recurso metodológico disponível é a Ecologia das Produtividades, contraposta à monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista. Essa ecologia, em especial, tem muito a ver com a Economia Solidária, porque situa-se na valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas, das empresas autogeridas que expressam a materialidade, as formas dessa economia. A Ecologia das

Produtividades representa uma metodologia de visibilização das ações que contradizem o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico.

Associando os instrumentos metodológicos disponíveis para investigação na Geografia, através da análise espaço-temporal, ao estudo da manifestação concreta das relações sociais de produção, que materializam as condições de reprodução da sociedade, a Sociologia das Ausências torna visível o que é observável na paisagem social, mas não é percebido pelo olhar desprovido de um método que evidencie o que para o pensamento convencional não é digno de ser estudado.

Utilizando-se dos recursos da Ecologia do Saberes e da Ecologia das Produtividades é inevitável revisar conceitos e categorias que engessam e desqualificam as experiências vivenciadas pelos praticantes da Economia Solidária, sejam eles produtores, consumidores, militantes entre todos os agentes que buscam a transformação das condições econômicas para a reprodução social. Pensando nessa diversidade de experiências faz utilizar os mesmos conceitos, as mesmas categorias, as mesmas denominações economicistas que pautam a nossa produção acadêmica? Falar, por exemplo, em empreendimento econômico solidário ou Economia Solidária em Desenvolvimento? Usar essas denominações para expressar as formas da Economia Solidária, para dizer que ela é e o que ela pode ser é suficiente para a construção efetiva da emancipação social?

O conceito de empreendedorismo presente na literatura econômica sempre está ligado ao sucesso individual. Como associar esse conceito aos princípios norteadores de solidariedade e da autogestão, presentes nas formas de produção analisadas em nossas pesquisas? Também no empreendedorismo social o termo está ligado a um indivíduo, a um agente de transformação social. A idéia não se desvincula do crescimento econômico, ainda que através de formas inovadoras, mas dentro do sistema de produção hegemônico.

A Ecologia dos Saberes tem um procedimento metodológico muito instigador: o da tradução, que consiste na inteligibilidade recíproca das experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, com a preocupação de não pôr em perigo a sua identidade e a sua autonomia. A denominação das formas sociais de produção da Economia Solidária, que se utiliza em consenso como empreendimentos econômicos solidários, numa correspondência com as práticas sociais capitalistas,

não reduz a potencialidade emancipadora das práticas sociais presentes nas experiências analisadas?

No período de transição paradigmática que vivemos, para além da teórica ou epistemológica, mas uma transição social, política, econômica, cultural, é preciso colocar o conhecimento e suas formas de inteligibilidade em questionamento. São necessários novos conceitos para traduzir as relações sociais que estão sendo estabelecidas fora do entendimento convencional. É preciso destrinchar a realidade, entender todos os seus símbolos e significados, encontrar suas virtualidades, suas possibilidades e construir um pensamento emancipador.

A construção de novos espaços democráticos pressupõe a existência de relações sociais baseadas nos princípios da solidariedade e da democracia radical, como aquela em que a participação seja efetiva em todos os níveis. Pode-se perguntar: Um outro mundo pode ser possível na reprodução das práticas sociais que estabeleçam outras relações com espaço em que vivemos? Novos cenários estão em construção e a Economia Solidária, através de suas práticas sociais, tem a possibilidade de produzir um espaço diferenciado, menos desigual e que ofereça condições de uma outra organização da vida coletiva? A autogestão é o caminho para a emancipação social?

6.1. A autogestão e a emancipação social

Um dos entendimentos sobre a categoria modo de produção foi exposto inicialmente, neste sexto capítulo, como uma periodização econômica da história. Outro entendimento, não apartado do primeiro, mas também importante para a discussão desta tese refere-se ao modo de produção definido, na concepção de Marx, pela maneira como se organiza a produção, especificamente em termos de relação entre os produtores diretos e a classe exploradora. Essa relação é definida pela maneira como o excedente é apropriado. Marx analisou detidamente os modos de produção capitalista e feudal e por conta disso há para Bottomore (2001, p. 269) um consenso relativo sobre as características destes. Esse mesmo consenso não está presente entre os marxistas quando se trata de outros modos de produção, seja de outros momentos da história ou dos que ainda possam existir na contemporaneidade.

As características definidoras de um modo de produção são objeto de debate quando se pretende definir as condições de superação do capitalismo. Se o modo de produção capitalista tem como característica central o capital, sob suas diferentes formas, como o principal meio de produção e, se a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção, quais serão as manifestações de emergência de um novo modo de produção que se projeta para substituir o capitalismo?

Bottomore (2001, p. 339) diz que mesmo Marx e Engels se abstiveram da tentativa de descrever detalhadamente as características do modo de produção imediatamente sucessor ao capitalismo. O estudo dos escritos de Marx revelou, para os pensadores que o seguiram, particularmente Lênin, a existência de uma fase transitória entre o capitalismo e o comunismo. Essa fase, entendida por socialismo, distinguida na *Crítica do Programa de Gotha*⁵⁴, seria a primeira de uma sucessão ao capitalismo, em que os valores burgueses ainda se faziam presentes, mas onde os operários constituiriam a nova classe dominante e necessitariam de um novo Estado que os protegesse. Com a superação dos limites impostos pelo capitalismo no passado, um estágio superior da sociedade comunista se concretizaria com o fim do Estado e mudança profunda nas relações de trabalho. Se o socialismo ainda é um terreno incerto de suposições, Marx e Engels definem assim o comunismo:

A característica distintiva do comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. A propriedade privada da burguesia é a expressão final e mais completa do sistema de produção e de apropriação de produtos, que é baseado no antagonismo de classes, na exploração de um homem pelo outro. Neste sentido a teoria dos comunistas pode ser resumida em uma sentença: a abolição da propriedade privada (MARX & ENGELS, 2004, p.32-33).

O século XX presenciou experiências de socialismo dos mais variados matizes. Do socialismo real da extinta URSS à social-democracia da Europa pós-segunda guerra, que sucumbiram à hegemonia do capitalismo, e também das experiências comunistas ainda vigentes em Cuba e na China, esta última bastante controversa. Embora sejam muitas as questões que implicam a condição de existência do socialismo no século XX e que mais poderiam levar a tratá-lo como um

⁵⁴ Escrito por Marx em 1875 em razão do programa adotado pelo congresso reunido em Gotha, que daria origem ao Partido Socialista Operário, mais tarde denominado Partido Social-Democrata da Alemanha.

regime político, do que propriamente de um modo de produção, atentaremos ao que pensadores marxistas contemporâneos têm denominado de “socialismo do século XXI”.

A teorização sobre o que consiste o socialismo do século XXI foi primeiramente elaborada pelo alemão Heinz Dieterich Steffan, professor da Universidade Autônoma Metropolitana (UAM) do México, baseado na idéia de “criar uma sociedade pós-capitalista que ponha fim aos 5 mil anos da economia de mercado”⁵⁵ fundamentada na combinação de democracia participativa, com um sistema econômico não mais regido por preços, mas no valor baseado no tempo médio gasto na produção de mercadorias e serviços. Além da economia de equivalência, a teoria de Steffan fundamenta-se numa ampla, mas gradual participação popular no processo decisório, seja político, econômico ou social. O laboratório para essas idéias tem sido a Venezuela e, mais recentemente a Bolívia e o Equador. Para a Venezuela Steffan ocupa o papel de conselheiro informal de Hugo Chávez, mas na entrevista publicada no Correio Braziliense ele é denominado mentor do presidente.

Numa discussão sobre “Por onde anda o outro mundo possível”, encaminhada por Michel Lowy, Luís Navarro e Emir Sader durante o 9º Fórum Social Mundial, o tema do socialismo do século XXI emergiu como alternativa radical e revolucionária ao capitalismo fundada num outro paradigma de civilização. Para Lowy esse socialismo tem que ser democrático, num movimento de baixo para cima, que tem como um dos grandes precursores a figura de Chico Mendes, mas também se destaca a herança de Mariatégui, Martí e Guevara. Para Sader o esboço do outro mundo possível está nas experiências da Bolívia e da Venezuela.

B. S. Santos acrescenta ao termo um plural: “socialismos do século XXI”. Ele também localiza nas experiências dos mesmos 3 países da América do Sul o compromisso político de construção de uma alternativa ao capitalismo. Mas, a indicação exata do que consiste essa alternativa depende, na opinião do autor, de um debate profundo sobre os erros e fracassos do socialismo experimentado no século XX.

⁵⁵ A obra de Steffan não está disponível no Brasil. As idéias aqui expostas baseiam-se numa entrevista concedida ao Correio Braziliense em 2007 e disponível no site do Instituto de Estudos Socioeconômicos: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/janeiro-2007/entrevista-heinz-dieterich-steffan/>. Acesso em 2 de junho de 2009.

O socialismo do séc. XXI, como o próprio nome indica, define-se, por enquanto, melhor pelo que não é do que pelo que é: não quer ser igual ao socialismo do séc. XX, cujos erros e fracassos não quer repetir. Não basta, porém, afirmar tal intenção (SANTOS, 2007).

Para que, de fato, o socialismo do século XXI se apresente de forma diferente do seu antecessor, B. S. Santos (2007) elenca traços que deverão emergir:

- um regime pacífico e democrático assente na complementaridade entre a democracia representativa e a democracia participativa;
- legitimidade da diversidade de opiniões, não havendo lugar para a figura sinistra do "inimigo do povo";
- modo de produção menos assente na propriedade estatal dos meios de produção do que na associação de produtores;
- regime misto de propriedade onde coexistem a propriedade privada, estatal e coletiva (cooperativa);
- concorrência por um período prolongado entre a economia do egoísmo e a economia do altruísmo, digamos, entre Windows Microsoft e Linux;
- sistema que saiba competir com o capitalismo na geração de riqueza e lhe seja superior no respeito pela natureza e na justiça distributiva;
- nova forma de Estado experimental, mais descentralizada e transparente, de modo a facilitar o controle público do Estado e a criação de espaços públicos não estatais;
- reconhecimento da interculturalidade e da plurinacionalidade (onde for caso disso);
- luta permanente contra a corrupção e os privilégios decorrentes da burocracia ou da lealdade partidária;
- promoção da educação, dos conhecimentos (científicos e outros) e do fim das discriminações sexuais, raciais e religiosas como prioridades governativas.

Pelas condições impostas pela globalização, o socialismo parece mais difícil de ser implantado num só país, segundo B. S. Santos, ou mesmo, apenas, numa região do planeta. Mas também não é possível um mesmo modelo para diferentes países e, por isso, o sociólogo defende não um (singular), mas um plural, isto é, diversos socialismos que, entretanto, reconheçam-se como democracia sem fim.

A democracia não se constrói apenas pelo viés político. A prática cotidiana da democracia radical, possibilitada pelas formas de autogestão econômica, introduz um novo comportamento social que se amplia para as outras esferas da vida. Foi possível confirmar essa constatação através de participação na IV Conferência Municipal de São Carlos/SP, para deliberação sobre o marco legal da Economia Solidária. Durante a proposição do regimento interno de organização e funcionamento dos debates para aprovar o projeto de lei que instituía o Programa Municipal de Fomento à Economia Solidária, uma participante, membro de uma das cooperativas de Economia Solidária, pediu o direito à palavra e questionou a disposição transitória que delegava à mesa coordenadora dos debates a prerrogativa de dispor sobre os casos não previstos no regimento, em detrimento de um artigo anterior, que denominava a plenária como órgão deliberativo máximo da conferência. Diante do questionamento fundamentado da participante, a mesa coordenadora (composta por gestores públicos e professores da universidade) acatou a crítica e reformulou o regimento. Essa atitude comprova o processo educativo para a prática da democracia efetivamente participativa.

6.1.1. A autodeterminação como sentido?

É como um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta que Monthé (IN: HESPANHA, 2009, p. 26) referencia a autogestão. É imperativo salientar que ao termo 'autogestão' foram atribuídos distintos sentidos, entre os quais pode-se destacar um mais restrito ao processo produtivo, no qual a propriedade, as decisões e o controle dos empreendimentos são exercidos pelos trabalhadores. Se as primeiras idéias sobre autogestão, na forma de associação de trabalhadores, estão delineadas nas propostas dos socialistas utópicos representados por Owen e Fourier, o termo propriamente dito é concebido entre as décadas de 1950 e 1960, segundo Monthé, para denominar a experiência iugoslava do partido comunista de modernização do sistema econômico, com a participação dos cidadãos depositários dos conhecimentos técnicos e profissionais nas empresas e nas municipalidades onde o partido governava. Ainda no entendimento mais restrito, esse termo reaparece, de acordo com Nahas (IN: CATTANI & HOLZMANN, 2006, p. 37), vinculado às experiências que buscam

minimizar as desigualdades sociais, o desemprego estrutural e o desemprego provocado pelo fechamento de unidades produtivas, em consequência do processo de reestruturação produtiva e da globalização. O que a autora refere é propriamente relacionado à emergência da Economia Solidária na década de 1990, naquilo que ela identifica com uma conotação de estratégia de sobrevivência através da gestão dos trabalhadores das associações, cooperativas e empresas recuperadas do processo de falência.

Mais amplo que esse sentido, a autogestão também é uma categoria da teoria política que representa uma ruptura e uma revolução paradigmática.

(...) trata de um sistema de organização de toda a sociedade, incluindo as instituições políticas, sociais, econômicas e produtivas nas quais inexistam a divisão social do trabalho e a separação entre economia e política, Estado, o mercado e as classes sociais. De acordo com essa proposta revolucionária, a autogestão não se resume aos limites das empresas, mas é um projeto global da sociedade (NAHAS IN: CATTANI & HOLZMANN, 2006 p. 37).

Neste sentido geral, a autogestão é a estrutura básica da sociedade socialista, na economia, na política e na cultura, segundo o entendimento de Bottomore (2001, p. 23). Os conselhos de autogestão e das assembleias organizadas transcendem os limites do Estado na tomadas de decisão de todas as questões básicas.

Lefèbvre dedica um capítulo à autogestão em seu, *La survie du capitalisme*, mas, mesmo antes desse capítulo, o autor já aponta a premência de um projeto global “que proponha expressa e deliberadamente uma outra maneira de viver”, incluso na introdução do livro parcialmente traduzido para o português como a “*Reprodução das relações de produção*”. Para o autor a autodeterminação da classe operária implica, imediatamente, autogestão.

Para expor as condições de sobrevivência do capitalismo e o projeto de sua superação, Lefèbvre lança mão do conceito de reprodução das relações de produção para designar um “processo complexo que arrasta contradições e não só as repete e re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (1973a, p. 6). A sociedade capitalista é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. Assim, as relações sociais não se produzem e

reproduzem apenas no espaço da fábrica, mas se reproduzem na vida cotidiana, na família e na cidade. “Reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é despendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores...”(LEFÈBVRE, 1973a, p. 110). Por isso as conseqüências desse modo de produção não se dão apenas no nível das forças produtivas.

O desconhecimento desta reprodução das relações sociais permite a reprodução de relações antigas, cada vez mais degradadas, ao mesmo tempo em que novas relações sociais são produzidas de forma inconsciente. “Enfim, as próprias contradições reproduzem-se elas mesmas de forma alargada”, segundo Lefèbvre (1973a, p. 110).

As análises das implicações do crescimento econômico em escala mundial não tratam do lento apodrecimento das relações sociais, bem como são mal compreendidos os papéis desempenhados pelo conhecimento, pela cultura e pela cidade nas condições atuais. Para Lefèbvre (1973a, p. 111), esses são mais lugares da dissolução que da transformação, tornado evidente na análise do fenômeno urbano e das suas contradições internas, porque hoje, ele é simultaneamente o lugar da reprodução das antigas relações sociais, da sua decomposição e o da formação de novas relações sociais e das suas contradições.

O projeto global preconizado por Lefèbvre, distintamente de um programa político, que o autor rechaça talvez em razão do Programa de Gotha criticado por Marx, proclama todos os direitos dos indivíduos e dos grupos e determina as condições de seu ingresso na prática:

Entre estes direitos, recordemos: o *direito à cidade* (o direito a não ser afastado da sociedade e da civilização, num espaço produzido com vista a essa discriminação) – e o *direito à diferença* (o direito a não ser classificado à força em categorias determinadas por potências homogeneizantes (...)) (LEFEBVRE, 1973a p. 38).

A ação e a estratégia deste projeto consistem em tornar possível amanhã o impossível de hoje. Nessa direção, como B. S. Santos impele a visibilizar através da Sociologia das Ausências o que a realidade invisibiliza, Lefèbvre enfatiza que o projeto só pode resultar de um esforço coletivo, espontâneo e consciente, teórico e prático, para determinar a via.

Revelar o que existe, mas é ocultado pela produção hegemônica do conhecimento, fará com que se descubra que na elaboração do projeto já cooperam “os grupos parciais e diferenciais, sobretudo os que o poder central rejeita para as periferias mentais, sociais, espaciais”:

Se as periferias são impotentes, se são destinadas isoladamente às revoltas locais e pontuais, não deixam por isso de ter a possibilidade de transbordar os centros, a partir do momento em que estes são abalados. Se o projeto não se pode elaborar, ou se não possui nenhuma eficácia, é porque os fatos ditos sociais escapam ao pensamento e à ação, porque consistem apenas em acasos e necessidades igualmente cegos, em fluxos e refluxos (LEFÈBVRE, 1973a p. 39).

A diferenciação entre o projeto de Lefèbvre e o dos programas políticos situa-se nas prioridades às necessidades sociais e não às necessidades individuais, que se sempre permanecem nos planos inspirados pela burguesia como classe dominante. A definição das necessidades sociais não parte das necessidades do Estado, mas para Lefèbvre, elas são necessidades urbanas, em que os problemas mais profundos são os da produção e da gestão de um espaço que corresponda às possibilidades da técnica e do conhecimento, bem como às exigências da vida social pela e para as ‘massas’ (1973a, p. 40).

É à classe operária que Lefèbvre delega a realização do projeto e, incomodamente, ele admite que as relações de produção mantiveram-se pouco modificadas diante da metamorfose anunciada por Marx através da superação da classe operária por ela mesma. Entretanto, esse fim da história ainda não está escrito porque a história ainda não está terminada.

O conformismo político não pode estar presente no pensamento teórico ao se contentar com o papel de “explicar essa situação”. Para Lefèbvre “modo de produção capitalista realizou o seu conceito tal como Marx o havia determinado, deixando na obscuridade as modalidades dessa realização”. Cabe à classe operária realizar o seu conceito e isso implica a autodeterminação.

Serão sem dúvida necessários anos e dezenas de anos para extirpar as confusões, tanto mais que não se trata de maneira nenhuma de voltar ao espontaneísmo. A autodeterminação da classe operária consistiria para ela, hoje, em desprender-se com conhecimento de causa da ideologia produtivista, que por razões que não são comuns, é comum ao capitalismo de Estado e ao socialismo de Estado. E com

que objetivo? Para tomar em mãos o desenvolvimento, para orientar o crescimento (conhecido e dominado enquanto tal) em direção às necessidades sociais. Além disso, quem pensa em autodeterminação da classe operária, quem diz autonomia, diz imediatamente: autogestão (LEFÉBVRE, 1973a, p. 43).

Se a autodeterminação é o sentido, a autogestão, para Lefèbvre, não é uma mágica nem uma panacéia. Ela não deve ser uma palavra de ordem vazia, nem pode se isolar. Ela designa uma teoria e uma prática social. No plano teórico é preciso diferenciar as palavras autogestão e co-gestão, que, para Lefèbvre (1973b, p. 194), são incompatíveis. A palavra de ordem da autogestão contém implicitamente um projeto global destinado a preencher o vazio, mas somente se for explicitado. Se a autogestão não tiver um conteúdo social e político, tornado uma estratégia, o projeto encalha. A co-gestão, para ao autor, é uma palavra perigosa, porque se limita a contestar os quadros habituais da gestão. Como reformismo pseudo-revolucionário, não almeja mais do que melhorar a gestão da mesma coisa, nas mesmas instituições, restabelecidas com a ajuda dos mesmos interesses. Enquanto prática social,

A autogestão e a participação efetivas não podem separar-se de um sistema de democracia direta, mais próximo de um movimento perpétuo e perpetuamente renovado, extraindo de si mesmo a sua capacidade de organização, apenas de um sistema formal. Em todos os níveis, as relações mudam: as relações antigas entre os ativos e os passivos, os governantes e os governados, as decisões e as frustrações, os sujeitos e os objetos, dissolvem-se⁵⁶ (LEFÉBVRE, 1973b, p. 195).

As relações de produção em que se assentam a Economia Solidária de uma prática participativa na gestão do empreendimento não demonstram, ainda, assentar-se efetivamente na autogestão preconizada por Lefèbvre em razão das relações impostas para além do perímetro restrito do processo produtivo. A análise sobre a esfera da troca evidenciou os limites de realização plena da democracia econômica reivindicada pela Economia Solidária. Isso, entretanto, não invalida e não deve desperdiçar tais experiências, ao contrário. Se a vida cotidiana é o lugar de

⁵⁶ Da tradução nossa do original em francês: L'autogestion et la participation effectives ne peuvent se séparer d'un 'système' de démocratie directe, plus proche d'un mouvement perpétuel et perpétuellement renouvelé, puisant en lui-même sa capacité d'organisation, que d'un 'système' formel. A tous les niveaux, les rapports changent: les relations anciennes entre les actifs et les passifs, les gouvernant et les gouvernés, les décisions et les frustrations, les sujets et les objets, se dissolvent.

realização da autogestão, porque o processo revolucionário começa pelo abalo da cotidianidade e se encerra pelo seu restabelecimento, tal qual afirma o autor, as relações solidárias de produção entre trabalhadores constituem experiências embrionárias da efetiva autogestão, no início ainda restrita à escala da produção, mas contendo a virtualidade de expansão para as outras esferas da vida social.

Retomando o que Lefèbvre aponta como papel da universidade, que não se detém na descrição de uma situação, mas no exercício de transformação da sociedade como a pretende para ela própria. Cabe a universidade, então, a crítica e a auto-crítica, tomada de consciência incessante das relações que geram a si mesmas, entre os seus limites funcionais e estruturais e o conjunto da sociedade. Isso não encerra o que muitos poderiam chamar de um raso pragmatismo da produção do conhecimento, mas uma relação aproximada entre universidade e sociedade, onde as práticas e os conceitos são revistos continuamente, de maneira crítica e recíproca. Isso implicaria uma teoria legítima e uma prática emancipadora.

Essa emancipação retoma a autodeterminação como concepção mais rica e ampla de liberdade do que a da liberdade clássica da perspectiva liberal, restrita à ausência de interferência ou de coerção. De acordo com Bottomore (2001, p. 123), se na tradição liberal a liberdade se limita à ausência de restrições às opções disponíveis, no marxismo a liberdade se amplia para as opções existentes, mas não reveladas na realidade. Especificamente é na eliminação dos obstáculos à emancipação humana, com o desenvolvimento das possibilidades e a criação de uma forma de associação digna, que consiste a liberdade para Marx. As condições do trabalho assalariado mostram os obstáculos à emancipação humana. Por isso o conhecimento e reconhecimento das condições de reprodução das relações sociais é que permitem a construção de vias necessárias à superação das dificuldades. Para Marx esse caminho se constrói pelo coletivo. É também por essa via que Lefèbvre e B. S. Santos enxergam a superação das condições de existência da sociedade moderna.

Vale, mais uma vez, retomar Lefèbvre (1973a, p. 44) para dizer que a autogestão entra no projeto global como um aspecto decisivo, mas não exclusivo. Para B. S. Santos a emancipação social precisa ser reinventada.

Se é complexa a relação entre subjetividade e cidadania, é-o ainda mais a relação entre qualquer delas e a emancipação. Porque a

constelação ideológica-cultural hegemônica do fim do século parece apontar para a reafirmação da subjetividade em detrimento da cidadania e para a reafirmação desigual de ambas em detrimento da emancipação, torna-se urgente submeter a uma análise crítica as relações entre estes três marcos da história da modernidade. Uma tarefa particularmente urgente para aqueles que se identificam com o que nesta constelação é afirmado sem contudo se poderem identificar com o que nela é negado ou negligenciado (SANTOS, 2008b, p. 235).

Para reinventar a emancipação é preciso um modo diferente de cognição do mundo. A proposta de B. S. Santos implica as dimensões epistemológica, teórica e política. A dimensão epistemológica parte do pressuposto que vivemos uma fase de transição paradigmática, em que é premente um novo modo de produção do conhecimento. Na dimensão teórica o conflito se assenta entre o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação. É preciso, portanto, reinventar o conhecimento-emancipação através de uma utopia crítica, da interdisciplinaridade, da distinção entre objetividade e neutralidade, do desenvolvimento de subjetividades rebeldes e não conformistas e da criação de uma Epistemologia do Sul, como objetivo da Sociologia das Ausências e do procedimento da tradução para a produção de uma teoria pós-colonial. Na dimensão política o desafio é a construção de uma democracia de alta intensidade. Para isto todas as três dimensões (epistemológica, teórica e política) estão conectadas.

Cabe, agora a pergunta sobre qual contribuição o pensamento geográfico, com seus instrumentos metodológicos de investigação das desigualdades sócioespaciais, pode oferecer para a construção de um conhecimento mais amplo da realidade social e das possibilidades de transformação dessa realidade assentada nas condições que o espaço produzido socialmente coloca. Parece inseparável o conhecimento do espaço (do que dele se faz e se serve), da dinâmica social produtora desse espaço e cuja reprodução condiciona.

Quem produz o espaço é a sociedade, mas se ela estiver informada e consciente de sua ação, através de uma pedagogia social que proponha uma nova prática social, as condições de reprodução do espaço podem se assentar na autogestão, na democracia radical, na autodeterminação e na emancipação social.

6.2. O lugar do Estado na Economia Solidária

Não se trata, aqui, de fazer um jogo de palavras com o capítulo dois desta tese. A necessidade de retomar o Estado no capítulo final decorre da clareza no presente momento, após a análise regressiva que permitiu entender a natureza do Estado no capitalismo, aliada à descrição teoricamente informada das condições de realização da Economia Solidária da primeira parte da tese.

Se pudemos analisar o lugar da Economia Solidária no Estado brasileiro, agora é a ocasião de esclarecermos as contradições de uma estrutura juridicamente constituída de poder, numa forma de organização da economia que se pretende autogestionária.

O objetivo-fim da autogestão é a inexistência do Estado. É para isso que ela se projeta. A contradição reside no fomento estatal às políticas de Economia Solidária. Se tomamos as informações dos lugares onde as práticas de Economia Solidária mais cresceram, veremos a presença de políticas públicas e programas de governo.

Um quadro com as políticas estaduais para Economia Solidária e as siglas partidárias que governam as unidades federativas pode dar mais clareza da natureza política da Economia Solidária no Brasil. Os dados apresentados são fruto de um pré levantamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES e de consulta aos sites web dos governos estaduais.

Tabela 6.
A Economia Solidária na Estrutura dos Governos Estaduais

UF	Partido	Tipo de política*	Ação do Governo
RO	PPS		Sem resposta
AC	PT	1	Secretaria de Desenvolvimento para Segurança Social Departamento de Inclusão Sócio Produtiva e Empoderamento Comunitário Divisão de Economia Solidária
AM	PMDB		Em implantação
RR	PSDB		Sem resposta
PA	PT	1	Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda Diretoria de Economia Solidária - DES
AP	PDT	1	Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo Coordenadoria do Empreendedorismo Núcleo de Associativismo e Economia Solidária
TO	PMDB		Sem resposta
MA	PDT ⁵⁷	1	Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária Supervisão de Economia Solidária
PI	PT	2	Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo
CE	PSB	1	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Artesanato Economia Solidária como Instrumento de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Sustentável Instituto de Desenvolvimento do Trabalho Projeto Economia Solidária
RN	PSB	2	Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social Programa de Desenvolvimento Solidário
PB	PSDB ⁵⁸		Sem resposta
PE	PSB	1	Secretaria Especial da Juventude e Emprego Gerência de Economia Solidária
AL	PSDB		Sem resposta
SE	PT	2	Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social Departamento de Inclusão Produtiva
BA	PT	1	Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Superintendência de Economia Solidária

⁵⁷ Em março de 2009 o governador no Maranhão foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, dando lugar ao segundo colocado nas eleições de 2006, representante do PMDB.

⁵⁸ O mesmo ocorreu com o governador da Paraíba, sucedido pelo representante do PMDB.

MG	PSDB	2	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social Subsecretaria de Trabalho, Emprego e Renda Superintendência de Política de Trabalho, Emprego e Renda Diretoria de Promoção do Associativismo
ES	PMDB	2	Secretaria do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social Subsecretaria de Trabalho e Renda Gerência de Trabalho e Renda Conselho Estadual de Economia Solidária
RJ	PMDB		Em implantação
SP	PSDB		Sem resposta
PR	PMDB	2	Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda Assessoria técnica de Geração de Emprego e Renda
SC	PMDB		Sem resposta
RS	PSDB		Sem resposta
MS	PMDB	2	Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul Coordenadoria de Trabalho e Renda
MT	PR		Sem resposta
GO	PP		Sem resposta
DF	DEM		Sem resposta

* TIPO 1 – Economia Solidária explicitamente reconhecida ou inserida institucionalmente na ação do governo (seja do ponto de vista de programas, ações, projetos ou no que se refere a espaços específicos como Secretarias, Superintendências, Departamentos, Coordenações.

TIPO 2 – Economia Solidária internalizada implicitamente nas ações e nos espaços de gestão de políticas de trabalho e renda, de desenvolvimento social.

Fonte: Departamento de Estudos e Divulgação – DEAD/SENAES MTE, 2009

A tabela 6 ilustra a representação partidária dos governos com alguma ação de fomento à Economia Solidária nas unidades da federação. Os dados são oriundos do pré levantamento da SENAES, que iniciará o mapeamento das políticas públicas no ano de 2009. Mas é possível, com as informações disponibilizadas, ter uma leitura da participação do Estado.

Antes, porém, são importantes algumas considerações. O Brasil é uma república federativa, composta por 27 unidades, com governos próprios independentes entre si, que unidas são submetidas a um governo federal central. Embora cada unidade federativa tenha sua legislação constitucional, a lei maior é a

constituição federal. Como uma república presidencialista os governos municipais, estaduais e federal são designados por voto direto obrigatório para toda a população com idade entre 18 e 70 anos, com mandato de 4 anos, prorrogável por mais 4, através de reeleição. A democracia representativa é o regime político oficial, mas algumas modalidades de participação, de maneira geral na escala dos municípios, através dos orçamentos participativos e da formação de conselhos, promovem uma aproximação maior entre governantes e governados.

Burdeau (2005) afirma que o Estado dura enquanto os governos passam. Para ele o Estado é, no sentido pleno do termo, uma idéia que, não tendo outra realidade além da conceitual, só existe porque é pensado, mas para atender a certas exigências da estrutura política das sociedades em certo momento de sua evolução. “Ele não cria a autoridade, mas assume suas formas; a obediência que exige não é da mesma natureza que a requerida pelo chefe que comanda” (BURDEAU, 2005 p. XIII).

Com isso pretendemos encaminhar para a discussão de uma categoria um tanto subjetiva, mas que implica, potencialmente, as políticas públicas. Trata-se da vontade política. Estará ela condicionada às ideologias de partido? É possível afirmar que os partidos políticos se estruturam através das ideologias? Muitos dos colegas pesquisadores, estudiosos da políticas públicas, de formas democráticas de gestão, participação popular nas ações do Estado, entre outras formas políticas que permeiam as relações entre o Estado e a população, têm-se deparado com diferentes procedimentos praticados em diferentes lugares.

Particularmente nas políticas públicas relacionadas à participação popular a vontade do governante mostra-se mais decisiva. Na análise do processo do orçamento participativo, Pizzirani (2006, p. 117) enfatiza a dependência do funcionamento dessa participação em relação à vontade política do prefeito. Por não se tratar, ainda, de uma política institucionalizada juridicamente, os processos de participação popular, mesmo que previstos na Constituição Federal, não são regulamentados em lei, como são o direito à saúde e à educação, por exemplo. O Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/01) preconiza a gestão democrática da cidade no seu capítulo IV, mas não existem instrumentos de responsabilização pela ausência dessa prática. Tanto é assim que a experiência municipal de Rio Claro/SP analisada

por Pizzirani (2006), mostra a ruptura de todos os processos participativos quando houve mudança de governo em 2005. O orçamento participativo que funcionou por 7 anos foi interrompido por toda uma gestão de governo e só voltou a ser debatida no município neste ano de 2009, após a sucessão, por um governo alinhado com a gestão que implantou o processo.

Com a Economia Solidária não foi diferente. Em Rio Claro/SP, da mesma forma, que o orçamento participativo foi interrompido, os conselhos temáticos foram ignorados e as políticas de apoio à Economia Solidária foram suspensas. O processo foi em parte analisado em nossa dissertação de mestrado (GODOY, 2005). A cooperativa de catadores de materiais recicláveis, fundada com apoio do município, espaço e meios de produção fornecidos pela prefeitura, teve restringida a sua atividade em razão da diminuição do suporte material, que, inclusive, dividiu o espaço utilizado para triagem e estocagem com a oficina de máquinas da prefeitura.

Analisar o papel do Estado implica entender os governos que por ele passam. O conceito de Governo em relação às funções do Estado é definido como aquele que

...coincide com o poder executivo, ou melhor, com os órgãos de cúpula desse poder, com a execução do aparelho dos funcionários, que tem função de colaborar no funcionamento dos serviços públicos, dando execução às decisões do Governo, e que é a administração pública (BOBBIO, 1991, p. 554).

Na definição de Bobbio (1991, p. 554) também dois pontos de vista devem ser considerados: o constitucional e o sociológico. No primeiro, o Governo é definido como órgão no qual se manifesta o poder estatal em toda a sua plenitude. No segundo, porém, constata-se que, nos Estados modernos, qualquer que seja a forma de participação popular no processo eleitoral, os centros de poder aos quais normalmente o governo está subordinado, ressalvada sua relativa autonomia, são o partido ou a coligação de partidos.

Como vivemos num regime pluripartidário, as opções dos votantes parecem ser amplas. Mas uma definição ideológica se coloca para diferenciar ou congregar os diversos partidos políticos. A divisão entre direita, esquerda e centro não se revela tão nítida quanto seria desejável para quem nela se apóia no momento da eleição e da subsequente realização dos mandatos. Bobbio (1995) também oferece argumentos para reflexão sobre essa divisão. Em primeiro lugar vale frisar que o

autor trata da distinção conceitual 'direita-esquerda'. Isto, implicaria, em princípio, que o que se designa por centro, centro-esquerda, ou centro-direita seria falso por uma razão: direita e esquerda são termos antitéticos "empregados para designar o contraste de ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas" (BOBBIO, 1995 p. 31). Por serem termos antitéticos, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos, não pode haver uma ideologia ou doutrina de centro. A contestação à designação 'direita-esquerda' levou a afirmar que depois de dois séculos de existência, ela já não fazia mais sentido. Porém, a dicotomia não se encerrou e o vocabulário político empregou uma nova díade: 'progressistas-conservadores'. Mesmo contestada, essa é uma das designações utilizadas para distinguir os partidos políticos. Em nota de rodapé, Bobbio (1995, p. 34) escreve o que acontece na prática. Tanto a díade 'direita-esquerda' quanto a díade 'progressistas-conservadores' não se excluem reciprocamente, porque existem muitas direitas e muitas esquerdas, sem impedimento entre esquerdas e direitas societárias e comunitárias.

Entre os diversos matizes da direita para esquerda, e vice-versa, ganhou espaço o 'centro' que, num flerte com a linguagem da lógica dialética, em que a visão diádica da política divide duas partes entre as quais nada se interpõe e, por isso, é denominado de Terceiro Excluído; da visão triádica, no espaço entre direita e esquerda, o centro faz o papel do Terceiro Incluído e assume a fórmula do 'nem direita nem esquerda', mas cada um deles está contido nesse espaço. Por isso, diferentemente do Terceiro Incluído, Bobbio se permite a digressão do Terceiro Inclusivo que

...tende ir além dos dois opostos e a englobá-los numa síntese superior, e, portanto, anulando-os enquanto tais: dito de outro modo, ao invés de duas totalidades que se excluem reciprocamente e não são, como a frente o verso de uma medalha, visíveis simultaneamente, faz deles duas partes de um todo, de uma totalidade dialética (BOBBIO, 1995 p. 38).

O Terceiro Inclusivo tem se apresentado como a Terceira Via que, diferentemente do centro, não está no meio da direita e da esquerda, mas se projeta além de uma e de outra. Para Bobbio, em termos práticos, a política da Terceira Via é uma política de centro, mas idealmente se apresenta não como uma forma de compromisso entre os dois extremos, mas como uma superação simultânea de um e

de outro. As denominações para essa Terceira Via também são muitas: liberal-socialismo; socialismo liberal.

Essas considerações, embora bastante resumidas, embasam a análise da tabela 6. Das 27 unidades da federação, 15 possuem ações já em andamento e 2 estão no processo de encaminhamento das ações. No momento de coleta das informações o mapa político-partidário dos estados federativos se apresentava da seguinte maneira:

Tabela 7.
Partidos governantes das UF e ações para Economia Solidária

Partido	N. de UF governadas	N. de UF com ações para Economia Solidária
PMDB	7	5
PSDB	6	1
PT	5	5
PSB	3	3
PDT	2	2
PPS	1	0
PP	1	0
DEM	1	0
PR	1	0

Fonte: Departamento de Estudos e Divulgação – DEAD/SENAES MTE e GODOY, T.M.P. de 2009

Embora a dicotomia ‘esquerda-direita’ ou ‘conservadores-progressistas’ seja contestada, como coloca Bobbio (1995), e a designação dos partidos de centro, ou de terceira via também seja objeto de discussão, um recorte ideológico se mostra na tabela 7. Talvez fosse necessária, aqui, a descrição dos programas de cada partido para um entendimento mais claro das posições político-ideológicas. Consideramos, entretanto, que esse debate cabe numa pesquisa que contenha mais instrumentos e argumentos da ciência política.

Outra consideração importante a se fazer refere-se à alternância dos governos. Esse exemplo se aplica bem ao Rio Grande do Sul, estado precursor da ações de fomento à Economia Solidária e demais processos de participação popular, na década de 1990, através de 4 gestões sucessivas do PT que foi substituído por uma gestão do PMDB em 2003 e pelo PSDB a partir 2007. Embora o estado comporte o maior número de empreendimentos econômicos solidários por unidade

da federação em todo o Brasil, atualmente não existe qualquer programa ou política pública estadual estruturada para a Economia Solidária.

O conceito subjetivo de vontade política mostra, no exemplo de Minas Gerais, único estado governado pelo PSDB, que possui alguma ação para Economia Solidária, ainda que seja de forma implícita, já que a denominação não aparece nas políticas de apoio ao associativismo. Aécio Neves é, dos governadores de oposição ao governo federal, o mais proximamente relacionado ao presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva. Portanto, fica claro que as políticas públicas de participação popular precisam de “empatia” por parte dos governantes para constarem nas agendas públicas.

Depender da empatia ou da vontade política do governante coloca, de maneira vulnerável, a Economia Solidária no projeto de construção de espaços democráticos, que sejam produto de uma sociedade participante das decisões.

O projeto de autogestão pós-socialismo põe fim à existência do Estado e delega à sociedade a decisão de todas as esferas da vida social coletiva. Mas, se o fim do Estado pela via da autogestão ainda se mostra como um caminho incerto, alguns pensadores retomam a discussão do Estado por via da sua reinvenção. Essa é também a postura assumida pelo Fórum Social Mundial em 2009.

Após 30 anos de um neoliberalismo que defendia o Estado como regulador da economia mas não como um agente econômico, e de um relativo silenciamento dos debates sobre o Estado, o tema volta à tona com o socorro estatal dos países disseminadores da doutrina ao mercado financeiro, aturdido pela quebra de bancos e seguradoras.

A centralidade do Estado, contestada tanto por quem se associa às ideologias de direita quanto às de esquerda, foi reafirmada com todo o peso que a estrutura estatal ainda detém, apesar dos processos de privatização do seu aparelho produtivo. Assim, segundo B. S. Santos, o Estado está de volta, mas se trata de um Estado transformado, diferente daquele de trinta anos atrás.

A proposta de B. S. Santos (2006, p. 337) não é a do fim do Estado, mas de sua reinvenção - uma reinvenção solidária e participativa. Para isso ele apresenta a concepção do Estado como novíssimo movimento social, que se contrapõe diametralmente ao que o autor designa por Estado-empresário. Para contrapor à

concepção dominante, segundo o qual o Estado assume critérios de eficiência, eficácia, criatividade, competitividade e serviço aos consumidores, próprios do mundo empresarial, B. S. Santos (2006, p. 324) insere o terceiro setor na reforma do Estado.

No primeiro capítulo desta tese nós havíamos deparado com a confusa diferença conceitual entre Economia Solidária, Economia Social e Terceiro Setor. Por isso buscamos entendimento em França (apud NUNES, 2002 p. 60), para quem o conceito de Terceiro Setor, surgido do contexto anglo-saxão, centra-se na idéia da filantropia, particularmente nos EUA, com uma ação redistributiva das organizações sem fins lucrativos, paralela à ação estatal nesse campo.

Essa diferença conceitual não parece tão clara nos estudos realizados por investigadores da Universidade Johns Hopkins, sobre os quais B. S. Santos (2006, p. 326) se apóia para afirmar um ressurgimento do terceiro setor, no final do século XX. O próprio autor, entretanto, indica a confusão conceitual:

“Terceiro Setor” é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações mutualistas, associações não lucrativas, organizações não governamentais, organizações quase-não governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc. As designações vernáculas do terceiro setor variam de país para país e as variações, longe de serem meramente terminológicas, refletem histórias e tradições diferentes, diferentes culturas e contextos políticos. Na França é tradicional a designação de economia social; nos países anglo-saxônicos fala-se de setor voluntário e de organizações não lucrativas, enquanto nos países do chamado Terceiro Mundo domina a designação de organizações governamentais (SANTOS, 2006 p. 325).

Como entendemos pertinente a proposta de B. S. Santos, que concebe o Estado como um novíssimo movimento social, permitimo-nos algumas discordâncias quanto ao conceito de terceiro setor, empregado por ele. Partir de um entendimento comum sobre cooperativas e associações, que embora não tenham finalidade de lucro, mas de reprodução do trabalho e do trabalhador, através de uma atividade

econômica centrada na democracia, mas diferente das organizações não-governamentais, de voluntariado, comunitárias ou de base, reduzem as formas de Economia Solidária às práticas de assistencialismo e caridade. Embora saibamos que no campo da Economia Solidária estão integradas as organizações sociais não-governamentais, com diferentes matizes políticos e confessionais, elas são entidades de apoio com atividades fim diferenciadas dos empreendimentos de Economia Solidária.

Tanto quanto houve emergência de práticas de caráter autogestionário relacionadas ao trabalho no final do século XX, como também as entidades de apoio e fomento se fizeram igualmente visíveis a partir desse momento. É importante lembrar que cada país, cada região do mundo, tem condições diferentes de emergência dessas práticas. O contexto em que se insere a Economia Social com os últimos suspiros do Estado-Providência na Europa e a Economia Solidária, nos países desenvolvimentistas da América Latina, também dão um caráter diferenciado às condições de emergência e reprodução dos empreendimentos (cooperativas, associações, grupos de trabalho) e das outras organizações sociais. O fluxo de investimentos do Estado na Economia Social europeia é quantitativa e qualitativamente desigual em relação à Economia Solidária brasileira, por exemplo.

Se existem pesos diferentes do Estado na Economia Solidária e na Economia Social, o fato é que, mesmo de forma díspar, o Estado está presente. Mas fica difícil falar de terceiro setor no Estado, como o concebemos a partir do entendimento anglo-saxão, porque ele trata de voluntarismo privado.

No entendimento de B. S. Santos (2002) a modernidade ocidental se assenta sobre três pilares de regulação social: O Estado, o mercado e a comunidade. Os dois primeiros pilares, o Estado e o mercado, sempre exerceram a hegemonia a depender de seus pesos relativos nos diferentes períodos. Nesses últimos trinta anos o mercado exerceu o papel de viga mestra. Diante do que B. S. Santos designa *hubris*⁵⁹ avassaladora do princípio do mercado, nem o princípio do Estado nem o princípio de comunidade, “podem isoladamente garantir a sustentabilidade de interdependências não mercantis, sem as quais a vida em sociedade se converte

⁵⁹ Conceito grego sinônimo de presunção, arrogância, descomedimento.

numa forma de fascismo social”. É para articular os princípios de Estado e de comunidade que se propõe o Estado como novíssimo movimento social:

Ao contrário da concepção do Estado-empresário, que explora os isomorfismos entre o mercado e o Estado, esta concepção explora os isomorfismos entre a comunidade e o Estado (SANTOS, 2006 p. 337).

Tal concepção de Estado pretende um novo entendimento em razão das transformações pelas quais esse Estado, que está de volta, não mais se explica, nem pela teoria liberal, nem pela marxista, mas parece mais se adequar “a partir de perspectivas teóricas que antes foram utilizadas para analisar os processos de resistência ou de autonomia em relação ao Estado” (SANTOS, 2006 p. 338).

É necessária a reconstrução ou reinvenção de um espaço-tempo que favoreça e promova a deliberação democrática. Nesse sentido, aquilo que B. S. Santos denomina terceiro setor, mas que preferimos tomar como comunidade organizada, teria o papel de uma nova articulação com o Estado, não no sentido de complementaridade nem de substituição de um pelo outro, mas a depender do contexto político, a confrontação ou a oposição não restrita apenas aos Estados autoritários, mas também nos Estados democráticos, com abertura de espaços de democracia participativa, onde a democracia representativa de baixa intensidade persiste. Essa é a forma mais eficaz de contribuir com a reforma solidária e participativa do Estado, segundo B. S. Santos.

A construção de um entendimento sobre os espaços público e privado que inverta a lógica de mercado em favor de uma lógica da comunidade, que alargue o espaço público e implique o direito às formas essenciais de reprodução da vida, ou seja o direito ao trabalho, à moradia, ao lazer, à cidade e, acima de tudo, o direito à liberdade e à igualdade, salvo ao reconhecimento das diferenças, se faz urgente. Para B. S. Santos o Estado que está de regresso, está profundamente transformado, porque é um Estado que perdeu o monopólio da concessão de nação e passou a ser um agente do capitalismo global. Paradoxalmente, ao aderir a um projeto do neoliberalismo, que minimiza sua ação, o Estado assume a implementação de políticas que compensem o desgaste social provocado pelo mercado. Sob o domínio do neoliberalismo o Estado não tem as funções diminuídas, mas, ao contrário, as responsabilidades aumentam para diminuir as dores produzidas pelo mercado, o que demonstra as contradições da política

neoliberal que apregoa a retirada do Estado das funções básicas. Uma dúvida que persiste refere-se ao caminho da emancipação social. Ele passa necessariamente pelas ações afirmativas de um Estado fundado numa relação social contraditória?

A proposta de uma reinvenção solidária e participativa do Estado, com a articulação dos princípios da comunidade e do Estado apela para o entendimento mais profundo do sentido da participação e da solidariedade na democracia e na construção de espaços que não apartam as pessoas pelo que materialmente elas representam.

A intensidade participativa e a intensidade solidária parecem ser o prumo da construção de espaços democráticos. Da participação foi possível entender que a sua intensidade varia desde uma forma atenuada de autogestão viabilizada pelos governantes, até a forma ampliada de autogestão que atinge toda a sociedade. Da solidariedade, entretanto, que confere uma qualidade à forma de economia analisada nesta tese, pouco ainda foi dito. Tentamos responder, de certa forma, se uma Economia Solidária é possível. Mas, para que ela o seja é necessário um Estado Solidário.

Para Arroyo e Schuch (2006, p. 61) o conceito de solidariedade remete a uma *“ação humana que corresponde à noção elevada de que o melhor para alguém só se obtém de maneira sustentável se for também o melhor para o outro”*. Em sua origem jurídica e na filosofia, como aponta Abbagnano (2003), a solidariedade significa: 1.º, inter-relação ou interdependência; 2.º, assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo.

Laville (IN: HESPANHA, 2009 p. 310) considera que o conceito moderno de solidariedade remete a dois projetos diametralmente opostos. O primeiro de uma solidariedade filantrópica, centrada na “questão da urgência” e que porta um dispositivo de hierarquização social e de manutenção das desigualdades, apoiado nas redes societárias de proximidade – é o alívio para os pobres; e o segundo projeto tem a solidariedade como princípio de democracia societária, resultando de ações coletivas.

A segunda forma de solidariedade baseia-se tanto na ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, tangendo, ao mesmo tempo, à auto-organização e ao movimento social. Esta segunda versão supõe haver uma igualdade de direitos entre as pessoas que nela se

engajam. Pressupondo a liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos, ela se empenha em aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica (LAVILLE IN: HESPANHA, 2009 p. 310).

Das inúmeras acepções de solidariedade, desde aquelas fundadas na moral cristã às “solidariedades orgânica⁶⁰ e mecânica” de Durkheim, constata-se que ainda não existe um acordo sobre a qualidade que o termo agrega à Economia ou ao Estado. A Economia Solidária é um campo aberto com diferentes filosofias. Nele encontram-se movimentos sociais, instituições religiosas, entidades filantrópicas, organizações da sociedade civil, gestores públicos e trabalhadores. Para cada um desses agentes o termo “solidariedade” apresenta uma conotação variável entre a caridade, a assistência ao próximo, a democratização das relações entre os indivíduos, a transformação social, a mudança do modo de produzir e de viver.

Se entendermos que fundamentalmente a solidariedade significa reciprocidade, a reinvenção solidária e participativa do Estado implica novos termos para a relação social contraditória sobre a qual ele se funda.

Já não estaríamos aqui entrando no campo da utopia? Convém dizer que a utopia está contemplada no método lefebvriano que, em sua última etapa, prescreve o projeto da utopia concreta. Apoiado em Engels, Lefévre (2008) considera que, nas condições do presente, estão as formas de superação. O entendimento que o possível é uma categoria da realidade e que esta não se reduz ao que existe, incita a visibilizar o que está invisibilizado pelas lógicas de monoculturas do saber, conforme a Sociologia das Ausências de B. S. Santos.. De Lefévre a utopia concreta. De B. S. Santos a Sociologia das Ausências. Quais as contribuições dessas metodologias para a teoria e a prática de nosso objeto em análise?

Das condições materiais reveladas sobre as formas da Economia Solidária descobrem-se as relações sociais que lhe dão forma e conteúdo, mas, também a estrutura que organiza a produção, a distribuição, a troca e o consumo, como esferas indissociáveis da relação geral da produção, que, dialeticamente, realizam-se por via da solidariedade e da competição, simultaneamente. Se a solidariedade

⁶⁰ Para Durkheim (1999) a solidariedade social se distingue entre a solidariedade orgânica, caracterizada pela divisão do trabalho nas sociedades capitalistas, com interdependência entre os sujeitos, e solidariedade mecânica, identificada entre os indivíduos, através da família, da religião, da tradição nas sociedades precapitalistas.

e a autogestão são os princípios da Economia Solidária e revelam-se bem sedimentados nos empreendimentos onde se realiza a esfera da produção, fora dos limites dos empreendimentos, na esfera da distribuição e da troca, onde a produção da Economia Solidária se depara com o mercado, a autogestão e a solidariedade não estão consolidadas, ao contrário, são submetidas a hegemonia das relações capitalistas. Como ampliar os limites da autogestão? São esses os limites da emancipação social?

Não desperdiçar as experiências, revelar o que é ativamente produzido como não existente, ou seja, como alternativa não credível ao que existe; formular um objeto empírico considerado impossível pela ciência convencional; transformar objetos ausentes em presentes, nisso nos apoiamos para investigar e compreender a Economia Solidária, não só da maneira como ela se mostra, mas da maneira como ela carrega a possibilidade de fazer emergir relações sociais portadoras não apenas de uma transformação econômica, mas de transformações sociais, políticas e culturais. Se essas transformações forem possíveis, um espaço social transformado, produto dessas relações sociais, se concretizará.

Para Cattani (In HESPANHA, 2009, p. 328) a utopia significa “desejo de alteridade, convite de transformação que constrói o novo, a busca da emancipação social, a conquista da liberdade”. A concretização da utopia, o projeto de construção de uma sociedade democrática, participativa, autogestionária, parte das relações sociais, da vida cotidiana, da prática socioespacial. Esta pode ser a revolução social, a transformação das condições de reprodução social que, já se sabe pelas experiências passadas, não se dá única e exclusivamente pela revolução política, com a imposição vertical descendente de um regime de poder.

As utopias variam de acordo com o tempo e o espaço, segundo, B. S. Santos (2005, p. 15). As concepções e os desejos de uma vida melhor sempre estiveram presentes na história humana e exprimem as tendências e latências de uma dada época e de uma dada sociedade.

Para conceber e desejar uma vida melhor é preciso saber que existem possibilidades e que a vida não se restringe ao que nos é oferecido pelas mercadorias. Saber o que se deseja implica conhecer as alternativas. E a escolha

das alternativas é que estabelecerão em que medida elas são subalternas ou superiores às condições de nossa existência, hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo trabalho teórico é, por natureza, inacabado. Nossa pretensão acadêmica de explorar todas as contradições com as quais nos deparamos neste doutorado esbarra na inviabilidade imposta por limitações tanto no plano teórico-metodológico, quanto do tempo imposto para a produção de uma tese.

Se por um lado isso pode frustrar o leitor que aqui buscava encontrar todas as respostas às questões colocadas desde a introdução até o último capítulo, por outro lado isso nos impulsiona a continuar investigando o tema. Na verdade, neste final, são mais dúvidas do que respostas, como ocorre com o processo indutor da busca pelo conhecimento, não só daquilo que já foi descrito, como do que ainda não foi objeto de estudo.

A Economia Solidária tem sido visibilizada pela academia concomitante ao espaço em que se insere no plano social. Esse espaço, que vai além do concreto, da localização de suas formas, também está sendo produzido no imaginário social, na consciência coletiva. Com pouco destaque na mídia de massa, os canais que informam sobre o que ela é e as pessoas envolvidas são os meios de comunicação alternativos. Para uma massa cujo interesse não se desloca para essa mídia alternativa, a campanha da fraternidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) de 2010 trará um tema novo. A Economia Solidária será o objeto de debate da Igreja Católica brasileira no próximo ano. Questionar em que termos o debate se dará leva a pensar que a filantropia e a moral cristã podem confundir altruísmo com os objetivos que os agentes da Economia Solidária propõem para a transformação social.

O ponto de partida comum para a discussão sobre a Economia Solidária é o desemprego. A Economia Solidária foi vislumbrada pela academia, pelo Estado e pela sociedade como solução ao problema da classe que vive do trabalho. Mas se a solução se concretizará apenas pelo abrandamento dos conflitos sociais ou pelo projeto de autogestão da sociedade, iniciado pela via econômica, somente o espaço produto das práticas sociais que se estabelecerem a partir da pactuação entre os diferentes sujeitos implicados nessa economia, poderá demonstrar: se as

desigualdades sócioespaciais permanecerão enquanto produto das desigualdades sociais ou se a solidariedade, na sua expressão democrática, produzirá um espaço-tempo unitário.

Ultrapassado o ponto de partida, a questão que mais se coloca entre estudiosos do tema reside na contradição mor da Economia Solidária: será ela oposta ao capitalismo ou uma forma de produção cooptada por ele? Atrever-se a responder a essa questão incorre numa série de pressupostos.

Assim, retomando a hipótese de que **“se o capitalismo se metamorfoseia para continuar hegemônico, não seria a Economia Solidária uma dessas metamorfoses?”**, já que os empreendimentos econômicos solidários dependem da troca capitalista para reproduzir a sua existência?

A Economia Solidária, nos termos em que se realiza no momento atual, é apenas uma sinalização, entre outras necessárias, do caminho da emancipação social e da autodeterminação. Ela carrega em si o germe de novas relações sociais de produção (mais restrita à produção de mercadorias e serviços do que nas demais esferas de realização da economia) e que, por se caracterizar por uma prática portadora de uma nova pedagogia social com fundamento na autogestão, é potencialmente criadora de uma nova forma de organização da sociedade, possibilitada pela expansão da democracia, da solidariedade e da autogestão das relações sociais de produção às relações sociais que extrapolam o espaço restrito da economia e atingem toda a sociedade.

Cabe afirmarmos, através deste estudo que nos espaços menos desenvolvidos, do ponto de vista da acumulação ampliada do capital, estão presentes as virtualidades mais concretas de surgimento de novas formas de reprodução da vida e de organização da vida social baseadas nos princípios da autogestão, da reciprocidade e da solidariedade.

Foi possível afirmar isso depois de um longo percurso. Após 6 capítulos, que não contemplam todas as possibilidades analíticas, mas que se apresentam da maneira como pudemos formatá-los, segundo as exigências e restrições da expressão escrita. Os seis capítulos seguiram uma lógica de adequação temporal: Tentamos adequá-los em 3 temporalidades: o presente como se apresenta, o

passado metodologicamente recuperado e o presente explicado e mostrado em virtualidades que as aparências não manifestam.

No primeiro momento apresentamos o estado atual do conhecimento sobre a Economia Solidária: conceituação, estudiosos mais notórios, diferenças teóricas com a Economia Social e o Terceiro Setor, derivações como a Sócio-economia Solidária, a Economia do Trabalho, a Humano-Economia, dentre outras. Também foram contempladas possibilidades de estudo através do espaço e do tempo como propriedades da matéria e que caracterizam as análises geográficas, particularmente a partir do materialismo histórico-geográfico. Ainda no primeiro momento, de descrição do visível, apresentamos dados e informações sobre a Economia Solidária no Brasil, seus empreendimentos, entidades de apoio e fomento e as políticas públicas para seu desenvolvimento.⁶¹

No segundo momento, sob orientação de um regresso ao passado, que encontrasse as origens das condições de exercício do trabalho e de reprodução da vida no presente, foi feito um retrospecto da centralidade do trabalho na vida social e na produção da base material da vida social, reconstruindo-se o entendimento sobre a produção e reprodução do espaço através do trabalho. Também foi necessário tomar, em retrospectiva, o papel do Estado, do planejamento e das interferências externas para entender as condições de reprodução do trabalho e da vida, distintamente regionalizadas por políticas fundamentadas no interesse de reprodução do capital.

No terceiro momento voltamos ao presente para destrinchar as condições de realização da Economia Solidária através da esfera da troca, englobando a distribuição e o consumo para revelar as contradições da sua convivência ainda subordinada à economia capitalista. Essas contradições não foram apenas apresentadas, mas tentamos desenhar as condições de superação. Neste presente retomado, apontamos as virtualidades e as propostas para o futuro, mas lembramos que, como propõe B. S. Santos, esse futuro não esteja distante e que o presente seja alargado.

⁶¹ O conceito de desenvolvimento, criticado por tratar-se de uma forma de entendimento do economicismo, é o termo usado pelas ações dos governos.

Retomando os objetivos destacados na introdução, a preocupação com entender a Economia Solidária através da teoria da (re)produção social do espaço, de resgatar teoricamente as questões relativas ao trabalho e ao modo de produção, bem como do debate sobre a autogestão e a emancipação social, além da análise das ações do Estado brasileiro para fomento da Economia Solidária, foram atendidos dentro das condições disponíveis.

Para entender as dinâmicas da produção e reprodução do espaço geográfico é preciso entender as dinâmicas das práticas sociais em toda a sua complexidade. Se vivemos em um modo de produção que prima pela acumulação sempre ampliada do capital, é de fundamental importância que se identifiquem seus agentes e suas práticas, suas relações de produção e, sobretudo, suas relações sociais de produção. Lefébvre afirma que é preciso ir além da (re)produção material da sociedade para entendê-la. Em suas palavras:

...a práxis engloba, simultaneamente, a produção material e a produção espiritual, a produção dos meios e a dos fins, a dos instrumentos, a dos bens, a das necessidades. Produzir e reproduzir não significa apenas lançar na circulação, troca e acumulação, um determinado número de objetos produzidos (instrumentos de produção ou bens de consumo). É também produzir e re-produzir as múltiplas relações sociais que permitem a produção e também a apropriação dos bens (e igualmente os limitam ou os obstaculizam) (LEFÉBVRE, apud AJZENBERG, 2005, p.10).

Vivemos em um mundo de necessidades criadas para a reprodução sempre ampliada do capital. Nesse mundo da mercadoria, do espetáculo, onde a mundialização da produção e das trocas submete a moral à mercadoria e às finanças, como afirma Ajzenberg (2005, p. 14), o ser humano enquanto produtor de riquezas se coisifica.

Para Debord (1997, p. 37) a sociedade do espetáculo constrói a sua unidade sobre o esfacelamento, ou seja, sobre a destruição da consciência humana como sujeito da história, levando a alienação do indivíduo em relação ao produto de seu trabalho. Não ocorre apenas a alienação de sua posse, mas a alienação da consciência de seu papel como produtor da mais-valia, que é apropriada pelo possuidor dos meios de produção.

O esfacelamento é também a especialização extrema do trabalho, cuja divisão, no capitalismo, possibilitou a perda da consciência de classe e o

rompimento das solidariedades. A sociedade tornou-se individualista, e apenas isto, afirma Ajzenberg (2005, p. 13). A organização do trabalho precarizou as condições dos trabalhadores e desfez a coletividade. O individualismo cultivado de maneira exacerbada demanda as necessidades criadas pelo mundo espetacularizado da mercadoria.

A sociedade do espetáculo cria a passividade e dela necessita. A individualização, resultado do esfacelamento da sociedade, isola os indivíduos, que perdem a sua consciência coletiva. Lukacs, citado por Lefèbvre (2005, p. 24), afirma que a consciência de classe do proletariado, assim como da burguesia, muda de acordo com a conjuntura. Em um mundo comandado pela troca e pelo espetáculo que dela se faz, a consciência de classe é aquela da individualização com a generalização extrema das necessidades.

Lefèbvre (2005, p. 21) supõe que as classes sociais se caracterizam diferencialmente pelas necessidades que, análogas, surgem em escala mundial, independentemente das diferenças de país, raça, classe, regime político. Entretanto, a insatisfação também se tornou mercadoria, afirma Debord (1997, p. 40). E nessa mesma linha de pensamento Lefèbvre (2005, p. 21) mostra que a generalização das necessidades não significa satisfações idênticas. Assim, a dialética está presente na mercadoria enquanto afirmação e negação da vida.

Em sua “psicologia das classes sociais” Lefèbvre (2005, p.21) traz uma metodologia de estudo considerando a vida cotidiana dos diferentes grupos sociais. A abordagem distinta da economia no estudo dos níveis de vida e o da sociologia no estudo dos gêneros de vida não é capaz, isoladamente, de atingir em profundidade o psiquismo de classe. Assim, a proposta de Lefèbvre é a do vivido em uma situação. As análises das relações de produção não se esgotam no modo de produção, mas para compreendê-las é necessário o conceito de vida cotidiana. Na proposta de Lefèbvre esse conceito não exclui em nada o trabalho produtivo; ao contrário, ele o implica.

De Lefèbvre emerge a articulação das dimensões temporal e espacial na compreensão das lutas de classe. Ele mostra que o espaço e o tempo tornaram-se, simultaneamente, mercadorias em torno das quais ocorrem as formas modernas de luta de classe. A transformação verdadeira do mundo vai além da mudança do modo

de produção capitalista para um outro modo de produção. Ela demanda a consideração do desenvolvimento da luta de classe com sua forma tradicional, inclusa na moderna: a luta pelo espaço e pelo tempo.

A hipótese de Lefèbvre é que as classes sociais se caracterizam diferencialmente pelas necessidades, que resultam de uma crítica geral da vida cotidiana. Entretanto “as distinções entre as necessidades profundas e as necessidades artificiais, as necessidades elementares e superiores, as necessidades materiais e as necessidades coletivas, espirituais, culturais, ou morais, não são nem elaboradas, nem suficientemente relacionadas à análise crítica da prática social” (LEFÈBVRE, 2005 p. 21).

Lefèbvre admite a existência de classes sociais definidas nas obras clássicas: classe burguesa, classe operária, classe camponesa e classes médias. Mas cabe perguntarmos: qual classe está imune à manipulação? Debord (1997, p. 233) diz que ninguém pode afirmar que não está sendo ludibriado ou manipulado; só em raríssimos instantes o próprio manipulador pode saber se ganhou. Mas, se a sociedade do espetáculo é uma sociedade da passividade pela necessidade criada por uma classe dominante, que classe dominante é essa? A burguesia? Esta, mesmo sendo a única classe social historicamente revolucionária, sempre quis ser igual à aristocracia. As classes médias, por sua vez, copiam a burguesia. O proletariado, nas palavras de Lefèbvre (2005, p. 35), enquanto influenciado pela classe dominante, tem o papel irrisório do último vagão em um trem. A imitação de classe acaba tendo por consequência a ignorância das necessidades e satisfações artificiais em relação às necessidades reais.

Será o estado crítico em que vivemos produto de uma alienação generalizada? Como já mencionamos anteriormente, nós vivenciamos, na atualidade, uma crise generalizada, que separa e distingue pessoas e lugares. A crise está presente no espaço da cidade e do campo, com a diferenciação dos lugares como produto da desigualdade social. Mas, mesmo o espaço sendo produto de relações sociais dialéticas, ele ainda é concebido por uma lógica cartesiana incapaz de decifrá-lo na sua complexidade. O homem, alienado de sua condição enquanto sujeito da história, não compreende seu espaço. Seu cotidiano é

colonizado pelo espetáculo, suas necessidades, orientadas pela autonomia do valor de troca. O espaço produzido por esta economia política nega a vida humana.

Para Debord é necessário que a teoria enquanto entendimento da prática humana seja reconhecida e vivida pelas massas, para que haja a revolução proletária. Essa é a verdadeira necessidade. Ao término da obra *A sociedade do espetáculo*, há um caminho para a satisfação dessa necessidade.

Emancipar-se das bases materiais da verdade invertida, eis no que consiste a auto-emancipação de nossa época. Nem o indivíduo isolado nem a multidão atomizada e sujeita à manipulação podem realizar essa 'missão histórica de instaurar a verdade no mundo', tarefa que cabe, ainda e sempre, à classe que é capaz de ser a dissolução de todas as classes ao resumir todo o poder na forma desalienante da democracia realizada, o Conselho, no qual a teoria prática controla a si mesma e vê sua ação. Somente ali os indivíduos estão 'diretamente ligados à história universal'; somente ali o diálogo se armou para tornar vitoriosas suas próprias condições (DEBORD, 1997).

A transformação do mundo da mercadoria espetacularizado passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da luta de classes, que inclua sua forma moderna, a luta por uma nova cidadania: uma luta pelo espaço e pelo tempo.

Mais do que construir um pensamento aprofundado sobre a Economia Solidária, nossa intenção é a produção de um conhecimento que desvende as ações políticas no espaço. A Economia Solidária serve como um instrumento de análise da ação conjunta entre Estado e sociedade na produção de novas relações sociais que podem produzir um espaço diferenciado e que, potencialmente, comporte outra lógica. Não aquelas relacionadas às monoculturas do saber, como refere B. S. Santos, mas uma lógica assentada nas ecologias do saber e da produtividade, que comporte a criação, não apenas a repetição.

Se não pudemos responder todas as questões que nos inquietam, ao menos almejamos contribuir para descortinar algumas brumas que ofuscam a crítica sobre a Economia Solidária enquanto política social, segundo o entendimento mais amplo que o conceito pode ter, ou seja, não apenas como uma política pública de Estado ou de governo, mas como uma prática econômica e política dos cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de economia política**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

AJZENBERG, A. As classes sociais e suas formas modernas de luta. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo** n.17 (2005). – São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

ANTUNES, R. (Org.) **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 10ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

_____. **O caracol e sua concha**. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

AZEVEDO, A. de. **Cooperativismo Industrial: O caso da Corporación Cooperativa Mondragón – MCC** Disponível em: <http://www.ocyt.org.co/esocite/Ponencias_ESOCITEPDF/5BRS074.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2007.

BAUDRILLARD, J. **À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BENKO, G. LIPIETZ, A. (org.). **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1994.

BOCAYUVA, P. C. C. **As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BESSE, G. & CAVEING, M. **Politzer: princípios fundamentais de filosofia**. Curitiba: Hemus, 2002.

BOBBIO, N. **Esquerda e direita**. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 3ª edição. Vol. 1 e 2. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1991.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas**. Lisboa: Teorema, 1992.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, Presidente Prudente, vol. 4, n. 6, pp 45-60, jan-dez, 2007.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 13ª ed. Campinas: Papyrus, 2007.

CASTELLS, M. A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho e o projeto socialista. Traduzido por Angela Borges de Carvalho e revisto por Milton Moura. **Cad. CRH, Salvador**, (17): 5-34, 1992.

CATTANI, A. D.(Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza e a nova ordem mundial**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

COMERCIANTES faturam em minilojas. **Pequenas Empresas Grandes Negócios**. Disponível em: <http://pegn.tv.globo.com/Pegn/0,6993,LIR335078-5027,00.html>. Acesso em 28 de maio de 2009.

CULTI, M. N. **O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/textos>. Acesso em 20 de fevereiro de 2003.

DAMIANI, A et al. **O futuro do trabalho**. Elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro. São Paulo: AGB/SP, Labor/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia. FFLCH/USP, 2006. 72 p.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário dos Trabalhadores 2007**. 8ª edição. São Paulo: DIEESE, 2007.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, F. **O Anti-Duhring**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FARAGO, F. **As grandes correntes do pensamento político**. Porto: Porto Editora, 2007.

FARAH JÚNIOR, M. F. Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos: estratégias empresariais pró-ativas ou reativas? **Revista FAE**, Curitiba, v.4, n.2, p.13-22, maio/ago. 2001

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/textos>. Acesso em 20 de fevereiro de 2003.

GEORGE, P. **Geografia Econômica**. Tradução de Ruth Magnanini. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. **Sociologia e Geografia**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo – Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____. **A ação do homem**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s/a.

GODOY, T.M.P. de. **O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis – usos e contradições**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

_____. A Economia Solidária na Cidade Capitalista. Conflitos e contradições da reprodução do capital no espaço urbano. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/181.htm>. Acesso em 10 de março de 2009.

GODOY, T.M.P. de et al. Ecosol-CES: outros olhares - aspectos metodológicos e epistemológicos sobre a Economia Solidária. **Anais do XIV Congresso Nacional de Sociologia**. Rio de Janeiro, 2009.

GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **O imaterial**. Conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

- HALL, J. A. & IKENBERRY, G. J. **O Estado**. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HESPANHA, P. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.
- HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1981.
- JACOBS, J. **La economía de las ciudades**. 2ª edição. Barcelona: PenínSula, 1975.
- KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Lisboa: Antígona, 2003.
- LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LEFÈBVRE, H. **Os marxistas e a noção de Estado**. CEPE Edições: Buenos Aires, 1972.
- _____. **A reprodução das relações de produção**. Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973a. (Cadernos O Homem e a Sociedade).
- _____. **La survie du capitalisme**. La re-production des rapports de production. 2. ed. Paris : Éditions Anthropos, 1973b.
- _____. Perspectivas de la sociologia rural. In: –. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: PenínSula, 1978. p. 61-76.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001 a.
- _____. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- _____. Capítulo IV – Psicologia das classes sociais. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo** n.17 (2005). – São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

- _____. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LÖWY, M. & BENZAÏD, D. **Marxismo, modernidade e utopia.** Trad. Alessandra Ceregatti. Elisabete Burigo e João Machado. São Paulo: Xamã, 2000.
- LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 4. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, 14(4), 2000.
- MARTINS, J. de S. (Org.). **Henri Lefèbvre e o retorno a dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. **A sociedade vista do abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. **O poder do atraso.** Ensaios de Sociologia da História Lenta. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **O capital.** Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Vol. 1. 10ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MARX, K. & ENGELS, F. **O manifesto comunista.** 14ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MASSEY, D. **Pelo espaço.** Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo:Boitempo Editorial, 2002.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Trad. Dulce Matos. 2ª edição. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- NAMORADO, R. Cooperativismo: história e raízes. **Oficina do CES**, n. 278, 2007.
- NUNES, D. A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. **Revista Bahia Análise & Dados** v. 12 n. 1(junho 2002) – Salvador, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015**. OIT/ONU, 2006

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião.Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977.

OLIVEIRA, F.; STEDILE, J. P.; GENOINO, J. **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

OSMONT, A. **La banque mondiale et les Villes**. Paris: Karthala Diffusion, 1995.

PINTAUDI, S. M (Org). **Economia Solidária: um setor em desenvolvimento**. Prefeitura de Rio Claro, 2002.

_____. O lugar do supermercado na cidade capitalista. **Geografia**, 9 (17-18) PP. 37-54, outubro 1984.

_____. Urbanismo: é possível projetar um futuro coletivo para a cidade? **Scripta Nova Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales** Vol. XI, núm. 245 (05), 1 de agosto de 2007.

_____. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo, Contexto, p. 143-159, 1999.

_____. São Paulo, do centro aos centros comerciais: uma leitura. In: CARLOS, A. F. A. & OLIVEIRA, A. U. de. (Org.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, n. 5, p. 81-100, 2006b

PIZZIRANI, F. **O papel dos processos de participação popular na gestão municipal – estudo do OP no município de Rio Claro**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PLATÃO. **A República**. 10ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2007.

PLATÃO. **O Político**. Círculo de Leitores e Temas e Temas e Debates: Lisboa, 2008.

PRADO JR, C. **Notas introdutórias à lógica dialética**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo**. Uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

QUAINI, M. **Geografia e marxismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

REINVENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt>>. Diversos acessos.

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **Scripta Nova Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales** Vol. XI, núm. 245 (33), 1 de agosto de 2007.

_____. El aumento del número de Estados y su fragilidad interna. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/168.htm>. Acesso em 14 de novembro de 2008.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SAID, M. **FMI, Banco Mundial e BID: impactos sobre a vida das populações**. Fortaleza: [s/n], 2005. Disponível em: <http://www.esplar.org.br/download/Cartilha%20FMI,%20BANCOMUNDIAL%20E%20BID.pdf>. Acesso em: 2 de junho de 2008.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. Vol. 1. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____.(Org.). **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não-capitalista. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, B. de S. **A Gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.

_____. **Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____.(Org.) **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2008b.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. Relatório Nacional 2005 – 2007. Disponível em: <http://www.mtb.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>
Acesso em: acessos diversos.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e alternativas. 3^a.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo**. 2^a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

SINGER, P. & SOUZA, A. R. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. & MACHADO, J. **Economia Socialista**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SLOTEDIJK, P. **O desprezo das massas. Ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993

SOUZA, A. R., CUNHA, G. C. & DAKUZAKU. (Org.) **Uma outra economia é possível**. Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

TAULI, J. R. & DEBACCO, E. S. **Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/textos>. Acesso em 20 de fevereiro de 2003.

TEIXEIRA, A. Marx e a economia política: a crítica como conceito. **Revista Econômica**, n. 4, PP. 85-109, dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/cpgeconomia/v2n2/5-aloisio.pdf>. Acesso em 16 de junho de 2008.

VANEIGEM, R. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad Editora, 2002. (Coleção Baderna).

VEIGA, S. M. & RECH, D. **Associações: como construir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 125 p.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)